



Departamento de Comunicação e Arte

2014



Faculdade de Letras

**Rui José Sousa
Rodrigues de Melo**

**e-Participação: Estudo sobre a participação em
ambiente Web 2.0**

**Rui José Sousa
Rodrigues de Melo**

**e-Participação: Estudo sobre a participação em
ambiente Web 2.0**

Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos do programa doutoral ICPD - Informação e Comunicação em Plataformas Digitais (3ª edição), realizada sob a orientação científica da Doutora Maria João Antunes, Professora Auxiliar do Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro.

Dedicatória

Dedico este trabalho à Paula e ao Ivo, por todo o apoio que me deram, em especial nos momentos de maior dificuldade.

o júri

Presidente

Prof. Doutor Aníbal Guimarães da Costa
Professor Catedrático da Universidade de Aveiro

Vogais

Prof. Doutor José Fernando Pinheiro Neves
Professor Auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho

Prof. Doutor Gil António Baptista Ferreira
Professor Coordenador da Escola Superior de Educação de Coimbra

Prof. Doutor Armando Manuel Barreiros Malheiro da Silva
Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Prof. Doutora Ana Lúcia Silva Terra
Professora Adjunta da Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão do
Instituto Politécnico do Porto

Prof. Doutora Maria João Lopes Antunes
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro

Agradecimentos

Uma imensa gratidão à minha orientadora, Doutora Maria João Lopes Antunes, pelas extraordinárias competências, tolerância, dedicação e estímulo, de que tive o privilégio de disfrutar, ao longo desta aventura académica.

A todos os entrevistados que acederam participar neste estudo, manifestando a sua opinião desinteressada de quaisquer contrapartidas e acedendo à sua publicação.

Ao Dr. Luís Vidigal pela disponibilidade e interesse demonstrados e pelo estímulo dado para abraçar esta ideia.

Ao Dr. Mário Januário, ex-Diretor de Finanças, por acreditar que o conhecimento e a valorização pessoais constituem um incentivo conducente às melhores práticas profissionais.

Ao meu caro companheiro de *route*, Rodrigo Manzoni, pela partilha de experiências e pela amizade e companheirismo manifestados ao longo destes anos.

palavras-chave

Tecnologia, Internet, cidadania, democracia, participação, políticas, redes sociais.

resumo

Como reflexo da crescente disponibilização de recursos tecnológicos em ambiente Web 2.0 tem-se assistido, de forma gradual, a um contraponto de ordem social à inércia do poder político em sede da participação, traduzido numa intervenção mais ativa dos cidadãos, individualmente ou sob a forma de grupos de interesses, com recurso a processos de interação nos *media* participativos, nomeadamente nas redes sociais.

Embora seja possível reconhecer alguma evolução no sentido da transparência na ação dos Governos, através de canais habitualmente mais vocacionados para procedimentos comunicacionais de natureza unidirecional, este estudo decorreu no sentido da caracterização das práticas participativas dos cidadãos, em ambiente digital, e das políticas e canais disponibilizados pelas administrações públicas, nomeadamente no âmbito da EU, em função dos compromissos assumidos por parte dos seus Estados-Membros para a criação e implementação de mecanismos de interação, no sentido de uma democracia digital, que enquanto conceção, enquadraria a participação dos cidadãos.

Com este estudo pretendeu-se identificar necessidades e expectativas dos cidadãos, no contexto da cidadania participativa ou da democracia digital, sendo referenciados contextos enquadradores, correspondentes aos níveis da intervenção no exercício da cidadania em ambiente Web e ao estado da arte da componente que nessa matéria caberia aos Estados, nomeadamente no contexto da União Europeia e em particular, em Portugal.

Para a concretização deste trabalho recorreu-se a bibliografia diversa, a exemplos práticos e à expressão da opinião de entidades singulares de reconhecido mérito e de representantes de Organizações da sociedade civil, sob a forma de entrevistas, parecendo pode retirar-se que as TIC não terão de assumir como objetivo procurar implantar uma democracia direta, em detrimento do contexto representativo, antes vir o seu potencial tecnológico a assumir um papel relevante no âmbito da complementaridade de interesses entre os poderes e os cidadãos.

keywords

Technology, Internet, citizenship, democracy, participation, policies, social networks.

abstract

As a result of the growing availability of technological resources in the Web 2.0 environment, we have gradually witnessed a social counterpoint towards the inertia of the political power in linkage which leads to a more active intervention of citizens, either individually or organized in groups according to their specific interests that make use of interactive processes in the media, namely in the social networks.

Although it is possible to recognize a certain evolution concerning the transparency of governmental action through channels that are normally more concerned with unidirectional communicative procedures, this study arises from the need to characterize the participative practices of citizens in a digital environment as well as the policies and the channels that are provided by public authorities, particularly in the European Union framework, according to the commitments undertaken by each of its member states for the creation and implementing of interactive mechanisms concerning a digital democracy which as conceptualized, would take the citizens participation into account.

This study aims to identify both necessities and expectations of the citizens, in the context of a participative citizenship or of a digital democracy. There is reference to significant data that corresponds to the level of citizen intervention in the Web environment and to the way states should deal with the matter not only the member states of the EU, but particularly in Portugal.

This project was based on a varied bibliography, practical examples, on the opinion of singular entities of great importance and on representatives of organizations of the civil society by using interviews seeming one can withdraw that ICT will not have to assume as main aim the search to set up a direct democracy, in detriment of a representative context, instead its technological potential will assume a relevant role by complementing interests between authorities and citizens.

e-Participação: Estudo sobre a participação em ambiente Web 2.0

ÍNDICE DE CONTEÚDOS

PARTE I – OBJETO DE ESTUDO, CONTEXTO E ENQUADRAMENTO

TEÓRICO 1

INTRODUÇÃO 1

1. O contexto da investigação 1

2. A questão de investigação 7

3. Finalidades e objetivos 9

4. Modelo de análise 10

5. Metodologia 13

6. Estrutura do trabalho 13

CAPÍTULO 1 – DA DEMOCRACIA À DEMOCRACIA PARTICIPATIVA 15

1.1 O papel da participação na organização social e política das sociedades 15

1.2 A Participação enquanto elemento de contrapoder e resistência 18

1.3 A teoria democrática e a inclusão digital 20

1.4 A crítica social à tecnologia 23

1.5 A apropriação social da tecnologia, como processo de *empowerment* 24

1.6 Os graus da participação democrática e da democracia digital 27

1.7 Condicionantes ao processo participativo em Portugal 31

1.7.1 Os reflexos da literacia na intervenção cívica 31

1.7.2 Iliteracia digital, acessibilidade e usabilidade na Internet 34

1.7.3 A influência da intensidade da participação no processo democrático 38

1.8 Reflexões sobre a democraticidade da Internet 42

1.10 A transversalidade das redes e as questões da segurança 44

Resumo do Capítulo 1 46

CAPÍTULO 2 – OS IMPACTOS NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

DECORRENTES DAS POLÍTICAS DA EU PARA AS TIC 48

2.1 Os impactos do relatório Bangemann - o Livro Branco sobre uma política de comunicação europeia 48

2.2 As Iniciativas da União Europeia para uma administração pública em linha.	51
2.3 O e-Government como área estratégica para as administrações públicas ...	54
2.4 A Estratégia 2020 e a Agenda Digital para a Europa	59
2.5 <i>Policy making & policy decision</i> nas dimensões do governo eletrónico	63
2.6 Uma agenda política para o futuro da Europa.....	67
2.7 A apropriação das tecnologias pelos cidadãos e pelo poder.....	69
2.8 Os Orçamentos Participativos enquanto modelo para a intervenção cívica..	72
2.9 Burocracia e governo eletrónico	77
2.10 Dados estatísticos referentes ao uso da Internet em Portugal e no espaço da EU.....	80
Resumo do capítulo 2	87

CAPÍTULO 3 – AS REDES SOCIAIS NO ÂMBITO DA E-PARTICIPAÇÃO

3.1 O posicionamento dos atores sociais na rede	91
3.2 Exemplos de diferentes formas de intervenção na rede	93
3.3 As comunidades virtuais e a cultura da convergência.....	102
3.4 As redes sociais enquanto fatores para a mobilização social	104
3.5 O futuro das redes num contexto globalizado	110
Resumo do capítulo 3	113

PARTE 2 – OPERACIONALIZAÇÃO DO ESTUDO

CAPÍTULO 4 – AS ENTREVISTAS COMO CONTRIBUTOS PARA UMA REFLEXÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO EM AMBIENTE WEB 2.0

4.1 A entrevista	115
4.2 Questões formuladas aos entrevistados em contexto individual	118
4.3 Questões formuladas aos entrevistados representantes de entidades coletivas.....	119
4.4 Síntese da análise às entrevistas	132
4.4.1 Ao nível da opinião individual	132
4.4.2 Ao nível dos entrevistados em representação de entidades coletivas	134
Resumo do capítulo 4	136

Conclusões do estudo.....	137
---------------------------	-----

Limitações da investigação	144
Perspetivas futuras de investigação.....	145

BIBLIOGRAFIA	148
---------------------------	------------

ANEXOS	154
---------------------	------------

ANEXO 1	154
---------------	-----

Transcrição das entrevistas realizadas a personalidades singulares e representantes de entidades coletivas, no período compreendido entre 16-09-2013 e 17-12-2013, integradas e analisadas no Capítulo 4 deste estudo.....	154
--	-----

Adelino Maltez.....	154
---------------------	-----

Padre Américo Aguiar	156
----------------------------	-----

José Carlos Mota	159
------------------------	-----

Luís Marques Mendes.....	162
--------------------------	-----

Maria Potes Barbas.....	164
-------------------------	-----

Sérgio Ribeiro.....	166
---------------------	-----

Eduardo Martins	168
-----------------------	-----

João Nazário	170
--------------------	-----

Sara Campos	172
-------------------	-----

Sérgio Faria.....	174
-------------------	-----

Valter Ferreira	178
-----------------------	-----

ANEXO 2.....	180
--------------	-----

Cronologia de alguns processos inovadores no setor das TIC à escala global e de ações governamentais desenvolvidas em Portugal no contexto da Sociedade da Informação, no período compreendido entre 1991 e 2012 (compilação realizada pela UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP).....	180
---	-----

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- A Web 2.0 (Memo Map).....	3
Figura 2 - Elementos da próxima geração Web	4
Figura 3 - Níveis de influência da participação no processo decisório.....	30
Figura 4 – Convocatória manifestação contra a presença da Troika em Portugal.....	41
Figura 5 – Livro Branco sobre uma Política de Comunicação Europeia	49
Figura 6 – Expressão gráfica do Programa i2010	51
Figura 7 - A Democracia Eletrónica e o <i>E-Government</i>	54
Figura 8 – Quiosque INFOCID.....	55
Figura 9 – O Programa ‘Simplex’.....	58
Figura 10 – Estratégia Europa 2020.....	59
Figura 11 – Agenda Digital para a Europa	60
Figura 12 – Agenda Portugal Digital.....	62
Figura 13 – Campanha promocional para a submissão das declarações do IRS	64
Figura 14 – UN-DESA.....	65
Figura 15 – Portal Cidades Digitais	67
Figura 16 – Ano Europeu do Cidadão	68
Figura 17 – Ações-chave para melhorar a vida dos cidadãos da EU.....	68
Figura 18 – Notícia sobre o I Encontro Ibérico de Orçamentos Participativos.....	72
Figura 19 – Portal do sítio “Orçamento Participativo”.....	74
Figura 20 - Portal Lisboa Participa	74
Figura 21 – Região de Aveiro - Apresentação do PIMTRA.....	76
Figura 22-A e 22-B – Blogues portugueses tidos como de referência.....	94
Figura 23 – Blogue Amigos d’Avenida - Aveiro.....	96
Figura 24 – Presenças institucionais no Facebook - Páginas do PR, PSD e PS.....	97
Figura 25 – O Meu Movimento	98
Figura 26 – A participação em jornais portugueses tidos como de referência.....	98
Figura 27 – Páginas de Organizações no Facebook apelando à participação.....	99
Figura 28 – Exemplos de sítios de ONG’s.....	100
Figura 29 - A candidatura de Barack Obama no Twitter.....	102
Figura 30 – Divulgação do protesto “Geração à rasca”.....	108

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Estudo Europeu sobre acessibilidade Web na Administração Pública–2013....	35
Gráfico 2 - Indivíduos que nunca usaram a Internet, UE27 - (2006-2012).....	36
Gráfico 3 - Indivíduos que nunca usaram a Internet, por Estado-Membro em 2012.....	36
Gráfico 4 – Taxas de abstenção nas eleições para AR-total res.país e estrangeiro.....	38
Gráfico 5 – Taxas de abstenção eleições autarquias locais	39
Gráfico 6 - Acesso à Internet nos agregados domésticos (Portugal) entre 2011 e 2013.....	80
Gráfico 7 - Que tipo de ligação à Internet tem em casa? Portugal em 2013	81
Gráfico 8 - É utilizador de Internet?”, Portugal em 2013.....	82
Gráfico 9 -Utiliza a Internet em dispositivos móveis?” Portugal em 2013.....	84
Gráfico 10 - Indivíduos que utilizaram a Internet em casa/trabalho, por faixa etária e tipo de dispositivo móvel - 2012.....	84
Gráfico 11 – Com que frequência utiliza a Internet? Portugal em 2013.....	85
Gráfico 12 - Indivíduos que utilizaram a Internet pelo menos uma vez por semana em 2012	85
Gráfico 13 - Sites de redes sociais em tem perfil criado?” Portugal, em 2013	86
Gráfico 14 - Tipificação do uso da Internet na EU - 2012.....	87
Gráfico 15 - <i>What Social Media Do Government Officials Use Most</i>	92
Gráfico 16 - Fração de utilizadores recrutados ao longo do tempo	106
Gráfico 17 - Redes Sociais analisadas pelo Social Media Explorer - manifestação de 2012-09-15.....	109

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Da Web 1.0 à Web 2.0.....	2
Tabela 2 – Modelo de Análise.....	12
Tabela 3 – Taxa de Alfabetização na Europa	31
Tabela 4 – Impacto do governo eletrónico na concretização dos princípios de boa governação	78
Tabela 5 – Comparação entre uma burocracia tradicional e uma burocracia virtual	79
Tabela 6- Acesso à Internet e Internet de banda larga em domicílios no espaço europeu (%) ano de 2012	83
Tabela 7 - Nome e perfis pessoais dos entrevistados.....	116
Tabela 8 - Entrevistas a personalidades singulares.....	121
Tabela 9 - Entrevistas a representantes de entidades coletivas.....	127

“O cidadão político é mais que apenas um membro da comunidade oficialmente reconhecido, mas sim um constituinte potencialmente ativo de um corpo político, capaz de exercer influência democrática não só sobre os seus companheiros cidadãos, como sobre o Estado político” (COLEMAN & BLUMLER, 2009).

Parte I – OBJETO DE ESTUDO, CONTEXTO E ENQUADRAMENTO TEÓRICO

INTRODUÇÃO

1. O contexto da investigação

Este estudo tem por objetivo averiguar o estado da arte em sede da participação eletrónica, em Portugal, tomando como referências, quer as iniciativas desenvolvidas na sociedade civil, quer no âmbito das instâncias do poder político, independentemente da sua esfera de influência. A investigação foi desenvolvida, em grande medida, no contexto que decorre do relacionamento entre o Estado e os cidadãos, procurando avaliar os efeitos que as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC)¹ e a Internet em concreto, assumem no quotidiano das sociedades, levando em linha de conta os proveitos decorrentes ou a retirar do potencial disponibilizado pela Web 2.0, quer na organização social coletiva, ou nos seus comportamentos, na gestão das Organizações, na comunicação social, educação, saúde, cultura, ou no entretenimento e estas serão apenas algumas das áreas onde as repercussões desses recursos tecnológicos mais se farão sentir.

Acompanhando as dinâmicas próprias das sociedades modernas e em particular a exploração dos recursos disponibilizados pelas TIC, têm sido, gradualmente, facultadas aos cidadãos ferramentas de intervenção e interação que vieram revolucionar conceitos que se julgavam limitados, caso do enorme potencial das redes, através da introdução de uma nova geração de aplicativos informáticos, consubstanciados na denominada Web 2.0, um termo usado para denominar uma segunda geração de comunidades e serviços, mantendo como conceito-base a Web, mas introduzindo novas e eficazes aplicações suportadas nomeadamente nas redes sociais.

A popularidade do termo Web 2.0 deveu-se, em grande medida, a partir de finais de 2004, às empresas norte-americanas *O'Reilly Media* e *MediaLive International*, ambas entidades produtoras de eventos, conferências e conteúdos relacionados com as tecnologias da informação, tendo vindo esta segunda geração da Internet, proporcionar novos meios de interconetividade e de interatividade, que remeteram os utilizadores para modelos colaborativos e participativos inovadores, ao disponibilizarem uma imensa panóplia de ferramentas digitais. Estas ferramentas, que quase assumem um perfil de serviços, são na sua maioria gratuitas, estão

¹ Tecnologias da Comunicação e Informação: Termo coletivo para todos os processos técnicos e dispositivos para processamento eletrónico de dados e para apoio da comunicação através de meios eletrónicos.

permanentemente disponíveis e são alvo de constantes atualizações, o que lhes confere um perfil de permanente porta aberta para a informação e o conhecimento.

Mas, a Web 2.0 não se assumiu apenas como uma mera atualização nas especificações técnicas das plataformas, tendo-se revestido de um perfil de mudança radical na forma como passou a ser disfrutada pelos utilizadores, investigadores e criativos, ou seja, abriu um espectro de infindáveis possibilidades em ambiente de interação e participação. A Web 2.0 veio incrementar não apenas a velocidade, como a facilidade no recurso a inúmeros aplicativos, que acabariam por ser responsáveis por um aumento muito significativo dos conteúdos disponibilizados na Internet. Estava assim terminado o ciclo da 'página estática', que caracterizava a anterior geração da Internet, a Web 1.0.

O' REILLY (2005), no artigo sobre a Web 2.0, "*What is Web 2.0*", propunha palavras-chave caracterizadoras da Web 1.0 e da Web 2.0, estabelecendo uma comparação evolutiva entre os dois conceitos (Tabela 1)

Tabela 1 - Da Web 1.0 à Web 2.0 (O' REILLY, 2005)²

Web 1.0	Web 2.0
Double Click	Google Adsense
Ofoto	Flickr
Akamai	BitTorrent
MP3.com	Napster
Britannica Online	Wikipedia
Personal websites	Blogging
Evite	Upcoming org. and EVDB
Domain name speculation	Search engine optimization
Page views	Cost per click
Screen scraping	Web services
Publishing	Participation
Content management systems	Wikis
Directories (taxonomy)	Tagging ("folksonomy")
Stickiness	Syndication

O'REILLY (2005) procuraria ainda avançar com uma definição compacta do que seria a Web 2.0, atribuindo-lhe o sentido de uma rede abarcando todos os dispositivos a ela ligados e onde as aplicações Web 2.0 seriam aquelas que produziram a maioria das vantagens intrínsecas de tal plataforma, distribuindo o *software* como um serviço de atualização contínuo, que se tornaria tanto melhor quanto mais pessoas o utilizassem, consumindo e transformando os dados de múltiplas fontes, inclusive de utilizadores individuais enquanto fornecedores dos

² Artigo publicado no sítio <http://oreilly.com/Web2/archive/what-is-Web-20.html>. (Consultado em 2014-01-30)

seus próprios dados e serviços, de maneira a permitir modificações por outros e criando efeitos de rede através de uma ‘arquitetura participativa’ implicando tal, a superação da metáfora de página da Web 1.0, de modo a proporcionar experiências muito mais ricas à generalidade dos utilizadores (O’REILLY, 2005).

Defendendo o conceito de que a Web 2.0 possui ‘um núcleo gravitacional’ que não é definitivo, considerando-o, “*work in progress*”, O’Reilly criou um “*Meme Map*”, representando as principais ideias que norteariam a expressão da Web 2.0 (Figura 1).

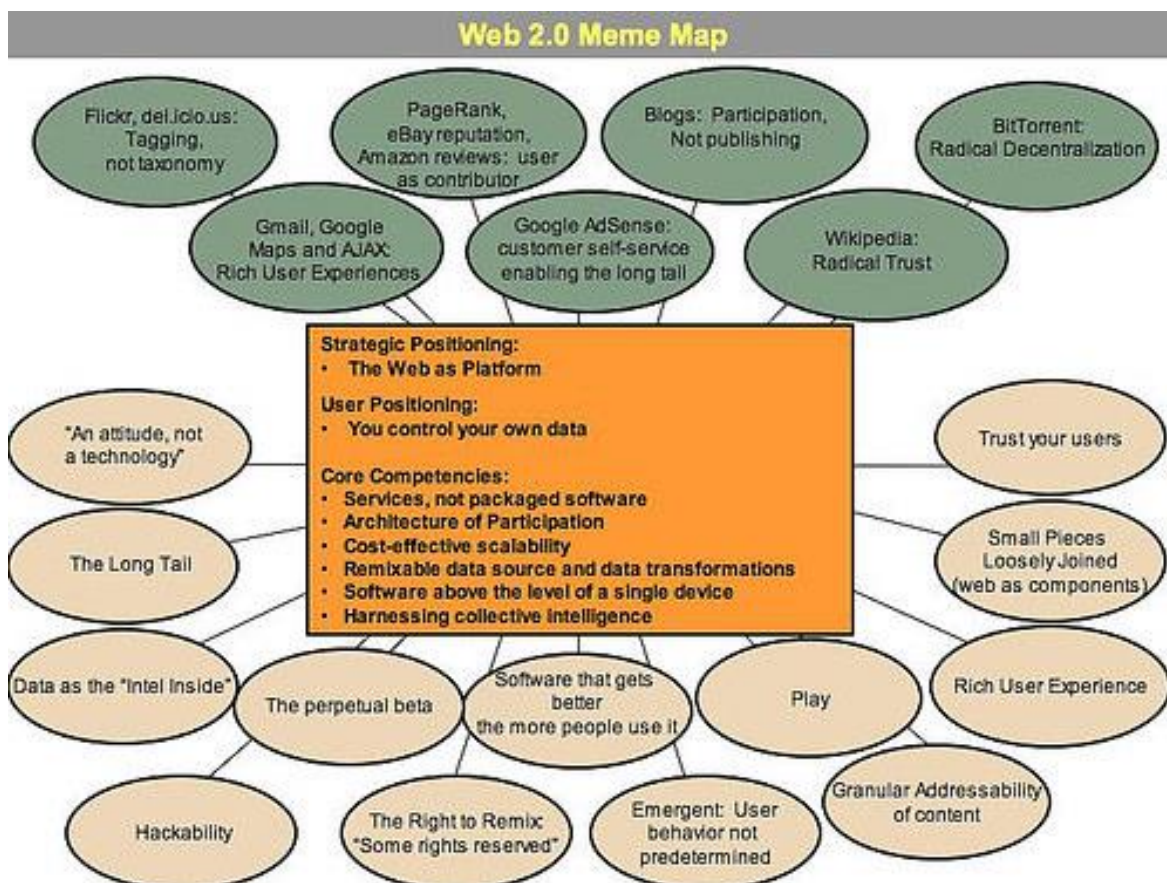


Figura 1 – A Web 2.0 (O’Riley, 2005)³

No retângulo central da Figura 1, são referenciados os pontos-chave da Web 2.0, que, de acordo com O’Reilly, refletem a Web como plataforma, o controle de dados pelos próprios utilizadores, serviços independentes de pacotes de *software*, uma arquitetura participativa, uma relação custo-benefício em termos de escala,

³ Disponível em http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=Web&cd=4&ved=0CEkQFjAD&url=http%3A%2F%2Fwww.petfacom.ufjf.br%2Fwordpress%2Fquivos%2Fartigos%2FArtigo_2_Web_2.0.pdf&ei=U0JRUY8yTl8mkPZ2ugNgL&usg=AFQjCNH9jW6wmDfebX_b_xEjamG-dRbnNA&bvm=bv.65058239,d.Yms (Consultado em 2014-03-15)

flexibilidade de dados, inclusive das fontes, *software* acima do nível de dispositivo único e um incentivo à inteligência coletiva.

Por seu lado, no ano de 2005, o editor-chefe do “*Web 2.0 Journal*”, Dion Hinchcliffe, procurou esquematizar quais os conceitos e tecnologias que estariam envolvidas com a expressão Web 2.0 e que se refletem na (Figura 2).

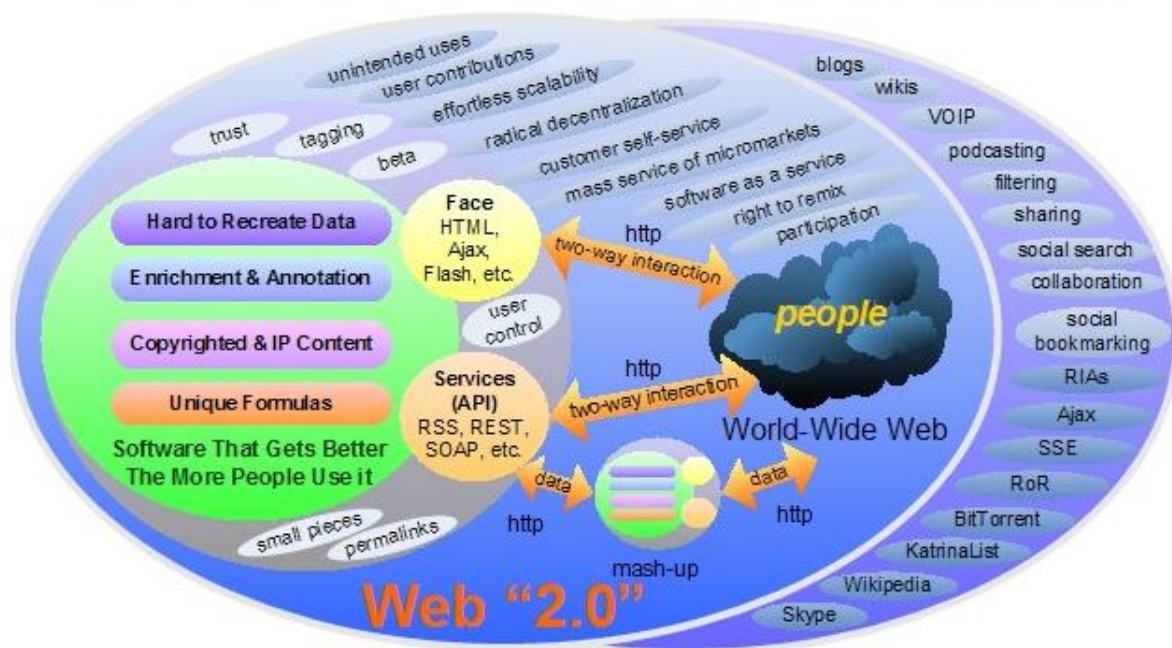


Figura 2 – Elementos da próxima geração Web, (Hinchcliffe, 2005)⁴

Retira-se então dos princípios básicos dos “*Elementos da próxima geração Web*”, expressos na figura acima, a inserção de utilizações espontâneas, as contribuições dos utilizadores, uma escalabilidade facilitada, a descentralização radical, um serviço rápido, personalizado e massivo de micromercados, o programa como um serviço, o direito à modificação e à participação, com tudo isso a ser possível através de interações que ocorrem em via dupla nas relações utilizador-utilizador, utilizador-dados ou utilizador-serviços/linguagens.

Entre os utilizadores parece consensual admitir-se que este avanço tecnológico abriu a possibilidade de conferir à Web 2.0 um ambiente *online* claramente mais dinâmico e amigável, atribuindo àqueles um potencial até então inacessível, no âmbito da produção e organização dos conteúdos. De igual forma, passaram a estar disponíveis para aos cidadãos e para as organizações ferramentas de incomensurável poder interventivo e aplicáveis nas mais diferentes esferas da organização das sociedades. Quer política, quer socialmente, constituíram-se

^{4 4} Disponível em http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=Web&cd=4&ved=0CEkQFjAD&url=http%3A%2F%2Fwww.petfacom.ufjf.br%2Fwordpress%2Fquivos%2Fartigos%2FArtigo_2_Web_2.0.pdf&ei=U0JRU8yTI8mkPZ2ugNgL&usg=AFQjCNH9jW6wmDfebX_b_xEjamG-dRbnNA&bvm=bv.65058239,d.Yms (Consultado em 2014-03-15)

como instrumentos de afirmação em muitas e diferenciadas áreas, mesmo enquanto elementos de contrapoder, numa clara concorrência com os meios de comunicação social clássicos. Com a Web 2.0 a generalidade dos sítios deixou de assumir uma estrutura rígida e estática, transformando-se em plataformas abertas à contribuição por parte dos utilizadores, no sentido do conhecimento e potenciando o benefício generalizado.

Procurou-se neste estudo a articulação de exemplos práticos com o seu enquadramento teórico, assumindo-se um comprometimento no sentido da definição de um quadro concetual para o qual deveriam concorrer: o enquadramento social e político para o setor das TIC na União Europeia (EU), a menção expressa ao estado da arte, nomeadamente no contexto português em sede de e-Participação e a sua pertinência e a referência a casos emblemáticos oriundos de outras regiões do globo, com enquadramento temático.

Perspetivando um contexto globalizado ZORRINHO (2009) afirmava que *“com o desenvolvimento da Internet e das suas redes de suporte, o motor tecnológico sofreu uma mutação, com impacto nos modelos de organização económica e social à escala global”* (ZORRINHO, 2009), uma ideia que COELHO, (2007) já havia contextualizado anteriormente, ao afirmar que *“os efeitos se fazem sentir no campo social e no domínio da organização política, sendo as transformações tecnológicas o gatilho que faz detonar essas alterações, embora nem sempre de forma imediata”* (COELHO, 2007).

Se de forma direta ou mais complexa as TIC viabilizam as agendas, veiculam mensagens e possibilitam trocas de *inputs* e *outputs* entre os atores dos sistemas democráticos, então *“o seu potencial será um recurso disponível para contribuir para a melhoria das condições necessárias ao desenvolvimento e aprofundamento da qualidade das democracias contemporâneas,⁵ ou, como referia CASTELLS (2002) “vivemos numa era em que passou a ser possível valorizar as práticas colaborativas e participativas, os diálogos, as negociações e as contínuas problematizações, pois as redes passaram a integrar a nova morfologia das sociedades e a difusão da sua lógica modifica substancialmente as operações e os resultados dos processos de produção, experiência, poder e cultura”* (CASTELLS, 2002). Um contributo que assimila o potencial emergente das redes, muito em função de um processo de convergência mediática instalado, que conduz a que se abra uma perspetiva analítica de raiz crítica a um multifacetado processo de interação, no qual as ferramentas de carácter participativo, abrangentes e inclusivas, quer sob o ponto de vista político, quer sob o ponto de vista do mero exercício da

⁵ In Relatório do Observatório da Sociedade da Informação e do Conhecimento (2002 – 2006). Disponível em http://www.unic.pt/images/stories/osic/DossierDemocraciaElectronicaVersaoWebsite_23_Dez.pdf (consultado em 2011-06-19)

cidadania individual, ou em contexto coletivo, se mostram como potencialmente decisivas enquanto fatores de progresso social.

As TIC assumiram uma preponderância de enorme significado em todo o processo infocomunicacional, nomeadamente nos procedimentos de análise e reflexão, criados a partir dos documentos inspiradores da ação política produzidos ao nível das instâncias políticas e institucionais nacionais e supranacionais, concorrendo para tal as conclusões retiradas por especialistas, sociólogos e grupos de investigação, ou tão só, pelo exemplo que decorre das redes sociais e da lógica interativa que as caracteriza. E poder-se-á mesmo falar de comunidades virtuais que, segundo CASTELLS (2002) aparentam ser mais fortes do que os observadores acreditavam, *“pois existem evidências de apoio recíproco na rede entre utilizadores com fracos laços entre si”*, acrescentando o autor que *“a comunicação online alenta discussões, permitindo a sinceridade do processo”*. Se a política e as políticas marcam de forma indelével as agendas, não só CASTELLS (2002) refere que *“é na administração pública que os interesses dos Estados podem sempre ser avaliados dentro de um quadro ideológico”*, (CASTELLS, 2002), como SILVA (2006), afirmou que *“a função essencial da capacidade tecnológica instalada confirma a ideia de que no plano administrativo e dentro de uma organização, comunicar é a função de transmitir ordens, ideias e políticas de ação”* (SILVA, 2006). Um enquadramento que poderá levar a questionar, se um eventual processo de transformação das políticas públicas no sentido de uma maior eficiência e eficácia, na prestação de serviços aos cidadãos, não exigiria que o uso das TIC possuísse um sentido ambivalente, logo, também de abertura à participação, no propósito do desenvolvimento e implementação de políticas à luz dos interesses coletivos.

Constata-se que subsistem práticas nas administrações públicas, nomeadamente europeias, que continuam, em boa medida, a executar os mesmos procedimentos há várias décadas, o que leva a projetar a ideia de que o futuro não poderá remeter-se à ‘tecnificação’ de procedimentos já existentes, antes repensar os relacionamentos entre os cidadãos e as administrações dos Estados, os seus modelos e valores. Tratar-se-ia, afinal, de colocar o cidadão no plano de um relacionamento mais aberto e transparente com o poder, suportado por uma base tecnológica, que aliás aquele já experimenta no trabalho e no lazer o que lhe conferiria possibilidades e potencial muito para além do que constata no atual posicionamento, traduzido num tendencial enquadramento de tipo ‘top-down’. Constata-se, aliás, nos fóruns mundiais sobre *e-Government* e participação eletrónica que as práticas colaborativas e participativas dos cidadãos são assumidas como uma via para o *empowerment*, sendo tal recorrentemente associado, numa perspetiva interventiva e de afirmação, ao contexto da Web 2.0 e ao seu potencial no sentido da interação entre os poderes político e administrativo e os cidadãos.

Partindo de um cenário construído sobre permanentes fluxos de informação, este estudo pretendeu também dirigir as suas linhas de reflexão e investigação, sobre processos e procedimentos assumidos ou eventualmente a assumir por parte do poder político, no sentido da abertura à sociedade de canais de interação, que possam incrementar uma relação de maior proximidade entre os cidadãos, as instituições e o Estado, num quadro de cidadania participativa⁶ ou de democracia digital,⁷ procurando identificar na organização dos Estados, a pertinência do desenvolvimento e implementação de mecanismos tendentes à participação, a disponibilizar aos cidadãos em ambientes digitais.

Para quem acredita, como COLEMAN & BLUMLER, (2009), estarem as relações entre o público e os detentores da autoridade política num período de fluxo de transformações, tal reflete, segundo estes autores, que *“de um lado, novas expectativas e significados da cidadania estão suspensos e, ocasionalmente, postos em prática e por outro lado, um empobrecimento inexorável da comunicação política como objetivo final está a ocorrer”* (COLEMAN & BLUMLER, 2009). Daí considerarem que a Internet tem potencial para melhorar a comunicação pública e enriquecer a democracia, *“um projeto que requer a formulação de políticas imaginativas”* (COLEMAN & BLUMLER, 2009), aliás uma perspetiva que vai ao encontro do enquadramento contextual que NORRIS (2001) sustenta, ao afirmar que *“as tecnologias digitais têm a capacidade de fortalecer as instituições da sociedade civil e a mediação entre os cidadãos e o Estado”* (NORRIS, 2001).

2. A questão de investigação

Pensar o futuro é um princípio fundamental, embora recorrente, para todos os que desejam intervir, participando, no desenvolvimento de um processo que se encontra em curso na sociedade e no qual a informação e o conhecimento ganham um papel progressivamente mais importante, quer na criação de riqueza ou na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Um propósito que alimenta este estudo vai no sentido de aferir até que ponto estará a sociedade portuguesa aberta a procedimentos colaborativos e participativos, mediados eletronicamente, *“um domínio de pesquisa desafiador que compreende um grande número de disciplinas académicas existentes num ambiente social e político complexo”* (MACINTOSH, COLEMAN & SCHNEEBERGER, 2009). Concorrem, de igual forma, no sentido da visibilidade do tema, opiniões como as de FIGUEIREDO (2007) quando se refere à

⁶ Conceito aplicável quando *“a participação é assumida como uma forma de aproximação dos cidadãos à formulação de políticas e de tomadas de decisão em áreas-chave, que afetam as suas vidas”* (GAVENTA & VALDERRAMA, 1999)

⁷ O conceito remete para o envio e receção de informação e mensagens políticas em novos canais. É nesta conceção que é possível enquadrar as novas formas de participação dos cidadãos.

teorização dos fenómenos da integração plena dos cidadãos na Sociedade da Informação (SI),⁸ *hoje vista pelos seguidores de Paulo Freire⁹ como fundada sobre a capacidade dos Estados para induzirem nos seus cidadãos uma postura crítica e reflexiva e de os mobilizar para intervirem de forma ativa na construção partilhada do bem-estar coletivo.* Questiona o autor o facto de se levantar então, a questão de esclarecer *“em que medida é que os poderes políticos terão conseguido no passado e conseguirão no futuro, desencadear junto dos cidadãos as ações necessárias à indução dessa postura e à garantia da desejável mobilização para a conquista da sua integração plena na Sociedade da Informação”* (FIGUEIREDO, 2007).

Cumulativamente com estas reflexões decorreu das conclusões de um estudo coordenado por Teresa Sá Marques (FLUP/GEDES - Universidade do Porto), Pedro Guedes de Oliveira (INESC-Porto) e Eduardo Anselmo Castro (Universidade de Aveiro), sob o título *“As TIC para um País Competente - From the Information Society to the Creative Society- Contribuições para a Formulação de Políticas Públicas no Horizonte 2013 - no âmbito da Sociedade da Informação”*, que as TIC apoiam a transparência e a transmissão de informação crucial aos processos de mudança, referindo que *“quando o Estado traça um caminho, identifica as oportunidades, apoia e incentiva os riscos e se envolve na definição de estratégias e de projetos prioritários, as TIC são o meio de comunicação entre os diferentes atores (indivíduos, organizações e instituições).* Decorre ainda deste estudo que *“a transparência, a confiança e a capacidade reflexiva dos diferentes atores do desenvolvimento, também dependem da acessibilidade à informação estratégica e ao bom funcionamento dos serviços da administração central”* (MARQUES, OLIVEIRA & CASTRO, 2005).

Parece poder retirar-se destas opiniões, que as tecnologias da informação e da comunicação se converteram num instrumento de extrema importância para o incremento da qualidade de vida dos cidadãos e num contributo notável para o reforço da democracia. O desafio aparenta estar na promoção e em facultar o acesso universal às TIC estimulando o incremento da literacia, no pressuposto de se estar a incrementar um clima de confiança conducente a que todos possam beneficiar do seu potencial. A democracia eletrónica¹⁰ pode ir muito para além da facilitação dos procedimentos administrativos típicos das sociedades organizadas e democraticamente representadas, estendendo-se à expressão das ideias pessoais, ou do sentimento coletivo, no intuito de fazer com que o cidadão comum

⁸ Sociedade da Informação descreve um sistema económico e uma forma de sociedade que é fortemente influenciado por, e com base em tecnologias de informação e comunicação (TIC).

⁹ Paulo Reglus Neves Freire, brasileiro e filósofo, é considerado um dos pensadores mais notáveis da história da pedagogia mundial, tendo influenciado um movimento denominado pedagogia crítica.

¹⁰ Democracia Eletrónica descreve a modernização (técnica e organizacional) e apoio aos processos políticos e democráticos, com informações inovadoras e tecnologia de comunicação eGovRTD2020, R4eGov, BRITE and DEMO_net.<http://www.egov-conference.org/glossary?search> – (Consultado em 12-05-2012)

participe em discussões e processos de interação com os poderes políticos, fazendo ouvir a sua voz não apenas durante as campanhas para os atos eleitorais, mas, essencialmente, ao longo de um processo continuado de participação ativa na sua vivência social.

Se para BIROU, (1982) "*não é possível isolar os factos económicos dos factos sociais, dado fazerem parte de um mesmo conjunto*" (BIROU, 1982), para CASTELLS (2004) "*existe uma permanente oposição de fatores como a exploração, a dominação e a resistência dos cidadãos, que procuram viver, procurando o sentido de vida*" (CASTELLS, 2004). Já numa perspetiva mais pragmática, ao nível do relacionamento entre os poderes e os cidadãos, GOUVEIA (2003) refere-se ao conceito de *e-Government* como "*englobando o recurso a novas formas de fazer o que o poder central e a administração pública produzem, embora adotando práticas de base digital que permitam ganhos substanciais em termos de eficiência, acesso à informação, tempos de resposta e proximidade aos cidadãos*" (GOUVEIA, 2003). KALAKOTA e ROBINSON, (2001) suscitam porém a dúvida se tal "*não será apenas para os governos apenas um sinónimo de e-Business*¹¹, enquanto negócio de base eletrónica?" (KALAKOTA e ROBINSON, 2001).

Este estudo ao remeter, através da realização de entrevistas, para a expressão da opinião de personalidades das esferas académica, cívica e política, na perspetiva da participação e da intervenção cívicas com recurso a meios eletrónicos, procura através de diferenciadas abordagens e conceções, ter como objetivo final da investigação averiguar - **"Qual a relevância da participação em ambiente Web 2.0, enquanto instrumento de intervenção cívica?"**

3. Finalidades e objetivos

O tema da investigação centra-se então, como foi referido, em sede da participação eletrónica em ambiente Web 2.0, o que pressupõe o exercício da cidadania nesse suporte, sendo referenciados ao longo do trabalho fatores históricos e contemporâneos que se admite possam aditar algum contributo à pertinência do tema. Sabendo-se estar perante um assunto que não é essencialmente uma questão tecnológica, apesar de suportada na Internet e mais especificamente na Web 2.0, são por vezes bastante ténues e de contornos mal definidos, as fronteiras entre a tecnologia, as pessoas, as organizações e as políticas.

¹¹ *Electronic Business* é um conjunto modular de especificações que permite que as empresas de qualquer tamanho e em qualquer localização geográfica possam realizar negócios através da Internet

Colocou-se a este trabalho o desafio de encontrar correspondência entre os recursos disponibilizados pelas TIC para responder com qualidade e eficácia aos seus utilizadores e a aptidão, interesse e nível de utilização dos mesmos em contexto interventivo, partindo de análises desenvolvidas pela comunidade científica através de trabalhos temáticos publicados e de grupos ou projetos de investigação, que dirigem a sua atenção para este tema, para além da opinião expressa por entidades singulares e representantes de organizações de natureza coletiva, dos meios académico, comunicação social, organizações religiosas, de carácter ambiental, da defesa dos direitos humanos ou da vida política, constantes nas entrevistas publicadas na parte II deste estudo, consubstanciando o capítulo 4 e com a sua transcrição no Anexo 1.

Constituem-se como objetivos específicos desta investigação:

1. Averiguar se existe, ou não, um efetivo interesse dos cidadãos no recurso aos meios eletrónicos com vista à intervenção cívica e quiçá política;
2. Contribuir para a caracterização do uso das TIC no contexto da sociedade da informação na EU e em particular em Portugal, nomeadamente ao nível da ação política;
3. Através de entrevistas procurar perceber as dificuldades que os cidadãos e as organizações experimentam em contexto participativo, mediado tecnologicamente, bem como as oportunidades e desafios que esse uso proporciona, fazendo um ponto de situação em relação ao '*digital-divide*'¹²;
4. Identificar a perceção que os utilizadores e os responsáveis institucionais têm dos impactos que decorrem do uso das TIC.

Dando satisfação a estes objetivos, acredita-se poder vir a ser possível a concretização de uma definição mais clara do papel social das TIC, nomeadamente em ambiente Web 2.0, visando alcançar uma informação mais precisa sobre a realidade social em contexto de participação eletrónica.

4. Modelo de análise

Com o Modelo de Análise (Tabela 2) pretendeu-se sistematizar e parametrizar a organização e apresentação deste trabalho, definindo-se os conceitos fundamentais para a sua concretização. Tal instrumento permite definir um conjunto de indicadores identificados para cada dimensão e componente, o que se traduz

¹² Segundo o Eurostat, "Fosso digital" é um termo usado para descrever as lacunas e o padrão de acesso à utilização de computadores e da internet pela população e países.

no detalhe dos elementos fundamentais para a compreensão da problemática e para a formulação da resposta para a questão de investigação. Como é referido por QUIVY & GAMPENHOUDT, (2005), a construção de um conceito passa por *“determinar as dimensões que o constituem, através das quais dá conta do real”* e também por *“precisar os indicadores graças aos quais as dimensões poderão ser medidas”* (QUIVY & GAMPENHOUDT, 2005).

Recorrendo aos mesmos autores que referem serem os indicadores *“manifestações objetivamente observáveis e mensuráveis das dimensões do conceito”* sai beneficiada a tarefa de identificar as fontes dos dados a recolher, bem com os instrumentos mais adequados para a recolha de dados. Ou seja, definidos os indicadores, fica facilitada a tarefa de determinar as questões a incluir.

Caso se recorra a entrevistas, a opção escolhida, esta distingue-se pela aplicação de processos fundamentais de comunicação e de interação humana, que quando corretamente valorizados *“permitem retirar da entrevista informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados. Caracteriza-se por um contato direto entre o entrevistador e os seus interlocutores e por uma fraca diretividade por parte daquele. O conteúdo de uma entrevista deverá ser objeto de uma análise de conteúdo sistemática, destinada a testar as hipóteses de trabalho* (QUIVY & GAMPENHOUDT, 2005). Poder-se-á assim concluir, parafraseando ALVES, (2013) que o recurso à entrevista é de extrema importância, pois a experiência acumulada pelos entrevistados permitirá *“desenvolver pontos de vista e abordagens conceituais devidamente instruídas para a contextualização do assunto, aplicabilidade prática em alguns pontos do projeto, e também, para a resolução de alguns problemas”* (ALVES, 2013).

Observando o comprometimento dos princípios subjacentes ao processo científico e aos seus pilares de referência, ‘rutura, construção e verificação’ (QUIVY & GAMPENHOUDT, 2005), dever-se-á levar em linha de conta que nem tudo se resume à mais ou menos complexa relação entre políticas, poderes, direitos e cidadania, tal como se apresentava desenhado o quadro das sociedades modernas até à emergência das TIC e ao rápido processo de globalização das redes de fluxos, nomeadamente em ambiente Web 2.0, um contexto influenciado por uma inteligência coletiva, *“uma inteligência distribuída por toda a parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta numa mobilização efetiva das competências”* (LÉVY, 1999).

Tabela 2 – Modelo de análise

CONCEITOS	DIMENSÕES	INDICADORES
Participação eletrónica	Individual	<p>Formação académica</p> <p>Literacia digital</p> <p>Práticas comunitárias</p> <p>Enquadramento social e profissional</p> <p>Expetativas</p> <p>Hábitos de participação e intervenção social</p> <p>Direitos Liberdades e Garantias</p>
	Coletiva	<p>Grupos e Organizações com interesses comuns</p> <p>Expetativas</p> <p>Propostas de intervenção</p> <p>Pertinência da participação eletrónica nos grupos organizados</p> <p>Razões e vantagens de estar na rede</p> <p>Plataformas Web 2.0 em que está presente</p> <p>O Estado enquanto conjunto de Organizações institucionais presentes na rede</p> <p>Redes Sociais</p> <p><i>Sites</i> de Organizações cívicas</p> <p>Plataformas multimédia</p> <p><i>Blogues</i> Pessoais</p> <p>Dispositivos móveis</p> <p>Iniciativa/Resistência/Abertura à participação e à mudança</p> <p>Imagem corporativa</p> <p>Apropriação das tecnologias</p> <p>Constrangimentos decorrentes das crises, económica e social</p> <p>Meios de informação clássicos</p> <p>Redes, regulação e liberdade de expressão</p>

5. Metodologia

No sentido da operacionalização deste estudo optou-se pela realização de entrevistas, tendo sido estabelecido um guião prévio de questões, cujas respostas pudessem posteriormente vir a ser comparadas. Por razões de agenda dos entrevistados, algumas entrevistas foram realizadas presencialmente, enquanto outras foram objeto de resposta por escrito, obedecendo à formulação das mesmas questões.

Pretendendo-se recolher contributos com origem em diferentes áreas da ciência e da vida pública, através da realização de entrevistas a personalidades de reconhecido mérito e a responsáveis de várias instituições da sociedade civil, ligadas à intervenção cívica e à participação em ambientes digitais, as questões-base formuladas reuniam características específicas em função desses dois grupos (personalidades individuais e representantes de Organizações da sociedade civil). Embora ambos concorressem para um objetivo comum - encontrar respostas para a questão central de investigação - era expectável que as vertentes entrevistadas se complementassem, dado expressarem diferentes ângulos e formas de organização na sociedade portuguesa.

O método utilizado assumia vantagens e limitações quando comparado com outros, contingências e benefícios a que se fará referência mais detalhada em secção própria no Capítulo 4.

6. Estrutura do trabalho

Este documento está organizado em duas partes, comportando quatro capítulos e dois anexos que incluem a transcrição das entrevistas e a referência aos aspetos mais relevantes, nas últimas décadas, no contexto da sociedade da informação, em Portugal. No primeiro capítulo é abordada a perspetiva histórica desde a antiguidade até aos dias de hoje no contexto da participação cívica, dando particular ênfase a um grupo de autores e de atores, que se destacam pelas visões sociais e políticas que subscrevem, abrindo novos espaços de debate, em especial no que concerne às potencialidades da implantação da Web 2.0, como espaço de liberdade e de intervenção cívica.

O segundo capítulo pretende conferir algum enfoque às áreas das sociedades da informação e do conhecimento, nomeadamente no seio da União Europeia e em Portugal, fazendo referência a documentos e/ou diretivas comunitárias com contextualização e aplicação de âmbito supranacional, que pontualmente podem assumir relevância para o objeto em estudo, proporcionando conteúdos e indicações importantes.

Embora a questão fulcral deste estudo se situe no âmbito da intervenção e da participação cívica, com recurso aos ambientes digitais, existem aspetos colaterais que importava recuperar, no sentido de uma mais rigorosa contextualização, sendo disso exemplo a referência, ainda que sintetizada, ao percurso da sociedade da informação, nomeadamente quanto à implementação de algumas iniciativas relacionadas com o governo eletrónico, no espaço da EU nas décadas mais recentes.

Este capítulo remete ainda para o desenvolvimento tecnológico em ambiente Web 2.0 e para a caracterização de projetos e de espaços políticos e sociais, que serviram e servem de palco às relações entre os diferentes poderes e os cidadãos.

Quanto ao terceiro capítulo e em grande medida pela sua relevância temática, o estudo não se circunscreve a uma componente teórica, abrindo as portas a exemplos que caracterizam a sociedade em rede e a universalidade da Internet. Releva-se uma perspetiva direcionada para alguns exemplos emblemáticos da presença na rede de personalidades, instituições e movimentos políticos e sociais, quer em contexto nacional, quer internacional, que pela relevância que assumem, ou pelo nível de influência que exercem sobre as sociedades e na escala mais ínfima, sobre o cidadão, mais do que criarem moda, influenciam e determinam as ações. Este estudo procurou, também em termos estatísticos, abordar os hábitos dos utilizadores das redes sociais, os sítios que melhor conhecem e mais utilizam, bem como as funcionalidades que mais valorizam, a frequência com que acedem à rede, a caracterização da informação publicada nesses sítios, assim como o tempo que lhes dedicam.

Na segunda parte deste estudo, o quarto capítulo é dedicado à operacionalização do trabalho, através da apresentação de dados recolhidos durante as entrevistas, o que se assume como estratégia central de recolha de dados, para o que concorreram não apenas o mérito dos entrevistados, como as responsabilidades que assumem em sede de Organizações da sociedade civil, publicamente reconhecidas como interventivas no espaço social. O objetivo final consistiu em reunir contributos para definir da forma mais objetiva possível uma resposta para a questão central de investigação, relacionada com a relevância da participação eletrónica enquanto instrumento de intervenção cívica.

Considera-se este estudo como estando em linha com o interesse que as sociedades têm manifestado na área do aprofundamento da democracia e da intervenção cívica.

CAPÍTULO 1 – DA DEMOCRACIA À DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Baseando-se em fundamentos da teoria democrática e relevando várias posturas críticas em relação às tecnologias, este capítulo procura reconceitualizar os efeitos políticos dos laços sociais imersos em projetos de raiz tecnológica, pretendendo reunir contributos teóricos que permitam melhor compreender o sempre complexo relacionamento entre os poderes e o exercício de uma cidadania plena.

1.1 O papel da participação na organização social e política das sociedades

Etimologicamente, o termo participar decorre do latim *participatio*, que significa ‘fazer parte de’ ou ‘tomar parte em qualquer coisa’, o que transposto para a vida pública e, nomeadamente para a esfera política, evidencia a ideia de ‘tomar parte na vida política’, conceito, porém, pleno de ambiguidade para MARTINS (2004), para quem essa ideia parece resultar da uma excessiva popularização, a par de uma multiplicidade de sentidos em que é utilizado. Para o autor acrescem a diversidade de variáveis objetivas e subjetivas que usualmente lhe estão associadas e que vão desde os comportamentos ativos e passivos dos cidadãos, às atitudes e motivações face à vida pública e política, assim como deverão ser consideradas as ações individuais e voluntárias destinadas a intervir no processo de decisão política, as atividades estimuladas por diversos agentes políticos e sociais e a intervenção na esfera política e social (MARTINS, 2004).

A pertinência temática na qual se depositou genericamente o interesse do contexto deste estudo, não assentou nem se circunscreveu às realidades emergentes, antes num contexto histórico que se desenvolveu e transformou desde a antiguidade até aos dias de hoje e de onde decorreram diferentes formas de organização das sociedades, dos sistemas democráticos aos regimes de matriz autoritária.

Na conceção de RODRIGUEZ & FRANCÉS (2010) ‘democracia’ é uma palavra criada pelos atenienses para se referirem à sua própria forma de governo, estabelecida nos últimos anos do século VI a.C. aparecendo este termo em Heródoto, historiador e geógrafo que viveu no século V a.C. que o aplicou a uma forma de governo que era depois discutido (RODRIGUEZ & FRANCÉS, 2010). Essa intervenção na vida política ateniense, segundo os mesmos autores, traduzir-se-ia não apenas no direito, como também no dever de participar nas assembleias, expressando as suas opiniões, embora esse exercício de cidadania excluísse uma larguíssima faixa da população, como as mulheres, os escravos ou os estrangeiros, que não eram beneficiários desse direito.

Segundo a mesma fonte, o período histórico referenciado como a Idade Média, correspondeu ao poder onnipresente e onipotente da realeza, sustentada numa

aliança de peso desta com a igreja, cabendo ao povo um desempenho social irrelevante, limitado ao engrossar as fileiras dos exércitos, ou a servir nos campos os interesses dos senhores das terras.

Historicamente, o ideal democrático apenas irá reaparecer, segundo CANCIAN (2005) com maior expressão na Idade Moderna, a partir dos séculos XVII e XVIII, emergindo e coincidindo com os abusos de poder dos monarcas, o que conduziu a que os intelectuais discutissem os poderes absolutos da governação, questionando o que tornava legítimo qualquer poder e qualquer governo e que levou a que contra o absolutismo se levantassem as correntes liberais. Passou a estar em causa a ordem aristocrática que remontava à Idade Média, traçada pelo poder político e pela propriedade, ambas *“assentes na transmissão hereditária pois os herdeiros do rei e dos nobres recebiam não apenas a componente fundiária, como o poder sobre os homens que viviam nos seus domínios”*¹³ (CANCIAN, 2005).

Foi em contraponto a esses princípios de organização social que o pensamento liberal decorrente do desenvolvimento do mercantilismo se aprofundou, após o advento da Revolução Industrial no século XVIII, estabelecendo a distinção entre as esferas pública e privada e entre as sociedades política e civil, o que excluía o exercício do poder pela simples origem real ou aristocrática do indivíduo. Porém, tal não deixava de ser elitista pois abrangia apenas os grupos sociais mais favorecidos, sendo o voto decorrente do imposto pago para se obter a condição de eleitor, o que conduzia a que a maioria da população continuasse excluída do processo político e as decisões continuassem a depender de extratos sociais economicamente mais poderosos.

No século XVIII pensadores como Voltaire, Locke, Rousseau, Diderot ou Montesquieu, defendiam uma maior participação popular no governo, ideias que vieram a inspirar os revolucionários das colónias inglesas na América do Norte que proclamariam a independência dos Estados Unidos da América em 1776, passando a ser o primeiro país do mundo com uma constituição escrita e elaborada por representantes do povo. Era essa a ‘consciência liberal’ marcada pela valorização do princípio da legalidade, segundo a qual ninguém se podia colocar acima da lei, completando o quadro dos princípios básicos do liberalismo no âmbito político, a definição do exercício do poder em três instâncias autónomas, traduzidas nos poderes Executivo, Legislativo e Judicial, estando acima delas as leis, das quais a de maior abrangência, pela sua universalidade, seria a Constituição de um país¹⁴.

Poder-se-á referenciar no tempo a origem da democracia moderna entre os séculos XVII e o início do século XIX, e como marcos de referência, a Revolução Inglesa, a Declaração da Independência os EUA e a Revolução Francesa, período durante o

¹³ In <http://educacao.uol.com.br/historia/democracia-2-participacao-direta-e-indireta.jhtm> (Consultado em 30-09-2012)

¹⁴ In http://pt.wikibooks.org/wiki/Hist%C3%B3ria_da_democracia/Idade_moderna (Consultado em 30-09-2012)

qual, ganhou forma a concepção de que o poder legítimo teria de decorrer da vontade popular e que o mesmo nunca é absoluto, devendo respeitar os direitos dos cidadãos.

Dos ideais do liberalismo proviria o conceito de cidadania que, remontando ao século XVIII, se referia apenas a direitos civis como a liberdade e a segurança individuais, ou à liberdade de crença e opinião, mas no decurso do século XIX, assistiu-se à inclusão dos direitos políticos que passaram a consagrar os direitos a votar e a ser votado, a filiação em partidos políticos e à organização em sindicatos, para já no século XX, ser consignado uma extenso lote de direitos sociais, quer na esfera dos direitos individuais ou do emprego, extensivos à componente coletiva e às áreas da saúde ou proteção à família, enquanto a mais ínfima forma de organização social. Estava em curso um novo movimento de massas, que teve as suas origens ainda no século XIX com a classe operária a reivindicar os seus direitos, num processo que culminou com o desenvolvimento das correntes embebidas em ideais socialistas.

Após a 2ª guerra mundial, mas mais acentuadamente a partir da década de 60 do século passado, o 'Estado do bem-estar social', também denominado *welfare state*, começou a evidenciar os primeiros sinais de crise, a que correspondeu um aumento do nível do défice público, considerado pelos governos ocidentais como insustentável, que tal como a inflação e a instabilidade social viriam a conduzir os governos norte-americano e o seu principal aliado na Europa, o Reino Unido, na década de 80, a caracterizarem a sua governação pela diminuição da intervenção do Estado na área social, o que foi considerado como a recuperação dos ideais liberais clássicos, de onde decorreria um Estado mínimo e não intervencionista, apelidado de neoliberal¹⁵. Este contexto, por força da globalização, viria a estender-se a várias regiões do globo, coincidindo com advento das plataformas de informação e comunicação também à escala planetária, que viriam a emprestar às sociedades ferramentas de produtividade e interação de incomensurável potencial, transpondo conceitos básicos de prática democrática e de cidadania para o seu quotidiano, nomeadamente nas áreas da intervenção individual e coletiva, nos aspetos relacionados com o exercício da opinião, ou na mera participação em contexto lúdico, abrindo-se fóruns na micro-realidade local com os mais abrangentes temas de interesse global.

A democracia representativa, sendo a forma de democracia mais difundida nas sociedades modernas, é caracterizada pela soberania popular, delegada nas instituições consagradas constitucionalmente e que exercem a denominada autoridade democrática em nome do povo através dos seus representantes eleitos. Na prática, o diagrama da democracia representativa foi consolidado, como foi

¹⁵ <http://educacao.uol.com.br/historia/liberalismo-e-democracia-as-bases-filosoficas-da-democracia.jhtm> (Consultado em 05-09-2012)

referido, no século XIX e baseia-se na separação de três poderes (legislativo, executivo e judicial), que se traduzem na elaboração e aprovação das leis, na sua administração e aplicação e, finalmente, nos mecanismos criados para a resolução de conflitos ou fiscalização da aplicação dos preceituados legais.

Refira-se, que alguns autores ao defenderem a democracia participativa, admitem, por outro lado, a vertente passiva da participação, identificando-se em SCHEWERIN (1995) esse reflexo, ao considerar que *“as vertentes ativa e passiva da participação relacionam-se com a intensidade e a efetividade do empenhamento de cada um e é assim que os que conseguem desenvolver maiores níveis de autoconfiança e de eficácia, de conhecimento e de consciência crítica, tendem a ser politicamente mais ativos, enquanto os que não conseguem, são potencialmente passivos”* (SCHEWERIN, 1995).

1.2 A Participação enquanto elemento de contrapoder e resistência

A democracia é um regime político que, por se basear na vontade do povo, tende a gerar melhores condições de vida para a população. No entanto, segundo SHILLING (2002) *“não é um sistema político isento de defeitos”*, já apontados na antiguidade por Platão, Sócrates e Aristóteles, segundo os quais, a vontade do povo *“podia ocasionalmente ir contra as normas éticas, muitas vezes dirigida por políticos manipuladores e redundando em injustiça”* (SHILLING, 2002)¹⁶. Porém, existe um permanente capital de esperança no regime democrático, como o qualificou o antigo primeiro-ministro inglês Winston Churchill, em 1947, num discurso na Câmara dos Comuns britânica onde afirmou que *“ninguém pretende que a democracia seja perfeita ou sem defeito. A democracia é a pior forma de governo, salvo todas as demais formas que têm sido experimentadas de tempos em tempos”*¹⁷.

Neste início de século, o processo da vivência democrática como é conhecido e com o qual se convive, não deixa de ser permanentemente questionado, quer na esfera dos partidos, ou dos grupos de cidadãos organizados em defesa de interesses comuns, extravasando fronteiras, políticas, Estados e ideologias. Nos últimos anos os países do sul da Europa aparentam mesmo terem-se transformado em laboratório de novas formas de mobilização da sociedade civil, marcadas pela espontaneidade típica da intervenção nas redes sociais, constatando-se uma busca incessante pela afirmação de novos valores de cidadania, qual luta pelo direito à dignidade humana, nomeadamente quando as crises económicas e financeiras se

¹⁶ <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/politica/aristoteles2.htm> (Consultado em 2012-09-05)

¹⁷ <http://pensador.uol.com.br/frase/MzcyODM5/> (Consultado em 2012-09-05)

instalaram e passaram a ditar o empobrecimento das famílias, em contraponto com os países do norte da Europa, quase estabelecendo um clima de rutura política mesmo no seio da União Europeia e apenas atenuado pelas intervenções políticas, económicas e financeiras das instâncias comunitárias e do FMI.

É no contexto da intervenção social que encontramos em Castells¹⁸ uma identidade também ela de intervenção, face aos tempos de crise instalada, ao dirigir-se a uma assistência de jovens também catalães, referindo que existe sempre nas sociedades, não apenas poder, mas também contrapoder e se existe uma lei social válida, é a mesma que sustenta que onde quer que haja dominação, haverá resistência a ela. Acrescentava na circunstância Castells que *“em consequência, o que aparece como ‘normal’, ‘natural’, ‘estabelecido’ e ‘acordado são simplesmente os resultados dos compromissos de luta e negociação que se dão entre distintos interesses e valores na sociedade. Quem ganha, vai ampliando o seu poder nas instituições. Quem contesta o poder e apresenta ideias novas, se tem poder suficiente, vai mudando estas instituições”*. Referia ainda este pensador catalão que o mais importante da política mediática não é tanto o que dizem os meios mas o que eles ocultam, como a ausência de mensagens, opiniões e alternativas, o que gera que as pessoas percebam que não estão sozinhas e tornando-as mais fortes. *“As pessoas dizem que vivem numa democracia, porém ela não é democrática. E isso é considerado normal”*.

Segundo MARCONDES (2011), os ideais democráticos pressupõem cidadãos atentos à evolução das questões públicas, informados sobre os acontecimentos políticos e capazes de escolher entre diversas alternativas. Para esta autora, a realidade é diferente sendo o grau de informação consideravelmente baixo e crescente, existindo desinteresse na população para com a política e os seus agentes de onde resulta que *“os debates políticos entre cidadãos e instituições são pouco ou nada estimulados, assim como a representação de algumas classes sociais é insatisfatória”*. A autora remetia para a crise dos sistemas democráticos que levam a que o interesse pela política se restrinja a pequenos grupos, elencando como motivos para o desinteresse crescente dos cidadãos para a coisa pública, a falta de credibilidade, o desgaste da imagem das instituições políticas e dos governantes, a corrupção, a desconfiança em relação às instituições representativas, o excesso de formalismo, o distanciamento entre representantes e representados, a opacidade política e a assimetria na divisão dos recursos (MARCONDES, 2011).

¹⁸ Castells, M – Discurso proferido em Barcelona (Praça Catalunha) em 2011-05-29, traduzido por Daniela Frabasil e disponível em texto integral e áudio em <http://www.outraspalavras.net/2011/07/18/castells-propoe-outra-democracia/> - Consultado em 2012-09-12

1.3 A teoria democrática e a inclusão digital

BENEVIDES (1994) considerava que na teoria democrática a noção de cidadania está ancorada na definição legal nos direitos e obrigações que a constituem, havendo dois eixos centrais do debate ideológico de natureza teórica e política, consubstanciados na natureza dos sujeitos e no conteúdo dos direitos. Para esta Professora da Faculdade de Educação da Universidade de S.Paulo/Brasil um primeiro eixo refere-se à visão liberal-individualista, com propostas significativas, que apontam para a revisão da relação entre o sujeito individual e os direitos coletivos e um segundo, dirigido para a existência de direitos ‘universais’ e para a relação entre direitos humanos, civis, políticos, económico-sociais e coletivos (BENEVIDES, 1994). Por seu turno, MARTELETO (2001) refere que, assumindo o perfil de espaços informais as redes são iniciadas a partir da tomada de consciência de uma comunidade de interesses e/ou de valores entre os seus participantes, referindo que entre as motivações mais significativas para o desenvolvimento das redes estão os assuntos que relacionam os níveis de organização social nos contextos global, nacional, regional, local ou comunitário, acrescentando que muitas vezes a *“participação nas redes sociais envolve direitos, responsabilidades e vários níveis de tomada de decisões”* (MARTELETO, 2001).

Uma perspetiva caraterizadora das redes já havia sido assumida por COLONOMOS (1995) ao defender que de forma diferenciada das instituições, as redes não supõem necessariamente um centro hierárquico e uma organização vertical, sendo definidas pela multiplicidade quantitativa e qualitativa dos elos entre os seus diferentes membros e sendo orientada por uma lógica associativa. Concluía afirmando que *“a sua estrutura extensa e horizontal não exclui a existência de relações de poder e de dependência nas associações internas e nas relações com unidades externas”* (COLONOMOS, 1995).

Perseguindo o pensamento crítico, segundo LÉVY (2000) retira-se que o ciberespaço representa um estágio avançado de auto-organização social, ainda que em desenvolvimento, aparecendo como um espaço do saber, *“em que o conhecimento é o fator determinante e a produção contínua de subjetividade a principal atividade”* (LÉVY, 2000), enquanto CASTELLS, em 2010¹⁹ numa entrevista ao sítio *Webmanário*²⁰, afirmava que *“estamos num mundo de redes sociais. Hoje as pessoas relacionam a sua vida física com a sua realidade na rede. Estão integradas. Não é uma virtualidade na nossa vida, é a nossa realidade que se fez virtual”* referindo-se este pensador a uma mudança fundamental que a Internet permitiu, que foi *“a autoconstrução das redes de relação da organização*

¹⁹ Fonte - entrevista in <http://Webmanario.com/2010/09/26/castells-a-rede-social-nao-e-uma-virtualidade-em-nossa-vida-e-nossa-realidade-que-se-fez-virtual/> - (Consultado em 15-11-2012)

²⁰ <http://Webmanario.com/> - auto-carateriza-se como o 1º jornal-site-revista-laboratório. (Consultado em 2013-11-13)

social e das redes de pensamento, sendo a primeira vez na história que se produziu uma autoconstrução da sociedade nessa escala”.

Acredita-se que ainda haja muita gente digitalmente excluída devido à falta de acesso à tecnologia, exclusão que agrava as desigualdades sociais com uma parte significativa da população a não saber o real significado da palavra inclusão e ‘incluir digitalmente’ um cidadão não será apenas ensinar-lhe como abrir um *e-mail*, ou ser um elemento participativo das redes sociais. A inclusão digital pressuporá produção e partilha de conhecimento, a fim de melhorar as condições de vida do utilizador, não bastando estar em frente a um computador com acesso à rede sem o domínio dessas ferramentas, ou seja, sem as competências que lhe garantam o acesso a toda a informação disponível possuindo a capacidade cognitiva que lhe permita gerir as disponibilidades da Internet, incluindo dominar uma perspectiva crítica para discernir entre o vastíssimo volume de informação contida na Web.

Transparece de múltiplas leituras existir um debate aparentemente prudente em relação ao verdadeiro alcance da intervenção transformadora das TIC, principalmente no que diz respeito à política, pois segundo alguns autores, em que se incluem alguns teóricos como (SCHMIDTKE, (1998) e MALINA, (1999), as TIC são marcadas por uma natureza ambígua e o seu uso para fins políticos benéficos depende, não da sua capacidade interativa, mas do modo de apropriação social, enquanto um segundo grupo de autores, em que se incluem (BUCHSTEIN, 1997) ou (WOLTON, 2001), vislumbram mais efeitos negativos do que consequências positivas ou ambiguidades nas TIC. Das várias perspetivas sobre o assunto, algumas continuam sendo alvo de investigação e discussão, nomeadamente ao nível das políticas públicas para a inclusão social, que, como referia COELHO, em 2010, *“só podem ser entendidas a partir de uma análise do processo cumulativo de exclusão, que se agrava com o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação”*²¹. Para este investigador, sem informação não possuímos acesso ao conhecimento dos nossos direitos, nem existe forma de assegurá-los e ao falar-se de inclusão digital tal refere-se a uma nova cultura de direito e não apenas de acesso à Internet, como à informação enquanto um bem público, o que implica fazer aumentar a inclusão no campo dos direitos básicos, como o da informação. Segundo o mesmo autor, o processo de inclusão digital faz parte da construção da cidadania e coloca o cidadão no campo do direito à informação, ao conhecimento e à comunicação referindo que *“o acesso à informação é um direito fundamental de qualquer sociedade democrática baseada no pluralismo, na tolerância, na justiça e no respeito mútuo”*. Acrescentaria o autor que um dos aspetos que marcam a Reforma Urbana é o entendimento de que a garantia dos direitos passa pelo acesso a equipamentos coletivos, tal como a garantia do direito à habitação, à educação e à saúde, incorporada no direito à

²¹ www.cidadaniaeredesdigitais.com.br/_files/009franklin.od

cidade o que exige infraestruturas para se tornar efetiva. De igual forma, refere, “o acesso às TIC coloca exigências sobre novas formas de equipamentos coletivos e bens públicos que sejam capazes de garantir o acesso às redes de informação” (COELHO, 2010).

Na obra “*Tecnologia e Inclusão Social - a exclusão digital em debate*”, de WARSCHAUER, (2006), constata-se uma abordagem analítica à relação entre as TIC e a inclusão social, com o autor a problematizar a causalidade existente entre o acesso a computadores/Web e a inclusão digital, a partir de uma pesquisa empírica realizada em países de quatro continentes²². Partindo da constatação de que projetos que forneciam *hardware* e *software* mas que dedicavam pouca atenção aos sistemas social e humano não produziam resultados satisfatórios quanto à inclusão digital, o autor propunha que estes sistemas deveriam mudar para que a tecnologia fizesse a diferença, de onde resultaria que as TIC não devem assumir-se como uma variável exterior ao processo de inclusão, antes estejam embebidas nos sistemas e nos processos sociais das comunidades a serem contempladas em projetos dessa natureza, ou seja mediante a integração eficaz das TIC em comunidades, instituições e sociedades. Nesse sentido promover a inclusão social significaria “*focalizar na transformação e não na tecnologia*” (WARSCHAUER, 2006).

BUSTAMANTE (2010) transmitiu uma reflexão segundo a qual o conhecimento flui hierarquicamente do centro para a periferia, dividindo os países entre importadores e exportadores de produtos audiovisuais, referindo-se este investigador à ideia de “*parecer que a nova exclusão digital reproduz as velhas desigualdades sociais*”. Nesse contexto e frente a esse cenário, admite existirem duas atitudes possíveis: “*em primeiro lugar, o caminho até a hipocidadania*”, significando tal, a eliminação da consciência cidadã por meio de várias dinâmicas políticas como o aumento do controle social, a expansão da informática por padrões proprietários, a monopolização dos padrões de *hardwares*, *softwares* e padrões de comunicação, a promoção de um uso simplesmente lúdico das TIC (incluindo a expansão do setor das consolas e dos videojogos), ou o fomento de um uso superficial e não comprometido das redes sociais” acrescentando que “*nessa dinâmica, está claro que o equilíbrio entre cidadãos e instituições centralizadas penderia claramente a favor das instituições*” (BUSTAMANTE, 2010).

Por outro lado, o autor referia-se à existência de um caminho alternativo até ao que denomina de ‘hipercidadania’, que considera como um exercício mais profundo da participação política que poderia ser definido como ‘cidadania digital’ tratando-se de um conceito baseado na apropriação social da tecnologia, o que pressupõe empregá-la para fins não só de excelência técnica, mas também de relevância social. Prosseguindo esta análise, refere a utilização consciente do impacto das

²² China, Índia, Brasil, Irlanda, EUA (Califórnia e Havaí) e Egito

TIC sobre a democracia, avançando desde as suas atuais formas representativas até novas modalidades de democracia participativa, na expansão de uma quarta geração de direitos humanos, na qual inclui o acesso universal à informática, à difusão de ideias e crenças sem censura, sem fronteiras e, por meio das redes. Tratar-se-ia não apenas do direito a ter voz no desenho de tecnologias que afetam as nossas vidas, como o acesso permanente ao ciberespaço através de redes abertas a um espectro também ele aberto.

Enquadrar-se-iam no mesmo contexto, segundo o autor, a promoção de políticas de inclusão digital, entendendo como inclusão não apenas o simples acesso e compra de produtos e serviços de informática, mas o processo de criação de uma inteligência coletiva, que se assuma como um recurso estratégico para inserir uma comunidade ou um país num ambiente globalizado. Esses recursos incluiriam ainda o desenvolvimento criativo de serviços de governo eletrónico que aproximassem a gestão dos assuntos públicos dos cidadãos, através *“da defesa do conceito de bens comuns, conservando espaços de desenvolvimento humano cuja gestão não estivesse submetida às leis do mercado e ao arbítrio dos especuladores, culminando com uma aposta no software e no conhecimento livres e no desenvolvimento de múltiplas formas de cultura popular, com o objetivo final de consolidar uma esfera pública interligada”* (BUSTAMANTE, 2010).

1.4 A crítica social à tecnologia

Em RHEINGOLD (1993) descortinam-se algumas inquietações pertinentes embebidas na obra *“A Comunidade Virtual”* quando se refere à existência de três tipos de crítica social à tecnologia, relevantes para a discussão das comunicações assistidas por computador, enquanto meio para o aprofundamento da democracia.

Uma primeira corrente assente no que classificou como processo de ‘mercadorização’, que consistiria num esvaziamento da discussão pública nos meios eletrónicos de comunicação, ao transformarem uma larga faixa do seu conteúdo em publicidade, fenómeno que se estenderia ao processo político, contrariando o princípio defendido pelos ativistas *online* que vêm na esfera pública e nas comunicações assistidas por computador uma forma de revitalização do debate aberto e generalizado, entre os cidadãos como base das sociedades democráticas.

Uma segunda corrente crítica que se baseava no facto das redes interativas poderem ser utilizadas em articulação com outras tecnologias, enquanto meios de vigilância, controlo e desinformação, para além de canal de transmissão de informação útil, um receio fundado na facilidade da recolha e disseminação de informação pormenorizada sobre as pessoas, através das tecnologias no

ciberespaço. Referia o autor, como elemento ilustrativo desta inquietação, o rasto digital invisível deixado quando alguém utiliza os recursos eletrónicos, facto que constituiria motivo de grande preocupação à medida que as tecnologias para seguir esses rastros se desenvolvem, até à possibilidade do cruzamento da informação permitir reconstituir as pistas digitais deixadas por toda a gente, que se poderia traduzir num risco à privacidade individual.

Finalmente, a terceira corrente crítica, que Rheingold denominou como hiper-realista, remetia para uma análise assente no pressuposto de que as TIC já transformaram aquilo que passava por ser a realidade, numa simulação eletrónica, consubstanciada numa hiper-realidade elaborada para agradar ao mundo real e ao mesmo tempo dirigida ao bolso dos consumidores, *“à imagem de uma indústria global dedicada à manutenção de uma teia de ilusões, que se parece cada vez mais com a realidade à medida que aumenta o número de crentes e o poder das tecnologias”* (RHEINGOLD, 1993).

Ainda segundo Rheingold existe uma ligação íntima entre as conversas informais, o género próprio das comunicações reais e virtuais, as conferências informáticas e a capacidade de auto-governação de grandes grupos sociais sem a necessidade de ditadores. Tratar-se-ia de uma relação sócio-política que partilharia uma metáfora com o conceito de ciberespaço, pois decorre num espaço virtual que veio a ser conhecido como esfera pública. Já CASTELLS, (2009) na obra *“The Communication Power”* formulava uma reflexão que vai ao encontro da emergência de um novo paradigma nas relações de poder afirmando que *“surgiu um novo sistema de comunicação de massas, em função do qual as relações de poder têm sido profundamente modificadas pelo surgimento desse novo ambiente comunicacional, que pode ser localmente baseado em áreas comuns da Internet, mas ligado globalmente, sendo construído através de mensagens, sites de redes sociais e blogs e usado por milhões de utilizadores que no mundo têm acesso à rede”* (CASTELLS, 2009).

1.5 A apropriação social da tecnologia, como processo de *empowerment*

No início da década de 90 do século passado, RHEINGOLD (1993) questionava na já citada obra *‘A Comunidade Virtual’*, *“se as comunidades virtuais não passariam de enclaves informáticos, quais torres de marfim intelectuais, procurando a resposta no mundo real, onde se emprega a tecnologia para abordar problemas sociais”*, referindo os casos das organizações sem fins lucrativos, ao nível dos bairros, ou as organizações não-governamentais (ONG) a nível global, poderem ser encaradas como manifestações modernas da denominada sociedade civil. (RHEINGOLD, 1993).

Embora os utilizadores, de uma forma global, façam sentir a sua presença coletivamente direcionando-se a objetivos comuns também partilhados, as suas ações não são essencialmente coletivas, tendo as suas origens e motivações em complexas estruturas sociais, políticas ou outras, evidenciando-se a ideia de que nenhum indivíduo ou grupo de indivíduos possui informação que garanta, com rigor, o desenvolvimento e impactos a que essa participação possa conduzir. Já HABERMAS (1984) haveria de se referir ao conceito de esfera pública como *“um domínio da nossa vida social na qual pode formar-se a opinião pública, estando o acesso à mesma, aberto a todos os cidadãos”*. Para este crítico social e filósofo, *“constitui-se uma porção da esfera pública de cada vez que as pessoas individuais se reúnem para falar, formando o público, agindo os cidadãos como tal, quando abordam questões de interesse geral sem estarem sujeitos a coação, estando assim garantida a sua liberdade de reunião, expressão e publicidade de ideias”* (HABERMAS, 1984). É claramente nesse sentido, que IANNI (2000) diz que *“na contemporaneidade grande parte do que é a vida política de indivíduos e coletividades, classes e grupos sociais, governos e regimes, parece localizar-se nos media”* (IANNI, 2000) enquanto na esfera política, Jorge Sampaio enquanto Presidente da República Portuguesa, afirmou não poderem os partidos alhear-se das opiniões públicas e dos cidadãos, referindo a imperiosidade de *“existir um compromisso político entre ambos”*.²³

Face à implementação da Web 2.0 as instituições políticas e administrativas foram confrontadas com uma oportunidade singular para ampliar a sua presença perante os cidadãos e, por outro lado, as faculdades proporcionadas pela Internet passaram a ser entendidas como possíveis instrumentos privilegiados no relacionamento entre os cidadãos e as instâncias do poder, podendo vir a proporcionar condições para um maior envolvimento dos primeiros em futuros processos de *policy making* e *policy decision*.²⁴ Contudo, como já foi referido, em muitos países o acesso e a utilização das TIC, no sentido do incremento de um relacionamento conducente a uma governação mais aberta e transparente, evidencia claramente que muitas pessoas continuam fora da rede e dos seus benefícios, em grande medida pela falta de infraestruturas de telecomunicações e/ou educação, agravada pela falta de integração nas agendas da governação de planos tecnológicos inclusivos e abertos à participação de todos.

Acreditando-se que as TIC poderão potenciar novos instrumentos de abertura e transparência das instituições políticas e administrativas, possibilitando a introdução de mecanismos de interação ao dispor dos cidadãos, de mesma forma

²³ Disponível em <http://www.ionline.pt/portugal/jorge-sampaio-estamos-num-colete-forcas-resultado-programa-ajustamento> (Consultado em 20-10-2012)

²⁴ In Cidadania Eletrónica – Cidadania e Governo na Sociedade da Informação [Em Linha] disponível em http://www.umic.pt/images/stories/osic/DossierDemocraciaElectronicaVersaoWebsite_23_Dez.pdf (Consultado em 2011-06-19)

se admite poder ser facultado o exercício de uma cidadania mais ativa, agilizando o acesso a novos mecanismos de participação em diferentes áreas, também enquanto agente facilitador perante dificuldades emergentes no plano social.

A procura e implementação de soluções de vanguarda tecnológica que utilizem essas capacidades de comunicação de forma a motivar o cidadão para a participação, passando de um modelo simples de informação a uma relação bilateral de cooperação e proximidade com as entidades públicas, não deixa grandes equívocos quanto à necessidade da existência de uma clara vontade política condutora desse objetivo, fruto de tendências e reflexos sociais e segundo MOITA (2010) tratar-se-á de um processo que remete para a utilização ou aproximação ao modelo das redes sociais e à dinâmica das aplicações e ferramentas que tipificam a Web 2.0, *“como os jogos interativos educativos, eleições participativas, páginas interativas de grupos e associações sociais, canais de vídeo, aplicações personalizáveis para telemóvel, smartphones, ipads e outros gadgets, utilização de sms para alertas e avisos personalizados, fóruns de discussão temáticos abertos para debates de matérias públicas ou sondagens e inquéritos participativos online”* (MOITA, 2010).

Na perspetiva de VASCONCELOS (2012), algumas das principais tendências de um novo paradigma na Internet foram sublinhadas por TAPSCOTT & WILLIAMS (2006) no bestseller *“Wikinomics”*. Citando o autor do artigo *“Os caminhos do Open Government”*²⁵ *“destaca-se aí o potencial colaborativo da Web 2.0, apontando-se a crescente produção coletiva de conteúdos ou o desenvolvimento conjunto de aplicações como o Linux. Tapscott e Williams realçam tais tendências colaborativas e a sua influência em alguns modelos de negócio recentes e bem-sucedidos, antevendo grandes mudanças nos paradigmas até agora vigentes”*. Acrescentava ainda este responsável para a área da Inovação e Gestão do Conhecimento da AMA – Agência para a Modernização Administrativa, que *“o crowdsourcing”*²⁶ se afirmara como uma das imagens de marca desta nova era na Web”, referindo ainda que, *“já em 2010, QUALMAN destacava no “Socialnomics - How Social Media transforms the way we live and do business” a hegemonia crescente das redes sociais e o seu impacto na forma como vivemos e trabalhamos na sociedade da informação”* (VASCONCELOS, 2012).

Convive-se nos dias de hoje, no espaço social público e na intimidade, com novos meios que possuem potencialidades técnicas até há poucos anos inimagináveis e

²⁵Disponível em <http://www.rcc.gov.pt/Mediateca/artigos/Paginas/Os-caminhos-do-Open-Government.aspx?master=RCC.Print.master> (Consultado em 09-06-2012)

²⁶ O *crowdsourcing* é um modelo de produção que utiliza a inteligência e os conhecimentos coletivos e voluntários espalhados pela Internet para resolver problemas, criar conteúdo e soluções ou desenvolver novas tecnologias.

que a prática tem revelado colocar novos e permanentes desafios aos meios das gerações precedentes, como a televisão ou a rádio. Tal estado de coisas passou a exigir grandes investimentos e muita imaginação aos operadores dessas áreas, salvo algumas exceções radicadas em grupos empresariais financeiramente mais apetrechados e atempadamente dimensionados para uma perspectiva concorrencial com os novos *media*. Investigadores da esfera social e política, políticos, governos, empresas e grupos de *media* têm comungado de uma significativa unanimidade quanto às capacidades e *performances* das novas ferramentas digitais em contexto interativo, o que, quase de forma simplista, deveria constituir uma forma afirmativa de *empowerment* dos cidadãos, com potenciais reflexos na tomada de decisão política, eventualidade que concepções mais extremadas da gestão da coisa pública classificariam como a miragem do ‘governo direto’.

Uma reflexão de SIVALDO (2005) sobre de que forma a participação democrática em ambientes digitais (a existir) está a ocorrer, refere que as visões mais positivas sustentam predominantemente a ideia de que o uso em larga escala das TIC seria capaz de transformar de modo significativo as relações sociais e políticas, possibilitando maior fluxo de informação, reforçando laços comunitários, revigorando a participação do cidadão e gerando, com isso, novas formas de relações com o poder. Acrescentava o autor que *“não se fala explicitamente num novo sistema político que suplantaria o sistema democrático moderno atual”,* estando esta visão bastante afinada com a ideia de *‘uma revolução digital’* ou o *surgimento de uma sociedade da informação*” (SIVALDO, 2005), em linha com as concepções de autores como MITCHELL (1995), sobre a democracia digital, quando reconhecia as potencialidades comunicativas das TIC, como *“uma possibilidade tecnológica de interação horizontal em massa, que estaria apta a interferir na relação do cidadão com o respetivo governo, o que se repercutiria em mudanças no modo de operação da política contemporânea”*²⁷ (MITCHELL, 1995).

Porém, ainda segundo SIVALDO, (2005), outros grupos de autores configuram uma posição bem mais moderada, *“limitando estas transformações ao nível de um rearranjo do sistema democrático liberal, admitindo repercussões importantes como um maior poder de participação dos cidadãos na deliberação dos negócios públicos, mas não tão significativas a ponto de se afinarem com a ideia de uma “revolução”* (SIVALDO, 2005).

1.6 Os graus da participação democrática e da democracia digital

²⁷ A legitimidade das decisões políticas em face da participação da sociedade no Governo Eletrônico sob a perspectiva da democracia digital. Disponível em www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php (Consultado em 30-08-2012)

DAHLBERG (2001) define três segmentos da democracia eletrônica imersos no conceito 'legitimidade democrática'. Para o 'individualismo liberal', um modelo democrático ganha legitimidade quando fornece expressão aos interesses individuais; para o 'comunitarismo', um modelo democrático é legitimado por realçar o espírito e os valores comunitários e finalmente para a 'democracia deliberativa', um modelo democrático é legitimado pela facilitação do discurso racional na esfera pública, de onde decorre que as três posições possam ser identificadas dentro da prática e retórica da democracia-Internet.²⁸

Por seu lado, GOMES (2005) refere a existência de vários graus de participação popular proporcionados pela infraestrutura da Internet, que segundo este autor, parecem satisfazer diferentes compreensões da democracia.

São cinco os graus de democracia digital que refere, correspondentes à escala de reivindicação dos modelos de democracia participativa, atribuindo um primeiro grau à disponibilização da informação e à prestação de serviços públicos, que considera como serviços do Estado entregues ao domicílio ou a 'cidadania *delivery*', (GOMES, 2005). Uma perspetiva que já GANDY (2002) caracterizava como "*reveladora de dois papéis distintos*"; o papel do governo que procura suprir as necessidades de informação básica, serviços e bens públicos ao cidadão e o papel do cidadão que aguarda receber, sem transtornos e com rapidez, esses serviços públicos oferecidos, confundindo-se, de alguma forma, com a figura de consumidor e "*sustentando alguma tensão entre dois interesses distintos*" (GANDY, 2002).

Um segundo grau de participação remete para o emprego das TIC como um mero canal de comunicação, embora o procedimento de emissão continue predominantemente na mão dos governos que não criam um diálogo efetivo com a esfera civil, apenas se limitando a criar e a manter canais de sondagem de opinião sobre determinados assuntos públicos, o que não significa que a opinião recebida seja levada em conta em todos os campos da produção da decisão política. Quer em relação a este grau de participação, quer ao anterior, a origem do processo comunicacional teria a sua origem na esfera política, que procura *feedback* na esfera civil de onde virá a recolher informação.

Quanto aos graus superiores, estes pressupõem um fluxo de comunicação cuja iniciativa está na esfera civil, produzindo efeitos diretos na esfera política, entendida como esfera da efetivação da decisão. Assim, o terceiro grau de democracia digital é representado por um Estado com grande volume e intensidade na sua prestação de informação e prestação de contas que adquire um alto nível de transparência para o cidadão comum, mas não conta com ele para a produção da decisão política, "*trata-se de um nível de relacionamento entre o poder e os administrados que representa a obrigação de prestação de contas por parte do primeiro*

28 Revista Democracia Digital e Governo Eletrónico (ISSN 2175-9391), 2011.

(*accountability*) o que gera maior permeabilidade da esfera governamental para alguma intervenção da esfera civil” (GOMES, 2005).

O quarto grau assentaria na democracia deliberativa, através da interação democrática baseada no diálogo aberto e livre onde os participantes propõem e definem reivindicações e argumentos sobre problemas comuns, o que conduz a que, refere DAHLBERG (2001) “*neste processo, os indivíduos privados assumem a figura de cidadãos orientados publicamente*” (DAHLBERG, 2001) e quanto ao quinto grau, configuraria os modelos da democracia direta, onde o público, valida as decisões e controla a decisão política no interior do Estado, extinguindo-se a esfera política profissional e revelando-se então o modelo de ‘*democracy plug’n play*’, do voto eletrónico *online* e da conversão do cidadão em co-responsável na produção da decisão política sobre os negócios públicos, resultando “*num Estado governado por plebiscitos online e em que à esfera política restariam exclusivamente as funções de administração pública*” (GOMES, 2005).

Ainda quanto aos níveis de participação, MACINTOSH (2004) estabelece três patamares de participação política, auxiliada pela tecnologia, traduzidos em ‘Informação’, ‘Consulta’ e ‘Participação Ativa’, considerando o nível da ‘Informação’ como estando ligado ao carácter potenciador da participação, o que significa que maior informação potenciaria maior participação, competindo à tecnologia veicular informação relevante, que seja, por um lado, acessível e, por outro, compreensível por parte dos indivíduos. Um segundo patamar associado ao *e-enabling*²⁹, relaciona o nível da ‘Consulta’ com a consideração do *feedback* por parte dos decisores políticos através das reações e opiniões dos indivíduos, uma postura que se relaciona com o *e-engagment* na medida em que engloba o indivíduo no debate através de uma consulta que é permeável às contribuições individuais e, finalmente, o último nível apresenta-se como o da ‘Participação Ativa’, que entende o relacionamento do indivíduo comprometido num processo de parceria com o poder político, na delineação dos processos e dos conteúdos das decisões que são efetivamente tomadas. Este nível surge associado ao *e-empowering*, estágio em que os indivíduos seriam simultaneamente consumidores e produtores de políticas públicas.³⁰

Ainda segundo MACINTOSH (2004), os graus de participação antes citados surgem associados, numa perspetiva sistémica de *inputs* e *outputs*, a um modelo de caracterização da e-Participação no processo de formulação de políticas públicas, assente nas etapas: ‘*Agenda-Setting*’, ‘*Analysis*’, ‘*Policy Creation*’, ‘*Implementation*’ e ‘*Monitoring*’ no qual a ‘*Agenda-Setting*’ respeitará ao estabelecimento de uma necessidade para a criação ou modificação de uma

²⁹ Termo que segundo o *Cambridge Business English Dictionary* significa “usar a Internet para negócios ou para comunicar”.

³⁰ Adaptado de <http://www.ec.ubi.pt/ec/11/pdf/EC11-2012Mai-02.pdf>

política pública; *'Analysis'* referir-se-á à definição de desafios e oportunidades associados ao assunto em discussão, e que pode receber contributos para o esclarecimento dos cidadãos ou das organizações da sociedade civil; *'Policy Creation'* decorrerá da criação efetiva de políticas públicas; *Implementation* envolverá a legislação, a regulação, e outros aspetos relevantes para a implementação das políticas públicas e, finalmente, *'Monitoring'* corresponderá à avaliação e revisão da política em curso, permitindo, se necessário, o retorno à primeira etapa e, conseqüentemente, à criação ou reformulação da política pública (MACINTOSH, 2004).

Ao recorrerem à Internet, esta pode permitir, em tempo-real, uma participação mais alargada e ativa dos políticos e dos cidadãos. Porém, segundo MONTARGIL (2000) as diferentes formas de participação partilham um objetivo claramente definido, que se poderá traduzir na influência do sistema político, originando *inputs* que pretenderão condicionar os seus *outputs* ou seja, as decisões políticas finais. Para este autor a capacidade de influência destes elementos sobre o sistema é, porém, muito variável e o potencial que as diferentes formas de participação revelam de influenciar as decisões políticas é considerada como um critério essencial para a sua caracterização, que configura através de uma escala de graus de influência da participação (Figura 3), (MONTARGIL, 2000).

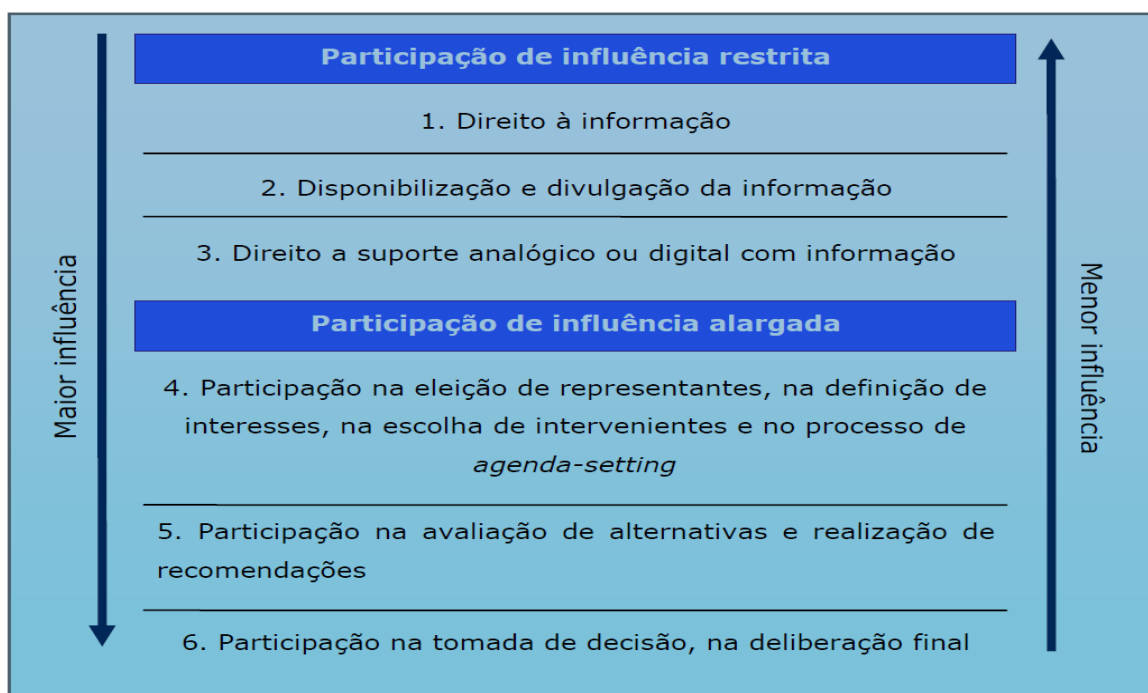


Figura 3 - Níveis de influência da participação no processo decisório³¹

³¹ Fonte – “O desenvolvimento da democracia eletrónica em Portugal” – APDSI (2008)

Desta expressão gráfica decorre que se encontram previstos na escala adotada, um conjunto de níveis elementares de participação, desde o reconhecimento, por parte do sistema do direito dos cidadãos a aceder à informação, até à participação na tomada de decisão, ou seja, na deliberação final.

1.7 Condicionantes ao processo participativo em Portugal

Em grande medida sustentada na opinião de autores com profundo trabalho ao nível sociológico, desenvolvido no seio da sociedade portuguesa, esta secção procura abordar condicionantes que têm contribuído, de forma significativa, para o acentuar das dificuldades experimentadas no processo da participação em Portugal, tomando ainda como referência alguns dados estatísticos reveladores da situação do país no quadro europeu, quanto às respetivas taxas de alfabetização.

1.7.1 Os reflexos da literacia na intervenção cívica

Em termos de intervenção cívica, tão importante como a consciencialização de um povo para a sua realidade social, política ou económica, serão os seus níveis de literacia, embora não se pretenda relacionar objetivamente tal com a literacia digital, que assume uma relevância mais abrangente neste estudo.

Se forem levados em boa conta os resultados definitivos do ‘Censos 2011’, realizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e apresentados já no decorrer do 4º trimestre de 2012, cerca de 500 mil portugueses não sabem ler nem escrever, o que reflete que a taxa de analfabetismo caiu de 9% para 5,2% na última década, uma diminuição acentuada, que ainda assim não foi suficiente para tirar Portugal dos últimos lugares da tabela na Europa (Tabela 3).

Tabela 3 – Taxas de Alfabetização na Europa³²

País	Taxa de alfabetização (%)	Ano
Finlândia	100	2000
Luxemburgo	100	2000
Letónia	100	2010
Estónia	100	2010
Lituânia	100	2010
Eslovénia	100	2010
Ucrânia	100	2010
Eslováquia	100	2004

³² Fonte – CIA World Factbook – Disponível em <http://www.indexmundi.com/Map/?t=0&v=39&r=eu&l=pt> (Consultado em 2014-04-15)

Bielorrússia	100	2009
Polónia	100	2010
Suécia	99	2003
Suíça	99	2003
Mónaco	99	2003
Bélgica	99	2003
República Checa	99	2003
Dinamarca	99	2003
Irlanda	99	2003
França	99	2003
Alemanha	99	2003
Hungria	99	2010
Islândia	99	2003
Países Baixos	99	2003
Reino Unido	99	2003
Croácia	99	2010
Albânia	99	2001
Moldávia	99	2010
Montenegro	98	2010
Itália	98	2001
Bulgária	98	2011
Bósnia e Herzegovina	98	2010
Sérvia	98	2010
Roménia	98	2010
Espanha	98	2010
Macedónia	97	2010
Grécia	96	2001
Portugal	95	2010
Malta	93	2005
Turquia	87	2004

Em termos globais a educação, como processo social básico permanente dirigido à recuperação do indivíduo excluído, configura-se uma peça-chave para atingir a cidadania plena, no entanto, se forem introduzidas questões relativas às tecnologias da informação e comunicação, acesso a redes ou competências no sentido da apropriação das resultantes desses progressos técnicos, JAMBEIRO (2012) refere dever impor-se definir a inclusão infocomunicacional como fator de alta relevância para o exercício da cidadania muito *“porque se a maior parte da população não domina os elementos essenciais para utilizar ferramentas tecnológicas da informação e comunicação, o fosso social tende a agravar-se”* (JAMBEIRO, 2012).

A UE ao implementar uma estratégia global à escala europeia, assente no documento ‘*Memorando sobre a Aprendizagem ao Longo da Vida*, pretendeu lançar

uma medida dirigida à educação e à formação no âmbito da sociedade do conhecimento, assente em duas vertentes: uma primeira centrada na aquisição de competências para o reforço da competitividade da Europa e para a melhoria da empregabilidade e uma segunda que assumia a educação de forma mais ampla enquanto elemento formativo dos cidadãos num contexto de múltiplas sensibilidades culturais. Dois aspetos dirigidos à promoção da cidadania ativa e ao emprego, que deveriam propiciar uma aprendizagem ao longo da vida, no sentido do que foi denominado pelos promotores como um ‘crescimento económico dinâmico com ganhos ao nível da coesão social’.

Parece poder-se concluir, que existem condicionalismos a que as pessoas são sujeitas, nomeadamente os decorrentes da esfera económica, que podem condicionar de forma determinante as perspetivas mais otimistas no sentido do incremento da aquisição de competências, gerando um novo grupos de excluídos até há poucos anos potenciais utilizadores dos recursos que as sociedades da informação e do conhecimento passaram a disponibilizar.

No contexto social, ao ponderar fatores geradores de desigualdades e oportunidades, VALLA, (1998) referia que *“o fortalecimento da sociedade civil aparece como alternativa mais aberta aos problemas sociais e à reelaboração de novas formas de relação entre a sociedade e o Estado, parecendo ser necessário levar em conta a visão das pessoas e das coletividades sobre os seus problemas, bem como sobre as soluções que constroem* (VALLA, 1998). Decorre desta reflexão, que a reivindicação de políticas sociais poderá continuar a mostrar-se como necessária e justa, não sendo, porém, a única estratégia dos movimentos sociais, que procuram encontrar um caminho complementar para as soluções, já que os Estados se mostram frequentemente inoperantes ou ausentes.

Imergindo mais profundamente na realidade portuguesa, com base num inquérito à população realizado no ano de 1997, CABRAL, (2000) concluía pela baixa participação dos portugueses em associações importantes para o exercício da cidadania, revelando fracos níveis no exercício da cidadania política e um grande distanciamento ao poder, considerando essa constatação como *“transversal à sociedade portuguesa, consequência de um défice comunicacional entre governantes e governados, recordando os conflitos entre elites e massas nos antigos regimes liberais oligárquicos”* (CABRAL, 2000). É este autoritarismo do Estado que posteriormente CABRAL (2004) recuperaria, considerando-o uma prepotência administrativa, ao referir-se *“a um distanciamento histórico entre as elites do poder e a população, constatando existir na realidade portuguesa, um distanciamento ao poder político, que atravessa todas as camadas da população”* (CABRAL, 2004). Esta posição do autor é sustentada em grande medida na convicção de que tal situação decorre do efeito de longo prazo do apelidado

‘familismo amoral’³³, que não se confina ao espaço económico, mas que tem um efeito abrangente nas esferas social e política, estando muito presente nos grupos com menor grau de alfabetização e pela industrialização tardia de Portugal, que exerceria influência nas dinâmicas de relacionamento da população com o poder político (CABRAL, 2004).

Porém, MENDES & SEIXAS, (2005), refutam essa conceção, vindo defender que embora pudesse aplicar-se esta tese aos camponeses e aos grupos mais desfavorecidos, não parece sustentável a hipótese de que esse ‘familismo amoral’ seja a matriz estruturante das práticas e das representações dos restantes grupos socioeconómicos, *“não emergindo também como o fator determinante do distanciamento dos portugueses em relação ao poder político institucional”* (MENDES & SEIXAS, 2005).

Para BARRETO (2004) o exercício democrático configura regras simples, não assentando no imperativo da participação, acrescentando este investigador que, *“a democracia é um substantivo não adjetivado”* e que as regras da democracia consistem no voto universal, livre e secreto, no poder da maioria assim como no respeito pela minoria e na eleição periódica, complementando o autor que a democracia se baseia também no consenso dos cidadãos quanto à formação e ao exercício do poder político. Para este investigador e quanto à sua natureza, a participação pode ser política, cívica ou social, restringindo-a quanto à primeira às formas institucionais e aos organismos políticos, ao defender que a participação cívica é a que envolve os cidadãos em temas e assuntos que lhe são próximos, mas que poderão não se revestir de um carácter político. Ainda para este autor *“a participação espontânea por não acarretar contribuições permanentes, orgânicas e substantivas, não pode ser vista como uma forma forte de participação cívica e política, defendendo ainda que a participação social implica o envolvimento dos cidadãos em atividades conjuntas, específicas e de carácter comum”* (BARRETO, 2004).

1.7.2 Iliteracia digital, acessibilidade e usabilidade na Internet

Ao nível do percurso da construção europeia parecem estar em permanente equação, nas instâncias comunitárias, inquietações relacionadas com a iliteracia digital, embora, em muitos casos, o desnível entre os que aderem e os que não aderem ao mundo digital se deva à falta de qualificações para utilizar as novas tecnologias, ou seja, à iliteracia digital e mediática, sabendo-se que tais qualificações são úteis não apenas no contexto do mercado do trabalho, como nos

³³ Familismo amoral (em inglês *Amoral familism*) è un concetto sociológico introduzi por Edward C. Banfield no seu livro “A Base Moral de uma Sociedade Atrasada”. (1958)

processos de aprendizagem, criação, participação e ao nível da aquisição de confiança para a utilização de recursos com maior sofisticação tecnológica.

Para os europeus com deficiência, existem também problemas ao nível da acessibilidade e da usabilidade e apenas a resolução destas questões pode ajudar os membros dos grupos sociais desfavorecidos a participarem em pé de igualdade na sociedade digital, incluindo poderem recorrer a serviços *online* e a superarem a sua desvantagem, através de uma maior acessibilidade ao mercado do emprego.

As competências na área digital têm por isso sido assumidas ao nível das instâncias comunitárias europeias como essenciais, sendo reconhecido que qualquer pessoa deverá ser delas possuidora, no âmbito de uma sociedade baseada no conhecimento.

Segundo a CE, apesar dos avanços tecnológicos, mais de um em cada três cidadãos europeus continuam a fazer parte da classe denominada 'info-excluídos', uma tendência que a iniciativa para a e-Inclusão pretende alterar através de campanhas de inclusão acompanhadas por legislação encorajadora para o acesso ao digital, salientando que *"deixar milhões de pessoas para trás, impossibilitados de utilizar as TIC é inaceitável e economicamente insustentável"*³⁴.

Diferentes, mas igualmente relevantes, são as reservas evidenciadas por um estudo promovido pela CE,³⁵ que analisou sítios Web das administrações públicas dos Estados-Membros da EU, que revelou estar Portugal na média quanto a níveis de acessibilidade (Gráfico 1). A pontuação global obtida por Portugal está ligeiramente acima dos 50%, similar à média da UE, 20% abaixo dos melhores e 20% acima do último país listado. Os 3 melhores resultados são apresentados pelo Reino Unido, Alemanha e República Checa, enquanto Grécia, Letónia e Chipre ocupam os últimos lugares. Na vizinhança de Portugal surgem a Dinamarca e a Holanda.

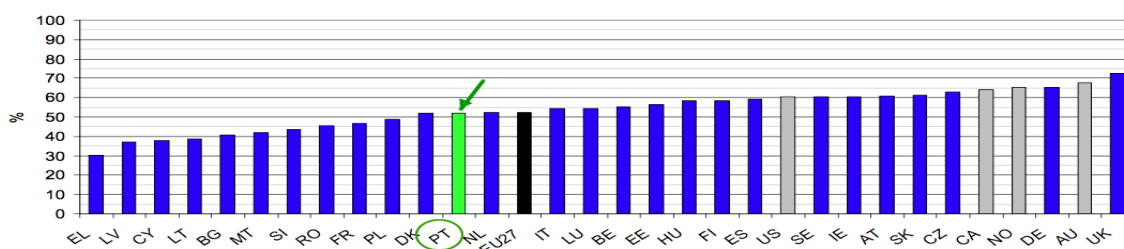


Gráfico 1 - Estudo Europeu sobre acessibilidade Web na Administração Pública – 2013³⁶

³⁴ Fonte - http://tek.sapo.pt/noticias/internet/inclusao_dos_cidadaos_na_sociedade_de_informa_880410.html (Consultado em 2014-03-30)

³⁵ Fonte – FCT “acessibilidade eletrónica para cidadãos com necessidades especiais (2013)” – Disponível no sítio <http://www.acessibilidade.gov.pt/arquivo/683> e consultado em 2014-03-15

³⁶ Fonte - <http://www.acessibilidade.gov.pt/arquivo/683> (Consultado em 2014-02-15)

Ainda a título ilustrativo e segundo o Eurostat, na UE-27 a proporção de indivíduos que nunca usou a internet caiu de 42% em 2006, para 23% em 2012 (Gráficos 2 e 3), tendo a queda na proporção de não-utilizadores de Internet na UE sido de 24% em 2011, para 23% em 2012, ainda 8 pontos percentuais acima da meta da UE de 15% para não-utilizadores, fixada para 2015 na Agenda Digital iniciativa a que se fará referência mais detalhada em secção própria.

Ainda segundo aquele Instituto da EU, verificaram-se grandes clivagens digitais quando se olha para a parcela da população que nunca utilizou a internet em diversos países, com as percentagens mais elevadas da população sem experiências anteriores no uso da Internet, seja em casa, no trabalho ou em qualquer outro lugar, sido registadas na Roménia (48%), Bulgária (42%) e Grécia (42%). A menor foi registada na Suécia (5%), seguindo-se os Países Baixos, Dinamarca e Luxemburgo (todos com 6%) e Finlândia (7%). Outros cinco Estados-Membros (Itália, Chipre, Portugal, Polónia e Lituânia) evidenciam proporções entre os 30% e 40%, para a população excluída e sem competências de utilizador para o acesso à Internet.

(% de indivíduos)

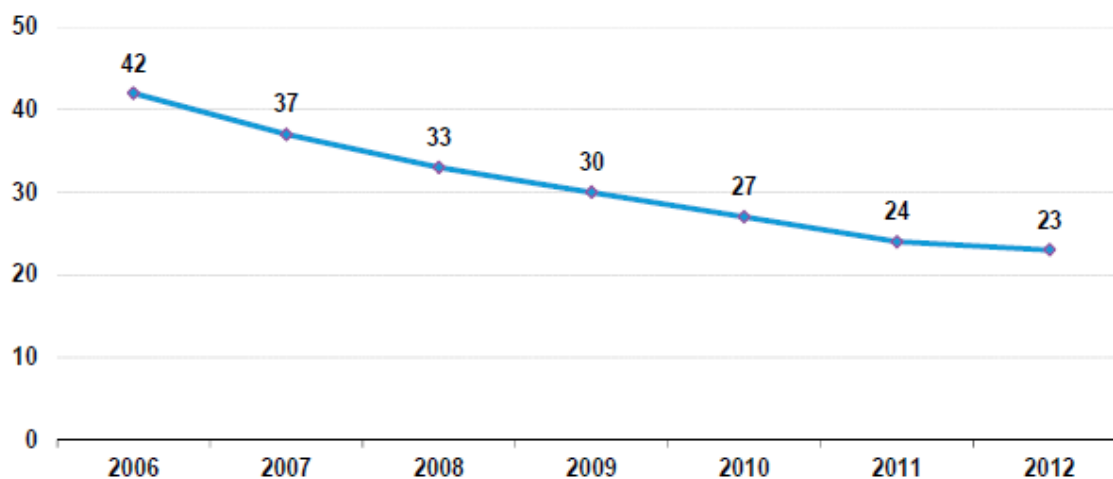


Gráfico 2 - Indivíduos que nunca usaram a Internet, UE27 - (2006-2012)³⁷

³⁷ Fonte – Eurostat (*Statistics in focus*) Consultado em 2014-02-13)

(% de indivíduos)

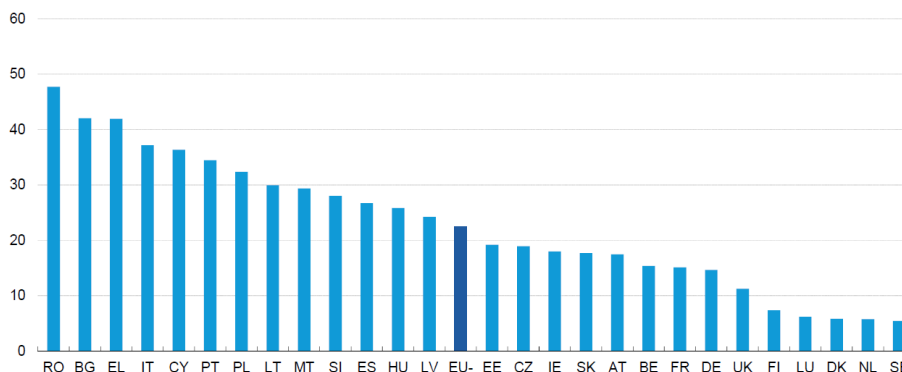


Gráfico 3 - Indivíduos que nunca usaram a Internet, por Estado-Membro em 2012³⁸

No que se relaciona com a supressão ou minimização dos obstáculos técnicos, jurídicos e de outra ordem com que as pessoas se podem confrontar quando utilizam os serviços ligados às TIC, em especial as pessoas deficientes e um certo número de idosos, a Comissão Europeia assumiu uma posição política de princípio assente no conceito de info-acessibilidade (ou e-Accessibility) que se traduziria em iniciativas dos Estados-Membros “*que se destinem a assegurar o acesso de todos os cidadãos aos serviços da sociedade da informação, tratando-se igualmente de promover, junto destas pessoas, a utilização das TIC e da Internet, e de sensibilizá-las para as perspetivas que estas lhes podem oferecer*”.³⁹

Garantir uma plena acessibilidade configura-se como uma área essencial na qualidade de vida de todos os cidadãos e o quadro comunitário da EU (2007-2013)⁴⁰ atribuía a prioridade a projetos que contemplassem essa vertente e no caso português, a resolução de Conselho de Ministros nº 97/99, aprovada no seguimento do parecer favorável atribuído pela Assembleia da República (AR) à Petição pela Acessibilidade da Internet portuguesa, determinava que todos os sítios na Web criados por organismos públicos teriam de cumprir regras de acessibilidade no período máximo de um ano. Porém, se a acessibilidade sempre foi uma preocupação para os governos, as ações desenvolvidas, quando existentes, sempre se mostraram insuficientes. Se o termo acessibilidade significa incluir a pessoa com deficiência ou limitações como participante em atividades relacionadas com o uso de produtos, serviços e informações, na Internet, acessibilidade refere-

³⁸ Fonte – (idem)

³⁹ Fonte - http://europa.eu/legislation_summaries/information_society/strategies/l24226h_pt.htm Consultado em 2014-03-14

⁴⁰ O Quadro Comunitário de Apoio (QCA) é um documento aprovado pela Comissão Europeia, de comum acordo com um Estado-Membro, após apreciação do plano nacional de desenvolvimento apresentado por esse Estado-Membro.

se principalmente às recomendações do WCAG (*World Content Accessibility Guide*) do W3C⁴¹.

Atualmente a acessibilidade é referenciada com base em dois pilares fulcrais: a acessibilidade urbana ou arquitetónica e a acessibilidade tecnológica. Mas mostra-se necessário que as duas funcionem em conjunto, no sentido de garantir que todos os cidadãos possam disfrutar do exercício de uma cidadania plena e participativa.

1.7.3 A influência da intensidade da participação no processo democrático

Numa análise ao quadro social português e descartando explicitamente a ‘participação espontânea’, BARRETO (2004) considerava que as últimas quatro décadas revelaram dois processos contraditórios, traduzidos num acréscimo e desenvolvimento da atividade política e da participação eleitoral, que considerou encontrarem-se em fase de refluxo, opinião do autor expressa em 2004 e que os Gráficos 4 e 5 corroboram, embora sustentados em dados atuais. Tal seria aplicável ao sindicalismo (também visto em crise de sindicalização), ao associativismo (patronal, ambiental e ecológico) e num decréscimo das formas de participação social e cultural tradicionais de tipo voluntário e de base local. Para o autor, “*a sociedade civil portuguesa estará hoje mais rica e complexa nalgumas dimensões como o exercício da influência e da pressão sobre os seus representantes*” (BARRETO, 2004, apud MENDES & SEIXAS, 2005).

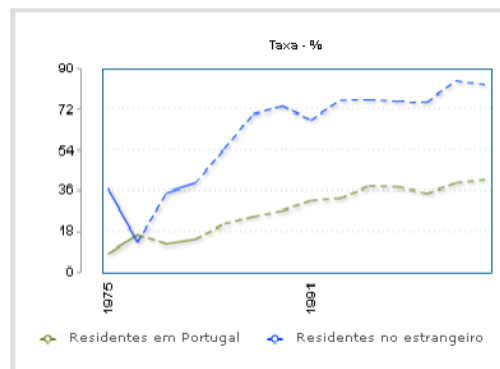
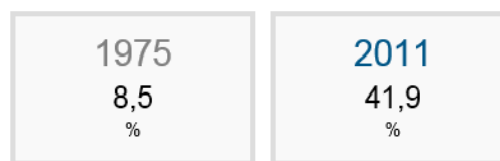
⁴¹ O *World Wide Web Consortium* (W3C) é uma organização de padronização da *World Wide Web* consistindo num consórcio internacional que agrega empresas, órgãos governamentais e organizações independentes, com a finalidade de estabelecer padrões para a criação e a interpretação de conteúdos para a Web.

Taxa - %

[ver mais](#)

Anos	Taxa de abstenção		
	Total	Residentes em Portugal	Residentes no estrangeiro
+ 1975	8,5	8,3	36,8
+ 1980	15,2	14,6	39,5
1983	22,2	21,4	54,6
1985	25,7	24,6	70,0
1987	28,5	27,4	73,5
1991	32,6	31,8	67,4
1995	33,8	32,9	76,2
1999	39,0	38,2	76,5
2002	38,4	37,7	75,6
2005	35,6	35,0	75,3
2009	40,3	39,5	84,7
2011	41,9	41,1	83,1

Fontes/Entidades: DGA/MAI - Base de Dados do Recenseamento



Fontes/Entidades: DGA/MAI - Base de Dados do Recenseamento Eleitoral (eleitores) e dados do escrutínio provisório (votantes), PORDATA

Carregue no gráfico para ver em detalhe

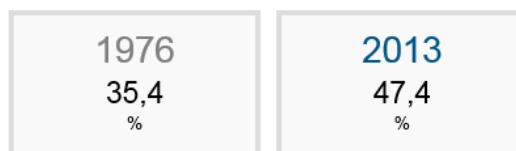
Gráfico 4 - Taxa de abstenção nas eleições para a Assembleia da República: total, residentes em Portugal e residentes no estrangeiro (Consultado em 2014-05-15)

Taxa - %

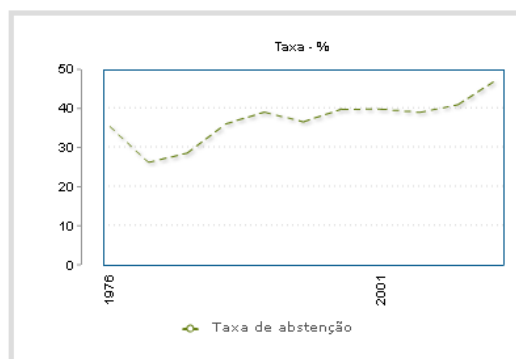
[ver mais](#)

Anos	Taxa de abstenção
+ 1976	35,4
1979	26,2
1982	28,6
1985	36,1
1989	39,1
1993	36,6
1997	39,9
2001	39,9
2005	39,0
2009	41,0
2013	47,4

Fontes/Entidades: DGA/MAI - Base de Dados do Recenseamento Eleitoral (eleitores) e dados do escrutínio provisório (votantes), PORDATA



Taxa de abstenção



Fontes/Entidades: DGA/MAI - Base de Dados do Recenseamento Eleitoral (eleitores) e dados do escrutínio provisório (votantes), PORDATA

Gráfico 5 - Taxa de abstenção nas eleições para as Autarquias Locais (Consultado em 2014-05-15)

Ao pretender-se neste estudo dirigir um olhar atento e circunstanciado para a realidade social portuguesa e para a sua forma de estar na rede, admite-se fazer sentido questionar se a sociedade civil em Portugal é forte ou fraca, acreditando-se que não se encontrará uma resposta objetiva, tanto mais que tal derivaria de diferentes e múltiplos quadros concetuais. Aliás, já neste contexto SANTOS (1994) referia que *“a distinção Estado/sociedade civil é demasiado simplista e redutora e não permite analisar uma sociedade como a portuguesa”* (SANTOS, 1994), embora pareça que uma consciência de cidadania mais generalizada pudesse ter decorrido dos reflexos de Abril de 1974, baseada no espírito democrático que esta revolução imprimiu na organização, nomeadamente política, da sociedade portuguesa.

De uma leitura transversal à opinião de vários estudiosos e investigadores portugueses decorre, em grande medida, a ideia de que a participação política é de baixa intensidade, não se retirando a demonstração da população manifestar muito interesse em fomentar hábitos associativos. CRUZ (1995) constatou e revelou uma relativa fraqueza na edificação da democracia portuguesa, decorrente do decréscimo da participação política, tanto em termos eleitorais como institucionais. Para este professor catedrático e investigador, *“as novas formas de participação política, como protestos ou petições são, contudo, indicador de um processo embrionário de substituição de uma participação política orientada pelas e para as elites”*, considerando que a explosão da participação que se verificou ao longo da transição revolucionária, nomeadamente entre os anos de 1974 e 1976, foi sinónimo de uma súbita descompressão social e política, ao invés de uma profunda e consistente mudança de atitudes e comportamentos, estabelecendo o paralelo com o facto de, após alguns anos de alguma movimentação social e política, *“os portugueses terem regressado a hábitos que se inscrevem numa linha de continuidade em matéria de participação”* (CRUZ, 1995, apud MENDES & SEIXAS, 2005). Ainda para estes autores parece existir uma perspetiva normalizadora da democracia que poderá ser contextualizada nas premissas de que a democracia não implica necessariamente participação que, a existir, só é legítima se organizada, ou seja, sendo concretizada de forma institucional. Acrescentam os autores que *“a participação política, em sentido restrito, e a participação cívica e social têm valor na lógica do consenso, podendo derivar para corporativismos ou atrasos nos processos de decisão”* (MENDES & SEIXAS, 2005).

Na publicação intitulada *“O Desenvolvimento da democracia eletrónica em Portugal”*, MONTARGIL (2008), colocava já algumas interrogações pertinentes que se traduziam na constatação de que um dos argumentos frequentemente introduzidos na discussão sobre a democracia eletrónica consistia no facto de a participação se encontrar em declínio nas democracias contemporâneas, existindo uma tendência de decréscimo generalizado da participação dos cidadãos, ao longo das últimas décadas, através das formas clássicas, como a participação eleitoral, a militância partidária ou a participação em sindicatos ou associações. Acrescentava

o autor que *"esta tendência é, por vezes, invocada para justificar a falta de necessidade de uma reflexão sobre a democracia eletrónica e, mais especificamente, sobre a participação dos cidadãos através de meios eletrónicos"* (MONTARGIL, 2008). Se a participação política dos cidadãos é cada vez mais reduzida e se tem cada vez menos expressão nas nossas sociedades, poderá, vir a ocorrer desinteresse na abordagem sobre os canais de participação eletrónica? As funcionalidades das redes e as disponibilidades dos *media* sociais criaram um meio potencialmente eficiente na divulgação da informação entre a população, sobre as ações futuras ou seja, é gerado um ambiente ainda que virtual consubstanciado em cascatas de informação, que têm não apenas um efeito informativo, mas que, inclusivamente, propiciam um efeito motivacional, dirigido à tomada de decisão das pessoas para, por exemplo, participarem num grupo ou inscreverem-se num evento, o que leva a concluir parecer estar esse cenário afastado no médio prazo.

Para IBARRA (2003), *"os movimentos sociais e as ações de protesto são protagonistas plenos da democracia"* (IBARRA, 2003) e é com alguma naturalidade que em contexto de dificuldade, nomeadamente de ordem social, se constata que proliferam os fóruns do desencanto popular nas redes sociais, sendo nas faixas etárias que, por regra, melhor definem o mercado do trabalho, que a contestação social mais emerge, projetando o potencial das plataformas digitais e das redes para níveis de intervenção e mobilização ainda há pouco tempo inimagináveis (Figura 4).



Figura 4 – Convocatória para manifestação contra a presença da Troika em Portugal⁴²

O denominado ciberativismo também não se tem mostrado unicamente como uma ferramenta para promover revoluções ou para contestar regimes ditatoriais. Tem-se revelado afirmativamente como um dispositivo de base tecnológica com sustentação política, que tem sido utilizado muito no sentido da mobilização popular

⁴² Fonte - <http://www.esquerda.net/artigo/manifesta%C3%A7%C3%A3o-de-2-de-mar%C3%A7o-convocada-para-14-cidades/26417> Consultado em 2014-05-15)

pelas causas mais diversas, como serão os casos das relacionadas com as questões ecológicas ou a defesa dos direitos humanos. Porém, refere Henrique Santos, do Departamento de Sistemas de Informação da Universidade do Minho (UM), que as limitações à fiabilidade dos resultados existem, ilustrando esse aspeto com o exemplo de uma pessoa poder inventar uma série de nomes e assim fazer crescer exponencialmente o número de signatários, já que não existe forma de controlar a fiabilidade do processo. Para ilustrar a sua convicção refere a petição "*Pela Liberdade de Investigação Académica*", lançada depois de a Portugal Telecom ter ameaçado processar um investigador da UM que falou em 'fortes indícios de corrupção' no processo de instalação da TDT em Portugal, que apresentava Yasser Arafat, Barack Obama ou Cristiano Ronaldo como alguns dos quase 7500 signatários⁴³. Acrescentaria ainda este investigador, que dado qualquer pessoa poder inventar um endereço de *e-mail* e associar-lhe o nome de uma pessoa conhecida tal implica que "*a fiabilidade deste tipo de petições seja nula*".

1.8 Reflexões sobre a democraticidade da Internet

A defesa do princípio de que a cidadania tem quatro dimensões fundamentais é-nos transmitida por SEBASTIÃO (2012) decompondo-as nas vertentes, 'legal' por estar consagrada na Constituição, 'política', por conferir ao cidadão o direito a intervir no governo do Estado, 'cívica', uma vez que pressupõe o envolvimento do cidadão nos assuntos cívicos e 'económica' dado conferir autoridade ao seu titular para trabalhar em determinado território (SEBASTIÃO, 2012). Na perspetiva de ISIN & TURNER (2009) a cidadania está geralmente associada à natureza das democracias, pela sua fundamentação na igualdade dos direitos dos cidadãos embora a conceção moderna de cidadania, como um mero elemento sob a autoridade de um Estado, seja contestada e ampliada com "*o reconhecimento e a redistribuição dos múltiplos movimentos sociais enquanto instâncias reivindicativas de novos direitos sociais*" (ISIN & TURNER, 2009).

GOMES (2005) veio recuperar a conceção de que o eixo que vincula a comunicação de massas e a cidadania já foi objeto de múltiplas considerações em estudos publicados nas áreas da comunicação e das ciências sociais, sendo o modo mais típico de abordagem desta matéria a apresentação de um ou vários argumentos liberais tradicionais sobre o papel da comunicação de massas para a subsistência da democracia, pormenorizando que é frequente afirmar-se que o papel democrático primário dos *media* é estes assumirem vigilância na ação do Estado, em defesa do interesse público, ou no domínio do exercício da cidadania. Para este autor, a ideia da participação enquanto ato de cidadania entendida como

⁴³In <http://expresso.sapo.pt/adesoes-de-arafat-obama-e-ronaldo-poem-em-duvida-peticoes-ionlinei=f767797#ixzz2C Vg c4DRw>. (Consultado em 2013-11-13).

ocupação civil na esfera política, *“encontra na Internet as possibilidades técnicas e ideológicas para a realização de um ideal de condução popular e direta dos negócios públicos”*, acrescentando que *“esta perspectiva é sustentada basicamente pelas teorias libertárias da democracia e pela versão ‘anárquico-liberal’ da Internet”* (GOMES, 2005).

Decorrida mais de uma década do novo milénio e a par dos mais controversos processos políticos, sociais e com particular enfoque nos económicos e financeiros, continuam a emergir, nomeadamente nas sociedades ocidentais, novos debates em busca de respostas para questões relacionadas com a revitalização e aprofundamento da democracia. Seja por motivação decorrente da adulteração dos equilíbrios sociais a que a crise económica conduziu, ou por natural prossecução do processo evolutivo das sociedades na direção da procura de pontos de equilíbrio em contexto do exercício da cidadania, é notória como refere GAVENTA, (2004) alguma preocupação com o défice participativo e a perda de vitalidade da democracia. Para o Diretor do Centro de Desenvolvimento e Pesquisa em Cidadania e Participação, da Universidade de Sussex, *“os cidadãos estão a afastar-se das instituições representativas tradicionais, à medida que grupos de interesses assumem o controlo dessas instituições, passando a participação a ser impulsionada mais pela lógica do consumo, do que por uma postura ativa de cidadania”* (GAVENTA, 2004).

Este investigador ao prefaciar a obra *“Participação e Deliberação - Teoria Democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo”* refere *“o facto de as palavras assumirem uma significação diferente, dependendo do grupo que as utiliza e com implicações radicalmente diferentes para a agenda democrática”*, acrescentando que para alguns a visão democrática é a que privilegia menos governo, impulsionada pela perspectiva neoliberal da eficiência, enquanto para outros, trata-se de fortalecer a democracia através de um maior envolvimento dos cidadãos no processo de tomada de decisões, admitindo a existência de uma terceira via que tem por objetivo utilizar novos espaços democráticos e oportunidades para promover uma ampla transformação social. Segundo este investigador, tratar-se-á *“de conceções concorrentes sobre democracia, frequentemente dissimuladas através da utilização de palavras e de retórica similar e que apontam para a necessidade de maior clareza e entendimento sobre a imagem que deverão assumir as novas versões de governo participativo, quer no campo teórico, quer na prática”* (GAVENTA, 2004).

O princípio ideológico de que quanto mais democrática é uma sociedade, maior será a probabilidade de existirem movimentos sociais e ações de protesto, podendo até vir a assumir cariz violento foi veiculado por GOLDSTONE (2004). Para este autor tanto a democratização, a política institucional, os movimentos ou o protesto social assentam no princípio de que as pessoas comuns têm importância e valor

político para serem consultadas. Quanto às especificidades dos movimentos sociais elas derivariam da possibilidade destes serem ativados sempre que necessário, *“podendo focar temas particulares e localizar as ações a empreender, permitindo refinar, reforçar ou contestar os resultados das eleições convencionais e podendo influenciar o resultado dos atos eleitorais.”* (GOLDSTONE, 2004).

Já FOUCAULT, no início dos anos 80, transmitia a concepção de que a garantia da possibilidade das sociedades reagirem aos poderes assenta na liberdade, referindo-se o autor objetivamente ao facto das relações de poder não configurarem relações de constrangimento físico absoluto, referindo a propósito, que o poder é exercido somente sobre sujeitos livres e apenas enquanto são livres, acrescentando literalmente que *“onde os fatores determinantes saturam o todo não há relação de poder e a escravidão não é uma relação de poder pois o homem está acorrentado.”* (FOUCAULT, 1982).

A contextualização crítica do processo democrático, quando revertido para o potencial das redes e da Internet caracterizada pela sua universalidade, apela ao acolhimento de vozes autorizadas, mas simultaneamente avisadas quanto à discussão sobre a bondade destas ferramentas, pois deduz-se de MARCONDES (2007) que o facto de muitos acreditarem ser a Internet um lugar democrático, tal poderá não o ser, sobretudo por força de fatores geradores de desigualdades, questionando o que tem de democrático um mecanismo no qual a condição *‘sine qua non’* para ingressar está relacionada com questões económicas? A autora referindo-se à participação em contexto eleitoral, classifica-a como uma atividade instrumental do cidadão, *“pois para participar efetivamente do debate político é imprescindível um mínimo de informação fidedigna e responsável, capaz de contribuir para a formação do sentido crítico e reflexivo daqueles que desejam ingressar no processo deliberativo de uma pretensa esfera pública política”* (MARCONDES, 2007). Em contexto e citando AMADEU (2008) *“no cenário digital e da forma como a Internet foi estruturada, o capital controla a infraestrutura de conexão, mas não controla os fluxos de informação, nem consegue determinar as audiências”*. Para este autor o poder económico não tem meios para condicionar ou impedir o surgimento de portais e sítios independentes, desvinculados do poder político, para além de que com o surgimento da blogosfera e de outras ferramentas colaborativas, o capital passou a ter que disputar as atenções como nunca ocorrera no capitalismo industrial (AMADEU, 2008).

1.10 A transversalidade das redes e as questões da segurança

Na era da Internet e confrontados com cenários típicos do processo de globalização, parece ser cada vez mais difícil assegurar a confidencialidade dos dados pessoais e pese embora o facto do estabelecimento de regras,

nomeadamente na esfera da EU, em matéria da proteção das informações pessoais, se encontrar num patamar de algum rigor, constata-se a necessidade de uma atualização quase permanente das estratégias políticas e tecnológicas de forma a garantir a preservação dos direitos individuais tão caros às sociedades ocidentais. Uma estratégia que aparenta exigir o envolvimento direto dos cidadãos sensibilizando-os para os cuidados a observar enquanto utilizadores da rede, nomeadamente quanto às informações que partilham com empresas, autoridades públicas e sítios das redes sociais, sabendo-se ainda que no mercado de consumo os dados pessoais obtidos por meio da utilização das tecnologias da informação e comunicação se transformaram num recurso essencial e valioso para as empresas, visando a implementação de políticas e ações de *marketing* em ambiente digital.

Torna-se então cada vez mais imperiosa a necessidade da proteção da informação para que a sua utilização abusiva não venha a servir interesses ilegítimos e atentatórios dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. No documento “*Segurança da Informação, Proteção da Privacidade e dos Dados Pessoais*”⁴⁴ preconiza-se que sendo a Internet um suporte de infraestruturas vitais, como as relacionadas com a segurança, energia, transportes e atividades financeiras e como tal, alvo de ameaças à liberdade dos cidadãos e à segurança dos Estado, a EU, o Conselho da Europa, a OCDE e as Nações Unidas estão a intensificar o estudo e a implementação de medidas tendo em vista prevenir a ilegítima utilização das tecnologias da informação. Refere ainda o mesmo documento, verificar-se “*a necessidade da proteção da privacidade e dos dados pessoais, um contexto que tem conhecido um notável agravamento, tornando cada vez mais imperiosa a necessidade de se proteger a informação, evitando a sua utilização abusiva.*”

Apesar dos princípios enunciados afigura-se como legítimo questionar a bondade desses procedimentos, quando a ameaça pode partir do poder discricionário dos Estados, conhecidas as revelações sobre os programas de espionagem da Agência de Segurança Nacional (NSA) norte-americana, ou da concentração cada vez maior de informações pessoais nos servidores de gigantes como a Google ou a Microsoft. Foi nessa linha que, constatando estarem os direitos de quem acede e troca informação através da Internet permanentemente ameaçados, que Tim Berners-Lee⁴⁵ defendeu que os cidadãos devem lutar por manter a *World Wide Web* aberta e neutra, através da aprovação de uma espécie de Constituição universal que salvguarde os direitos de todos os utilizadores.

⁴⁴ Ana Vaz in “Segurança da Informação, Proteção da Privacidade e dos Dados Pessoais” - Administradora da Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Administração Pública (GeRAP) – “Nação e Defesa, nº 117 (2007).

⁴⁵ Timothy John Berners-Lee é um físico britânico, cientista de computação, Professor do MIT e referenciado como criador da World Wide Web. Berners-Lee é o diretor do World Wide Web Consortium (W3C), que supervisiona o desenvolvimento continuado da Web. Citação de extrato de uma entrevista concedida ao sítio “Outras Palavras”, disponível em <http://outraspalavras.net/posts/por-uma-constituicao-mundial-para-a-internet/> (Consultado em 2014-05-17)

O capítulo seguinte mantém alguns pontos de contacto com a matéria versada anteriormente, decorrendo a narrativa do desenvolvimento tecnológico e das políticas definidas em grande medida pela EU e pelo Estado português, a partir, nomeadamente, da apresentação do Livro Branco sobre uma política de comunicação europeia.

Não pretendendo ser exaustivo, o segundo capítulo desenvolverá alguns aspetos da expressão social e política ao nível de uma quase ‘revolução tecnológica’, no contexto de um país afastado durante décadas de fatores de crescimento e de modernidade, que acabaria por estabelecer algum paralelismo com as sociedades consideradas mais evoluídas e dotadas de recursos, que não apenas humanamente qualificados. Foi em grande medida nesta vertente que Portugal mais exponencialmente cresceu durante os anos 90 do século passado, quer ao nível da formação, na implementação de meios no terreno nos quais, mais tarde, viria a experimentar uma política de avanços e recuos, com a consequente mobilização de sinergias e competências para mercados mais atrativos económica e financeiramente, face à situação de aparente desinteresse votado pelo poder político ao segmento digital, enquanto fator de criação de riqueza e de desenvolvimento social.

Com a aproximação do final da legislatura do XIX Governo Constitucional, e terminado o período formal de assistência financeira internacional, uma decisão política consagrada no Decreto-Lei nº 74/2014, de 13 de maio de 2014, veio reconhecer “*ser significativo o número de interações entre os cidadãos e a Administração Pública que pode decorrer online, o que torna cada vez mais a exceção o número de serviços que não possam ser realizados de tal forma*”. Uma perspectiva de ação política à qual é feita referência mais detalhada no segundo capítulo.

Resumo do Capítulo 1

Partindo do contexto histórico do processo evolutivo das sociedades no sentido da democracia, alcança-se uma perspetiva da democracia eletrónica traduzida no uso das Tecnologias da Informação e Comunicação como meio para incrementar a transparência dos processos políticos, facilitar a participação dos cidadãos nos sistemas de tomada de decisão e melhorar a qualidade do processo de formação de opinião na esfera pública, a partir da abertura de novos espaços de informação e, eventualmente, de deliberação.

É referenciada uma componente crítica que visa essencialmente relevar um espaço de debate permanente, referindo motivos para a discussão pública da contextualização das TIC, reconhecendo-se que da fusão do político e do técnico

resultam notáveis paralelos com o conceito genérico de cidadania sustentável, evidenciando capacidades para a satisfação das próprias necessidades e o incremento de oportunidades para as novas gerações.

Embora exista alguma tendência para diluir as fronteiras entre a lógica participativa digital e perspectivas avançadas de governação de base eletrónica, parece consensual que o conceito de governo eletrónico está claramente direcionado para a prestação de serviços públicos, com enfoque quase exclusivo na eficiência e efetividade das funções de governação ou administração em seu proveito.

Acredita-se que com os processos de massificação da comunicação e da conectividade à escala global, os princípios da transparência, participação e abertura tendam a aproximar-se da realidade social e política, de onde poderá resultar que o poder representativo passe a ter de lidar com a interferência direta das redes, que facilitam a ação coletiva em busca de soluções para problemas comuns, o que representa um recurso concreto no sentido de aumentar a participação dos cidadãos nas questões de interesse público.

Em tempos de manifestas dificuldades para o contexto participativo clássico, este capítulo realça a ideia de que o exercício da cidadania digital⁴⁶ é um conceito importante no cultivar da sensibilidade política para a tecnologia e para a sua apropriação pelas sociedades, que ao invés de corrigir diretamente o deslocamento do poder, incrementa e cultiva esse deslocamento interagindo com ele através da contestação qual reflexo das suas potencialidades intrínsecas. Igualmente relevantes serão as referências feitas por vários autores relativamente ao alheamento dos cidadãos a fórmulas participativas ligadas à organização da sociedade, assim como às limitações a um processo pleno de integração social decorrente de fatores como o analfabetismo ou, em diferente escala, por fatores conducentes à infoexclusão.

Finalmente é feita referência aos perigos latentes nos suportes tecnológicos potencialmente atentatórios dos direitos liberdades e garantias dos cidadãos, ameaças que se acredita existirem e com origem em indivíduos, organizações ou nos próprios Estados.

⁴⁶ Referenciado na secção 1.3 citando (BUSTAMANTE, 2010)

CAPÍTULO 2 – OS IMPACTOS DECORRENTES DAS POLÍTICAS DA EU PARA AS TIC, NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

A par da emergência do ambiente *Web* enquanto plataforma na qual ocorreram e decorrem múltiplos projetos, propostas e soluções, numa lógica de clara convergência mediática, dois dos pilares em que assenta este estudo concretizam-se nos fatores espaço (EU) e tempo (pós-Livro Branco sobre uma Política de Comunicação Europeia), enquadrando-se nessa parametrização a referência ao caso português no seio da EU, nomeadamente quanto às políticas e às medidas para as áreas da SI⁴⁷ e da Sociedade do Conhecimento (SC).⁴⁸

Este capítulo dirige uma abordagem mais pormenorizada para a importância que o governo eletrónico assumiu na sociedade portuguesa nas últimas décadas, através de um conjunto de iniciativas apresentadas como em linha com as estratégias de Bruxelas para o setor, o que foi assumido pelo poder político como um processo decisivo para a modernização da Administração Pública. Figuravam na sua génese, como grandes prioridades e como área estratégica para a construção da SI e da SC, a melhoria sensível da qualidade dos serviços públicos com recurso ao uso das TIC, ou o incremento de projetos e medidas nas áreas da educação e do conhecimento, estimuladas, em grande medida, por diretivas e projetos comunitários a que se fará referência não exaustiva.

Embora subsistam algumas dúvidas e lacunas no processo de implementação de medidas no sentido de um governo eletrónico do qual decorresse uma relação mais proveitosa para os cidadãos, as empresas e o próprio Estado, é reconhecida a importância desse processo para a promoção da cidadania, impulsionando a mudança no sentido da eficiência e da eficácia das organizações públicas, disseminando a tecnologia, fomentando a integração de sistemas e processos e promovendo gradualmente a inclusão digital.

2.1 Os impactos do relatório Bangemann - o Livro Branco sobre uma política de comunicação europeia

O Conselho Europeu ao promover em 1993 um levantamento sobre as capacidades da EU na esfera da Sociedade da Informação (SI) atribuiu essa incumbência a um Grupo de Alto Nível, liderado pelo Comissário *Bangemann*, que na Cimeira do

⁴⁷ Publica-se no Anexo 2 uma listagem cronológica das principais iniciativas desenvolvidas em Portugal no âmbito da SI

⁴⁸ A 'Sociedade do Conhecimento' é compreendida como aquela na qual o conhecimento é o principal fator estratégico de riqueza e poder, tanto para as organizações quanto para os países. Nesta sociedade, a inovação tecnológica ou novo conhecimento, passa a ser um fator importante para a produtividade e para o desenvolvimento económico dos países. Fonte - http://www.portais.ws/?page=art_det&ida=657 Consultado em 2014-08-12

Conselho Europeu, em Corfu, viria a apresentar o relatório "*Europe and the Global Information Society - Recommendations to the European Council*", que ficou conhecido como o relatório *Bangemann* (Figura 5) e que, segundo COELHO, (2007), "*marcou uma viragem da União Europeia no sentido do desenvolvimento da SI*" (COELHO, 2007). O relatório perspetivava os impactos da SI, interrogava-se sobre a coesão europeia e a existência de um fosso digital e apontava caminhos e estratégias para fazer avançar a Europa, no sentido do que afirmava ser irrevogável para o seu futuro, atendendo à evolução tecnológica que já se adivinhava no momento. A grande questão era definir se iria resultar num projeto estratégico para toda a União, ou numa amálgama mais fragmentada e menos eficaz de iniciativas isoladas dos Estados-Membros.

A Europa foi analisada sob diversos ângulos, nomeadamente quanto aos impactos decorrentes da massificação das novas ferramentas produtivas suportadas nas TIC, e em todos os Estados-Membros se anteviam profundas transformações, traduzidas no que se pode hoje referenciar como a 'revolução da SI'. Passou a assistir-se no campo político, nomeadamente na EU e na generalidade das democracias, recorrendo a COELHO, (2007) "*ao reconhecimento do potencial das TIC, emergindo iniciativas políticas setoriais nas administrações públicas e no setor empresarial o que tornou a SI numa policy area considerável, cujo reconhecimento foi sendo consolidado muito no âmbito das instâncias de cariz supranacional, mas com grande capacidade de intervenção política e económica como é o caso da EU*" (COELHO, 2007).



COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS

Bruxelas, 1.2.2006
COM(2006) 35 final

LIVRO BRANCO

SOBRE UMA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO EUROPEIA

Figura 5 – Livro Branco sobre uma Política de Comunicação Europeia⁴⁹

⁴⁹⁴⁹ Fonte – www.docstock.com (Consultado em 2013-03-03)

No Livro Branco sobre uma Política de Comunicação Europeia (2006)⁵⁰ era referido e tomado como adquirido que:

- Todos reconheciam que a EU estava distante dos seus cidadãos;
- Nas sondagens realizadas pelo Eurobarómetro⁵¹ muitos dos inquiridos afirmavam saber pouco acerca da Europa e sentiam que pesavam muito pouco no processo da tomada de decisão;
- A comunicação mostrava-se essencial para uma democracia sã;
- A democracia só poderia dar frutos se os cidadãos soubessem o que se estava a passar e pudessem participar plenamente;
- A comunicação não deveria ser dissociada da mensagem a transmitir;
- Os cidadãos esperavam que a Europa lhes proporcionasse prosperidade, solidariedade e segurança face à globalização;
- A política de comunicação da UE implicaria a realização de um programa político eficaz, embora a sua concretização não fosse, só por si, suficiente."

A promoção da coesão social e uma participação mais ativa dos cidadãos na vida política e social tornaram-se objetivos apoiados pela Comissão Europeia (CE) e já na comunicação de 2004 titulada, *‘Construir o nosso futuro em comum - Desafios políticos e recursos orçamentais da União Alargada 2007-2013’*⁵² a CE referia ser o desenvolvimento da cidadania europeia uma das principais prioridades da atuação da União, no sentido da convergência, intervenção que, segundo a opinião de AMARAL (2007) , “*é um processo complexo, participado por inúmeros agentes, onde as regras e responsabilidades dessa participação são muitas vezes difusas e indeterminadas*”. O autor sustentava ainda que “*num país como Portugal, onde a Administração Pública assume um papel marcante em todas as facetas do seu desenvolvimento, é particularmente importante a forma como essa mesma administração participa na construção da Sociedade da Informação*” (AMARAL, 2007). Esta reflexão aparenta remeter para a onnipresença do Estado na esfera da sociedade civil, deixando, mais ou menos veladas, referências às tentações do controlo, e à salvaguarda dos aspetos relacionados com a transparência, inovação, iniciativa, segurança ou desburocratização.

⁵⁰ Disponível em http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/decisionmaking_process/l10105_pt.htm. (Consultado em 14-06-2011)

⁵¹ Estudo de base estatística elaborado por especialistas nacionais, analisa o clima da opinião pública portuguesa relativamente à situação a nível nacional e europeu, à economia e ao mercado laboral e às perspetivas de desenvolvimento futuro da União Europeia.

⁵² Síntese disponível em http://europa.eu/legislation_summaries/agriculture/general_framework/l34004_pt.htm (Consultado em 14-06-2011)

2.2 As Iniciativas da União Europeia para uma administração pública em linha

Constituindo objetivo deste trabalho a referência aos reflexos produzidos na sociedade portuguesa pelas políticas da EU no âmbito das SI e SC, refira-se que o governo eletrónico, anunciado como um dos pilares do *e-Europe*⁵³, assumiu-se como um conceito emblemático que integrou a Estratégia de Lisboa (março de 2000), gizado no sentido de tornar a União Europeia numa economia mais competitiva e dinâmica, apostando no emprego e na coesão social.

Numa primeira fase, foi lançado o Plano de Ação *e-Europe* 2002⁵⁴, aprovado pelo Conselho Europeu, em junho de 2000, iniciativa que em 2002 deu lugar ao *e-Europe* 2005⁵⁵, apresentado em Sevilha. Em junho de 2005, o *e-Europe* 2005 seria substituído pelo programa i2010 - *A European Information Society for growth and employment*⁵⁶ (Figura 6), um programa que apresentava cinco grandes prioridades em termos de governo eletrónico e dos serviços públicos, que se sintetizavam em:⁵⁷



Figura 6 – Expressão gráfica do Programa i2010⁵⁸

- Fazer avançar a inclusão através da Administração *online*, para que, em 2010, todos os cidadãos beneficiassem de serviços de confiança, inovadores e de fácil acesso;
- Fazer da eficiência e da eficácia uma realidade, contribuindo significativamente para que, em 2010, houvesse um nível elevado de satisfação dos utilizadores, transparência e responsabilidade e uma menor carga administrativa evidenciando ganhos de eficiência;

⁵³ A Comissão lançou a iniciativa eEurope como um programa destinado a generalizar, tanto quanto possível, as tecnologias da informação.

⁵⁴ Disponível em http://europa.eu/legislation_summaries/information_society/strategies/l24226a_pt.htm (Consultado em 2011-05-21)

⁵⁵ Disponível em http://europa.eu/legislation_summaries/information_society/strategies/l24226_pt.htm (Consultado em 2011-05-21)

⁵⁶ Disponível em http://ec.europa.eu/information_society/eeurope/i2010/index_en.htm (Consultado em 2011-05-21)

⁵⁷ Disponível em http://europa.eu/legislation_summaries/information_society/strategies/l24226j_pt.htm (Consultado em 2011-05-21)

⁵⁸ Fonte www.jvWeb.fr (Consultado em 2013-03-03)

- Criar serviços essenciais de elevado impacto para os cidadãos e para as empresas ao nível dos processos de contratação pública disponíveis eletronicamente;
- Proporcionar aos cidadãos e às empresas um acesso autenticado, prático, seguro e interoperável a serviços públicos em toda a Europa;
- Reforçar a participação com um efetivo envolvimento dos cidadãos no debate público e em processos democráticos na tomada de decisões.

No âmbito do governo eletrónico e concretamente no que se referia ao acesso dos cidadãos à administração pública *online*, a CE delinearia em 2010 um programa de trabalho com as autoridades públicas dos Estados-Membros, no sentido de expandir e melhorar os serviços disponibilizados através da Internet. Esse plano de ação para a administração pública em linha previa a adoção de medidas específicas a implementar até 2015, para que os cidadãos e as empresas pudessem utilizar recursos *online* a fim de, por exemplo, registarem uma empresa, apresentarem pedidos e beneficiarem dos serviços de segurança social e de saúde, efetuarem a sua inscrição numa universidade, ou apresentarem propostas para bens e serviços no âmbito de concursos públicos. A promoção da administração pública em linha foi apresentada como sendo um contributo para o aumento da competitividade da Europa, possibilitando igualmente que as autoridades públicas oferecessem serviços de melhor qualidade e mais económicos, num período de grandes restrições orçamentais. Com base nesses propósitos, a administração pública *online* assumiu-se como uma componente fundamental da Agenda Digital para a Europa, que visava aumentar, até 2015, o recurso a este tipo de serviços públicos pelos cidadãos para um nível de utilização de 50% e pelas empresas, para os 80%, baseando-se este projeto na experiência adquirida com o plano de ação europeu para a administração pública *online* de 2006⁵⁹.

Quanto à bondade da implementação de agendas, projetos, planos e políticas, ter-se-á criado um espaço para a análise crítica oriunda de alguns especialistas no tema, como era a opinião de VIDIGAL, (2003) ao afirmar que "*a penetração na administração pública (AP) dos novos instrumentos da sociedade da informação conduz progressivamente ao empowerment⁶⁰ do cidadão e à maior democraticidade nas suas relações com os poderes políticos*", embora não deixasse de questionar "*se estaremos a fazer mera propaganda institucional, ou a disponibilizar informação e serviços úteis de apoio ao exercício da cidadania? Os utilizadores podem emitir a sua opinião num fórum ou num livro de convidados?*"

⁵⁹ Fonte - <http://www.tratadodelisboa.org/senhoreuropa/noticias/agenda-digital/facilitar-o-acesso-aos-servicos-publicos-em-toda-a-ue.html> (Consultado em 11-06-2012)

⁶⁰ Significa em geral uma ação coletiva desenvolvida pelos cidadãos, quando participam em espaços privilegiados de consciência social, ou dos direitos sociais, representando um importante papel na mobilização social no âmbito do espaço

(VIDIGAL, 2003). Uma opinião que não surgiu isolada nesse contexto, pois defendeu FIGUEIREDO (2007) “*que se estas iniciativas forem analisadas como espaços de abertura para uma mobilização que não seja de mera sobrevivência, integração, fruição, ou aparência por parte dos cidadãos, não há motivos para ter muito a registar*” (FIGUEIREDO, 2007).

É no patamar da procura de equilíbrios que parece relevante remeter para um estudo conduzido por NAM (2009) no *Center for Technology in Government, University at Albany*, EUA intitulado “*Attitudes of citizens in relation to open government and Government 2.0*”, onde foi revelado que um governo pode ganhar um considerável apoio popular em função da introdução de novos objetivos nos modelos de *e-Government*, como seria o caso da abertura de novos canais de participação. No entanto, acrescentava o mesmo estudo, “*os executivos do governo devem estar cientes que por si só a oferta de novas diretrizes e ferramentas tecnológicas não garante uma resposta positiva dos cidadãos*” (NAM, 2009).

Já em 1997 num estudo conduzido por VIDIGAL⁶¹ era referenciado que “*no âmbito da União Europeia já fora apresentada uma taxionomia bidirecional para o e-Government*”, (Figura 7), que passava por uma dimensão técnica da Informação/Comunicação/Transação e uma dimensão democrática que ia da simples resolução dos problemas quotidianos à efetiva participação política. A passagem de um nível informacional (num só sentido) a um nível comunicacional (nos dois sentidos), já refletiria uma mudança de grau na abertura e recetividade (*receptivness* no conceito da OCDE) dos poderes públicos em relação à sociedade, sendo disso exemplos o correio eletrónico, ou os fóruns de discussão. Acrescentava o mesmo estudo, que se fosse feita uma leitura do quadro proposto, considerando as suas dimensões técnica e democrática, verificava-se que a democracia eletrónica pode começar na capacitação informativa, no *empowerment* do cidadão e acabar nos referendos e nas eleições com recurso ao voto eletrónico, passando por estágios intermediários de comunicação e confiança mútua entre o Estado e a Sociedade.⁶²

⁶¹ Fonte “A Democracia Eletrónica e o *E-Government*” - disponível em <http://mudaroEstado.blogspot.pt/2007/08/democracia-electrnica-e-o-E-Government.html> (Consultado em 10-06-2012)

⁶² <http://mudaroEstado.blogspot.pt/2007/08/democracia-electrnica-e-o-E-Government.html> ([idem])



	Serviços de Informação	Serviços de Comunicação	Serviços Transaccionais
Vida do dia a dia	Informação sobre Trabalho, Habitação, Educação, Saúde, Cultura, Transporte, Ambiente, etc.	Forum de discussão relacionado com assuntos quotidianos; Anúncios de casas e empregos. .	Reserva de bilhetes; Registo em cursos.
Tele-Administração	Directório de serviços públicos; Guia de procedimentos administrativos; Registos públicos e bases de dados.	Correio electrónico com os funcionários públicos.	Preenchimento e envio electrónico de formulários.
Participação política	Leis, discussões parlamentares, programas políticos, documentos para consulta pública; Informação de apoio ao processo de decisão política. .	Forum de discussão sobre assuntos políticos; Correio electrónico com os políticos.	Referendos; Eleições; Sondagens; Petições.

Adaptado do Fórum Bangemann - 1997

Figura 7 - "A Democracia Eletrónica e o E-Government"⁶³

2.3 O e-Government como área estratégica para as administrações públicas

Muito em função das propostas de ação da EU, as TIC apresentavam-se como possíveis instrumentos para o aprofundamento da democracia, o que permite remeter para uma perspetiva plena de atualidade, constante no relatório apresentado em 2012 pela UMIC, onde se podia ler que *“as TIC se apresentam como ferramentas potenciadoras de sistemas democráticos mais transparentes e permeáveis ao envolvimento e consequente participação dos cidadãos. Os novos mecanismos de participação política proporcionados pelas TIC permitem formas mais estreitas de relacionamento entre os cidadãos e os seus representantes e através destas tecnologias, os mecanismos-base da democracia representativa podem ser mais facilmente enriquecidos com novas formas de participação direta dos cidadãos nos assuntos públicos”*⁶⁴.

O percurso português na área do governo eletrónico teria início ainda na década de 80 do século passado, altura em que o Estado começou o trabalho de informatização dos serviços públicos, o que permitiu modernizar e simplificar procedimentos e conduzir a que variados serviços eletrónicos passassem a estar

⁶³ Fonte <http://mudaroEstado.blogspot.pt/2007/08/democracia-electrnica-e-o-E-Government.html> (Consultado em 2013-03-05)

⁶⁴ In Relatório do Observatório da Sociedade da Informação e do Conhecimento
url - http://www.unic.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=3026&Itemid=167
http://www.unic.pt/imagens/stories/osic/DossierDemocraciaElectronicaVersaoWebsite_23_Dez.pdf [consultado em 2011-06-19]

disponíveis aos cidadãos e às empresas. O INFOCID⁶⁵ (Figura 8) nasceu formalmente em 1991, mas apenas em 1993 seriam implementados os 3 primeiros 'quiosques', no âmbito do Dia Nacional da Desburocratização. Uma iniciativa que, segundo VIDIGAL, (2003) "*surpreendia na época mesmo os políticos mais ousados (...) mas que construiu toda a sua força e prestígio internacional em torno da metáfora - janela única aberta ao cidadão*" (VIDIGAL, 2003).



Figura 8 – Quiosque INFOCID⁶⁶

Em 1997, num período em que a utilização de computadores e o acesso à Internet estavam ainda numa fase incipiente e a disponibilização de serviços de governo eletrónico se encontravam no seu início, foi publicado o Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal (Missão para a Sociedade da Informação, 1997),⁶⁷ tendo o Governo publicado através do Ministério da Ciência e da Tecnologia, em outubro de 1999, o documento "Portugal na Sociedade da Informação (Portugal, 1999)", um texto que correspondia essencialmente a um balanço da atividade desenvolvida desde a publicação do Livro Verde, cerca de dois anos e meio antes, integrando, contudo, algumas orientações de intervenção política para os anos seguintes.

O enfoque nessas orientações continuava a centrar-se, em primeiro lugar, nas questões sociais relacionadas com o acesso e, em segunda instância, com a modernização da administração pública isto é, com a reformulação da oferta pública⁶⁸. Estes objetivos mantiveram-se, na prática, como prioridades nos

⁶⁵ O sistema Infocid, sob a forma de quiosques multimédia de rua, tinha como principal objetivo esclarecer o cidadão, no âmbito dos seus direitos e deveres.

⁶⁶ Fonte URL <http://sorumbatico.blogspot.com/2007/10/j-que-falamos-de-informtica.html&docid=bdiCZyyN7b0vjM&itg=1&imgurl=> (Consultado em 2013-12-11)

⁶⁷ Disponível em <http://www.acesso.unic.pt/docs/lverde.htm> (Consultado em 01-06-2011)

⁶⁸ Fonte – Portugal na Sociedade da Informação (2009) Disponível em

documentos das políticas públicas globais para a SI em Portugal, até à entrada em funções do XIX Governo Constitucional, que viria a caracterizar a sua ação por um claro desinvestimento na área tecnológica.

Em retrospectiva, ainda no século XX foi implementada em Portugal uma nova geração de serviços públicos eletrónicos, que tiveram na sua origem um processo de descongestionamento dos modelos tradicionais, tendo já em 1999 surgido uma inovação no conceito de espaço físico de atendimento suportado na sua eficiência pela vertente tecnológica, sob a forma de Lojas do Cidadão. Este produto que entrou numa nova geração⁶⁹ passou a disponibilizar recursos que proporcionariam aos seus utilizadores maior comodidade e eficácia e a partir de 2002, com o aumento da capacidade das redes, foi implementado um conjunto de sítios, numa primeira fase com intuito meramente informativo e mais tarde oferecendo alguns serviços *online*, numa dinâmica que em 2007 atingiu a sua maior expressão com a introdução do cartão de cidadão⁷⁰. Quanto ao Plano de Ação para a Sociedade da Informação (Portugal, 2003)⁷¹ este apresentava como principais apostas ligar digitalmente ‘tudo a todos’ numa perspetiva de conectividade total (aposta tecnológica); o desenvolvimento de conteúdos adequados à vivência das pessoas (aposta social e cultural); a habilitação das pessoas para tirarem o maior proveito da Sociedade em que se inseriam (aposta formativa e educacional) e tudo isto com o menor custo possível (aposta económica).

O Programa Operacional Sociedade do Conhecimento, que integrava o III Quadro Comunitário de Apoio (2000 – 2006) era repartido por oito eixos, consignando: (EIXO I – Desenvolver Competências; EIXO II – Portugal Digital; EIXO III – Estado Aberto: Modernizar a Administração Pública; EIXO IV – Massificar o Acesso à Sociedade do Conhecimento; EIXO V – Governo Eletrónico – Melhor Serviço aos Cidadãos e Empresas; EIXO VI – Desenvolver Competências e Cultura Digital; EIXO VII – Inovação Integrada em TIC e EIXO VIII – A Sociedade do Conhecimento como Instrumento de apoio à Descentralização do Território.

Quanto ao Plano Tecnológico (Portugal, 2005),⁷² este assumiu-se como uma agenda de mobilização para toda a sociedade portuguesa, apontando para uma estratégia de desenvolvimento e competitividade, que assentava em duas grandes

http://www.inst-informatica.pt/servicos/informacao-e-documentacao/biblioteca-digital/sociedade-da-informacao1/2005-e-anos-anteriores/Portugal_na_SI.pdf/at_download/file (Consultado em 2011-06-06)

⁶⁹ As novas lojas do cidadão devem localizar-se no mesmo espaço dos serviços públicos (da administração central e também municipal) e serviços privados conexos, em função da procura e das necessidades existentes em cada local, sendo equacionada a sua adequada articulação com outros canais de distribuição, nomeadamente o canal voz e Internet. (Resolução do Conselho de Ministros n.º 87/2008, D.R. n.º 101, Série I de 2008-05-27)

⁷⁰ Fonte disponível em http://www.ama.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=47&Itemid=22 (Consultado em 2011-06-15)

⁷¹ Disponível em http://www.unic.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=2573&Itemid=369 (Consultado em 2011-06-06)

⁷² Disponível em <http://www.planotecnologico.pt/pt/gabinetedocoordenador/sobrenos/lista.aspx> (Consultado em 2011-06-06)

vertentes: qualificar os portugueses para a sociedade do conhecimento e vencer o atraso científico e tecnológico imprimindo um novo impulso à inovação no sentido da adaptação do tecido produtivo aos desafios da globalização. Ao Programa 'Ligar Portugal'⁷³, lançado em 2005, foi conferida uma dimensão de mobilização nacional para as SI e SC, tendo sido apresentado no sentido de poder vir a promover uma cidadania moderna, informada, consciente e atuante e onde o uso das TIC seria um instrumento comum no acesso à informação, à educação, ao trabalho cooperativo e à discussão pública, garantindo:

- A competitividade do mercado nacional de telecomunicações, em especial no que se refere aos seus custos para os cidadãos e empresas, e à disponibilização generalizada de serviços avançados de qualidade, assegurando a existência de condições efetivas de concorrência ao nível das melhores práticas europeias;
- Assegurar a transparência da Administração Pública em todos os seus atos, com simplicidade e eficiência nas suas relações com cidadãos e as empresas;
- Promover a utilização crescente das TIC pelo tecido empresarial, apoiando as empresas na sua modernização, enquanto condição indispensável à sua competitividade internacional, assim como assegurar o desenvolvimento de novas empresas de base tecnológica, nomeadamente de *software*;
- Estimular o desenvolvimento científico e tecnológico, promovendo atividades de I&D em colaboração internacional.

Acrescem ainda nestas referências outros programas de ação igualmente relevantes como foram a Iniciativa Nacional para a Banda Larga,⁷⁴ o Plano de Ação para o Governo Eletrónico⁷⁵ e o Programa para a modernização e simplificação administrativa SIMPLEX (Figura 9), que se reviu num processo de crescente desmaterialização no cumprimento de algumas obrigações declarativas e na satisfação das obrigações fiscais, o que correspondeu a um estado de simplificação administrativa e, por conseguinte, numa melhoria significativa do processo de relacionamento dos cidadãos com a administração pública.

As bases programáticas do Programa Simplex continuam, ainda em 2014, a constituir a carta orientadora de muitos serviços públicos portugueses como é o caso dos organismos do Ministério das Finanças, que aplicam de facto os princípios nele expressos e que vieram alterar de forma significativa os procedimentos no relacionamento da administração fiscal com os contribuintes.

⁷³ Disponível em <http://www.ligarportugal.pt/> [consultado em 2011-06-06]

⁷⁴ Disponível em http://www.unic.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=3013&Itemid=369 (Consultado em 01-05-2011)

⁷⁵ Disponível em http://www.unic.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=2572&Itemid=369 (Consultado em 01-06-2011)



Figura 9 – Programa Simplex⁷⁶

Já em 2014, o Decreto-Lei nº 74/2014, de 13 de maio,⁷⁷ reconheceu que, em geral, o nível e a intensidade de utilização pelos cidadãos e agentes económicos dos serviços públicos disponibilizados na Internet não acompanham o nível de oferta e a sofisticação desses mesmos serviços públicos prestados através de meios digitais, impondo-se ir mais longe consagrando o princípio da prestação digital de serviços públicos como regra e dar um impulso decisivo com vista à conclusão dos esforços empreendidos com essa mesma disponibilidade digital, massificando a sua utilização pelos cidadãos e pelos agentes económicos. Este normativo legal veio imprimir um novo processo na reorganização da Administração Pública, desenvolvendo a rede das Lojas do Cidadão e criando os Espaços do Cidadão, tendo em vista aproximar os serviços públicos das pessoas, em particular nos territórios de menor densidade populacional, privilegiando a utilidade e a comodidade para o cidadão no acesso aos serviços públicos e racionalizando os custos da Administração Pública com instalações e equipamentos. Para tal, o Estado passará a assegurar o atendimento digital assistido, prestado por mediadores de atendimento digital (presumindo-se o envolvimento das autarquias locais) com formação adequada, como complemento indispensável na prestação de serviços públicos de nova geração, garantindo o seu carácter inclusivo e com expressão ao nível de boas práticas e de qualidade no atendimento nos serviços públicos.

⁷⁶ Fonte – Secretariado para a Modernização Administrativa (Cartaz)

⁷⁷ <https://dre.pt/pdf1sdip/2014/05/09100/0276502768.pdf> (Consultado em 2014-5-13)

2.4 A Estratégia 2020 e a Agenda Digital para a Europa

Em 2010 a Comissão Europeia lançou a estratégia Europa 2020⁷⁸, (Figura 10), apontando-a no sentido da procura de soluções para a saída da crise e da preparação da economia da UE para os desafios da década seguinte e a Agenda



Figura 10 – Estratégia Europa 2020⁷⁹

Digital para a Europa⁸⁰ (Figura 11), que incorporava a estratégia Europa 2020, veio realçar o papel que a utilização das TIC deveria desempenhar, caso a EU ambicionasse ver as suas propostas para 2020 concretizadas.

Esta agenda definia um roteiro no sentido de maximizar o potencial social e económico das TIC, com destaque para a Internet, um recurso considerado fundamental nas atividades económica e social, como sejam os negócios, o trabalho, o lazer, a comunicação e a livre expressão das ideias dos cidadãos europeus. Ao lançar a Estratégia Europa 2020 e no sentido de relacionar, numa perspetiva de interação, conceitos como administração pública, cidadania e mediação tecnológica, procurando estratégias que servissem de agentes

⁷⁸ Documento síntese disponível em http://ec.europa.eu/information_society/digital-agenda/index_en.htm (Consultado em 2011-05-20)

⁷⁹ Fonte URL <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Reconhecimento/Uni%C3%A3o+Europeia/Estrat%C3%A9gia+Europa+2020/> (Consultado em 2012-11-02)

⁸⁰ A Agenda Digital baseia-se nos resultados de amplas consultas, em particular sobre os elementos constantes do Relatório de 2009 sobre a competitividade da Europa em matéria digital - COM (2009), na consulta pública lançada pela Comissão em 2009 sobre as futuras prioridades das TIC, nas conclusões do Conselho TTE de dezembro de 2009, na consulta sobre a estratégia Europa 2020 e na contribuição da ICT *Industry Partnership* para a estratégia respeitante à Europa digital da Presidência espanhola (2015.eu), o relatório de iniciativa do Parlamento Europeu sobre essa estratégia e a declaração acordada na reunião ministerial informal que teve lugar em Granada, em abril de 2010.

Todos estes documentos e iniciativas estão disponíveis no url http://ec.europa.eu/information_society/digital-agenda/index_en.htm (Consultado em 2011-05-20).

facilitadores nesse relacionamento e que conduzissem à produção de conhecimento na área da democracia digital, a CE identificava áreas fundamentais



Figura 11 – Agenda Digital para a Europa⁸¹

para a intervenção como as que se relacionam com o crescimento inteligente para a promoção do conhecimento, como a inovação, a educação e a sociedade digital.

A Agenda Digital para a Europa consistiu numa estratégia da UE para o crescimento da economia digital europeia até 2020, definindo políticas e ações que pudessem vir a maximizar a ‘revolução digital’ para todos e no seu lançamento a CE atribuiu como objetivo geral da Agenda Digital, extrair benefícios económicos e sociais sustentáveis de um mercado único digital, com base na Internet rápida e ultra-rápida e em aplicações inter-operáveis. A crise económica e financeira, que ainda vai produzindo efeitos em Portugal, teria, segundo aquela Entidade, deitado por terra anos de progresso económico e social, tendo posto a descoberto as debilidades estruturais da economia europeia e o principal objetivo que se colocaria aos europeus resumia-se a três opções: “*trabalhar mais, trabalhar mais tempo ou trabalhar de um modo mais inteligente*”.

A Agenda Digital veio então formular propostas de ação, que a serem implementadas colocariam a Europa na rota de um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, propostas que preparariam as transformações de mais longo prazo decorrentes de uma sociedade cada vez mais ‘digital’ e ‘inteligente’ e através do estabelecimento de pontes entre os Estados da EU e os cidadãos. Este programa assumiu objetivos específicos, no sentido de virem a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos europeus, produzindo um impacto diferenciado

⁸¹ Fonte <http://ec.europa.eu/digital-agenda/> (Consultado em 2012-11-02)

consoante as características sociais, esfera de interesses e atividade económica dos cidadãos. Refira-se a promoção de um mercado único digital que permitisse aos consumidores o livre acesso à generalidade dos serviços digitais, a garantia de um acesso ultra-rápido à Internet, capaz de fomentar uma maior utilização das ferramentas digitais em todas as áreas, o desenvolvimento e atualização das competências digitais de todos os cidadãos europeus, de modo a garantir que estes pudessem participar plenamente na sociedade digital e no mercado de trabalho, o reforço da utilização das tecnologias digitais no domínio dos cuidados de saúde, melhorando o alcance e a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, o estímulo à disseminação de soluções de governo eletrónico, a criação e consumo de conteúdos culturais mediante a utilização de ferramentas que não só aumentariam a divulgação e a distribuição desses conteúdos, como garantiriam uma proteção adequada aos respetivos autores, a garantia de uma maior segurança em linha, em particular para os utilizadores mais vulneráveis e o reforço da coesão regional através da difusão do acesso à Internet em todo o território europeu, abrangendo as comunidades rurais e remotas⁸².

Da iniciativa Agenda Digital para a Europa foi transposta para o espaço português, em novembro de 2010, a Agenda Digital 2015, reformulada em 2012 como nova Agenda Digital nacional – Portugal Digital – anunciada como um contributo para o desenvolvimento da Economia Digital e da Sociedade do Conhecimento, preparando, segundo o governo, o país para um novo modelo de atividade económica, centrado na inovação e no conhecimento, tendo como base a disponibilização de novos produtos e serviços de maior valor acrescentado, direcionados para os mercados internacionais. A Agenda Portugal Digital previa um forte envolvimento do sector privado, em especial do sector das Tecnologias de Informação e Comunicação, contemplando seis áreas de intervenção: o acesso à banda larga e ao mercado digital; investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) e Inovação; melhorar a literacia, qualificação e inclusão digitais; combater a fraude e a evasão fiscais, contributivas e prestacionais; responder aos desafios da sociedade e investir no empreendedorismo e na internacionalização do setor das TIC (Figura 12).

⁸² Fonte - http://www.euroid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=6280



Figura 12 – Agenda Portugal Digital⁸³

De grande relevância neste contexto foi a implementação, em fevereiro de 2013, do projeto ‘Diálogos com os Cidadãos’, uma série de debates públicos lançados pela Comissão Europeia com o objetivo de aproximar as instituições europeias dos cidadãos, encorajando-os a envolverem-se mais nos assuntos europeus. Os debates foram organizados por ocasião do Ano Europeu dos Cidadãos 2013, apostando na criação de bases para o estabelecimento de pontes entre os Estados e os cidadãos das países da EU, que se poderão traduzir em reais convites à participação ativa em diferentes níveis e áreas de intervenção. A propósito e no âmbito desta iniciativa, a Vice-Presidente da Comissão Europeia, Viviane Reding, participou em Coimbra, no dia 22 de fevereiro de 2013 num debate sobre as suas expectativas quanto ao futuro numa ação que decorreu na Universidade de Coimbra, durante duas horas, tendo sido estabelecidas ligações vídeo aos Açores, a Aveiro e a Esch-sur-Alzette, no Luxemburgo e abordados temas como a crise económica e o seu impacto na vida quotidiana das pessoas, os direitos dos cidadãos da EU e o futuro da União, debate que foi difundido em direto através da Internet e aberto à participação através do Twitter.

Foi com recurso aos ambientes digitais que, quer ao nível das instâncias comunitárias, quer dos governos nacionais, foram adotadas novas estratégias que permitiriam uma aceleração no sentido das tecnologias emergentes e da apropriação social do conhecimento e da informação de alcance global por parte dos cidadãos. No caso português e admitindo opinião diferente, surgiram oportunidades para a realização de pessoas e organizações, baseadas na criação e no benefício social decorrente do novo conhecimento em áreas com elevado potencial, ou através da expansão e do reforço das redes colaborativas. Estimulou-se a produtividade, a criatividade e a excelência e fomentou-se a internacionalização e a transferência do conhecimento em sede da SI e da SC, com resultados que o futuro irá determinar.

⁸³ Fonte <http://www.portugaldigital.pt/index/> (Consultada em 2014-05-10)

Retira-se deste enquadramento continuarem a assumir as TIC um papel privilegiado entre os poderes e os cidadãos, um papel-chave nas relações sociais e nas políticas contemporâneas, onde a Internet chama a si uma influência determinante nos processos políticos e sociais, incrementando o interesse generalizado na sua utilização.

2.5 Policy making & policy decision nas dimensões do governo eletrónico

Na obra ‘Cidadania Digital’⁸⁴ os autores revelavam algumas inquietações, decorrentes das análises desenvolvidas a realidades diversas, cujo enquadramento comum consistia nos usos que os cidadãos fazem das redes digitais, sendo referido ser a cidadania um exercício político que se pratica em ambiente digital *“uma realidade que paulatinamente vai aprofundando a ação participativa dos governados nos regimes democráticos”*, questionando, porém, *“se tal não deixa de ser um simulacro de uma realidade que é apenas visionada por alguns, mas cuja ação e efeitos são irrelevantes para os que efetivamente controlam o poder”*.⁸⁵ Nesse contexto constata-se serem bandeiras das governações as apresentações dos objetivos dos programas, as apostas nas qualificações, na inclusão, na acessibilidade em e com as TIC, na valorização da simplificação e na melhoria da prestação de serviços públicos aos cidadãos e às empresas, na modernização da administração pública no sentido de uma Administração Pública eletrónica, na disponibilização de conteúdos digitais e de infraestruturas e serviços em banda larga, no reforço das redes de colaboração, na criação e na transferência do conhecimento e das tecnologias emergentes, no estímulo à internacionalização e na observação e *benchmarking* da utilização e desenvolvimento das TIC⁸⁶.

As instituições políticas e administrativas têm sido beneficiadas com uma oportunidade singular para ampliar a sua presença perante os cidadãos e, por outro, as faculdades proporcionadas pela Internet passaram a ser entendidas como possíveis instrumentos privilegiados no relacionamento entre aquelas e os cidadãos, podendo vir a proporcionar condições para um maior envolvimento em futuros processos de *policy making* e *policy decision*⁸⁷, embora na prática os Estados tenham aparentemente estabelecido como primeira prioridade retirar desse processo tecnológico o melhor partido possível, nomeadamente quanto à sua rentabilização em termos de reorganização estrutural e, a título de exemplo,

⁸⁴ Obra organizada por Isabel Salema Morgado e António Rosas – Coleção Pesquisas em comunicação – 2010 - ISBN: 978-989-654-051-7 (Consultado em 2014-01-18)

⁸⁵ <http://www.livroslabcom.ubi.pt/book/7#sthash.nDsAGLKa.dpuf> (Consultado em 2014-03-10)

⁸⁶ Fonte - UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP-Documento de trabalho (2010) Disponível em www.ama.pt/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=78 (Consultado em 2014-03-10)

⁸⁷ In Cidadania Eletrónica – Cidadania e Governo na Sociedade da Informação [Em Linha] disponível em http://www.unic.pt/images/stories/osic/DossierDemocraciaElectronicaVersaoWebsite_23_Dez.pdf (Consultado em 2011-06-19)

num eficaz processo de arrecadação de receitas, (Figura 13) ou na gestão dos fluxos de fundos.

A este propósito, o relatório do Observatório da Sociedade da Informação e do Conhecimento (2002 – 2006)⁸⁸ evidenciava que embora a emergência de novas formas de participação política dos cidadãos, ao nível global, se apresentassem



Figura 13 – Campanha promocional para a submissão das declarações do IRS⁸⁹

como uma das dimensões da SI mais enunciadas e publicitadas pelos atores políticos, a reinvenção da democracia numa perspetiva de base eletrónica, para vir a fixar-se no desenvolvimento de novos instrumentos tecnológicos ao serviço da participação política dos cidadãos, pressupunha a criação de condições que garantissem o acesso equitativo a estes instrumentos, de modo a evitar a exclusão de extratos da população que, por razão diversa, ainda se mantinham numa lógica de exclusão em relação às novas tecnologias. Acrescentava-se no mesmo relatório que *“a democraticidade da SI ao nível da difusão das infraestruturas que garantam um acesso universal às TIC e a disseminação das competências necessárias à sua efetiva utilização assumem-se como requisitos para o objetivo consubstanciado na democracia eletrónica.”*

Com o início do novo século, nomeadamente em 2001, surgiu um conjunto de publicações contendo dados relativos à disponibilização de serviços de governo eletrónico e processos de avaliação de políticas públicas para a SI produzidos a

⁸⁸ 14 Relatório do Observatório da Sociedade da Informação e do Conhecimento (2002 – 2006) [Em Linha] – disponível em http://www.unic.pt/images/stories/osic/DossierDemocraciaElectronicaVersaoWebsite_23_Dez.pdf [Consultado em 2011-06-19]

⁸⁹ Fonte – Autoridade Tributária (AT)/Ministério das Finanças (Cartaz)

partir de indicadores dos serviços de governo eletrónico disponibilizados e à presença *online* das administrações públicas, onde se incluía a portuguesa. É o caso de um estudo das Nações Unidas (ONU) sobre governo eletrónico, integrando um conjunto de dimensões, para a elaboração de um indicador global de *e-readiness*⁹⁰.

A primeira dessas dimensões referia-se à presença na Internet que era caracterizada através da tipificação de cinco níveis de presença, referenciados como ‘emergente’, ‘reforçado’, ‘interativo’, ‘transacional’ e ‘em rede’ (Figura 14). A segunda dimensão agregava um conjunto de variáveis de caracterização da infraestrutura de telecomunicações, onde os valores mais elevados correspondiam a uma maior disponibilidade de equipamentos, redes e serviços. A terceira dimensão referia-se ao capital humano, sendo baseada em indicadores do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), sobretudo para a área da educação e a quarta dimensão respeitava ao nível de participação permitida aos cidadãos através dos serviços de governo eletrónico, ponderando três níveis distintos como a ‘informação’, ‘consulta’ e ‘participação na tomada da decisão final’⁹¹.



Figura 14 – URL da UN-DESA⁹²

De acordo com os indicadores recolhidos no contexto anteriormente referido e respeitantes ao ano de 2010 (últimos indicadores publicados por aquela Entidade), os resultados apontavam para um afastamento de Portugal face à média da União Europeia, sustentada na ausência de mecanismos de interação entre a administração e os administrados, constatando-se a disponibilização de

⁹⁰ Meio de retratar a situação das infraestruturas das tecnologias da informação e comunicação de um país recorrendo a critérios quantitativos e qualitativos. Fonte (UNDESA)

⁹¹ Fonte - UN Department of Economic and Social Affairs (UNDESA)

Disponível em <http://www2.unpan.org/egovkb/about/index.htm> (Consultado em 2011-06-15)

⁹² Fonte http://unstats.un.org/unsd/methods/inter-natlinks/sd_natstat.asp (Consultado em 2014-05-10)

ferramentas suportadas *online* que agilizariam os procedimentos, mas que, em última instância, mais serviam os interesses económicos e financeiros do Estado, não sendo perceptível a disponibilização de recursos conducentes ao exercício de ações participativas por parte dos cidadãos.⁹³ Como referiam os pressupostos do estudo das Nações Unidas citado, era dada atenção especial nos inquéritos ao nível de participação dos cidadãos na vida pública, através de meios eletrónicos, e eram os países com maiores índices de participação que apresentavam melhores posições no *ranking* global (Países do Norte e Centro da Europa).⁹⁴

O cenário atrás descrito conduz a acreditar-se que tendo os Estados aproveitado os princípios residentes nas políticas da UE para as áreas tecnológica, num percurso digital mais abrangente e consequentemente com a transposição de diretivas comunitárias para as legislações nacionais, tem existido um cenário de aproveitamento político por parte dos governos, com base nos impactos positivos das TIC na opinião pública, muito no sentido da melhoria da eficácia do setor administrativo do Estado. Todavia, encontramos em Vidigal uma posição muito crítica quanto às políticas ligadas aos projetos tecnológicos em Portugal quando afirmou, com algum desencanto aparente, que se a administração pública continuasse a fazer as coisas como até então e não alterasse os seus valores e as suas atitudes, o dinheiro que se estava a gastar em qualquer plano tecnológico não iria resultar na melhoria dos serviços aos cidadãos, *“mas decerto iria avolumar a burocracia eletrónica que apenas serve para alimentar territórios de poder e feiras de vaidades”* (VIDIGAL, 2010)

Competindo a cada entidade pública a opção quanto aos termos da disponibilização do espaço consignado à participação dos cidadãos nos seus sítios na Internet, parece relevante ter ocorrido em Portugal a criação e a coexistência de pequenas redes regionais de base digital (Figura15), que têm permitido o suporte no acesso à rede por parte das autarquias locais e a disponibilização aos cidadãos do acesso a redes sem fios, no sentido de alargar a democratização no acesso à Internet, facto que revela o papel que o poder local tem assumido neste contexto. Com base em critérios de análise política poder-se-á sempre questionar se esta abertura de canais aos atores sociais de uma freguesia, de uma cidade ou de um município tenderá a inserir-se numa estratégia comum, dirigida, quiçá em primeira instância à inovação, à inclusão social e à participação cívica, ou numa mudança de paradigma ao transformar a lógica do serviço público, numa perspetiva que considere o cidadão como parceiro na busca das melhores soluções. Por outro lado, a criação destas redes de acesso à Web não coincidiu necessariamente com

⁹³ Fonte – Division for Public Administration and Development Management (DPADM) of the United Nations Department of Economic and Social Affairs (UNDESA)

Disponível em http://www2.unpan.org/egovkb/global_reports/10report.htm (Consultado em 2011-06-11)

⁹⁴ Comentários e outros dados estatísticos disponíveis em

http://www2.unpan.org/egovkb/global_reports/10report.htm (Consultado em 08-06-2011)

a abertura de canais de interação entre as administrações e os cidadãos, que passaram a dispor, na esmagadora maioria dos casos, apenas de um acesso gratuito e ainda assim com limitações técnicas, à Internet.



Figura 15 – Portal “Cidades Digitais”⁹⁵

2.6 Uma agenda política para o futuro da Europa

Aceita-se terem sido globalmente dados alguns passos importantes no sentido da abertura da sociedade à informação e ao conhecimento, o que, de alguma forma, vem ao encontro de que com a celebração do vigésimo aniversário da introdução da cidadania da União pelo Tratado de Maastricht, a 1 de novembro de 1993, a CE tenha proposto que 2013 fosse designado «Ano Europeu dos Cidadãos» e a 9 de maio de 2012, Dia da Europa tenha convidado os cidadãos da EU a ajudar a definir a agenda política para os próximos anos e a modelar o futuro da Europa. Ressaltava da iniciativa o propósito de serem evidenciados os assuntos que maior interesse suscitavam junto dos cidadãos europeus, tendo o Presidente da Comissão afirmado que *“numa altura em que o debate político na Europa está virado para o futuro e analisa diversos cenários para uma verdadeira União política, económica e monetária, é importante dar aos cidadãos a possibilidade de contribuírem para delinear o seu futuro”*⁹⁶. “

⁹⁵ Fonte - <http://www.cidadesdigitais.pt/> Consultado em 2013-01-02)

⁹⁶ Fonte - http://ec.europa.eu/commission_2010-2014/president/index_en.htm (Consultado em 2012-09-25)

Esta consulta, denominada “*Os seus direitos, o seu futuro*”, solicitava igualmente aos cidadãos europeus que se debruçasse sobre os obstáculos práticos com que se deparavam na vida diária ao exercerem os seus direitos, ou quando invocavam direitos fundamentais consagrados na legislação da EU (Figura 16).



Figura 16 – Ano Europeu do Cidadão⁹⁷

Pretendia-se assim “*tomar conhecimento das dificuldades com que os europeus se deparavam, seja quando viajavam na Europa, se deslocavam além-fronteiras, votavam, ou apresentavam a sua candidatura em eleições, ou faziam compras online,*”⁹⁸ tendo os resultados apurados constituído a base do relatório sobre a cidadania da UE, apresentado a 9 de maio de 2013 - Ano Europeu dos Cidadãos (Figura 17), sob a forma de 12 ações-chave para melhorar a vida dos cidadãos da EU.

⁹⁷ Fonte - http://www.europedirect.uac.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1029:comissao-europeia-designa-2013-lano-europeu-dos-cidadaos&catid=37:ce&Itemid=94 (Consultado em 2013-01-20)

⁹⁸ Fonte - http://europa.eu/rapid/press-release_IP-12-904_pt.htm?locale=en (Consultado em 2012-09-25)

1	A Comissão irá propor a revisão do regulamento de coordenação dos sistemas de segurança social e ponderar a extensão da «exportabilidade» do subsídio de desemprego além dos três meses obrigatórios, para que seja mais fácil procurar um emprego noutro país da UE. A Comissão instará os Estados-Membros a aplicar plenamente as normas vigentes que permitem o pagamento do subsídio de desemprego durante um máximo de seis meses aos trabalhadores que estiverem à procura de emprego noutro Estado-Membro.	7	A Comissão apresentará, até ao final de 2013, um pacote de instrumentos jurídicos que visam reforçar os direitos processuais dos cidadãos da UE quando estes sejam suspeitos ou acusados em processos penais, tendo em conta a situação específica das crianças e dos cidadãos vulneráveis.
2	A fim de ajudar os jovens cidadãos da UE a desenvolverem as suas competências e entrarem no mercado de trabalho, a Comissão irá desenvolver, em 2013, um quadro qualitativo dos estágios. A Comissão também apresentará em 2013 uma iniciativa para modernizar a rede EURES, de forma a reforçar o papel e o impacto dos serviços de emprego a nível nacional e melhorar a coordenação da mobilidade laboral na UE. Além da reforma da EURES, a Comissão irá lançar uma iniciativa-piloto para melhorar o intercâmbio de informações sobre oportunidades de estágio noutros países da UE no âmbito desta rede.	8	Até ao final de 2013, a Comissão irá rever o processo europeu para ações de pequeno montante, de modo a facilitar a resolução de litígios resultantes de compras feitas noutro país da UE.
3	Em 2013 e 2014, a Comissão irá ponderar soluções para eliminar os obstáculos que se colocam aos cidadãos da UE e seus familiares que vivem num país da UE que não o seu país de origem, relativamente aos documentos de identidade e residência emitidos pelos Estados-Membros, incluindo o recurso opcional a documentos europeus uniformes, se for possível.	9	A Comissão desenvolverá, até à primavera de 2014, em estreita cooperação com as autoridades nacionais e as partes interessadas, um modelo de apresentação dos requisitos essenciais para tornar as informações sobre produtos digitais mais claras e fáceis de comparar. Irá também lançar, no primeiro semestre de 2014, uma campanha de sensibilização à escala da UE em matéria de direitos dos consumidores.
4	A Comissão irá, em 2013, tomar iniciativas para promover as boas práticas fiscais em situações transnacionais e garantir a correta aplicação da legislação da UE para que os cidadãos europeus que mudem de país ou tenham uma atividade transfronteiriça lidem com mais facilidade com os diferentes regimes fiscais e, em especial, para evitar a dupla tributação.	10	A Comissão tomará medidas com vista a assegurar que as administrações locais dispõem dos instrumentos para compreender plenamente o direito de livre circulação dos cidadãos da UE.
5	Com base no trabalho que tem desenvolvido para aumentar a segurança dos cidadãos da UE nas estradas, a Comissão irá, em 2014, tomar medidas para a criação de uma «plataforma de informações sobre veículos» destinada a facilitar o reconhecimento dos certificados de inspeção técnica, para que os cidadãos viajem de forma mais fácil e segura para outro país da UE no seu automóvel.	11	A Comissão irá, ao longo de 2013, tornar mais claro e mais fácil para os cidadãos saber a quem se devem dirigir para fazer respeitar os seus direitos, fornecendo orientações facilmente compreensíveis no sítio Europa.
		12	A Comissão irá: promover a sensibilização dos cidadãos europeus para os seus direitos de cidadania da UE, em especial os direitos eleitorais, lançando no Dia da Europa em maio de 2014 um manual que apresenta estes direitos europeus numa linguagem clara e simples; propor formas construtivas de participação plena dos cidadãos da UE que residem noutro país da UE na vida democrática da União, mantendo o direito de voto nas eleições nacionais do país de origem; e

Figura 17 – Publicação das 12 ações-chave para melhorar a vida dos cidadãos da EU⁹⁹

2.7 A apropriação das tecnologias pelos cidadãos e pelo poder

A propósito do envolvimento dos movimentos cívicos no processo democrático no seio das sociedades, VIDIGAL (2007) referia que *"a democracia, seja ela exercida ou não com recurso a instrumentos tecnológicos, centra-se na capacitação/informação do cidadão (empowerment) e no empenho/comprometimento na participação ativa no exercício do poder (engagement), de forma equitativa, representativa e tendencialmente universal"* (VIDIGAL, 2007), porém, a forma de fazer política sofreu alterações, com os políticos e as instituições a aproveitarem, mais umas que outras, as novas tecnologias para dialogar com os cidadãos e para melhorarem a transmissão da mensagem política.

Apesar de ser referenciada, em diferentes momentos deste trabalho, a convicção de vários autores de que os cidadãos votam cada vez menos e manifestam um desinteresse crescente pela vida política, convive-se num contexto social em que as interação entre políticos e eleitores se aproximou virtualmente, muito em função do papel que as redes sociais assumiram.

Se as sociedades estão numa encruzilhada para a construção de um ambiente de confiança, a que corresponderia uma divisão de responsabilidades para uma política de melhor qualidade na tomada de decisão, tal realidade não poderá ser assumida no imediato como uma realidade ‘palpável’ e alguns autores como MACINTOSH & SMITH (2002) defendem um incremento no processo participativo

⁹⁹ Fonte - http://ec.europa.eu/justice/citizen/index_pt.htm Consultado em 2014-05-15)

aproveitando o potencial de diversas técnicas comunicativas. Estaria assim definido um processo de participação popular, via Internet, fornecendo informações relevantes em formato acessível e compreensível, o que permitiria uma consulta mais informal, onde a interação com o público possibilitaria uma consulta mais profunda para o suporte deliberativo, decorrente da análise das contribuições dadas no sentido do apoio aos decisores políticos, melhorando as políticas e o fornecimento de informações e *feedback* aos cidadãos, garantindo a abertura e a transparência no processo da decisão política (MACINTOSH & SMITH 2002).

Assistiu-se na última década a um desenvolvimento transversal das TIC nas sociedades, configurando um processo de penetração de forma profunda na generalidade das organizações e junto dos indivíduos, a que correspondeu, em razão desse processo de difusão, uma influência sensível e crescente na sua apropriação nomeadamente social e cultural. Paralelamente, verificou-se um claro incremento no recurso a essas tecnologias em várias áreas de intervenção do Estado ao nível das políticas públicas no âmbito da SI, processo que viria mais tarde a sofrer em Portugal um claro desinvestimento, coincidente com o processo de assistência financeira a que o país se sujeitou nos últimos anos.

O conceito da democracia representativa, que não é mais do que o exercício do poder político, não diretamente pelo povo, mas através de representantes eleitos, decorre como refere COELHO (2012) de um mandato para atuar em seu nome e por sua autoridade, isto é, legitimado pela soberania popular. Um princípio do governo do povo, para o povo e pelo povo, segundo a forma clássica dos federalistas norte-americanos, acrescentando este autor, que nas constituições modernas desde há muito se encontra consagrado o princípio da representatividade democrática, através da existência de órgãos representativos, decorrentes de eleições periódicas, do pluralismo partidário e da separação de poderes. *“em causa (refere o autor) está a necessidade da eficiência, eficácia e racionalidade do princípio democrático, normalmente temperada com elementos próprios do princípio da participação política. Recolhida a opinião dos cidadãos através de amplas formas participativas, a vontade da coletividade é expressa e exteriorizada pelos representantes eleitos e constitucionalmente legitimados”* (COELHO, 2012).

Trata-se, porém, de um conceito alvo de ataques pontuais, nomeadamente quanto à pureza dos seus ideais, pois, referências como as de PINTO (2012) na blogosfera¹⁰⁰, sob o título ‘As limitações da Democracia representativa’, repercutem uma ideia controversa desses princípios, traduzidos na conceção de que com o tempo a democracia representativa, nomeadamente a que resulta de eleições em listas partidárias fechadas, gera mandatos incondicionados como princípio

¹⁰⁰ Disponível em <http://politeiablogspotcom.blogspot.pt/2012/02/as-limitacoes-da-democracia.html> (Consultado em 2012-08-01)

incontestável, deixando de haver durante a sua vigência qualquer possibilidade de controlo dos eleitos, salvo o que resulta da pressão da opinião pública, referindo textualmente que *“cada vez mais ferreamente condicionada e manipulada pelo poder, do establishment, que tudo faz para que a opinião pública tenda a coincidir com a opinião publicada, sendo esta altamente limitada e controlada pelos detentores dos órgãos de informação”* (PINTO, 2012).

Se os tratados comunitários consagram a representação dos cidadãos europeus nas várias instituições comunitárias, quer diretamente no Parlamento Europeu e indiretamente através dos seus governos no Conselho Europeu e no Conselho de Ministros, já o projeto de Constituição Europeia¹⁰¹, referia no nº 3 do artigo 45º, que *“todos os cidadãos têm o direito de participar na vida democrática da União. As decisões são tomadas de forma tão aberta e tão próxima dos cidadãos quanto possível”* para no seu artigo 46º¹⁰², incluir uma referência expressa à democracia representativa no que não seria mais do que um reforço formal de uma realidade substancial aparentemente já existente, como no novo artigo 10º do Tratado da União Europeia (TUE)¹⁰³, se reafirmava o princípio democrático da representação, referindo-se textualmente que o *“funcionamento da União se baseia na democracia representativa”*, o que em tempos de graves crises económicas e sociais instaladas no espaço europeu, poderia conduzir os cidadãos a questionar governos, políticas e modelos de governação.

Atentando-se na perspetiva empírica de WARREN (2009) os governos estão em défice democrático quando os seus cidadãos passam a acreditar no poder que não consegue utilizar as suas oportunidades de participação e recursos, para atingir a necessária capacidade de resposta, enquanto do ponto de vista funcional, os governos estão em défice democrático quando são incapazes de gerar a legitimidade de raiz democrática de que precisam para governar. Para este autor, défice como conceito deverá ser entendido no caso como *“um desalinhamento entre as capacidades dos cidadãos e as suas exigências e o nível de resposta das instituições políticas às questões dos cidadãos, num processo de governação legítimo e eficaz”* (WARREN, 2009).

¹⁰¹ Após ratificação da Constituição Europeia pelo parlamento da Eslovénia e da Grécia e da aprovação da Constituição através do referendo na Espanha, no dia 29 de maio de 2005 os eleitores do referendo na França apoiaram a não ratificação do texto da Constituição Europeia. Logo após, no dia 1 de Junho de 2005 os Países Baixos também optaram por não ratificar a Constituição Europeia, provocando uma crise [1] e uma reavaliação do processo de ratificação de tratados através de referendos que iria culminar com a adopção do Tratado de Lisboa (2007), que substituiu a falhada Constituição (Hardman, 2006).

¹⁰² Transcrição disponível em <http://www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=467> (Consultado em 2012-08-01)

¹⁰³Disponível em <http://www.esquerda.net/opinio/comiss%C3%A3o-europeia-emitir%C3%A1-um-parecer/22702> (Consultado em 2012-08-01)

2.8 Os Orçamentos Participativos enquanto modelo para a intervenção cívica

Esta secção é dedicada a uma vertente da participação traduzida numa esfera de intervenção, que terá o seu maior expoente ao nível da governação de âmbito local, nomeadamente ao nível dos denominados orçamentos participativos (OP's).

A experiência dos OP's originária do município de Porto Alegre¹⁰⁴ (Brasil) está disseminada por todos os continentes, com especial destaque para a Europa, América Latina e África, calculando-se que existam mais de duas mil experiências de OP's a nível mundial¹⁰⁵, enquanto em Portugal existem atualmente cerca de sete dezenas de experiências de OP¹⁰⁶, a maioria das quais é promovida por Câmaras Municipais, sendo também de assinalar o envolvimento de algumas Juntas de Freguesia nesta matéria. Isto não significa que os OP's ou práticas de participação similares não possam ser aplicados a outros contextos, como será o caso, a título de exemplo, das empresas municipais.

Juan Medina, vice-presidente da Associação de Cidades Participativas de Espanha, apresentou em Odemira (2012) no decorrer do I Encontro Ibérico de Orçamentos Participativos (Figura 18), uma perspetiva quiçá polémica sobre a política e a participação pública, tendo este autarca espanhol analisado o Estado e a evolução das iniciativas da participação dos cidadãos, no espaço ibérico e no mundo, no atual cenário de crise económica, afirmando ter chegado à conclusão de que nem todas as metodologias de participação se podem traduzir em orçamentos participativos referindo objetivamente que um OP tem de ser uma ferramenta de inclusão social e ter a eliminação da pobreza como objetivo central, acrescentando que se havia municípios que não estavam a servir esses objetivos, as suas iniciativas de participação não se poderiam designar Orçamentos Participativos. *O que acontece, (referiu) é que há algumas iniciativas políticas que não apreciam muito as iniciativas de participação pública. Não gostam que as pessoas tenham uma voz crítica, que tenham a possibilidade de propor e decidir melhores ideias que os políticos que os estão a representar. Esse é o medo que têm. E isso é o que está verdadeiramente em crise.*" ¹⁰⁷

¹⁰⁴ O OP é um processo dinâmico que se adequa periodicamente às necessidades locais, procurando um formato facilitador e ampliador do debate entre o governo municipal e a população. Por ser um importante instrumento de participação popular, o OP foi referenciado pela ONU como uma das 40 melhores práticas de gestão pública urbana no mundo tendo o O Banco Mundial reconhecido o processo de participação popular de Porto Alegre como um exemplo bem-sucedido de ação comum entre o governo e a sociedade civil. In http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p_secao=1 (Consultado e adaptado em 2014-13-20)

¹⁰⁵ Disponível em <http://www.rcc.gov.pt/Directorio/Temas/ServicosCidadao/Paginas/Or%C3%A7amento-Participativo-Portugal.aspx> – (Consultado em 17-11-2012)

¹⁰⁶ Disponível em <http://www.i-gov.org/index.php?article=18567&visual=1&id=&subject=332> (Consultado em 18-11-2012)

¹⁰⁷ Citado por <http://www.i-gov.org/index.php?article=18579&visual=1&id=&subject=332> (Consultado em 17-11-2012)



Figura 18 – Notícia sobre o I Encontro Ibérico de Orçamentos Participativos¹⁰⁸

Na opinião de CRUZ, (2012) a questão central deste debate gira em torno da possibilidade, ou não, de transformar relações de poder desiguais em relações mais simétricas, *“na medida em que à população é dado um espaço para intervir diretamente nas políticas que lhes dizem respeito. Ou seja, este novo modelo de gestão pública representa uma nova configuração de poder, sendo uma espécie de complementaridade à prática de delegar nos representantes eleitos a tarefa de elaborar e implementar políticas sociais”* (CRUZ, 2012). De forma circunstancialmente ainda insipiente retira-se que, também aqui, a repartição de responsabilidades e de ações entre o governo e a sociedade aponta no sentido da possibilidade da construção de um novo espaço público, criando em simultâneo um novo papel assumido pelos movimentos oriundos da sociedade civil.

Quando entrevistado a esse propósito para a revista digital “I-Gov”, Nelson Dias, presidente da Associação ‘In Loco’¹⁰⁹ apresentou a sua perspetiva da realidade portuguesa no que respeita aos OP’s, defendendo que o elemento essencial neste tipo de dinâmicas, no nosso país, é a recriação da confiança mútua entre quem governa e quem é governado, entre a classe política e os cidadãos, referindo que *“são bastante evidentes os sinais de descrédito da população relativamente à classe política”*. Este responsável sustentaria que embora sejam menos perceptíveis, são igualmente importantes os indícios de desconfiança da classe política em relação à população, considerando que esta é portadora de sentimentos

¹⁰⁸ Fonte - <http://www.sulinformacao.pt/2012/11/odemira-mostra-bons-exemplos-de-participacao-civica-e-cidadania-ativa/> (Consultado em 2014-05-01)

¹⁰⁹ A Associação In Loco é uma organização sem fins lucrativos, criada em 1988, sediada em S. Brás de Alportel e que tem por objetivo promover o desenvolvimento de base local com vista à melhoria da qualidade de vida nas suas múltiplas dimensões url - <http://www.in-loco.pt/>

de egoísmo e individualismo, contrários à necessidade de gerir bens comuns e de produzir interesses coletivos. Classificaria esta questão como bastante preocupante dado considerar ser a confiança o motor da democracia representativa, como é também a base para o empenho dos indivíduos na participação, concluindo que *“deste modo, a participação não é uma variável independente mas uma variável dependente dos resultados que o processo participativo é capaz de produzir.”*¹¹⁰

Não estando ainda em tempo dos canais institucionais servirem como veículos catalisadores da vontade participativa à escala global, nomeadamente junto dos representantes eleitos, de alguma forma a exceção à regra no processo comunicacional entre governos e governados vem-se revelando de forma mais acentuada no âmbito das autarquias locais, onde tem sido possível encontrar exemplos de Entidades municipais que disponibilizam no seu sítio na Internet um espaço dedicado à intervenção dos seus munícipes, assumindo contornos de fóruns da expressão da vontade dos cidadãos residentes nesse espaço geográfico, quanto à tomada de decisões que a todos dizem respeito e acabando por funcionar como um órgão consultivo da vontade popular, fazendo uso de uma plataforma digital com caráter interventivo e participativo (Figura 19).



Figura 19 – Portal do sítio “Orçamento Participativo”¹¹¹

¹¹⁰ Transcrita em <http://www.i-gov.org/index.php?article=18567&visual=1&id=&subject=332> – (Consultado em 18-11-2012)

¹¹¹ Fonte URL <http://www.op-portugal.org/> Consultado em 2013-12-20)

A título ilustrativo de uma experiência de raiz municipal, o projeto ‘Lisboa Participa’ (Figura 20) assume-se como algo mais que apenas um portal através do qual os cidadãos podem enviar sugestões e contributos.



Figura 20 - Portal Lisboa Participa¹¹²

Segundo a autarquia lisboeta¹¹³, este portal da participação foi planeado e construído para representar uma mudança de paradigma na relação entre o município e os cidadãos, apelando aos cidadãos-parceiros, cidadãos coprodutores de ideias e de projetos para a cidade e para o município¹¹⁴.

No Anexo 1 deste estudo, nomeadamente na entrevista concedida por Valter Ferreira, responsável do projeto “Lisboa Participa” é feita referência pormenorizada à forma de funcionamento desse espaço digital, especialmente concebido para a participação dos munícipes de Lisboa.

Participar diretamente na definição das prioridades do investimento municipal e, consequentemente no orçamento autárquico, poderá corresponder à figura de um mecanismo da democracia participativa e voluntária, que reforça os princípios e compromissos das autarquias, com uma aproximação da administração aos cidadãos, embora pareça importante clarificar que o orçamento participativo (OP) não possui, por padrão, uma metodologia standardizada, mas ser o seu conteúdo definido em função das características de cada contexto.

¹¹² Fonte <http://lisboaparticipa.pt> (Consultado em 2013-12-20)

¹¹³ Fonte - <http://www.rcc.gov.pt/Mediateca/artigos/Paginas/O-Lisboa-Participa%C3%A9-o-novo-portal-da-participa%C3%A7%C3%A3o-da-cidade-de-Lisboa.aspx> (Consultado em 12-06-2012)

¹¹⁴ Fonte - <http://www.rcc.gov.pt/Mediateca/artigos/Paginas/O-Lisboa-Participa%C3%A9-o-novo-portal-da-participa%C3%A7%C3%A3o-da-cidade-de-Lisboa.aspx> (Consultado em 10-6-2012)

Igualmente se poderão classificar como importantes, as ações dirigidas à auscultação da opinião pública quando estão em causa elementos vitais para a sua qualidade de vida, ou quando delas dependam razões fortemente ligadas ao bem-estar social, ao emprego ou à tomada das melhores decisões. Refira-se a propósito e no âmbito das denominadas boas práticas neste contexto, o facto da população da região de Aveiro ter sido convidada durante o ano de 2012 a dar a sua opinião sobre o Plano Intermunicipal de Transportes e Mobilidade da Região de Aveiro (PIMTRA), (Figura 21), sob a forma de inquérito disponibilizado *online*, no qual os responsáveis por este projeto convidavam a população da região a expressar a sua opinião sobre os objetivos que consideravam mais importantes para o município onde residiam, em termos de mobilidade.¹¹⁵



Figura 21 – ‘Região de Aveiro’ – Apresentação do PIMTRA¹¹⁶

Outro exemplo tem origem em Vila Nova de Cerveira, onde o município com o objetivo de promover e reforçar a participação dos cidadãos no sentido de melhorar a qualidade da vida urbana, passou a disponibilizar um serviço de Sugestões e Reclamações na Web. Esta plataforma tecnológica permite aos munícipes participar ativamente, podendo contribuir com a sua sugestão, reclamação ou alerta, sobre qualquer situação que entendam útil reportar.

¹¹⁵ Os resultados deste estudo estão publicados de forma detalhada, em vários documentos, disponibilizados no sítio http://www.regiaodeaveiro.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginalId=29299&projectId=25&pastaDocumentosId=3159

¹¹⁶ Fonte URL http://www.cm-agueda.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginalId=56743 (Consultado em 2013-12-15)

Numa dimensão e latitude diferentes, mas ainda assim relevante para o contexto, poder-se-á remeter também o princípio da aproximação da classe política aos eleitores, para o caso da disponibilização por parte da Câmara dos Deputados do Brasil de um portal de interação com o objetivo de promover e incentivar a participação da sociedade no processo de elaboração da matéria legislativa. O portal e-Democracia¹¹⁷, disponibiliza os instrumentos para a participação dos cidadãos, que poderão inscrever a sua opinião nos fóruns, participar em *chats*, responder a inquéritos e até mesmo colaborar no processo político de construção de um projeto de lei.¹¹⁸

Retira-se deste contexto que circunstâncias de abertura do poder político à participação dos cidadãos vão gradualmente acontecendo um pouco por todo o mundo, com especial incidência ao nível dos órgãos do poder local, o que poderá fazer refletir a ideia de que a presença ativa das administrações públicas nas redes sociais e/ou através de blogues corporativos, poderá reforçar a proximidade com o eleito.

2.9 Burocracia e governo eletrónico

Acredita-se que as estruturas instaladas na administração pública teriam muito de positivo a retirar da tecnologia, assim as políticas e as conceções de relacionamento entre dirigentes e colaboradores encontrassem pontos de convergência e de mútuo interesse. Se no contexto da comunicação os blogues são uma ferramenta que serve a colaboração e a gestão do conhecimento, uma visão de maior abrangência revela o seu extraordinário poder de comunicação com as características bidirecionais e instantâneas que possui e que o tipificam como rápido nas interações, com maior valor agregado, possibilitando uma leitura agradável e cronológica, fácil de criar e manter, pouco oneroso, possuindo uma navegação intuitiva e simples, aberto a comentários, o que o lança em contexto organizacional como uma ferramenta de elevado potencial na gestão do conhecimento, como blogue corporativo aberto, que, para além de poder promover o conhecimento da, e na, organização, permite a criação de uma comunidade de utilizadores com objetivos, dificuldades e recursos comuns.

Na perspetiva do aproveitamento de boas práticas em nome da eficiência e da eficácia acredita-se que venha a ser possível e desejável a transferência do conhecimento entre diferentes suportes e plataformas, alcançando-se num futuro mais ou menos próximo o equilíbrio entre os objetivos das administrações e os interesses dos cidadãos, maximizando os proveitos comuns que possam decorrer

¹¹⁷ Disponível em <http://edemocracia.camara.gov.br/>, (Consultado em 2011-05-25)

¹¹⁸ Fonte – Câmara dos Deputados do Brasil

Disponível em <http://edemocracia.camara.gov.br/> (Consultado em 2011-06-15)

de uma boa governação face ao impacto do governo eletrónico. Uma abordagem feita por ALVES & MOREIRA (2004) aos princípios da boa governação expressos na (Tabela 4), demonstra de que forma eles se relacionam e se devem refletir em qualquer estratégia de promoção do governo eletrónico¹¹⁹.

Tabela 4 - Impacto do governo eletrónico na concretização dos princípios de boa governação¹²⁰

Princípios de boa governação	Impacto do governo electrónico
Coerência na concepção das políticas	Facilita a coordenação de políticas entre departamentos ministeriais, agências públicas e níveis da Administração
Democracia participativa ao nível das políticas públicas	Possibilita o envolvimento activo dos <i>stakeholders</i> nas políticas públicas
Consistência, eficácia, eficiência na implementação das políticas <i>O Estado faz aquilo que diz</i>	Facilita a implementação cooperativa e em rede das políticas de forma mais rápida e económica
Transparência e abertura do processo político no seu conjunto <i>O Estado informa sobre o que faz</i>	Disponibiliza a informação de forma acessível e com baixo custo

Porém, a implementação do governo eletrónico tendeu a transportar uma progressiva mudança de paradigma no que toca a várias características do funcionamento da AP. Uma mudança de paradigma que, seguindo FOUNTAIN (2001), implica a passagem de uma burocracia «tradicional», para uma burocracia «virtual» e cujos principais elementos se encontram esquematizados na (Tabela 5).

¹¹⁹ in “Cidadania digital e democratização eletrónica”

Disponível em http://www2.spi.pt/inovaut/docs/Manual_IV.pdf - Consultado em 2014-02-05

¹²⁰ Fonte “Cidadania digital e democratização eletrónica”

Disponível em http://www2.spi.pt/inovaut/docs/Manual_IV.pdf - (Consultado em 2014-02-15)

Tabela 5 - Comparação entre uma burocracia tradicional e uma burocracia virtual

Adaptado de Fountain (2001)¹²¹

Características de uma burocracia tradicional	Características de uma burocracia virtual
Diferenciação funcional; divisão precisa do trabalho; fronteiras jurisdicionais claras	Estruturação da informação através do uso das TIC; estrutura organizacional baseada em sistemas de informação e não em pessoas
Hierarquia de departamentos e de indivíduos	Comunicação electrónica e informal; trabalho e tomada de decisões em equipas
Arquivos, documentos escritos, funcionários encarregados de manter e transmitir ficheiros	Ficheiros digitalizados, mantidos e transmitidos electronicamente por múltiplos processos; funcionários encarregados de manter <i>hardware</i> , <i>software</i> e telecomunicações
Funcionários neutrais, impessoais, ligados a um departamento em particular	Funcionários com funções transversais
Sistemas de regras gerais de escritório; procedimentos operacionais padronizados	Regras inseridas em aplicações e sistemas de informação; uma estrutura invisível e virtual
Processamento lento devido a atrasos, múltiplos intervenientes em cadeia, indisponibilidade de informação	Processamento rápido ou em tempo real
Longos ciclos de <i>feedback</i> e ajustamento	Monitorização constante e <i>feedback</i> contínuo; possibilidade de processos de ajustamento mais rápidos ou em tempo real

Ainda segundo ALVES & MOREIRA (2004), é possível verificar que, relativamente às suas congéneres tradicionais, as burocracias da era do governo eletrónico terão de evoluir no sentido de uma muito maior rapidez e flexibilidade nos procedimentos, de uma diminuição dos tempos de resposta às solicitações que lhes são colocadas e de um acréscimo de autonomia e versatilidade dos seus agentes. Igualmente importante será a capacidade para receber *feedback* e efetuar os necessários ajustamentos em tempo útil e neste aspeto assume particular importância a gestão da informação e da comunicação por parte da Administração Pública. Concluem os

¹²¹ Fonte "Cidadania digital e democratização eletrónica"
Disponível em http://www2.spi.pt/inovaut/docs/Manual_IV.pdf - (Consultado em 2014-02-15)

autores afirmando que “nenhuma estratégia, por mais bem implementada que seja, se poderá considerar bem-sucedida se não garantir a adesão e o envolvimento dos cidadãos que são, afinal, os seus destinatários e principal razão de ser” (ALVES & MOREIRA, 2004).

2.10 Dados estatísticos referentes ao uso da Internet em Portugal e no espaço da EU

Observando um dos objetivos expressos na introdução deste estudo, nomeadamente quanto à caracterização do uso das TIC no contexto dos Estados da EU e mais objetivamente, em Portugal, parece pertinente recorrer a algumas referências estatísticas disponibilizados pelo ‘OberCom – Observatório da Comunicação’ e pelo Eurostat, que apresentaram dados recolhidos respetivamente no âmbito do Inquérito ‘Sociedade em Rede 2013’, quanto à primeira entidade, e relativos a 2012, no que se refere à segunda.

Relativamente aos dados disponibilizados pelo OberCom, referentes a 2013, verificou-se que o número de acessos à Internet nos agregados domésticos em Portugal tem vindo a subir de forma regular nos últimos anos, tendo-se verificado, no entanto, entre 2012 e 2013 um aumento de apenas 0,2 pontos percentuais, dos 57,0% para os 57,2%. Em termos de tipos de ligação, os lares portugueses encontram-se ligados, na sua maioria, por Cabo (28,5%), Banda Larga ADSL (11,1%) e Fibra ótica (9,9%), referindo o mesmo relatório que tal como no resto da Europa, a utilização de Internet em Portugal tem vindo a sofrer aumentos consistentes ao longo dos anos e essa tendência verificou-se também em 2013, face ao ano de 2012, em termos de acesso nos agregados domésticos (Gráfico 6).

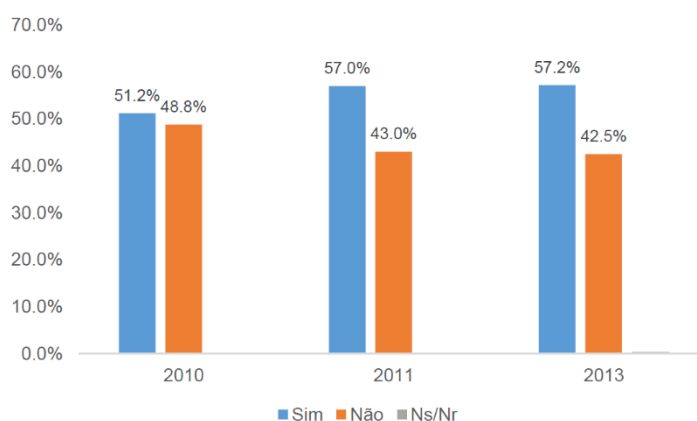


Gráfico 6 - Acesso à Internet nos agregados domésticos, em Portugal, entre 2011 e 2013¹²²

¹²² Fonte - OberCom – Observatório da Comunicação (Inquérito Sociedade em Rede 2013) (Consultado em 2014-05-02)

Segundo o estudo do Eurostat, no espaço europeu a grande maioria das famílias e indivíduos utiliza a internet, o que permite que os utilizadores acessem a informações e serviços a qualquer momento e em qualquer lugar. O uso da Internet móvel tornou-se ainda mais popular, especialmente entre os mais jovens, com o surgimento de novos dispositivos móveis como os *smartphones* e os *tablet's*, Segundo este estudo do Eurostat¹²³ (último divulgado por aquela Entidade e referente ao ano de 2012),¹²⁴ aproximadamente 60% da população jovem da UE27 (com idade entre 16-24 anos) utilizava a internet em equipamentos móveis.

No trabalho do OberCom é revelado que a referida tendência de subida abrandou significativamente face ao aumento verificado entre 2011 e 2012, no número de acessos nos lares portugueses. Entre 2011 e 2012 o número de acessos subiu em 5,8 pontos percentuais, dos 51,2% em 2011 para os 57,0% em 2012. Em 2013, a percentagem de acessos era de 57,2%, face a uma percentagem de agregados sem acesso de 42,5%, ou seja, verificou-se um aumento de 0,2 pontos percentuais face a 2012, entre os agregados com ligação à Internet. Em termos de tipo de ligação, verificava-se que em 2013 existia uma predominância de ligações por Cabo entre os agregados Portugueses com ligação à Internet, onde 28,5% dos inquiridos tinham ligação de Internet por Cabo em casa, sendo que apenas 9,9% estavam ligados através de Fibra Ótica, tecnologia mais recente mas tendencialmente associada a mensalidades mais elevadas que o Cabo ou o ADSL (Gráfico 7).

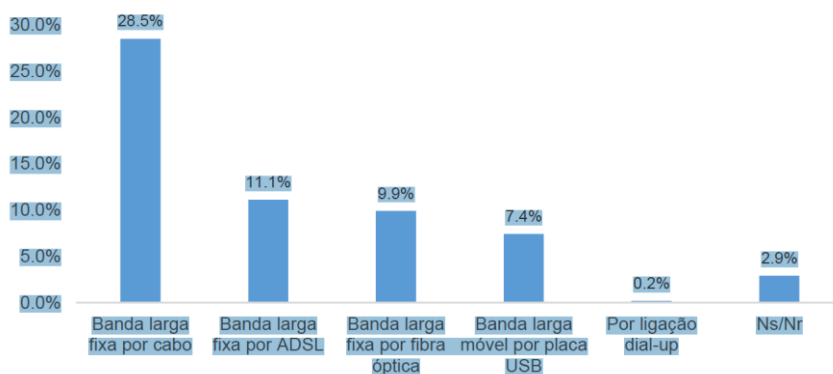


Gráfico 7 - Que tipo de ligação à Internet tem em casa?" - Portugal, em 2013¹²⁵

¹²³ Disponível em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/information_society/data/database (consultado em 2014-04-15)

¹²⁴ Segundo o Eurostat os Dados de 2012 são baseadas em dados agregados selecionados e transmitidos pelos Estados-Membros e outros países. Uma atualização da cobertura do banco público de dados com todas as características estava prevista para 2013 (o que ainda não se verificou). O inquérito abrangeu domicílios com pelo menos um indivíduo com idade na faixa 16-74. Os agregados familiares foram questionados sobre o acesso à Internet por qualquer membro do agregado familiar em casa, as pessoas sobre o última vez do uso da internet, frequência e local de utilização, o uso móvel, atividades e competências eletrónicas.

¹²⁵ Fonte - OberCom – Observatório da Comunicação (Inquérito Sociedade em Rede 2013) (Consultado em 2014-05-02)

O estudo do Eurostat adianta que a percentagem de indivíduos na UE que costumava aceder à internet em 2012 era de 73% com cerca de um terço a utilizaram a rede em dispositivos móveis, longe de casa ou no trabalho. Verificavam-se diferenças significativas no uso da Internet móvel entre os vários países da União, tendo sido registadas taxas de utilização de computadores ou dispositivos portáteis através de redes de telefonia móvel ou sem fio superiores a 50% em seis Estados-Membros como foram os casos da Dinamarca, Irlanda, Luxemburgo, Países Baixos, Finlândia e Suécia, enquanto essas ações ficaram abaixo dos 20% na Bulgária, Itália, Hungria, Lituânia e Roménia.

Retornando a Portugal o estudo da OberCom revelava uma presença ainda forte das ligações por Banda Larga Fixa (11,1% dos inquiridos) e uma percentagem também expressiva de ligações por Banda Larga Móvel (7,4%), cuja principal característica de atração face às restantes possibilidades era precisamente, o facto de poder acompanhar o utilizador onde quer ele vá, num país em que a cobertura 3G se encontra largamente disseminada, salvo algumas regiões menos povoadas do interior português. A ligação Dial-up, claramente obsoleta face às restantes, totalizava 0,2 pontos percentuais.

Apurando os valores sobre a utilização de Internet, verificava-se que 55,2% dos inquiridos utilizavam a Internet, contra 44,8% que não utilizavam. Entre os não utilizadores, é de salientar que 6,5% deixaram de utilizar a Internet em 2013 e 38,3% nunca utilizaram este recurso (Gráfico 8).

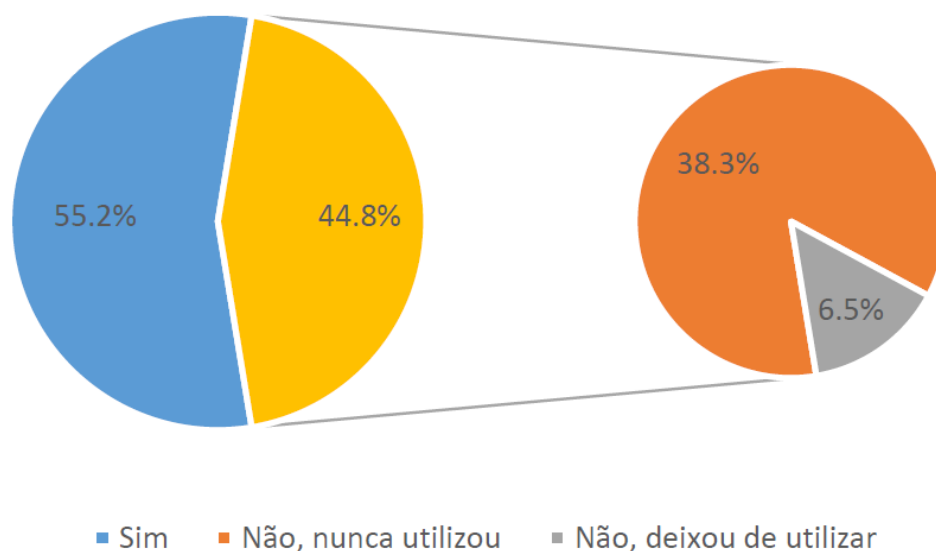


Gráfico 8 - "É utilizador de Internet?", em Portugal, em 2013¹²⁶

¹²⁶ Fonte - OberCom – Observatório da Comunicação (Inquérito Sociedade em Rede 2013) (Consultado em 2014-05-02)

O acesso em banda larga que permite maior velocidade durante a navegação e a realização de múltiplas atividades aos utilizadores revelou uma proporção de domicílios na UE com acesso dessa tipologia, de 76% em 2012, que se traduziu num aumento de 6 pontos percentuais em relação a 2010. Registou-se que na UE-27, 72% dos domicílios tinham acesso à banda larga em casa, um aumento de 11 pontos percentuais em comparação com 2010, refere o Eurostat (Tabela 6).

A percentagem de acessos à Internet variou entre os Estados-Membros, desde mais de 90% dos domicílios na Dinamarca, Países Baixos, Luxemburgo e Suécia, para abaixo de 55% na Bulgária, Roménia e Grécia. De realçar que se verificavam disparidades significativas na receção de banda larga na EU, com uma taxa de cerca de 50% das famílias com o serviço na Bulgária, Grécia e Roménia, embora a Bulgária e a Roménia apresentassem um grande crescimento com as ligações de banda larga nesses países a dobrar entre 2010 e 2012, enquanto entre 2008 e 2012, o maior crescimento, mais de 30 pontos percentuais, foi registado na República Checa, Roménia e Eslováquia.

Tabela 6 - Acesso à Internet e Internet de banda larga em domicílios no espaço europeu (%) ano 2012¹²⁷

	Internet connections in households			Broadband internet connections		
	2008	2010	2012	2008	2010	2012
EU-27	60	70	76	49	61	72
BE	64	73	78	60	70	75
BG	25	33	51	21	26	51
CZ	46	61	71	36	54	68
DK	82	86	92	74	80	85
DE	75	82	85	55	75	82
EE	58	68	75	54	64	74
IE	63	72	81	43	58	65
EL	31	46	54	22	41	51
ES	51	59	68	45	57	67
FR	62	74	80	57	66	77
IT	47	59	63	31	49	55
CY	43	54	62	33	51	62
LV	53	60	69	40	53	67
LT	51	61	62	43	54	61
LU	80	90	93	61	70	68
HU	48	60	69	42	52	68
MT	59	70	77	55	69	77
NL	86	91	94	74	80	83
AT	69	73	79	54	64	77
PL	48	63	70	38	57	67
PT	46	54	61	39	50	60
RO	30	42	54	13	23	50
SI	59	68	74	50	62	73
SK	58	67	75	35	49	72
FI	72	81	87	66	76	85
SE	84	88	92	71	83	87
UK	71	80	83	62	70	80
IS	88	92	95	83	87	91
NO	84	90	93	73	83	86
HR	45	56	66	27	49	60
ME	:	:	55	:	:	52
MK	29	46	:	23	37	:
TR	25	42	47	22	34	43

¹²⁷ Fonte – Eurostat (*Statistics in focus*) (Consultado em 2014-05-02)

Quanto à utilização de Internet em dispositivos móveis, esta continuava a ser, de acordo com os dados apresentados pelo OberCom, minoritária. Em 2013, 38,5% dos inquiridos diziam ter utilizado dispositivos móveis (telemóvel, *smartphone* ou *tablet*) para ver televisão, ouvir música, ouvir rádio, ler livros, ler jornais e revistas e jogar videojogos, contra 61,0% que diziam não o fazer (Gráfico 9).

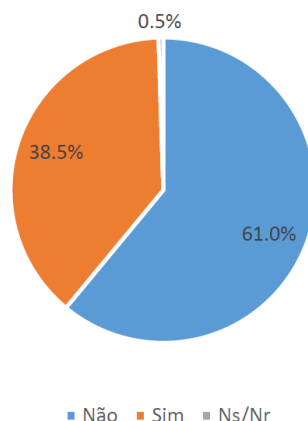


Gráfico 9 - “Utiliza a Internet em dispositivos móveis?” Portugal em 2013¹²⁸

Segundo o estudo do Eurostat, os Indivíduos na faixa de idades entre 16-74 anos fizeram mais uso dos dispositivos portáteis, incluindo os *smartphones* e os *tablet's*, tendo a proporção de jovens com idades entre 16-24 a utilizar dispositivos portáteis (47%) para o acesso à internet, sido 7 pontos percentuais superior aos que utilizavam computadores portáteis (40%). Em geral, cerca de um terço dos indivíduos na UE27 usaram dispositivos móveis para aceder à Internet em casa ou no trabalho, sendo que a parcela de uso de internet móvel por jovens estava em 58% quase cinco vezes superior do que a quota de 12% para a população com idade entre 55-74 (Gráfico 10).

(% de indivíduos)

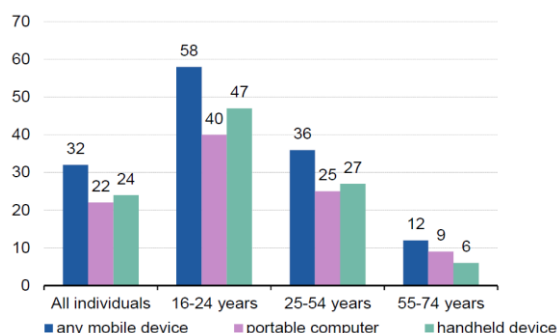


Gráfico 10 - Indivíduos que utilizaram a Internet em casa ou no trabalho, por faixa etária e tipo de dispositivo móvel – 2012¹²⁹

¹²⁸ Fonte - OberCom – Observatório da Comunicação (Inquérito Sociedade em Rede 2013) (Consultado 2014-05-02)

Quanto à frequência com que os utilizadores recorreram à Internet, o estudo da OberCom revela que a utilização por parte dos inquiridos no âmbito deste inquérito foi feita, essencialmente, de forma diária. 72,9% da amostra afirmou utilizar a Internet diariamente, sendo que 13,2% disse fazê-lo 3 ou 4 vezes por semana e 9,6% 1 ou 2 vezes por semana. 2,8% disseram utilizar a Internet pelo menos 1 vez por mês e apenas 1,0% dos inquiridos afirmou recorrer a este *media* menos de uma vez por mês (Gráfico 11).

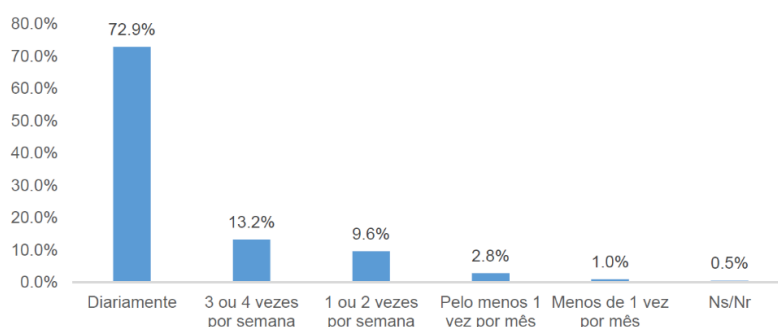


Gráfico 11 - “Com que frequência utiliza a Internet?”, em Portugal, em 2013¹³⁰

Segundo o estudo do Eurostat, cerca de 60% dos indivíduos na UE utilizou a Internet diariamente e sete em cada dez indivíduos usaram a Internet pelo menos uma vez por semana. Essas ações quanto aos indivíduos que utilizaram a internet foram regularmente acima dos 80% em seis Estados-Membros: Dinamarca, Luxemburgo, Países Baixos, Finlândia, Suécia e Reino Unido, estando as mesmas ações abaixo dos 60% em sete Estados-Membros: Bulgária, Grécia, Itália, Chipre, Polónia, Portugal e Roménia (Gráfico 12).

(% de indivíduos)

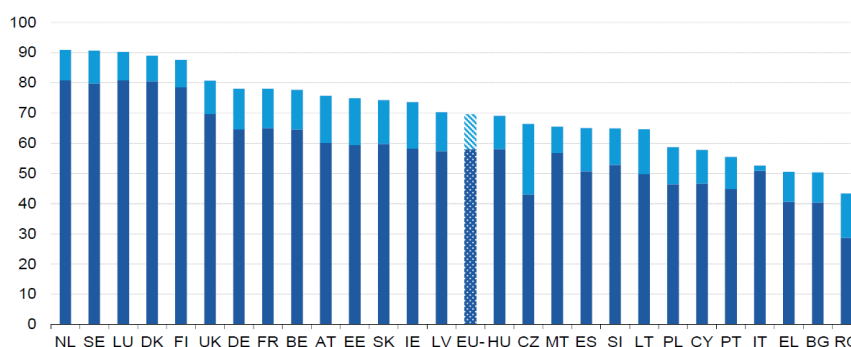


Gráfico 12 - Indivíduos que utilizaram a Internet pelo menos uma vez por semana em 2012¹³¹

De acordo com o Gráfico 13, 98,0% dos internautas portugueses utilizadores de redes sociais tinham perfil criado na rede *Facebook*. 13,7% possuíam perfil na rede

¹²⁹ Fonte - Eurostat (*Statistics in focus*) (Consultado em 2014-05-02)

¹³⁰ Fonte – Eurostat (*Statistics in focus*) (Consultado em 2014-05-02)

¹³¹ Fonte (idem)

Google+ e 10,4% na rede Hi5, seguidos de Twitter, LinkedIn e Badoo (com percentagens de 9,0%, 7,5% e 3,2%, respetivamente).

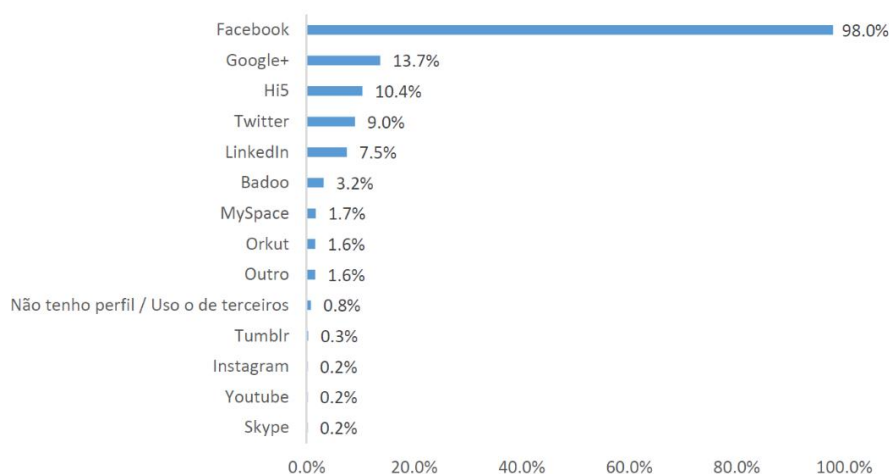


Gráfico 13 - “Em que sites de redes sociais tem perfil criado?”- Portugal, em 2013¹³²

Quanto à situação para o mesmo parâmetro, à escala europeia, verifica-se uma correspondência quanto à liderança (Facebook), seguido do Twitter, Linkdin, Pinterest e Google+.

O estudo do Eurostat revelou também que a maioria dos utilizadores da Internet recorre frequentemente ao uso do *e-mail*, tendo procurado informações sobre bens e serviços, lido notícias *on-line* e usado o serviço de internet *banking*. Ainda segundo o mesmo documento, nove em cada dez utilizadores da Internet comunicaram através de *e-mail* estando os media sociais a desempenhar um papel cada vez mais importante na comunicação para fins privados. Um em cada dois utilizadores da Internet colocou mensagens nos *media* sociais e mais de 80% procurou informações sobre bens e serviços, tendo mais de 60% lido notícias *online* em jornais ou revistas. O estudo revelou ainda que outros usos populares são os serviços bancários na Internet e o uso associado de viagens e serviços para 54% e 50% dos utilizadores, de respetivamente).

Segundo a mesma fonte, um em cada dois utilizadores da Internet na faixa de idade entre 55-74 recorre aos serviços *online* disponibilizados pela banca. Quanto à comunicação por *e-mail* estas registaram importância semelhante para os utilizadores da Internet em todas as faixas etárias com as ações dos utilizadores por *e-mail* a variarem ligeiramente de 86 % no grupo etário dos 55-74 a 92 % na faixa etária 16-24. Maiores diferenças na utilização verificam-se entre as populações mais jovens e mais velhos. Atividades como comunicação nos *media* sociais, ouvir *Webrádios*, ou assistir a televisão Web, bem como jogos, filmes ou

¹³² Fonte - (idem) Fonte – Eurostat (*Statistics in focus*) (Consultado em 2014-05-02)

música e *upload* de conteúdos para *Websites* atraíram mais de metade dos jovens utilizadores da Internet com idade entre 16-24 anos (Gráfico 14).

(% de indivíduos)

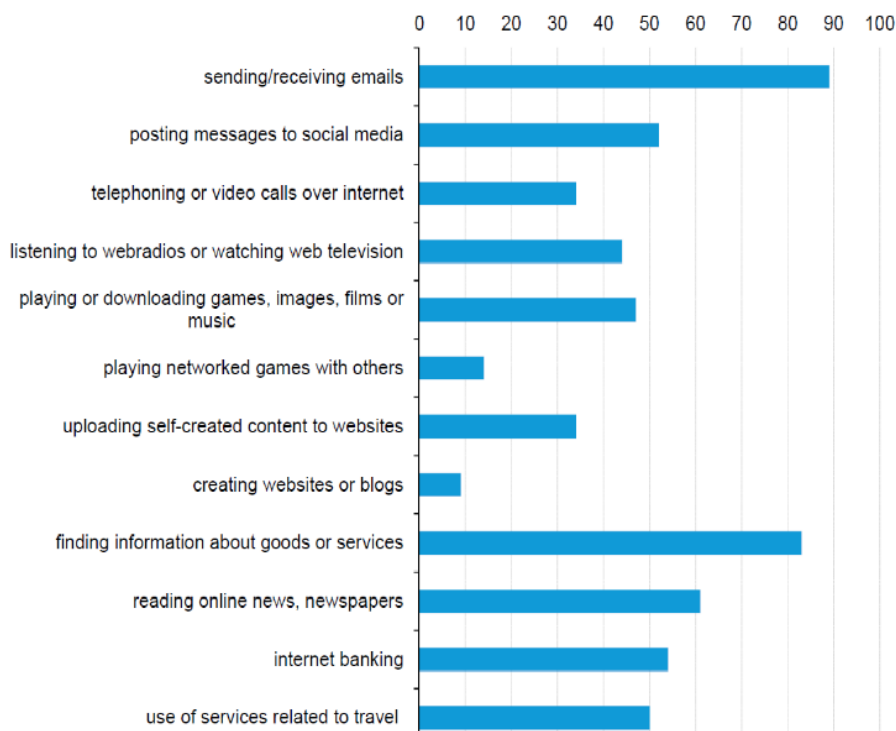


Gráfico 14 - Tipificação do uso da Internet na EU - 2012¹³³

Resumo do capítulo 2

O enquadramento teórico envolvente deste estudo é complementado, em grande medida, pelo vasto espectro legislativo e orientador da EU e nomeadamente pelas Organizações governamentais do Estado português, o que evidencia uma clara tendência para o reconhecimento e aproveitamento do potencial da Internet pelo poder político, qualquer que seja a sua esfera de influência.

As iniciativas da União Europeia para a Sociedade Informação, definiram linhas de atuação e programas para a Administração Pública que conduziram a que os países membros dirigissem a sua atenção para o rápido desenvolvimento do governo eletrónico, permitindo inferir que mesmo em diferentes cenários, parece ser possível projetar um plano de interação de raiz digital para áreas de premente atualidade e relevância social, que poderiam encontrar no processo de participação eletrónica um mecanismo mais facilitador, no sentido do incremento da sua

¹³³ Fonte – Eurostat (*Statistics in focus*) Fonte – Eurostat (*Statistics in focus*) (Consultado em 2014-05-02)

influência para as questões cívicas emergentes, ou recorrentes, em contraponto com os meios de comunicação tradicionais, que exigem investimentos financeiros pesados e que na fórmula em que se movimentam no teatro social, pouca disponibilidade manifestam para um acesso intensivo dos cidadãos, ou dos seus grupos de opinião.

Este processo, aparentemente também de *empowerment* social com recurso a meios eletrónicos, poderá assumir-se como um elemento vital no apoio às associações locais, aos grupos de cidadãos organizados por causas sociais e em geral ao próprio Estado democrático, proporcionando fórmulas participativas agregadoras e de manifesto interesse público. Acredita-se que as plataformas colaborativas poderiam refutar o preconceito de que a rede dificilmente servirá os interesses dos cidadãos, antes ou em paralelo com os dos Estados, acreditando-se também que desse relacionamento se poderiam retirar melhores práticas, conducentes a também melhores processos de interação entre os governos, as administrações e os cidadãos.

A democracia representativa, no quadro do desenvolvimento da SI, descobriu novas formas de relacionamento com as TIC, a par de idêntico posicionamento da sociedade civil, sendo os serviços baseados na Internet utilizando tecnologia Web 2.0 cada vez mais populares enquanto plataforma que permite às comunidades de interesses baseadas na rede mundial de computadores, colaboração e serviços interativos.

No mundo da Web 2.0, a colaboração está mais presente do que nunca através da partilha de informação relevante entre pessoas, instituições governamentais ou da sociedade civil, imersas no mesmo ambiente, trocando ideias, opiniões e processos de relacionamento social. É assim cada vez mais comum uma vivência coletiva mediada por meio de um conjunto de ferramentas digitais entre comunidades. A informação é um bem precioso e que se tornou imprescindível face ao imediatismo típico das nossas sociedades e a própria educação e formação, não apenas das pessoas como da própria consciência coletiva, encontra na Web 2.0 conceitos para que as transformações sociais continuem a ocorrer de forma fluída e responsável. Vivemos um contexto de mobilização para as causas sociais com base na participação e na interatividade, principais recursos no sentido da mobilização de todos os que se preocupam com os assuntos que a todos também dizem respeito. São disso exemplo os casos citados no âmbito dos OP's, hoje disseminados um pouco por todo o mundo.

Uma das vantagens notórias da implementação de iniciativas com base na Web 2.0 é que os encargos financeiros necessários para a solução técnica podem ser extremamente baixos ou mesmo inexistentes, pois, de forma global, existe a possibilidade de utilizar ferramentas já disponíveis na Internet, sem que sejam necessários investimentos em infraestruturas. Porém, no sentido de um

aproveitamento dos efeitos potenciais do uso da Web 2.0, é de extrema importância definir estratégias prevendo o uso das várias ferramentas disponibilizadas, o que possibilita que se possam abrir novos canais participativos entre governantes e governados, levando estes a usufruir de uma capacidade interventiva, que não sendo de todo determinante no processo de decisão, estimularia a ação no sentido colaborativo.

Quanto ao papel que compete às organizações definidoras das políticas públicas, que terão por princípio a obrigação de estabelecer relações de proximidade com os cidadãos, divulgando ações cívicas e de caráter político inerentes à governação, ele poderá desenvolver-se no contexto de uma relação dialogante entre os órgãos do Estado e os cidadãos, realçando-se que este processo de comunicação pública institucional deveria tender a assumir um papel proativo em prol do interesse coletivo, criando um fluxo comunicativo entre as instituições e a sociedade, manifestando abertura à participação dos cidadãos. Enquanto a comunicação governamental existe no sentido da prestação de contas por parte do Estado, a comunicação política serviria para a abordagem de temas políticos. Já quanto à comunicação pública esta diz respeito à interação e ao fluxo de informação relacionados com assuntos do interesse coletivo, logo a participação, a transparência, o diálogo e o interesse público são alguns de seus requisitos, no sentido de contribuir decisivamente para a uma cidadania ativa e para o fortalecimento da democracia.

A emergência da SI em Portugal vem na linha e usufruiu das vantagens de um processo de globalização que permitiu a redefinição do espaço público tendo a Internet ampliado a sua esfera de ação através da implementação de um conjunto de ferramentas amigas do interesse público e das sociedades, como já era descrito na Tabela 1. O mundo já não vive sem a Web e não é possível contornar o seu impacto.¹³⁴ É neste contexto que se constata que o ambiente Web 2.0, enquanto instrumento de intervenção cívica assumiu-se como de extraordinária importância quer ao nível do exercício das liberdades individuais, quer no âmbito das organizações que podem fazer dessas ferramentas um veículo para abrir à sociedade civil novos espaços de debate e de partilha de experiências com vista não apenas à melhoria do debate público, como na procura das melhores soluções, seja à escala local ou em contexto global.

Vindos de fórmulas profundamente burocratizadas, que caracterizaram as últimas décadas, esperam os cidadãos poderem as ferramentas digitais reunir a capacidade, fiabilidade e eficácia que permitam rapidez e flexibilidade nos procedimentos, uma diminuição dos tempos de resposta às solicitações, um

¹³⁴ In “A era dos self media”- <http://www.acicate.com.br/portas/selfmedia.pdf> Consultado em 2014-01-20

acrécimo de autonomia e uma mais eficaz gestão da informação e da comunicação por parte da Administração Pública.

Assim como a tecnologia tem a capacidade de fazer deslocar o poder e a política, igualmente se poderá arrogar de se situar no centro das preocupações políticas.

CAPÍTULO 3 – AS REDES SOCIAIS NO ÂMBITO DA E-PARTICIPAÇÃO

Admitindo-se que um novo modelo democrático está a emergir a partir das redes sociais *online*, este será resultante da procura, quiçá por vezes aparente, de maior transparência nos sistemas político, económicos e sociais, potencializado pela democratização do acesso à Internet.

O processo democrático nas sociedades está a ser profundamente moldado por novos hábitos e práticas, algumas com contornos incontrolláveis, enquanto outras são de todo imprevisíveis quanto aos resultados que podem provocar. Deste modo, para além das formas de participação clássicas, acredita-se que a tecnologia possa vir a abrir o caminho também para a partilha de responsabilidades na tomada de decisões políticas.

Neste capítulo pretende-se conferir uma atenção mais específica aos movimentos sociais e à dimensão efetiva da participação dos cidadãos nas redes sociais *online*, com especial enfoque no caso português, a partir da dimensão e caracterização abstrata do termo ‘sociedade civil’, que segundo SCHERER-WARREN (2006) *“poderá configurar um campo composto por forças sociais heterogêneas, que representarão a multiplicidade e a diversidade dos segmentos sociais que compõem a sociedade”* (SCHERER-WARREN, 2006).

3.1 O posicionamento dos atores sociais na rede

Com a emergência das redes sociais a constituição de comunidades virtuais poderá estar, em grande medida, a contribuir para a redefinição do quadro da participação cívica na sociedade contemporânea, não apenas no sentido da recriação de um novo conceito de cidadania, antes conferindo-lhe uma nova base de intervenção no espaço e horizontes de ação.

De acordo com PASSARELLI, (2007) nas redes sociais a decisão de um ator se envolver, ou não, numa ação coletiva depende dos efeitos da influência das relações humanas estabelecidas em diferentes círculos e, em grande medida, de efeitos e condicionantes espaciais e temporais *“uma vez que as ferramentas sociais da Internet tornaram viáveis novas formas de ação coletiva, criando grupos de colaboração capazes de transformar o ‘status quo’. Cooperação e negociação andam juntas num processo onde decidir entre agir em prol dos interesses comuns ou em prol dos interesses particulares formam caminhos que muitas vezes coincidem ou se distinguem na Web”* (PASSARELLI, 2007). Já RHEINGOLD (2002)¹³⁵, remetia, há mais de uma década, para o surgimento de processos

¹³⁵ Fonte - *Smart Mobs: The Next Social Revolution* - ISBN-10: 0738208612

colaborativos ao referir-se às ‘tecnologias da cooperação’, referindo circunstâncias em que os utilizadores universais da rede se articulavam em torno de interesses comuns, como sejam os casos dos movimentos políticos e sociais, cujo alcance e repercussão na realidade social são exponenciados pelas TIC.

Quando comparados os hábitos participativos dos portugueses nas redes sociais (a que se faz vasta referência estatística na secção 2.10, do capítulo 2) com os resultados de um estudo desenvolvido em 2012 nos EUA intitulado “*What Social Media Do Government Officials Use Most?*”¹³⁶, (Gráfico 15) efetuado junto de 164 membros do *Governing Exchange* (uma comunidade *online* de executivos governamentais daquele país), o *Facebook* e o *LinkedIn* são as redes mais utilizadas nos locais de trabalho, sendo o *Facebook* utilizado, em casa, por 4 em cada 5 executivos governamentais inquiridos.

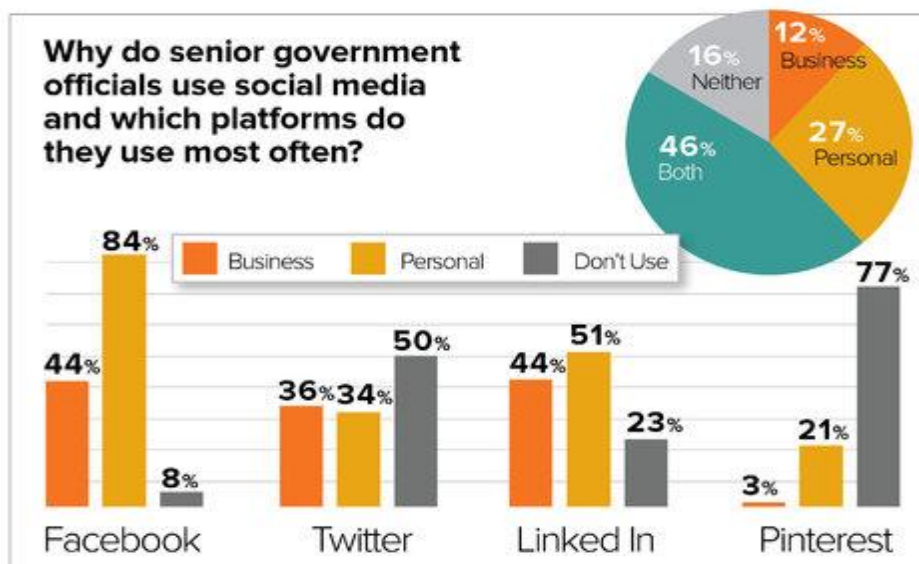


Gráfico 15

*What Social Media Do Government Officials Use Most?*¹³⁷

Apenas 16 % dos consultados referiram não utilizar qualquer rede social, enquanto 17 % afirmou que as suas contas nas redes sociais eram geridas por outras pessoas. Apesar dos números sugerirem que a maioria dos funcionários públicos utiliza, pelo menos, uma rede social, 70% dos inquiridos sustentaram que o governo poderia utilizar melhor as redes sociais.

¹³⁶ Disponível em <http://www.govtech.com/E-Government/What-Social-Media-Do-Government-Officials-Use-Most-GRAPHIC.html>

¹³⁷ Fonte: <http://www.govtech.com/E-Government/What-Social-Media-Do-Government-Officials-Use-Most-GRAPHIC.html> - (consultado em 2012-11-13)

Esbarrando a cada momento com ferramentas e processos tecnológicos, que permitem aos cibernautas responderem *online* a diversas solicitações, participarem em redes sociais que também facilitam a partilha informal de informações e conteúdos, publicarem e disporem de plataformas que permitem aos utilizadores colaborar diretamente sobre o conteúdo de páginas Web, crê-se que tal é revelador de algum desajustamento nos posicionamentos estratégicos, nomeadamente ao nível das esferas política e da governação, ao não apostarem no sentido do aproveitamento de fatores como o potencial tecnológico instalado, a proximidade e a transparência, para um contexto participativo muito mais aberto. Por outro lado, verifica-se uma ainda tímida tendência para as instâncias do Estado se aproximarem dos cidadãos através das redes sociais, como meios veiculadores da mensagem, tirando partido da sua universalidade e capacidade de penetração, embora o fator ‘propaganda’, ainda que institucional, não possa ser dissociado desse contexto.

3.2 Diferentes formas de intervenção na rede

Como tem vindo a ser referido ao longo deste documento, são variadas as vertentes a que os movimentos cívicos, as organizações, os partidos, as autarquias, os *media* tradicionais, os governos e, de uma forma mais simples, os cidadãos editores de blogs¹³⁸ (Figuras 22-A e 22-B), têm recorrido para se afirmarem na rede, podendo essa afirmação sugerir múltiplos contextos e expressões.

É nessa dinâmica no sentido da transmissão de uma mensagem, independentemente do seu matiz e interesse e dessa multiplicidade de posicionamentos, projetos e ideias, que reside uma parte substancial da riqueza da Internet. Recuperam-se neste espaço alguns exemplos dessa imensa participação na Internet, definindo-se uma contextualização temática de acordo com as fontes e a forma como essas manifestações se apresentam na Web. Afigura-se assim relevante nesta abordagem, definir o enquadramento mais aproximado possível dessas manifestações começando pelo blogue.

Filosoficamente, um blogue é um registo cronológico, frequentemente atualizado, contendo opiniões, emoções, factos, imagens ou outro tipo de conteúdo que o autor ou autores queiram disponibilizar. Tecnicamente o blogue dispõe de uma ferramenta de edição que permite a qualquer utilizador, experimentado ou leigo, aí colocar os seus conteúdos *online* e atualizá-los sem qualquer exigência técnica de

¹³⁸ Surgido em 1997, o *weblog* nasceu como uma aplicação da Internet para produção de conteúdos pelos próprios utilizadores sob a forma de comentários e *links*, organizados e arquivados por ordem cronológica do mais antigo para o mais recente, e rapidamente se afirmou como um espaço de formação e partilha de opinião acessível a todos os internautas que desejem produzir e partilhar conteúdos, fomentando a criação de uma corrente de comentários, opiniões e contributos que podem potenciar o surgimento de comunidades de opinião. Definição adaptada de Blogs e Blogosfera.pt (OberCom). (Consultado em 2014-05-13).

nível informático. O blogue difere da página pessoal na medida em que as atualizações são muito mais frequentes do que as produzidas numa página pessoal, tendo ainda um conceito cronológico associado.

O motor de busca português Sapo¹³⁹ analisa as diferenças entre o blogue e a página pessoal de uma forma simples referindo que ‘se uma página pessoal não for objeto de atualização frequente, pode manter o seu espírito intacto, enquanto um blogue que não é atualizado com frequência, deixa de ser um blogue. Por outro lado, enquanto uma página pessoal pode ser estática ou não, se um blogue configurar um perfil estático, também deixará de ser um blogue’.

A *blogosfera*¹⁴⁰ constituiu-se como uma rede de circulação de opinião que tem vindo a questionar a posição dominante da designada indústria de opinião pública dos *mass media* e a publicar uma multiplicidade de versões e opiniões sobre a realidade, nomeadamente de ordem política, excluídas na forma e mesmo na essência, dos meios tradicionais.



Figura 22-A – Blogue “Abrupto” apresentado como um blogue sobre literatura, poesia e artes¹⁴¹

¹³⁹ Fonte - http://antiga.ajuda.sapo.pt/comunicacao/blogs/geral/O_que_um_Blog_.html (Consultado em 2014-05-25)

¹⁴⁰ Blogosfera entendida como o universo dos blogues no Flash Report OlberCom de março de 2008 (Consultado em 2014-05-22)

¹⁴¹ Fonte - <http://abrupto.blogspot.pt/> - (Consultado em 2014-05-22)

Relativamente aos conteúdos dos blogues, na globalidade sobressai a segmentação temática, uma das características da *blogosfera* que também se caracteriza por uma organização, segmentação e individualidade temáticas, criando um espaço para a partilha de uma pluralidade de temas.



Figura 22-B – Blogue “Blasfémias” apresentado como ‘um espaço de opinião individual, muito mais do que de informação ou de investigação, como acontece com outros’¹⁴²

Sob diferentes enquadramentos vão-se gradualmente abrindo as portas a um debate cada vez mais consistente sobre a Democracia Digital, em iniciativas que vão contando com a colaboração de pessoas dispostas a trocar e a debater experiências sobre a participação e outras formas de envolvimento cívico *online*, notando-se uma preocupação constante no sentido de ser encontrada uma resposta consensual para ‘como mobilizar a sociedade utilizando a Internet’. Acredita-se que se as manifestações convocadas através das redes sociais serão um bom exemplo dessa mobilização, igualmente importantes serão as motivações das pessoas e os comentários partilhados nesses recursos disponibilizados pela rede (Figura 23).

¹⁴² Fonte - <http://blasfemias.net/> -Blogue de Vitor Cunha. (Consultado em 2014-06-15)



Figura 24 – Presenças institucionais no Facebook - Páginas do PR, PSD e PS¹⁴⁴

Ainda no que se refere às instâncias do poder, não tem sido apenas ao nível da administração local que tem existido vontade política no sentido da aproximação aos cidadãos e disso será exemplo a iniciativa ‘*O meu movimento*’ (Figura 25). Trata-se de uma plataforma virtual, criada em 2012 no Portal do Governo da república portuguesa, que apresentou a iniciativa como uma forma de dar uma oportunidade a todos para participar no debate sobre o futuro do país, ‘de uma forma lúdica e simples e onde qualquer cidadão poderia defender as causas em que acredita, nomeadamente junto do Governo’.

Por ocasião da apresentação desse espaço digital foi referido que este teve por principal inovação uma aplicação, que permite que qualquer pessoa possa inscrever uma causa que defende e angarie apoios para o seu movimento através do *Facebook*, estando consignada para a mais votada uma audiência com o primeiro-ministro, para apresentação da sua ideia¹⁴⁵. A primeira edição de ‘*O Meu Movimento*’ lançada em 2012, motivou a criação de aproximadamente 1000

¹⁴⁴ Fontes - <https://pt-pt.facebook.com/ppdpsd>; <https://pt-pt.facebook.com/SedeNacionalPartidoSocialista>; <http://www.facebook.com/CavacoSilva> (Consultado em 2014-05-16) (Consultado em 2014-05-17)

¹⁴⁵ Disponível em <http://www.publico.pt/Tecnologia/governo-tem-novo-portal-mais-interactivo-mas-apagou-anteriores-executivos-1528302> (Consultado em 20-10-2012)

movimentos tendo sido premiado o que defendia a abolição das corridas de toiros e que era promovido por um jornalista de Castelo de Paiva.



Figura 25 – Sítio de “O Meu Movimento”¹⁴⁶

Em Portugal, contrariamente ao que ocorre em vários países, não se faz sentir um apelo muito vibrante dirigido à participação da figura do cidadão-repórter, por parte dos *media* tradicionais e encontram-se algumas explicações para tal, nomeadamente as que decorrem da posição de grande parte da classe jornalística portuguesa que não acolhe de bom grado o princípio da equiparação do exercício profissional às do cidadão-repórter, a serem desenvolvido por cidadãos que não fazem dessa atividade a sua ocupação principal e que não poderão, em juízo ou fora dele, sustentar essa condição.

Estarão em causa questões éticas e deontológicas, que não cabe abordar neste estudo, mas apesar dessas limitações, pontualmente, alguns jornais portugueses tidos como de referência, têm apelado à colaboração dos cidadãos no sentido da contribuição com texto e imagem visando o seu aproveitamento editorial (Figura 26).



Figura 26 – A participação em jornais portugueses tidos como de referência¹⁴⁷

¹⁴⁶ Fonte - www.portugal.gov.pt/pt/o-meu-movimento.aspx (Consultado em 2014-04-25)

¹⁴⁷ Fonte - <http://expresso.sapo.pt/cidadao-reporter=s23427> (Consultados em 2014-05-23)

Embora as redes sociais existam na Internet desde meados dos anos 90, foi nos últimos anos que se verificou a sua grande explosão na Web, constatando-se a existência de redes de várias tipologias e de agregação de interesses, desde as redes sociais de uso geral, até às redes sociais temáticas, como sejam sobre: cultura, educação, desporto, fotos, família ou encontros.

As redes sociais focalizadas em determinados nichos de interesses, muitos ainda em fase de expansão, tenderão a envolver cada vez mais as pessoas em torno dos temas a que se dedicam (Figura 27).



Figura 27 – Páginas de Organizações presentes no Facebook apelando à participação¹⁴⁸

Assistiu-se nos anos mais recentes a um movimento tendencialmente de incremento gradual à presença de diferentes Instituições e Organizações da

¹⁴⁸ Fontes- <https://www.facebook.com/rede.juvenil.sintra> e <https://www.facebook.com/IPParticipacaoPublica>
Consultadas em 2014-05-23)

sociedade civil na rede, o que é revelador, não apenas do interesse que as mesmas atribuem a essa intervenção, como quanto à eficácia dessa presença junto das comunidades utilizadoras dos recursos disponibilizados *online*. Independentemente da sua escala de intervenção geográfica ou, para além das componentes formativas e informativas de que se revestem, verifica-se um incremento exponencial de fóruns para o intercâmbio de informações e planeamento estratégico em questões relacionadas com as causas sociais, o desenvolvimento sustentável, a redução da pobreza, ou para apresentação de propostas e medidas para tornar as políticas dos Estados mais democráticas e transparentes. Muitas destas intervenções, através dos seus sítios na Web 2.0, têm contribuído significativamente para que inúmeras iniciativas da sociedade civil, nomeadamente nos países em desenvolvimento, beneficiem dessa visibilidade e congreguem vontades e disponibilidades de raiz política, ou de solidariedade internacional por causas nobres (Figura 28).

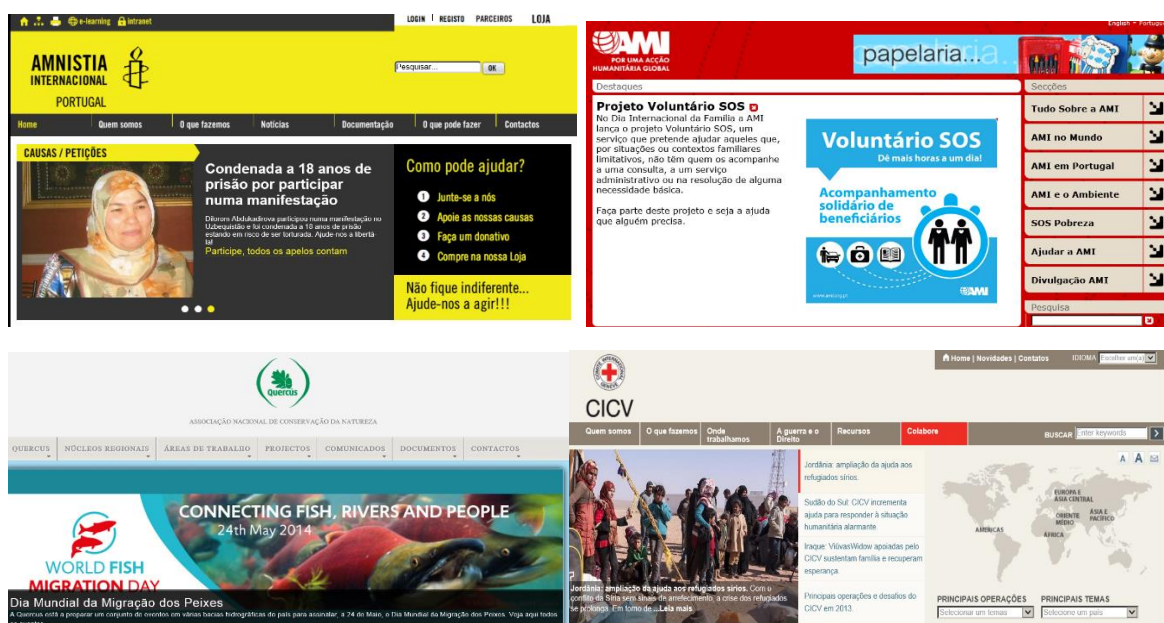


Figura 28 – Exemplos de sítios de ONG's¹⁴⁹

Sendo em muitos casos orientadas pela lógica colaborativa, estas iniciativas assumem frequentemente um comprometimento com o respeito para com a diversidade, reconhecendo soluções locais para múltiplas questões inerentes a cada realidade. As redes virtuais agregam atualmente milhões de pessoas, nomeadamente jovens, que, de forma contínua, trocam informações e constroem um imaginário coletivo assente em causas nas quais acreditam e pelas quais lutam.

¹⁴⁹ Fontes - <http://www.amnistia-internacional.pt/>; <http://www.ami.org.pt/>; <http://www.quercus.pt/>; <http://www.icrc.org/por/> (Consultados em 2014-05-20)

Já em contexto internacional, nos últimos anos e muito em função do processo para a eleição presidencial, emergiu nos Estados Unidos da América uma realidade mediática sustentada em grande medida no ciberespaço e nomeadamente nas redes sociais, que viria a revolucionar a política, a forma de fazer política e, em grande medida, produzir alterações sensíveis no relacionamento do governo com os cidadãos.

Foi nos Estados Unidos da América que emergiu para a ribalta mediática internacional a opção tomada pela equipa do candidato à Casa Branca, *Barack Obama*, no sentido do aproveitamento do potencial da Internet, nomeadamente das redes sociais, transformando-a num processo político de envergadura mundial. Tirando partido desse suporte tecnológico, a equipa de *Obama* conseguiu promover um processo de comunicação segmentado e direcionado a grupos sociais diversos, com características específicas, que viria a ser muito importante na sua eleição para a presidência do país. Não foi pois de todo estranho, que *Barack Obama* viesse após a sua eleição a retomar o percurso que o ajudou a assumir a presidência, tendo elaborado o 'Memorando Governo Aberto e Transparência', no qual assumia um comprometimento com os seus concidadãos no sentido do desenvolvimento de uma forma de governação participada e fazendo da transparência a garantia de poder vir a obter a confiança dos americanos.¹⁵⁰

Para os cidadãos e eleitores norte-americanos a questão passou a centrar-se na implementação de mecanismos dirigidos à consolidação da democracia, com eficácia, eficiência e confiança na ação governativa e, ao mesmo tempo, constituindo um desafio para além das fronteiras do seu país, enquanto projeto mobilizador de raiz participativa.

2012 foi também ano de eleições presidenciais nos EUA e o efeito *Obama* voltou a emergir quando falamos de redes sociais e do seu potencial, sabendo-se que o candidato fala com todos os *clusters* e como já foi referido, *Obama* e sua equipa mudaram o modo de se fazer propaganda política, mostrando a força da Internet e das redes sociais enquanto suportes de largo espetro, junto de todos os nichos de eleitorado. Nada continuou a ser pensado na sua campanha em termos de estratégia de propaganda ao sabor do acaso e apenas o facto de ter ampliado a sua presença nas redes sociais através da rede social do Google, o Google+, somando-a à sua participação em plataformas como o Twitter e o Facebook (Figura 29), revelou o potencial que a sua equipa atribuiu a este veículo de promoção da imagem do candidato.

Comparando a utilização das redes sociais pelos candidatos à Casa Branca, o relatório do Centro de investigação Pew¹⁵¹, refere que a campanha do democrata

¹⁵⁰ Fonte www.whitehouse.gov, (Consultado em 2011-06-01).

¹⁵¹ Fonte <http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=579508&tm=7&layout=121&visual=49> (Consultado em 2012-09-25)

Obama foi quatro vezes mais ativa na geração de conteúdos nas redes sociais, que a desenvolvida pelos responsáveis eleitorais da candidatura de Romney, ao mesmo tempo que fizeram um uso mais extenso das plataformas para transmitir a sua mensagem. Ainda segundo a mesma fonte, os comentários em contas de Obama no Facebook ou no Twitter foram partilhados, comentados ou vistos o dobro das vezes que os do concorrente Romney”. Já em 2008, *Obama* havia superado o senador republicano *John McCain* e as redes sociais surpreenderam mostrando ser um canal importante e mesmo determinante na arrecadação de fundos e na conquista de votos para *Obama*.



Figura 29 – A candidatura de Barack Obama no Twitter¹⁵²

3.3 As comunidades virtuais e a cultura da convergência

O cidadão deixou de ser um simples consumidor de informação *online* tendo passado a ser também um produtor de informação, apropriando-se de diversos suportes tecnológicos para o efeito. Os grupos de relacionamento *online* conhecidos por comunidades virtuais e as tendências futuras dessas comunidades, a partir da perspectiva de um perfil de utilizador específico – os *prosumers*, estão vinculados a cenários mais inovadores, revelando uma maior participação ativa enquanto utilizadores, apostando num maior envolvimento das pessoas na adoção de novas tecnologias e formas de acesso, para além de demonstrarem a importância das suas opiniões pela influência que aparentam possuir para determinar ações futuras, enquanto processo de *prosumption*¹⁵³. O conceito de

¹⁵² Fonte - <https://twitter.com/Obama2012> (Consultado em 2013-07-20)

¹⁵³ Necessidades como a sobrevivência, diferenciação, desenvolvimento e inovação estão na origem do conceito 'Prosumption' que pode oferecer um grande potencial para as empresas que aprendam a valorizar a energia latente, ideias e talentos dos seus clientes e comunidades.

prosumer introduzido por ALVIN TOFFLER no livro *The Third Wave* (1980) foi abordado por BANDULET & MORASCH, (2005) como “*uma combinação entre produtor e consumidor*”, quais atores-consumidores envolvidos no processo de coprodução de produtos, significados e identidades, podendo ser considerados consumidores proativos e dinâmicos através da partilha dos seus pontos de vista, “*sabendo identificar valor nos produtos escolhidos* (BANDULET & MORASCH, 2005).

Já FARINHA & ANTUNES (2009) defendiam que, presentemente, a Web constitui uma plataforma à qual se pode aceder em todo o lado e sem qualquer restrição temporal e o facto de a grande maioria dos serviços serem gratuitos é, também, uma característica importante, ao permitir que todos possam publicar, partilhar e opinar, sendo a facilidade e a simplicidade no acesso intrínsecas ao processo. Dessa caracterização decorre, segundo as autoras, que a personalização dos serviços, a facilidade em usá-los, o grau de interação crescente, a partilha e a colaboração entre utilizadores, a rapidez nas respostas e “*a participação de todos na construção de uma grande comunidade, poderão ser vistos como a essência da Web 2.0*” (FARINHA & ANTUNES, 2009). Constituem exemplos de que a Internet passou a assentar em grande medida na participação dos cidadãos o volume de carregamento de filmes no *YouTube*, o incremento da participação na *Wikipedia*, o desenvolvimento de blogues e a interação ativa nas redes sociais, *novas ferramentas que passaram a monopolizar a navegação na Rede.*”¹⁵⁴

Se hoje em dia se pede que se faça mais com menos é uma evidência trazida a nossas casas pelos canais mediáticos, que a disseminação da tecnologia, nomeadamente ao nível dos dispositivos móveis e com o suporte das redes sociais, tem produzido efeitos devastadores nos regimes políticos dos países politicamente autocráticos, o que revela o aproveitamento dado pelos cidadãos, organizados ou não, às potencialidades das TIC, que vai muito para além das fórmulas e modelos ditos convencionais.

Recentemente e na plena ocorrência de factos e movimentos sociais anti-regime em vários países do norte do continente africano, assistiu-se nas televisões a um processo de adaptação de simples dispositivos móveis, como veículos mobilizadores de massas, ou como meio para a difusão de realidades sociais, concorrendo para a convicção de que já não existe apenas uma ‘caixa’ a controlar todos os *media*, antes uma convergência global, como que um hibridismo cultural que resulta da circulação universal dos conteúdos mediáticos. Um contexto que remete para JENKINS, (2008) e para a sua ideia de que a inteligência coletiva pode ser vista como uma fonte alternativa de poder mediático. “*Estamos a aprender a*

Fonte - <http://m-keting.blogspot.pt/2008/06/refere-se-ao-papel-dos-clientes-como-co.html> (Consultado em 2013-07-20)

¹⁵⁴ Fonte - <http://www.rcc.gov.pt/Mediateca/artigos/Paginas/Os-caminhos-do-Open-Government.aspx> (Consultado em 2013-11-13)

usar esse poder nas nossas interações diárias dentro da cultura de convergência. Neste momento estamos a usar esse poder coletivo principalmente para fins recreativos, mas em breve estaremos a aplicar essas competências em propósitos mais sérios" (JENKINS, 2008).

Caminha-se para um contexto no qual as TIC se combinam numa imensidade de recursos, nomeadamente móveis, afinal novos dispositivos de mediação e mais do que objetos originalmente simples (caso dos telemóveis), que segundo PINHEIRO (2008), *"passaram a instrumentos computacionais, que possibilitam o envio e a receção de dados, permitindo interligá-los a outras redes de informação e esta nova etapa da computação trouxe questões importantes para o campo da interação humano-computador pois já não basta pensar em computação móvel, mas em ambientes de conexão e interação constante e que nem sempre dependem da ação direta do indivíduo para ocorrerem"* (PINHEIRO, 2008). Mas, segundo MOREIRA, (2007) é no ser humano e nas suas capacidades, que está a principal causa do desenvolvimento económico e humano *"sendo a fonte da riqueza não outra senão o saber colocar à disposição dos outros os nossos próprios talentos, aquilo em que se tem vantagem, as diferenças específicas, ou competências"* (MOREIRA, 2007).

Se atentarmos nas profundas mudanças de paradigma da sociedade contemporânea, decorrentes do processo de globalização e do desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação, é gerado um apelo à reflexão sobre a eclosão de novos espaços participativos em ambiente digital, plenos de potencialidades para os utilizadores, quase um apelo ao seu direto aproveitamento visando o aprofundamento da democracia e elevando aspetos como a participação e a cultura política dos povos.

3.4 As redes sociais enquanto fatores para a mobilização social

Os cientistas políticos, sociais e os estudiosos dos aspetos relacionados com os processos da comunicação têm procurado demonstrar que o uso dos novos *media* facilitaria um resultado mais positivo e ativo nos comportamentos políticos e da participação. No entanto, a natureza da relação entre o uso dos *media* e o comportamento político ainda é uma questão controversa. Os meios de comunicação social, ao transmitirem mais informação 'personalizada', decorrente de laços fortes e fracos¹⁵⁵ dentro da rede social do indivíduo, são suscetíveis de

¹⁵⁵ Granovetter (1973) argumenta que os laços fracos são os que compreendem aqueles indivíduos apenas "conhecidos" do ator, que carecem de intimidade e investimento, e estão mais distantes no grupo social. Os laços fortes, ao contrário, apontam para os "amigos", ou seja, indivíduos com quem o ator convive, divide intimidade e constrói grupos sociais mais coesos.

reforçar a relevância da informação política, bem como motivar as pessoas a agir na base desta informação¹⁵⁶.

A investigação empírica tem demonstrado que as redes podem ser cruciais para a organização das ações coletivas, como o foram muito tempo antes da Internet, atuando como uma ferramenta de organização, com exemplos históricos que incluem as manifestações que tiveram lugar no Leste da Alemanha antes da queda do Muro de Berlim.

Os investigadores GONZALEZ-BAILO, BORGE-HOLTHOEFER, RIVERO & MORENO (2012) no trabalho científico intitulado *“The Dynamics of Protest Recruitment through an Online Network”* analisaram a atividade da rede social *Twitter*, em torno dos protestos populares ocorridos em Espanha, no período compreendido entre 25 de abril de 2011 (20 dias antes das mobilizações de massa primeiro) e 25 de maio de 2011 (10 dias após as mobilizações de massa, e três dias após as eleições), tendo o conjunto de dados relativo ao comportamento da participação ativa de 87.569 utilizadores, correspondido a um total de 581.750 mensagens de protesto. O estudo que analisaria as ações deste protesto visava a reação popular às propostas políticas do governo¹⁵⁷, tendo o momento mais alto do mesmo ocorrido no dia 15 de maio, data em que vieram para a rua milhares de pessoas em 59 cidades espanholas a que se seguiu um mega-acampamento, até ao dia 22, data da realização das eleições locais e regionais. Verificou-se então, que após o ato eleitoral o movimento permaneceu ativo, mas os protestos foram perdendo força gradualmente e a sua visibilidade nos *media* diminuiu (Gráfico 16). Este suporte demonstra a ‘Fração de utilizadores recrutados ao longo do tempo’, sendo o eixo vertical normalizado pelo número total de utilizadores (87.569) enquanto o eixo horizontal controla o número de utilizadores ativos, acumulados por horas. No final da janela de tempo, a proporção de utilizadores com atividade é de 98,03%, o que significa que a vasta maioria dos utilizadores enviou pelo menos uma mensagem de protesto durante este mês. Quanto às etiquetas verticais estas sinalizam alguns dos eventos que ocorreram durante o mesmo período.

¹⁵⁷ Tratou-se de protestos que reivindicavam mudanças nas políticas governativas e na sociedade espanhola, com os manifestantes a considerarem que os partidos políticos não os representavam, nem tomavam medidas em favor da população. Ficou também conhecido por Movimiento 15-M. O protesto esteve focalizado contra o que os manifestantes apelidavam de medidas anti-sociais ‘nas mãos de banqueiros’, referindo-se aos ajustes que a Espanha fez em 2010 para conter a crise financeira, com medidas de resgate aos bancos, que os manifestantes viam como os responsáveis pela crise, enquanto o governo anunciava cortes sociais.

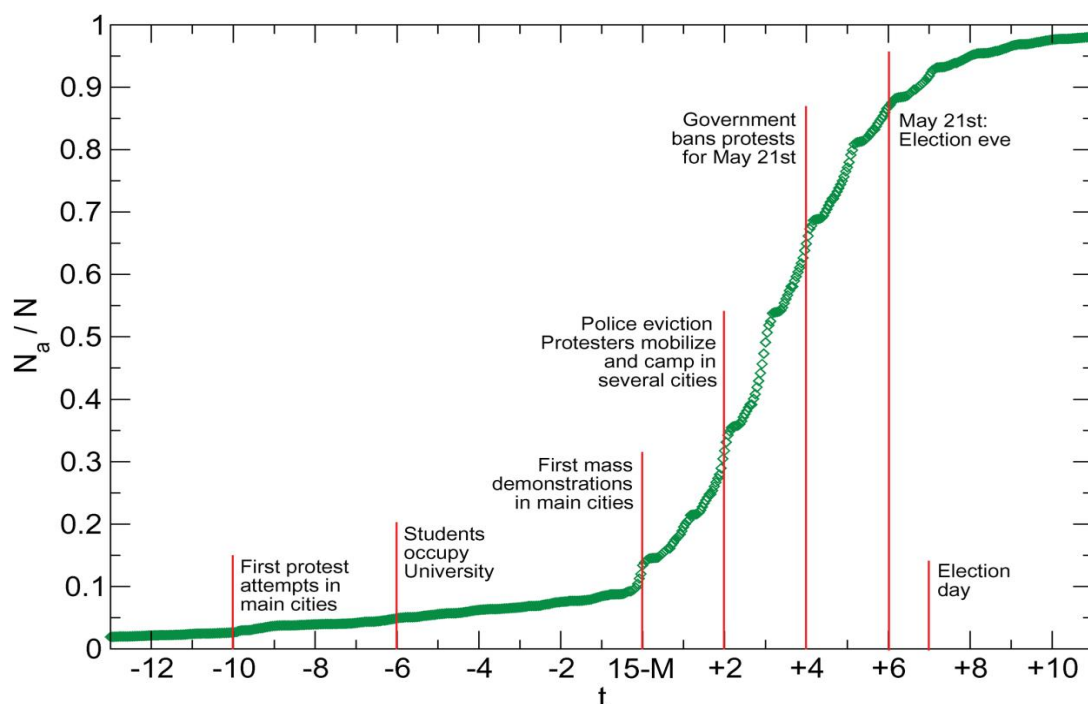


Gráfico 16 - Fração de utilizadores recrutados ao longo do tempo¹⁵⁸

Verifica-se que até ao final da janela de 30 dias, a maioria dos utilizadores da rede enviou pelo menos uma mensagem relacionada com o protesto, com apenas cerca de 2% a permanecerem em silêncio. O aumento mais significativo na atividade ocorreu logo após o protesto inicial (15 de maio), durante a semana que antecedeu as eleições de 22 do mesmo mês, ponto até ao qual, apenas cerca de 10% dos utilizadores tinham enviado pelo menos uma mensagem relacionada com os protestos.

O ‘tempo de ativação’ remete para o momento exato em que os utilizadores começaram a emitir mensagens, o que permite distinguir entre ativistas líderes dos protestos e os que reagiram em fases posteriores. Foi calculada para cada utilizador a proporção de vizinhos que passaram a estar ativos no momento do recrutamento e isto faculta uma medida que se aproxima do parâmetro usado em modelos formais de contágio social, particularmente aqueles que incorporam redes¹⁵⁹.

LIMA, (2012) investigadora do Instituto de Sociologia da FLUP veio questionar “*de que forma o crescimento na participação nas redes sociais se repercutiu num fortalecimento da sociedade civil e num aumento da participação social* e concluiu que *ainda será cedo para avaliar o real impacto das redes sociais nestas esferas,*

¹⁵⁸ Fonte – “Scientific Reports - The Dynamics of Protest Recruitment through an Online Network” 1 : 197 | DOI: 10.1038/srep00197 - (consultado em 2012-11-13)

¹⁵⁹ Fonte (idem)

dada a sua história relativamente recente (LIMA, 2012). Porém, acrescenta que *“não obstante, vários são os casos que poderão servir como ilustração da influência das redes sociais enquanto incitadoras da cidadania e da participação social aos mais variados níveis e com os mais diversos propósitos”* dando como exemplos paradigmáticos desta influência¹⁶⁰ a onda de solidariedade depois do sismo no Haiti, em 2010, a ‘primavera Árabe’ ou o protesto da ‘Geração à Rasca’, a 12 de março de 2011, em Portugal. Acrescenta a autora no artigo ora citado e publicado no blogue Plataforma Barómetro Social¹⁶¹, que *“no caso do sismo no Haiti, o número de internautas a aderir aos grupos e comunidades de apoio criados no Facebook, nas primeiras horas depois do sismo já rondava as centenas, número este que cresceu exponencialmente, um pouco por todo o mundo, nos dias que se seguiram à tragédia,”* acrescentando que *“o Twitter também não ficou imune a estes movimentos, materializados em apelos a doações”*¹⁶² (LIMA, 2012).

Reconhecendo a dificuldade em medir o impacto real deste tipo de iniciativas, refere esta investigadora, que o movimento social que teve o seu desenvolvimento no norte de África e que ficou conhecido como a ‘primavera Árabe’, *“depois da imolação de Mohamed Bouazizi, o movimento ganhou uma força imprevista com a utilização das redes sociais e rapidamente se transformou num exemplo paradigmático da influência destas na formação de um movimento efetivo de mobilização e de participação social”*, nomeadamente através da divulgação de informações que revelaram as tentativas de repressão e/ou de censura na Internet por parte dos Governos de países daquela região do globo, acrescentando que *“nesses casos, o Twitter desempenhou um papel que não tendo sido decisivo, certamente foi fundamental no processo mobilizador (LIMA 2012)”*.

Particularizando a utilização e a influência das redes sociais como instrumentos para a mobilização e a participação dos seus utilizadores, em Portugal, esta investigadora refere que se tornaram especialmente visíveis os efeitos da mobilização do dia 12 de março de 2011, *“com um desafio no Facebook visando realizar uma manifestação apertadária, laica e pacífica contra a precariedade e o estado geral do país, que culminaria numa das maiores manifestações populares dos últimos anos em Portugal, levando centenas de milhares de pessoas, de diferentes gerações às ruas, num protesto da “Geração à Rasca”, (Figura 30) como ficou conhecido e como reflexo do peso das redes sociais nos processos de mobilização e de participação social (LIMA, 2012).*

¹⁶⁰ Disponível em <http://barometro.com.pt/archives/605> - (Consultado em 2012-09-15)

¹⁶¹ Disponível em <http://barometro.com.pt/> (Consultado em 2012-09-15)

¹⁶² Disponível em <http://barometro.com.pt/archives/605> - (Consultado em 2012-09-15)



Figura 30 – Divulgação do protesto “Geração à rasca”¹⁶³

Opinião convergente está expressa num artigo publicado no jornal Público em 05 de março de 2014¹⁶⁴ que citando a socióloga e investigadora turca *Zeynep Tufekci*, docente na Universidade da Carolina do Norte (EUA) esta referia que “as redes sociais afirmam-se como facilitadoras da monitorização dos cidadãos por parte dos seus governos ou corporações, mas também como ferramentas úteis para ajudar dissidentes a combaterem os seus opressores”, acrescentando que “depois de cada saraivada de gás lacrimogénico, os manifestantes puxavam os seus smartphones e viravam-se para as redes sociais para descobrir o que estava a acontecer, ou para reportarem eles próprios os eventos”. Concluía, acrescentando que “estas ferramentas não criam dissidentes, mas permite conectá-los entre si, resultando num efeito de ‘information cascade’, (ou efeito cascata), que contribui para ajudar os movimentos a inclinarem-se para a rebelião”. “Contudo, quanto mais nos conectamos online, mais as nossas ações se tornam visíveis aos governos e corporações”, afirmava no mesmo artigo.

Destas opiniões retira-se que as redes sociais serão um acrescento à democracia e agentes facilitadores da comunicação na Internet, qual espelho do acontecimento a que se assiste, onde quer que ocorra e muito recentemente, MARQUES, filósofo e professor universitário, defendia que o sucesso de uma manifestação não depende só da forma, mas também do objecto a que se propõe a sua mobilização, acrescentando que existe uma diferença enorme entre o aderir na rede social e o ir até ao local, pois redes sociais são ‘*espaços de intimidade pública*’ onde

¹⁶³ Fonte: <http://www.jn.pt/blogues/nosnarede/archive/2011/02/22/quot-gera-231-227-o-224-rasca-quot-combina-manifesta-231-245-es-no-facebook.aspx> (consultado em 20-12-2012)

¹⁶⁴ <http://www.ionline.pt/artigos/tecnologia/redes-sociais-facilitam-monitorizacao-governamental-tambem-potenciam>

convocações como as das manifestações surgem como um ‘desafio.¹⁶⁵’ Na óptica de DIAS (2012), “as redes sociais como o Twitter ou o Facebook ‘ampliam o conceito de cidadania’, de onde resulta que ‘a democracia aumenta com a maior liberdade de expressão que proporciona,’”¹⁶⁶ enquanto para o psicólogo e docente universitário LOPES (2012)¹⁶⁷ “todos temos uma voz, nem que seja ilusória, para enfatizar a ideia de que as redes sociais fizeram com que a comunicação fosse democratizada (LOPES, 2012)”¹⁶⁸.

Outro exemplo do poder que as redes sociais podem assumir remete para o contexto que levou os portugueses a saírem à rua no dia 15 de setembro de 2012, em protesto contra as medidas de austeridade a que Portugal está sujeito, tendo a manifestação assumido também grande impacto nas redes sociais, como o comprovam os dados divulgados pelo Social Media Explorer do Grupo *Marktest* (Gráfico 17), segundo os quais contaram-se mais de 29 mil referências à manifestação de 15 de setembro, ao longo da semana de 10 a 16 de setembro de 2012, nomeadamente como reacções de protesto contra as medidas de austeridade do Governo, num protesto que viria a culminar em várias manifestações que ocorreram em várias cidades do país.

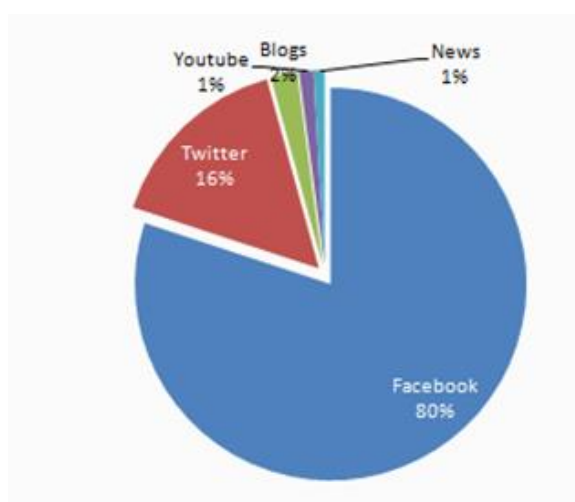


Gráfico 17

Redes Sociais analisadas pelo Social Media Explorer - manifestação de 2012-09-15¹⁶⁹

Tomando as menções diretas a este evento, o estudo revelava que o *Facebook* foi o principal canal, responsável por 80% do total de referências entre os sítios

¹⁶⁵ Viriato Seromenho Marques in Jornal Sol de 2012-09-28, sob o título ‘Redes Sociais Promovem democracia’

¹⁶⁶ Carlos Amaral Dias, idem

¹⁶⁷ Miguel Lopes, idem

¹⁶⁸ Adaptado de <http://www.comunicamos.org/noticias/as-redes-sociais-fomentam-a-democracia> (Consultado em 20-10-2012)

¹⁶⁹ Fonte - Marktest, Bareme Internet in “Os Portugueses e as Redes Sociais¹⁶⁹ (consultado em 2012-11-13)

analisados por aquela fonte, tendo o *Twitter* sido responsável por 16% do total de menções a estas manifestações, enquanto nos restantes meios foram contabilizadas 4% das referências¹⁷⁰

3.5 O futuro das redes num contexto globalizado

Em fevereiro de 2004, Castells, numa conferência na Gulbenkian,¹⁷¹ em Lisboa, fez o elogio do modelo de desenvolvimento finlandês, falando de um país deprimido e sem perspectivas de futuro que se renovara através das TIC, embora o aspeto essencial do discurso assentasse numa comparação entre o país dos 1000 lagos e o californiano *Silicon Valley* fazendo referência a que a Finlândia conseguia a eficácia de *Silicon Valley*, preservando o modelo social europeu.

Em tempos de muita instabilidade económica e social, referenciados em inúmeros fóruns como tempos de crise efetiva e com consequências imprevisíveis, inclusive ao nível do desenvolvimento social no espaço europeu, diz a memória recente que o acesso democrático às tecnologias registou um elevado impacto, nomeadamente nos anos noventa, quer nos locais de trabalho ou nos domicílios. Uma acessibilidade que começa a estar posta em causa, com as famílias a verem os seus orçamentos reduzidos para níveis de todo preocupantes. Sendo óbvio que pobreza e iliteracia percorrem, regra geral, um caminho comum, nomeadamente nas sociedades menos desenvolvidas, o fenómeno dos novos pobres e o alastrar de uma disparidade de rendimentos e oportunidades que se verificam no tecido social, tendem a travar qualquer *boom* positivo de democratização das TIC, ao mesmo tempo que o poder político, também a braços com questões de idêntico teor e bramando austeridade, corta nos investimentos em tecnologias e em projetos dirigidos à disseminação da aplicação prática dos benefícios decorrentes das sociedades da informação e do conhecimento.

Nas sociedades modernas e como resultado aparente da influência de um processo de globalização com recurso às ferramentas da Internet, verificam-se, nomeadamente através de conteúdos disponíveis nas redes sociais e como já foi referido, manifestações que revelam a participação ativa dos cidadãos, individualmente, ou sob a forma de grupos de interesses, no sentido de um processo (ainda que indireto) de interação entre o poder político e os cidadãos. A essa constatação não poderia ser indiferente este estudo, ponderando o elevadíssimo potencial inerente ao uso da Internet e das comunicações móveis, por exemplo, num contexto de défice participativo dos cidadãos na resolução dos

¹⁷⁰ Disponível em <http://www.marktest.com/wap/a/n/id~1a32.aspx> (Consultado em 20-10-2012)

¹⁷¹ In artigo publicado na edição *online* do jornal Diário de Notícias e disponível no url http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=596675 [consultado em 15-06-2011]

Se forem levados em conta fatores de ordem social, no que respeita aos níveis de literacia política e que poderão condicionar o desenvolvimento de um pensamento crítico, singular ou coletivo, aliado à falta de tradição em contexto participativo, ainda que tecnologicamente mediado, constata-se nas conclusões do 1º Congresso Nacional sobre Literacia, *Media* e Cidadania, que decorreu em 2011, na Universidade do Minho, em Braga, que se torna urgente tomar medidas com vista a inscrever a literacia para os *media* nas prioridades da agenda pública, fazendo um apelo à iniciativa das organizações da sociedade civil, das instituições educativas, dos media e dos decisores políticos, “*cientes de que os tempos que vivemos são favoráveis à busca de caminhos inovadores para o futuro coletivo*”.¹⁷²

Contextualizando CASTELLS, (2002) com este tema, este referia que "*a literacia digital e as e-competências são cruciais na sociedade em rede*", elementos indispensáveis na dimensão da 'literacia mediática', entendida, segundo a Recomendação da Comissão sobre Literacia Mediática no Ambiente Digital para uma Indústria Audiovisual e de Conteúdos mais Competitiva e uma Sociedade de

<http://literaciamediatca.pt/congresso/download.php?info=YT0zOntzOjU6ImFjY2FvIjtzOjg6ImRvd25sb2FkljtZOjg6ImZpY2hlaXJvIjtzOjM0OiJtZWRRPSY9maWNNoZWlyb3Mvb2JqZWNO0b19vZmZsaW5lLz1LnBkZil7czo2OiJOaXR1bG8iO3M6OToiZGVxX2JyYWdhIj9> (Consultado em 2010-06-20)

111

Conhecimento Inclusiva (2009-08-20),¹⁷⁴ como *"a capacidade de aceder aos media, de compreender e avaliar de modo crítico os diferentes aspetos dos media e dos seus conteúdos e de criar comunicações em diversos contextos"*.

A extraordinária capacidade de intervenção das redes sociais, uma área emergente no âmbito dos meios para a participação eletrónica, a par das evoluções tecnológicas, constituem passos no sentido do poder político perceber que da sua utilização poderão decorrer meios de contribuição para as soluções, ao contrário de servirem para agudizar os problemas. Sendo conhecida a elevada capacidade de mobilização que as redes sociais possuem, *"na atual dinâmica de globalização, caracterizada por uma compressão do tempo e do espaço"* (GIDDENS, 1991), elas revelam *"identidades de resistência e identidades de projeto"* (CASTELLS, 1999), sendo as identidades de resistência constituídas por atores que precisam de construir formas de resistência e sobrevivência e que, geralmente, lutam por justiça social e por maior igualdade de oportunidades nomeadamente no contexto de uma Europa a 'diferentes velocidades', dividida entre países ricos e outros carenciados em recursos naturais e financeiros, evidenciando fragilidades políticas entre os seus pares.

Da leitura de FINGER (1994) retira-se que *"se observa uma crescente globalização de agendas de muitos movimentos"*, mas também de novas formas de intervenção a partir da incorporação das ferramentas das TIC nesses movimentos, o que possibilita a formação de redes locais, nacionais e transnacionais, multiplicando-se os canais de acesso à informação e podendo mesmo assumir uma perspetiva estratégica (FINGER, 1994), referindo por seu lado SCHERER-WARREN (1993) que *"as denominadas redes sociais caracterizam-se pela não centralidade organizacional e não-hierarquização do poder, sendo as relações mais horizontalizadas, complementares e mais abertas ao pluralismo e à diversidade cultural"* (SCHERER- WARREN, 1993). Daqui decorre o que COHEN & ARATO (1992) denominavam como *"uma revolução no associativismo civil, não só à escala local e nacional, mas planetária"* (COHEN & ARATO, 1992), com uma clara tendência para que a criação de organizações no âmbito da sociedade civil reflita uma mobilização em torno de temas que afetam o quotidiano das sociedades, sugerindo um reforço de valores como a colaboração e a solidariedade, ou enquanto instrumentos eficazes para a ação e a experimentação de novas soluções para a resolução de problemas. É o caso da constituição de organizações corporizadas a partir de um conjunto de associações da sociedade civil, que se organizaram fomentando um relacionamento em rede, para se assumirem, independentemente dos partidos políticos e de políticas estabelecidas, como

¹⁷⁴ Disponível em

<http://eurlex.europa.eu/Notice.do?mode=dbl&lang=pt&ihtmlang=pt&lng1=pt,pt&lng2=bg,cs,da,de,el,en,es,et,fi,fr,hu,it,lt,lv,mt,nl,pl,pt,ro,sk,sl,sv,&val=500213:cs&page> (Consultado em 2011-05-28)

parceiros para as mudanças que se mostram necessárias e dando contributos efetivos à sociedade.

Resumo do capítulo 3

Neste capítulo pretendeu-se realçar alguns contextos emblemáticos da presença na rede de personalidades, instituições e movimentos políticos e sociais, não apenas pela relevância que protagonizam e assumem, como pelo grau de influência que exercem sobre as sociedades e na sua escala mais ínfima, sobre o cidadão.

Como já era referido no Relatório *A Sociedade da Informação em Portugal (2010)*¹⁷⁵ “no desenvolvimento da Sociedade da Informação, a promoção da igualdade de acesso às TIC e de competências para a sua utilização são fatores cruciais”, de onde se pode inferir que as TIC ao apresentarem-se como possíveis instrumentos para o aprofundamento das democracias contemporâneas, revelam-se ao mesmo tempo como ferramentas potenciadoras de sistemas democráticos mais transparentes e permeáveis ao envolvimento e consequente participação dos cidadãos.

As potencialidades da Web 2.0, em contexto da participação eletrónica, têm proporcionado o desenvolvimento de multifacetadas infraestruturas de informação em suporte digital, nas quais a lógica da ação coletiva é cada vez mais heterogênea e plural, muito em função das interdependências na rede. Lida-se assim a cada momento no ciberespaço com complexas interações em redes acessíveis a utilizadores pouco experientes, especialistas, grupos de interesses e com a própria indústria de infraestruturas digitais, num cenário conducente a novos desafios na esfera da participação eletrónica com menor ou maior carga motivacional, seja ela de raiz social, política ou de mera intervenção de cariz lúdico, em ambiente de esfera pública.

Perante este quadro, é a própria dimensão social à escala global que se altera, com o cidadão a dispor de ferramentas de extrema eficácia no processo infocomunicacional e os governos a disporem, de igual forma, de novas oportunidades de aproximação à cidadania de base, num processo de reciprocidade que decorre no ciberespaço, possibilitando uma maior participação democrática na organização das sociedades contemporâneas.

O desenvolvimento das TIC, a par do seu processo de massificação, tem sustentado um importante e interessante debate sobre a participação cívica nas sociedades democráticas, em função das suas intrínsecas e aparentemente

¹⁷⁵ A Sociedade da Informação em Portugal 2010 – Edição- UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP- Portugal - Outubro 2011 - ISBN: 978-989-97517-5-0

inesgotáveis capacidades de intervenção de base tecnológica transpostas para processos sociais e políticos, numa escalada interativa à escala global e não encontrando paralelo em termos de potencialidades nos velhos *media*.

É neste cenário global que as redes sociais passaram a assumir protagonismo e relevância extraordinárias, quase um ícone dos tempos modernos quanto à afirmação social dos protagonistas, num processo transversal às sociedades e marcadamente afirmativo, enquanto veículo agregador de tendências e anseios sociais. E se a componente lúdica assume nesse contexto relevância assinalável, igualmente a sua utilização em sede institucional reúne consensos e vontades no sentido da difusão da mensagem à escala global, qual veículo transmissor de oportunidades políticas a que poucos se permitem passar ao lado.

Verifica-se que a Web 2.0 passou a assumir um papel fundamental enquanto canal de comunicação e colaboração entre os diversos atores sociais ao facultar e estimular a criação de redes envolvendo pessoas com interesses comuns, de lugares diferentes, colaborando entre si e em favor de causas também comuns congregando-se em comunidades e partilhando informações relevantes. Com o aumento de sítios de debate temático, a uma escala micro, não só essa realidade poderá revelar-se uma extensão das relações sociais entre as pessoas de uma comunidade, como, ao mesmo tempo, o volume de conhecimento criado a partir da colaboração poderá acelerar o processo de socialização do conhecimento através de espaços cada vez mais interativos.

PARTE 2 – OPERACIONALIZAÇÃO DO ESTUDO

CAPÍTULO 4 – AS ENTREVISTAS COMO CONTRIBUTO PARA UMA REFLEXÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO EM AMBIENTE WEB 2.0

Conforme definido no espaço introdutório, este trabalho contempla a realização e publicação de entrevistas a entidades individuais e a representantes de Organizações de âmbito coletivo, no sentido da contribuição para a definição de uma resposta à questão central de investigação, relativamente ao papel que a Web 2.0 assume, quer na vertente cívica, quer ainda ao nível da intervenção política.

4.1 A entrevista

Segundo Freixo (2010) *“a entrevista é uma técnica que permite o relacionamento estreito entre entrevistador e entrevistado e o termo entrevista refere-se ao ato de perceber o realizado entre duas pessoas”*. Acrescenta o autor que a entrevista, como técnica para recolha de dados, apresenta vantagens e limitações. Como exemplos de vantagens retiram-se: as situações de poder ser utilizada para todos os segmentos da população (analfabetos ou alfabetizados); existir maior flexibilidade ao permitir ao entrevistador repetir ou esclarecer perguntas ou ainda formular as questões de forma diferente; oferecer maior oportunidade para avaliar atitudes e condutas; obter dados que não existem em fontes documentais e que podem ser relevantes ou significativos; ou obter informações mais precisas que são suscetíveis de serem comprovadas no momento. Por outro lado e na esfera das desvantagens ou limitações, estas poderão ocorrer por: uma deficiente expressão e comunicação entre as partes; deficiente interpretação do entrevistado quanto ao significado das questões; a possibilidade do entrevistado vir a ser influenciado pelo entrevistador; a reserva quanto à expressão da opinião do entrevistado por receio da sua posterior identificação e, finalmente, o gasto de tempo, que pode ser excessivo, aliado à pontual dificuldade da sua realização (FREIXO, 2010).

No processo de recolha de dados, para este estudo, foram observados alguns aspetos essenciais como sejam:

- O planeamento da entrevista com a definição clara do objetivo a ser alcançado (recolha de opinião sobre a participação em ambiente Web 2.0);
- O conhecimento prévio dos entrevistados (foram selecionadas personalidades com reconhecido mérito nos meios político, académico e científico e em Organizações da sociedade civil, nas quais se incluem as de carácter religioso, da defesa dos direitos humanos, da proteção ambiental, da organização autárquica e da comunicação social), que se mostravam

vinculados a setores comprometidos, ainda que de forma diversa, com o objeto em estudo.

- Foi promovido o agendamento das entrevistas com antecedência para os entrevistados se prepararem, não podendo ser garantida confidencialidade (nem parecendo que tal se justificasse) e definido o guião das questões a formular.
- Os entrevistados (Tabela 7) tiveram inteira liberdade de opção entre a possibilidade do registo áudio da entrevista, para posterior transcrição, que expressamente autorizaram, ou poderem recorrer a respostas escritas.

Tabela 7 - Nome e perfis pessoais dos entrevistados

Nome do entrevistado	Função (Currículo resumido)	Data da entrevista	Forma da entrevista
Adelino Maltez	Doutor em Ciências Sociais, na especialidade de Ciência Política, pela Universidade Técnica de Lisboa UL; Professor Catedrático no ISCSP da UL- grupo de Ciências jurídico-políticas; Comentador político na estação televisiva SIC-N	2013-11-18	Escrito/mail
Padre Américo Aguiar	Vigário-Geral Diocese do Porto e responsável da Diocese para a comunicação social	2013-10-14	Presencial
José Carlos Mota	Assistente do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da UA. Investigador do GOVCOPP Domínios de investigação: Metodologias em Planeamento do Território; Planeamento Colaborativo e Movimentos Cívicos (entre outros) Fundador do Grupo <i>online</i> “Pensar o Futuro de Aveiro”	2013-09-16	Presencial
Luís Marques Mendes	Licenciado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra ex-Presidente do PSD ex-deputado do PSD na Assembleia da República ex-membro do Governo de Portugal Comentador político na estação SIC-N	2013-11-20	Escrito/mail
Maria Potes Barbas	Investigadora do CIDTFF da UA no âmbito da Tecnologia Educativa Professora Coordenadora Principal na Escola Superior de Educação de Santarém Doutora na especialidade de Comunicação Educacional Multimédia pela Universidade. Aberta Pós-doutorada em Tec. Educativa na UA	2013-11-14	Presencial
Sérgio Ribeiro	Ex-Deputado do PCP na Assembleia da República Ex-Eurodeputado do Grupo EUE/Esquerda Nórdica Verde, no Parlamento Europeu Economista	2013-10-19	Escrito/mail
Eduardo Martins	Dirigente da Secção Portuguesa da Amnistia Internacional	2013-12-10	Escrito/mail
João Nazário	Diretor do semanário Jornal de Leiria	2013-12-12	Escrito/mail
Sara Campos	Gabinete de Comunicação Externa da Quercus	2013-12-17	Escrito/mail
Sérgio Faria	Sociólogo e investigador no ISCTE Editor do Blogue O Castelo	2013-10-26	Escrito/mail
Valter Ferreira	Membro da equipa gestora do Portal “Lisboa Participa” da CML	2013-09-17	Presencial

Nesta perspetiva, apresentam-se os dados recolhidos recorrendo à realização das várias entrevistas, através de uma matriz adaptada e organizada alfabeticamente, que se pretende permita organizar, agregar e categorizar os conteúdos e

informações recolhidas, de forma a sistematizar a interpretação dos resultados obtidos, pois segundo BARDIN (2008), uma análise de conteúdo implica tratar o material e codificá-lo e segundo esta autora *“a codificação corresponde a uma transformação dos dados em bruto do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão, suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto”* (BARDIN, 2008).

A matriz expressa nas Tabelas 8 e 9 apresenta-se dividida em quatro colunas consignando a **‘categoria’**, **‘sub-categoria’**, **‘unidade interpretativa do investigador’** e **‘unidade de contexto’**, detalhando que na coluna ‘categoria’ se apresentam os eixos principais da entrevista, na coluna ‘sub-categoria’ agrupam-se as questões tratadas dentro de cada eixo principal, enquanto na coluna ‘unidade interpretativa do investigador’ encontram-se organizados os segmentos de conteúdo considerados como unidade base. Finalmente, na coluna unidade de contexto define-se a contextualização da ‘unidade interpretativa do investigador’, através da transcrição de fragmentos do teor da entrevista.

A versão integral das entrevistas, que recorreram a um guião no sentido de permitir obter dos entrevistados respostas às mesmas perguntas e possibilitando a sua comparação, encontram-se transcritas no Anexo 1 e foram realizadas no período compreendido entre 16 de setembro e 17 de dezembro de 2013.

Entendeu-se ainda ser relevante, em função da temática em estudo e do perfil dos entrevistados, conferir margem de liberdade aos mesmos para as respostas, estando em causa a partilha do detalhe de grande quantidade de informação, procurando criar-se um clima para a existência de total liberdade para expressar cabalmente as suas opiniões e sentimentos, com exclusão de quaisquer contingências circunstanciais, procurando a recolha de dados relevantes que pudessem vir a ser utilizados em sede de análise qualitativa.

Dado pretender-se recolher contributos com origem em diferentes áreas da ciência, da política ou da vivência social, as questões-base formuladas procuraram reunir requisitos específicos em função desses dois grandes grupos. Embora com origem diversa, mas concorrendo para um objetivo comum (encontrar respostas para a questão central de investigação), era expectável que as diferentes vertentes entrevistadas se complementassem, expressando diferentes ângulos e formas de organização da sociedade.

Assume-se assim, que este trabalho segue em linha com princípios focalizados no estudo do aprofundamento da democracia e da intervenção cívica e política.

4.2 Questões formuladas aos entrevistados em contexto individual:

Nesta secção são enunciadas as questões formuladas aos entrevistados, que o foram na perspetiva de pessoas singulares de reconhecido mérito, tendo a recolha dos depoimentos sido processada, ou recorrendo à entrevista presencial, ou quando tal não foi possível, por opção do entrevistado, através de respostas escritas.

- a) A introdução das tecnologias da informação e comunicação (TIC), nomeadamente da Web 2.0, no quotidiano dos povos, veio contribuir decisivamente para o mitigar das desigualdades nas sociedades e no desenvolvimento cultural do indivíduo, ou, por outro lado, tal não correspondeu um efetivo incremento dos valores democráticos em favor das pessoas e das instituições?
- b) Em tempos de crise instalada, de que forma a participação eletrónica enquanto processo social colaborativo, suportado em plataformas Web 2.0, poderá dar um contributo efetivo para ajudar a minorar as desigualdades entre as pessoas e entre os Estados?
- c) Considerando que a Internet não é uma simples tecnologia de comunicação, mas o epicentro de muitas áreas da atividade social, económica e política, os processos de cooperação, colaboração, interatividade e diálogo suportados pelas redes são passíveis de permitir uma aproximação no sentido da participação entre os cidadãos e o poder político?
- d) As redes sociais assumem hoje o papel de contrapoder que as sociedades reconheciam na denominada imprensa clássica, tipificada como independente do poder político?
- e) Os movimentos sociais, compreendidos aqui como caixas de ressonância das esferas sociais, são capazes de trazer para a esfera pública questões silenciadas ou adormecidas? Concorde com o princípio de que a presença desses movimentos populares baseados na Internet e nas redes sociais constituem uma mais-valia para a democracia, não apenas pela capacidade de mobilização que evidenciam, como pelos desafios que colocam aos *media* tradicionais?
- f) Se o processo de globalização envolve uma grande variedade de fenómenos de raiz económica, social e cultural, à luz do potencial tecnológico instalado à escala planetária, perante a multiplicidade de redes e nós e face aos interesses geoestratégicos dos Estados, é crível e sensato acreditar que esses recursos servem em primeira instância os caminhos do diálogo e de aproximação entre os povos, culturas e ideologias, religiões e políticas, ou, por outro lado, os poderes tendem a recorrer a essa capacidade instalada visando objetivos de controlo e dominação?

4.3 Questões formuladas aos entrevistados representantes de entidades coletivas:

Nesta secção são enunciadas as questões formuladas aos entrevistados que o foram na perspetiva de representantes de entidades de âmbito coletivo, tendo a recolha dos depoimentos sido processada, ou recorrendo à entrevista presencial, ou quando tal não foi possível, por opção do entrevistado, através de respostas escritas.

- a) A participação eletrónica pode ser hoje vista como um veículo prioritário no sentido da difusão e discussão de temas que interessam objetivamente aos cidadãos de uma comunidade, cidade ou grupos de interesses comuns?
- b) Que influência assumiu o desenvolvimento da Internet, em particular a Web 2.0, no papel das organizações cívicas e no envolvimento dos cidadãos no processo democrático?
- c) Poder-se-á entender a integração dos cidadãos nas redes sociais, como uma capacitação dos sujeitos para a intervenção e a mobilização cívicas, reconhecendo implicitamente alguma perda de capacidade por parte das fórmulas participativas tradicionais?
- d) A presença das organizações cívicas na Internet tem-se revelado um passo importante para a concretização dos seus projetos, ou, por outro lado, os resultados conhecidos não revelam que tal seja determinante para a prossecução dos objetivos destas organizações?
- e) A Organização que integra já criou ou pretende criar canais de interação eletrónica com os seus associados (*site*, *Facebook*, *Twitter*, etc.)? Quais as principais razões que levam a sua Organização a estar na rede?

Como já foi referido, a estruturação e organização das entrevistas visou essencialmente recolher o máximo de informação junto dos entrevistados, o que se veio a revelar de forma muito satisfatória, nomeadamente no que se refere à disponibilidade e abertura dos mesmos, independentemente do teor e da formulação das questões.

A análise e tratamento dos dados recolhidos proporciona a organização e publicação de uma Matriz Estruturada, no sentido da organização, agregação e categorização dos conteúdos e informações recolhidas no decorrer das entrevistas, com o objetivo de permitir vir a interpretar os resultados obtidos, encontrando-se organizadas em duas tabelas como segue:

Tabela 8

**Entrevistas a personalidades singulares
(Pág. 121 a 126)**

Tabela 9

**Entrevistas a representantes de Entidades
coletivas (Pág. 127 a 131)**

CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	UNIDADE INTERPRETATIVA DO INVESTIGADOR	UNIDADE DE CONTEXTO – Pessoas Singulares
A introdução das TIC e das ferramentas da Web 2.0 como agentes potenciadores da intervenção cívica	Diminuiu as desigualdades e/ou incrementou os valores democráticos em favor das pessoas?	São reconhecidos os méritos das TIC, aponta-se no sentido da igualdade de oportunidades, mas não num processo que substitua o contato direto.	<p><i>“A Web 2.0 tornou-se num património comum da humanidade, daquela parcela da sociedade civil internacional, onde, mesmo sem bem-estar, como no terceiro e quarto mundo, os indivíduos passaram a ter igualdade de oportunidades”.</i> (Adelino Maltez)</p> <p><i>“Verifico que a utilização das TIC por parte das pessoas tem facilitado muito a sua vida, até ao exercício dos seus direitos. (...) mas há uma fatia substancial da população idosa ou isolada, que se vê afastada no acesso às TIC, por razões culturais, materiais ou funcionais. Alguém tem que defender que as autoestradas da informação são para todos e não para alguns como é costume”.</i> (Américo Aguiar, Padre)</p> <p><i>“A ferramenta eletrónica não substitui o essencial que é a participação e a forma como os cidadãos podem participar ou serem chamados a participar nas decisões. (...) A plataforma eletrónica tem um potencial imenso (...) Não devemos correr o risco de pensar que as plataformas eletrónicas vão de repente substituir o contacto direto personalizado, o diálogo, etc.”</i> (José Carlos Mota)</p> <p><i>“A democratização das ferramentas da Web 2.0 produziu, inegavelmente, efeitos muito positivos no acesso à informação e ao conhecimento e na interligação entre pessoas e culturas. Permitiu também a fácil exposição de opinião pelas pessoas. Já os efeitos em termos de bem-estar são mais relativos. A informação e o conhecimento são ferramentas indispensáveis para o indivíduo poder ter ambições e sucessos, para se sentir realizado em sociedade - para o seu bem-estar”.</i> (Luís Marques Mendes)</p> <p><i>“Diria que uma das condições para que a tecnologia seja disponibilizada por todo o cidadão, nasce quando o instrumento é construído de forma inclusiva o que significa que os construtores do digital deverão, ou deveriam, ter uma visão aprofundada no sentido da acessibilidade. Sabendo nós que nem toda a população possui o mesmo índice de aprendizagem, alguns até com necessidades educativas especiais, cria-se aí logo um primeiro problema”.</i> (Maria Barbas)</p> <p><i>“Não diria que existe uma democratização das ferramentas da Web 2.0 mas sim um acesso massificado. (...) Reflete-se ou não no bem-estar individual e coletivo dependentemente do tipo de relações sociais prevalecentes”.</i> (Sérgio Ribeiro)</p>

CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	UNIDADE INTERPRETATIVA DO INVESTIGADOR	UNIDADE DE CONTEXTO – Pessoas Singulares
A introdução das TIC e das ferramentas da Web 2.0 como agentes potenciadores da intervenção cívica	De que forma a participação eletrónica enquanto processo social colaborativo, suportado em plataformas Web 2.0, poderá dar um contributo efetivo para ajudar a minorar as desigualdades entre as pessoas e entre os Estados?	É evidenciada a necessidade de serem reforçadas as ligações entre os “promotores” e os “potenciais utilizadores”	<p><i>“Ainda não há um mercado de trabalho adequado, mas antes uma exploração de uma menor oferta e de uma maior procura, com o consequente exagero do dumping social.”</i> (Adelino Maltez)</p> <p><i>“Acho muito interessante que muitas pessoas e instituições de proximidade se tenham disponibilizado ao longo dos últimos anos no sentido de ajudar as pessoas que mostram maiores dificuldades no acesso aos meios informáticos, nomeadamente no cumprimento de obrigações cívicas,”</i> (Américo Aguiar, Padre)</p> <p><i>“A plataforma eletrónica tem um potencial imenso, permitindo pela sua facilidade de uso e custo fazer a ligação entre dois elementos fundamentais: o promotor e os potenciais utilizadores.”</i> (José Carlos Mota)</p> <p><i>“A internet oferece ferramentas importantes para lidar com um mundo mais mutável e imprevisível como aquele, com grande probabilidade, existirá no futuro. Num mundo em que desaparece a definição de emprego para a vida, a internet permite a um indivíduo estabelecer uma rede de contactos, procurar e candidatar-se mais facilmente a hipóteses de emprego, entre outros aspetos.”</i> (Luís Marques Mendes)</p> <p><i>“A internet é um espaço por excelência para promover a aproximação dos cidadãos ao poder político, mas dependerá muito do processo comunicativo. O vocabulário utilizado nas redes pode ser convidativo mas também poderá ser expulsivo.”</i> (Maria Barbas)</p> <p><i>“Os Estados, como nação politicamente organizada, e os governos, como executivos inscritos na organização do Estado, aproveitarão esse potencial ao serviço dos estratos (melhor diria, classes sociais) dominantes, condicionados, no entanto, pela parte do poder conquistado ou preservado pelos estratos/classes não-dominantes (escravizados, explorados, controlados ou dominados)”</i> (Sérgio Ribeiro)</p>

CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	UNIDADE INTERPRETATIVA DO INVESTIGADOR	UNIDADE DE CONTEXTO – Pessoas Singulares
A introdução das TIC e das ferramentas da Web 2.0 como agentes potenciadores da intervenção cívica	Os processos de cooperação, colaboração, interatividade e diálogo suportados pela Redes são passíveis de permitir uma aproximação no sentido da participação entre os cidadãos e o poder político?	O papel dos poderes é visto com alguma prudência e reserva muito em função do potencial controlo que as tecnologias possibilitam exercer sobre os cidadãos	<p><i>“A vontade dos governos em abrir o processo governativo à sociedade civil só acontecerá se as sociedades ditas civis os ameaçarem... O que seria um novo totalitarismo com os novos processos tecnológicos de controlo.”</i> (Adelino Maltez)</p> <p><i>“Nós às vezes somos traídos pela grandeza da rede e pela ridicularidade dos seus promotores, existindo tentativas de apropriação dos movimentos sociais por meia dúzia de espertalhões, partidariamente definidos ou encapuçados que os tentam controlar. Agora, os movimentos que expressam os sentimentos de raiz do cidadão, as suas dificuldades, problemas e expetativas, serão sempre de apoiar”.</i> (Américo Aguiar, Padre)</p> <p><i>“O cerne da questão é: até que ponto é que o poder da decisão passa do Estado e é partilhado com os atores ou com os cidadãos. Qual é a dimensão ou qual é a percentagem da decisão que é verdadeiramente partilhada? Isto implica um grau de confiança e um grau de disponibilidade para partilhar o poder que muitas organizações não estão dispostas a fazer e é preciso ter cuidado com a avaliação real desses impactos.”</i> (José Carlos Mota)</p> <p><i>“À exceção dos países menos democráticos, que convivem mal com a globalização do acesso à internet por poder colocar em risco os seus sistemas, não temos conhecido tentativas relevantes de restringir a utilização das ferramentas Web fora do âmbito da legalidade. Em qualquer caso, são preocupantes as notícias que têm vindo a público da vigilância e controlo das comunicações eletrónicas por alguns Governos.”</i> (Luís Marques Mendes)</p> <p><i>“Temos sido confrontados nos últimos tempos com situações de afronta à nossa privacidade por parte de poderes ocultos em estados ditos democráticos, o que muito me preocupa, sabendo que a espionagem não se limita à oralidade, estendendo-se à própria escrita. Acredito que a globalização tem duas faces, uma apetecível e outra claramente perigosa.”</i> (Maria Barbas)</p> <p><i>“A predisposição do poder político para abrir o processo governativo à sociedade civil só ocorrerá se os governos, como executivos dos Estados, no poder central como nos poderes descentralizados, se forem obrigados pela correlação de forças a tê-la privilegiando a democracia participativa e não a transformando em mero ornamento de uma democracia representativa.”</i> (Sérgio Ribeiro)</p>

CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	UNIDADE INTERPRETATIVA DO INVESTIGADOR	UNIDADE DE CONTEXTO – Pessoas Singulares
A introdução das TIC e das ferramentas da Web 2.0 como agentes potenciadores da intervenção cívica	As redes sociais assumem hoje o papel de contrapoder?	É evidenciada a necessidade de serem reforçadas as ligações entre os “promotores” e os “potenciais utilizadores”	<p>“As redes sociais são complementares aos media tradicionais e permitem alguma individualização do coletivo, aproximando-se de anteriores ideais libertários, do comunitário em rede.” (Adelino Maltez)</p> <p>“ Nós temos sentido que a rede potencia a democracia direta e exemplo disso é as pessoas irem ao Facebook dos políticos e pintar-lhes a manta e isso revela que as TIC estão a potenciar a relação entre o eleitor e o eleito” (Padre Américo Aguiar)</p> <p>“Estar na rede não é uma inevitabilidade mas não existissem as redes sociais e a capacidade de intervenção destes movimentos (cívicos) tornava-se impraticável. Esta logística cívica torna possível e amplia o seu impacto..”. (José Carlos Mota)</p> <p>“A história recente demonstra que o referendo é parcamente utilizado pelos governos, e provavelmente assim continuará a ser. A imprevisibilidade que lhe é inerente, bem como a suscetibilidade de, em questões de índole política, servir de janela para um voto de protesto (o que é o oposto daquilo que com ele se pretende), desaconselham-no muitas vezes.” (Luís Marques Mendes).</p> <p>“Estou cem por cento de acordo com a afirmação de que a presença dos movimentos sociais na internet constitui uma mais-valia para a democracia e verificamos que num passado recente os apelos dirigidos aos cidadãos por parte desses movimentos cívicos constituíram um eficaz meio de mobilização da sociedade em formato real. O que me parece menos adequado nomeadamente na área política é o abandalhamento do discurso desses mesmos políticos” (Maria Barbas)</p> <p>“As “redes sociais” não são, na minha opinião, uma maioria-anónima; serão uma minoria muito ativa e mobilizadora, fazedora de opinião e/ou veiculadora de “opinião feita”.” (Sérgio Ribeiro)</p>

CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	UNIDADE INTERPRETATIVA DO INVESTIGADOR	UNIDADE DE CONTEXTO – Pessoas Singulares
A introdução das TIC e das ferramentas da Web 2.0 como agentes potenciadores da intervenção cívica	A presença dos movimentos populares baseados na Internet e nas redes sociais constitui uma mais-valia para a democracia, não apenas pela capacidade de mobilização que evidencia, como pelos desafios que coloca aos <i>media</i> tradicionais?	As redes sociais são ponderadas como complementares aos <i>media</i> tradicionais, sendo também referenciadas como “comunicação social” e suas concorrentes.	<p>“O chamado quarto poder tentou adaptar-se às redes sociais, mas também se tornou um dos recursos das redes sociais. Os futuros meios de comunicação de massa perderam valor unitário e passaram a ser objeto de menus individuais. Isto é, ganharam concorrenciaisidade e melhoraram. (Adelino Maltez)</p> <p>“As redes sociais, ou as TIC são um qualquer 5º poder, temido pelos status quo da política, sabendo-se a facilidade com que se faz circular na rede todo um volume de informação potencialmente prejudicial à cultura tradicional, sendo verdade, ou mentira.”. (Padre Américo Aguiar)</p> <p>“O virtual pode ajudar a resolver alguns problemas, mas o que está em causa é a postura do promotor da participação, que se quer fingir que quer a participação às vezes a participação virtual pode enganar ao nível da manipulação e da mistificação da participação”. (José Carlos Mota)</p> <p>“O quarto poder não perdeu influência face ao surgimento das redes sociais pelo menos até agora. Julgo que se complementam, Os media fazem já muitas vezes eco daquilo que se passa na internet, designadamente a nível de blogs, e, no sentido inverso o fenómeno ainda é mais visível, com a internet a servir muitas vezes para difundir episódios ocorridos nos media de uma forma que há poucos anos era impensável.” (Luís Marques Mendes)</p> <p>“Eu como cibernauta de alma e coração, tenho de confessar que cada vez leio menos o jornal no formato tradicional, recorrendo muito ao que está online em detrimento. do que está em formato de papel, mas as redes sociais tendem ao mesmo tempo a ser um substituto dessa forma clássica, embora nunca na totalidade. Aliás, uma das coisas que nos preocupa na área da educação é que nem todos gostamos da mesma coisa e ainda bem. Na minha opinião o formato digital será o futuro na comunicação e as redes sociais serão um bom exemplo, mas continuará a haver espaço para os media tradicionais.” (Maria Barbas)</p> <p>“Se se entende por “quarto poder” a também chamada “comunicação social”, e desta se excluírem as redes sociais, parece-me evidente que ela perdeu muita influência. No entanto, sou mais abrangente pelo que considero que as “redes sociais”, em muito aspetos se devem integrar no conceito de “comunicação social.” (Sérgio Ribeiro)</p>

CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	UNIDADE INTERPRETATIVA DO INVESTIGADOR	UNIDADE DE CONTEXTO – Pessoas Singulares
A introdução das TIC e das ferramentas da Web 2.0 como agentes potenciadores da intervenção cívica	É crível e sensato acreditar que os recursos da Internet servem os caminhos do diálogo e de aproximação entre os povos, culturas e ideologias, religiões e políticas, ou, por outro lado, os poderes tendem a recorrer a essa capacidade instalada visando objetivos de controlo e dominação?	Esta questão é abordada com alguma desconfiança quanto aos riscos que envolve, mas com algum capital de esperança quanto aos méritos democráticos que se reconhecem na rede.	<p><i>“A internet foi obra de uma das superpotências como arma da guerra fria. E nesse espaço continuam a realizar se operações de guerra. Que, por enquanto, matam menos.”</i> (Adelino Maltez)</p> <p><i>“A rede pode ter necessidade de ter princípios e valores, sendo um lugar onde podem estar todos, mas é como na vida real - não pode valer tudo. Nós às vezes somos traídos pela grandeza da rede e pela ridicularidade dos seus promotores, existindo tentativas de apropriação dos movimentos sociais por meia dúzia de espertalhões, partidariamente definidos ou encapuçados que os tentam controlar.”</i> (Padre Américo Aguiar)</p> <p><i>“Quando surgem 100 pessoas para discutir assuntos de interesse público isso quer dizer alguma coisa em termos de participação e espanta-me como isso não é aproveitado pelo poder político a bem do interesse coletivo. Existe uma racionalidade própria de quem decide que não quer ser posta em causa e assim não há palco para qualquer discussão”.</i> (José Carlos Mota)</p> <p><i>“Quem domina as redes tem o poder para dominar - poder de facto, entenda-se - de aceder à informação e de a utilizar para os mais diversos fins. Ora, informação é poder. São necessárias regras claras e transparentes para disciplinar estas matérias, regras que definam em que casos e com que condições o acesso e controlo da informação é permitido. Provavelmente, serão necessárias regras internacionais sobre esta matéria, porque a internet é um fenómeno global e só regulável eficazmente a nível global, concertadamente”.</i> (Luís Marques Mendes)</p> <p><i>“Acredito mesmo que políticos até agora com credibilidade, a possam vir a perder pela forma inadequada ao nível comunicativo, quer por desgaste do discurso, quer pela inadequação verbal do mesmo. Desde que os valores democráticos de um povo ou de um país não sejam colocados em causa não me escandaliza que os estados retirem proveito dos recursos instalados, que ainda assim, deveriam servir o povo em primeira instância.”</i> (Maria Barbas)</p> <p><i>“Somos o que conhecemos e o que conhecemos é o que nos é dado a conhecer mais o que descobrimos ao informarmo-nos. Além disso, acrescento a reserva de que o “domínio do mundo” não é, e nunca será, absoluto e eterno”.</i> (Sérgio Ribeiro)</p>

CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	UNIDADE INTERPRETATIVA DO INVESTIGADOR	UNIDADE DE CONTEXTO – Representantes Entidades Coletivas
A introdução das TIC e das ferramentas da Web 2.0 como agentes potenciadores da intervenção cívica	A participação eletrónica pode ser vista como um veículo prioritário no sentido da difusão e discussão de temas que interessam objetivamente aos cidadãos de uma comunidade, cidade ou grupos de interesses comuns?	É comum a valoração atribuída ao potencial da Web 2.0 nomeadamente pela sua capacidade de promover a interação, estimular a intervenção das pessoas, assim os cidadãos disponham de orientações e recursos para tal.	<p><i>“A participação eletrónica é o natural prolongamento/extensão das formas tradicionais de participação. No caso da Amnistia e do seu tipo de trabalho e do tipo de organização (não governamental sem fins lucrativos) é também uma forma de chegar a mais pessoas, em locais onde não existem estruturas fazendo aumentar a comunidade de ativistas e polos a trabalhar sobre os direitos humanos. ”.</i> (Eduardo Martins – Amnistia Internacional)</p> <p><i>“Esta era digital democratizou e alargou exponencialmente o espaço disponível para comunicar, que anteriormente estava condicionado pelo que os órgãos de comunicação social tradicionais disponibilizavam. Por outro lado, tem um potencial de difusão enorme, bem evidente pelo número de pessoas presente nas redes sociais. Ou seja, a internet veio criar espaço para que todos possam tornar públicas as suas opiniões, o que antes estava reservado a uma elite”</i> (João Nazário – Jornal de Leiria)</p> <p><i>“Julgamos que a democratização da internet e a sua evolução até aos modelos atuais, com todas as plataformas que disponibiliza, obrigou as organizações a desenvolver estratégias de comunicação que funcionassem nesses meios, com linguagem mais simples, direta, apelativa.”</i> (Sara Campos – Quercus)</p> <p><i>“Poderá afirmar-se que, partindo do princípio de que o envolvimento e a implicação no âmbito da coisa pública são fatores fundamentais da democracia, portanto do exercício da cidadania, a participação eletrónica assume a importância de uma forma nova de participação cívica. Que tenderá a ser tão mais valorizada e usada quão os cidadãos disponham de orientações, atitudes e recursos que estimulem e proporcionem o seu uso.”.</i> (Sérgio Faria – “O Castelo”)</p> <p><i>A interação em tempo real foi o grande benefício que a Web 2.0 trouxe às sociedades e aos cidadãos individualmente. Partimos da disponibilização da informação para a interação, onde todo o processo tem que ser muito rápido sob pena do utilizador já não voltar pois já não está em causa disponibilizar um repositório, mas sim apresentar coisas novas, interativas e apelativas à participação.”.</i> (Valter Ferreira – “Lisboa Participa”)</p>

CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	UNIDADE INTERPRETATIVA DO INVESTIGADOR	UNIDADE DE CONTEXTO – Representantes Entidades Coletivas
A introdução das TIC e das ferramentas da Web 2.0 como agentes potenciadores da intervenção cívica	Que influência assumiu a Web 2.0, no papel das organizações cívicas e no envolvimento dos cidadãos no processo democrático?	A transparência, o escrutínio direto traduzidos numa expressão e participação que não existiam constituem os pontos mais relevantes evidenciados assim como a dimensão alargada que é dada a questões importantes para as sociedades.	<p><i>“ A Web 2.0 trouxe a capacidade de disponibilizar mais informação sobre a situação de direitos humanos no mundo, de forma mais rápida e respondendo às situações e crises de direitos humanos que eclodem. Também permite de forma mais ampla difundir as preocupações e envolver os internautas na essência do nosso trabalho que é a assinatura de petições/apelos por pessoas em perigo”.</i> (Eduardo Martins – Amnistia Internacional)</p> <p><i>“A participação dos cidadãos nas redes sociais poder-se-á entender, como uma capacitação dos sujeitos para a intervenção e a mobilização cívicas, face às fórmulas participativas tradicionais pois as redes sociais aumentaram o poder de intervenção individual”</i> (João Nazário – Jornal de Leiria)</p> <p><i>“Sem dúvida que a participação e interação eletrónica é atualmente um veículo prioritário, incontornável até, para motivar e envolver os cidadãos nos mais diversos temas. Isso é visível no trabalho da Quercus.”</i> (Sara Campos – Quercus)</p> <p><i>“O que a Web 2.0 proporcionou foi uma modalidade inédita de envolvimento na coisa pública e de participação cívica. Criou oportunidades de expressão e participação que não existiam, permitiu a densificação do debate público, possibilitou contornar parte do efeito de seleção do temas a abordar no espaço público ou dos porta-vozes com intervenção regular ou frequente nesse mesmo espaço público”.</i> (Sérgio Faria – “O Castelo”)</p> <p><i>“Estando na rede, as pessoas dispõem de um escrutínio direto, de uma transparência diferente, tendo um acesso muito mais imediato aos programas e aos processos, embora tendo presente que dispomos de cobertura de apenas (uma parte) dos lares, facto que não podemos esquecer”.</i> (Valter Ferreira – “Lisboa Participa”)</p>

CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	UNIDADE INTERPRETATIVA DO INVESTIGADOR	UNIDADE DE CONTEXTO – Representantes Entidades Coletivas
A introdução das TIC e das ferramentas da Web 2.0 como agentes potenciadores da intervenção cívica	À integração e intervenção dos cidadãos nas redes sociais, correspondeu alguma perda de capacidade de intervenção por parte das fórmulas participativas tradicionais?	Parece ser reconhecida uma certa complementaridade entre os conteúdos publicados na Web e os dados à estampa pelos meios tradicionais, ponderando fatores de infoexclusão por exemplo.	<p><i>“É fundamental manter as formas “presenciais” de participação. Por outro lado, os estímulos a que os internautas estão sujeitos diariamente, quer por parte de empresas, quer por parte de organizações, pode prejudicar a capacidade de intervenção”.</i> (Eduardo Martins – “Amnistia Internacional”)</p> <p><i>“A participação dos cidadãos nas redes sociais poder-se-á entender, como uma capacitação dos sujeitos para a intervenção e a mobilização cívicas, face às fórmulas participativas tradicionais pois as redes sociais aumentaram o poder de intervenção individual. No entanto, boa parte das pessoas que utilizam as redes sociais fazem-no por voyeurismo.”</i> (João Nazário – Jornal de Leiria)</p> <p><i>“Não há dúvida de que as redes sociais permitem, à partida, uma mobilização mais massiva e integrada num imaginário coletivo que pode muitas vezes impulsionar uma maior participação cívica. No entanto, as chamadas ‘fórmulas’ tradicionais de participação (alguns exemplos: presença física numa manifestação, numa ação de plantação, num flashmob, ou até realização de tarefas esporádicas) continuam vivas e são muito importantes”</i> Sara Campos – Quercus)</p> <p><i>“A atenção, a sensibilidade ou a reação ao que é publicado nos blogues por parte das «entidades» e «individualidades» locais tornou-se evidente. A própria imprensa local passou a reproduzir conteúdos publicados em blogues ou a focar a atenção em assuntos ou casos considerados originalmente naqueles conteúdos”.</i> (Sérgio Faria – “O Castelo”)</p> <p><i>“Os media tradicionais eles ainda têm uma grande palavra a dizer em contexto comunicacional, pois ainda existe uma franja muito significativa da população que não acredita na virtualização e a Web 2.0 por si só não tem a capacidade para alterar essa leitura. Não acredito que as fórmulas de comunicação clássicas tenham caído absolutamente em desuso”.</i> (Valter Ferreira – “Lisboa Participa”)</p>

CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	UNIDADE INTERPRETATIVA DO INVESTIGADOR	UNIDADE DE CONTEXTO – Representantes Entidades Coletivas
A introdução das TIC e das ferramentas da Web 2.0 como agentes potenciadores da intervenção cívica	A avaliação da presença das Organizações na rede	É evidenciada a necessidade de serem reforçadas as ligações entre os “promotores” e os “potenciais utilizadores”	<p><i>“A primeira coisa que se faz quando nos falam de uma organização que não conhecemos é procurá-la na internet. Por isso, diria que é fundamental ter uma página para funcionar como “montra” do que a organização faz”</i> (Eduardo Martins – “Amnistia Internacional)</p> <p><i>“O Jornal de Leiria tem um sítio online e presença no facebook, estando num processo de modernização do primeiro e as razões dessas presença prendem-se com o alcance de público que esse meio permite, com a interação com os leitores, com a possibilidade de, sendo um jornal semanário, ter algo para oferecer diariamente e pela visibilidade que essas plataformas possuem.”</i> João Nazário – Jornal de Leiria)</p> <p><i>“A presença na Internet é hoje um complemento inevitável à concretização de um projeto e para que se consiga o efeito multiplicador associado à divulgação do mesmo. Em qualquer relatório de final de projeto, existe uma rubrica cada vez mais pormenorizada na qual devem ser detalhados e provados os esforços de divulgação daquele projeto, estimada a audiência, descritos os meios de comunicação, etc. Um fenómeno crescente é a presença nas redes sociais, a par da existência de um site específico onde é documentada a evolução do projeto.”</i> (Sara Campos – Quercus)</p> <p><i>“Estar na rede» significa usar com frequência as TIC. Neste sentido, antes de mais, tal opção é condicionada pela possibilidade de «estar na rede», ou seja, pela existência da «rede» onde se possa estar. Num outro plano analítico, essa opção é condicionada pelas capacidades e oportunidades de «estar na rede». Ambas dependem em grande medida da acessibilidade às TIC e da competência, assim como da sensação de competência, para as usar, o que, mais uma vez, implica considerar o efeito das desigualdades sociais e o modo como tal efeito se manifesta em relação ao «estar na rede», fazendo com que uns estejam mais, outros menos e outros ainda não estejam, fazendo com que uns estejam em posição mais destacada (central ou superior) e outros em posição menos destacada (periférica ou inferior)</i> (Sérgio Faria – “O Castelo”)</p> <p><i>“Estar na rede é claramente um vantagem, mas nunca deveremos esquecer o potencial dos media tradicionais e veja-se o caso de quem vai no carro e tem por companhia uma estação de rádio, ou a pessoa que vai comprar o jornal em versão de papel sabendo-se que também os jornais dispõem de recursos tecnológicos que os colocam online numa real competição entre si, mesmo a nível internacional.”</i> (Valter Ferreira – “Lisboa Participa”)</p>

CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	UNIDADE INTERPRETATIVA DO INVESTIGADOR	UNIDADE DE CONTEXTO – Representantes Entidades Coletivas
A introdução das TIC e das ferramentas da Web 2.0 como agentes potenciadores da intervenção cívica	A Organização que integra já criou ou pretende criar canais de interação eletrónica com os seus associados (site, Facebook, Twitter, etc.)? Quais as principais razões que levaram a sua Organização a estar na rede?	Parece ser reconhecida uma certa complementaridade entre os conteúdos publicados na Web e os dados à estampa pelos meios tradicionais, ponderando fatores de infoexclusão por exemplo.	<p><i>“Estar na rede mais do que uma vantagem é uma necessidade. Não esquecer que o simples facto de estar na rede não quer dizer que se exista, daí não poder haver fórmulas radicais de encarar a internet.”</i> (Eduardo Martins – “Amnistia Internacional)</p> <p><i>“Estando os nossos concorrentes presentes na rede, não poderíamos deixar de estar.”</i> (João Nazário – Jornal de Leiria)</p> <p><i>“A cada vez maior necessidade de envolver os cidadãos, o aumento do número de projetos e parcerias com entidades externas, e também a crescente presença mediática, quer através de rubricas próprias, quer na atualidade noticiosa, justificaram a crescente aposta na Internet como meio de divulgação.”</i> (Sara Campos – Quercus)</p> <p><i>“No caso do blogue O castelo, a opção por «estar na rede» foi sobretudo uma opção de cidadania, de vontade de participar na discussão pública de assuntos de interesse local ou comum. Teve a vantagem de permitir expor publicamente os desabafos, as reflexões, as análises, as posições e tomadas de posição de pessoas sem necessidade de sujeição ao filtro editorial ou outro da imprensa local, usando uma plataforma que permitia a autoedição e a publicação de conteúdos sem depender da frequência demorada - semanal ou quinzenal - de publicação dos títulos da tal imprensa local.”</i> (Sérgio Faria – “O Castelo”)</p> <p><i>“Partindo de uma experiência participativa por via postal, partimos para um desafio por via eletrónica ao nível do orçamento participativo e tenho a convicção, com um grau de certeza muito grande, que Lisboa já não vive sem um orçamento participativo. Há dois ou três anos atrás verificámos que existia uma grande variedade de propostas em áreas muito diversificadas e nomeadamente na área do PDM o que levou à criação do Portal da Participação, possibilitando um determinado número e tipo de propostas e verificou-se existir por parte da população um grande interesse em utilizar aquele portal”</i> (Valter Ferreira – “Lisboa Participa”)</p>

4.4 Síntese da análise às entrevistas

Tendo em conta os objetivos da aplicação do inquérito por entrevista e a sistematização dos dados apresentados na matriz de codificação e categorização do conteúdo, conclui-se respetivamente ao nível individual e coletivo, o seguinte:

4.4.1 Ao nível da opinião individual

Relativamente à questão que se prende com a eventualidade da Web 2.0 ter contribuído para diminuir as desigualdades ou, por outro lado, não ter incrementado os valores democráticos em favor das pessoas, regista-se das respostas dos entrevistados, com o necessário distanciamento ideológico, uma aproximação para a igualdade de oportunidades no sentido da participação, embora encontremos menções nos depoimentos que se afastam desse *status*, nomeadamente em situações de infoexclusão ou sempre que as relações sociais o condicionam, a que corresponderá, nesses casos, apenas um processo de massificação das ferramentas da Web e não uma democratização das mesmas.

É, sem dúvida enaltecido o potencial das TIC, que não substituirão o contacto direto ou o diálogo, mas que se assumem como um património comum da humanidade.

No que se refere ao facto da participação eletrónica, enquanto processo social colaborativo, suportado em plataformas Web 2.0, poder dar um contributo efetivo para ajudar a minorar as desigualdades entre as pessoas e entre os Estados, decorre da questão que a luta de classe é transposta para esse patamar tendo sido referido de forma explícita que *“Os Estados, como nação politicamente organizada, e os governos, como executivos inscritos na organização do Estado, aproveitarão esse potencial ao serviço dos estratos (melhor diria, classes sociais) dominantes, condicionados, no entanto, pela correlação de forças sociais, isto é, pela parte do poder conquistado ou preservado pelos estratos/classes não-dominantes (escravizados, explorados, controlados ou dominados)”* (Sérgio Ribeiro). Por outro lado, foi colocada a tónica na facilidade do uso e nos reduzidos custos de uma ferramenta tão importante entre promotores e potenciais utilizadores, assim como nas virtudes reveladas pelos meios informáticos no sentido do cumprimento das obrigações cívicas.

À questão relacionada com os processos de cooperação, colaboração, interatividade e diálogo suportados pela Redes e se são passíveis de permitir uma aproximação, no sentido da participação entre os cidadãos e o poder político, encontramos muitas reservas no que se refere à eventual abertura do poder governativo à sociedade civil, salvo se imposto por uma correlação de

forças que a tal obrigue. Por outro lado, são suscitadas questões que se prendem com as liberdades individuais dos cidadãos, recolhendo-se opiniões como a que *“temos de ter consciência que a nossa vida é sistematicamente controlada, seja através da via verde, ou dos levantamentos no multibanco, factos que determinam onde e quando estivemos presentes. Agora isso também pode jogar em nossa defesa, ou seja, caso eu desapareça a probabilidade de me encontrarem será muito maior”* (Pe. Américo Aguiar).

No mesmo contexto, as entrevistas revelam pontos de vista muito objetivos e que se poderão revestir de alguma crueza como decorre das expressões *“quem domina as redes tem o poder para dominar - poder de facto, entenda-se - de aceder à informação e de a utilizar para os mais diversos fins. Ora, informação é poder”*. *“São necessárias regras claras e transparentes para disciplinar estas matérias, regras que definam em que casos e com que condições o acesso e controlo da informação é permitido. Provavelmente, serão necessárias regras internacionais sobre esta matéria, porque a internet é um fenómeno global e só regulável eficazmente a nível global, concertadamente”* (Luís Marques Mendes).

À questão se as redes sociais assumiram uma nova forma de contrapoder, registam-se opiniões muito coincidentes na sua essência partindo da afirmação *“se não existissem as redes sociais a capacidade de intervenção dos movimentos cívicos tornar-se-ia impraticável”* (José Carlos Mota), sendo reconhecidas como uma maioria-anónima muito ativa e mobilizadora, fazedora de opinião e veiculadora de opinião feita. As redes sociais são consideradas ainda como uma logística cívica que amplia o impacto dos movimentos populares, tendo o mérito de alertar, por meio diverso, a classe política para a opinião, comentário ou decisões dos eleitos. Esta ideia é reforçada com a afirmação de que *“as redes sociais são complementares aos media tradicionais e permitem alguma individualização do coletivo, aproximando-se de anteriores ideais libertários, do comunitário em rede”* (Adelino Maltez).

Quanto a uma eventual mais-valia para a democracia trazida pela presença dos movimentos populares baseados na Internet e nas redes sociais, não apenas pela capacidade de mobilização que evidenciam, como pelos desafios que colocam aos *media* tradicionais, neste aspeto encontramos respostas como a que defende que *“o formato digital será o futuro na comunicação e as redes sociais serão um bom exemplo, mas continuará a haver espaço para os media tradicionais e não fosse assim a rádio já teria sido extinta o que não aconteceu nem se prevê que venha a acontecer”* (Maria Barbas).

Por outro lado, decorre das respostas que o que está em causa é a postura do promotor, que pontualmente pode enganar ao nível da manipulação e da mistificação da participação, assim como é considerado que o quarto poder ganhou concorrencialidade e melhorou com o surgimento das redes sociais, adaptando-se a estas, sendo também reconhecido que as TIC são um quinto

poder temido pelo *status quo* da política, muito pelo volume de informação, verdadeira ou falsa e potencialmente prejudicial à cultura tradicional.

À questão “se é crível e sensato acreditar que os recursos da Internet servem os caminhos do diálogo e de aproximação entre os povos, culturas e ideologias, religiões e políticas, ou, por outro lado, se os poderes tendem a recorrer a essa capacidade instalada visando objetivos de controlo e dominação, verificamos existir alguma preocupação, sustentada, por exemplo em que *“existe uma racionalidade própria de quem decide que não quer ser posta em causa e assim não há palco para qualquer discussão”* (José Carlos Mota), reservas que se estendem à escala dos valores pois é transmitida a ideia que *“a rede pode ter necessidade de ter princípios e valores, sendo um lugar onde podem estar todos, mas é como na vida real - não pode valer tudo. Às vezes somos traídos pela grandeza da rede e pela ridicularidade dos seus promotores, existindo tentativas de apropriação dos movimentos sociais por meia dúzia de espertalhões, partidariamente definidos ou encapuçados que os tentam controlar”* (Pe. Américo Aguiar). Mas a bondade deste meio também é reconhecida na sua essência ao ser afirmado que *“desde que os valores democráticos de um povo ou de um país não sejam colocados em causa não escandaliza que os estados retirem proveito dos recursos instalados, que ainda assim, deveriam servir o povo em primeira instância”* (Maria Barbas).

Preocupações de outra ordem, quiçá não menos relevantes são as expressas por alguns entrevistados que defendem que *“somos o que conhecemos e o que conhecemos é o que nos é dado a conhecer mais o que descobrimos ao informarmo-nos”* O domínio do mundo não é e nunca será, absoluto e eterno. (Sérgio Ribeiro). *“A Internet foi obra de uma das superpotências como arma da guerra fria. E nesse espaço continuam a realizar-se operações de guerra. Que, por enquanto, matam menos”* (Adelino Maltez).

4.4.2 Ao nível dos entrevistados em representação de entidades coletivas

No âmbito das entrevistas realizadas para este trabalho incluía-se uma vertente dirigida a representantes de entidades coletivas, partindo de um grupo de questões dirigidas a esse enquadramento social e nas quais se questionava se a participação eletrónica poderia ser entendida como um veículo prioritário no sentido da difusão e discussão de temas, que pudessem interessar aos cidadãos de uma comunidade, cidade ou grupos de interesses comuns, vindo a ser reveladas diferentes respostas para as mesmas questões, embora coincidentes na sua essência.

São evidenciados os méritos inerentes aos fatores de interação em tempo real, aliados à permanente novidade e ao apelo à participação em contraponto à disponibilização de um repositório típico da Web 1.0. É feito o apelo à figura do

exercício da cidadania, assumindo a participação eletrónica *“uma nova forma de intervenção cívica”*, que *“tenderá a ser tão mais valorizada e usada quanto os cidadãos disponham de orientações, atitudes e recursos que estimulem e proporcionem o seu uso”* (Sérgio Faria).

Quando questionados sobre a influência que a Web 2.0 assumiu no papel social das organizações cívicas e no envolvimento dos cidadãos no processo democrático, as regista-se a opinião de que *“a participação dos cidadãos nas redes sociais poder-se-á entender, como uma capacitação dos sujeitos para a intervenção e a mobilização cívicas, face às fórmulas participativas tradicionais pois as redes sociais aumentaram o poder de intervenção individual”*, assim como *“estando na rede, as pessoas dispõem de um escrutínio direto, de uma transparência diferente, tendo um acesso muito mais imediato aos programas e aos processos, embora tendo presente que dispomos de cobertura de apenas (uma parte) dos lares, facto que não podemos esquecer”*(João Nazário).

Quanto à questão se à integração e intervenção dos cidadãos nas redes sociais, correspondeu alguma perda de capacidade de intervenção por parte das fórmulas participativas tradicionais, encontram-se respostas muito coincidentes como *“é fundamental manter as formas presenciais de participação. Por outro lado, os estímulos a que os internautas estão sujeitos diariamente, quer por parte de empresas, quer por parte de organizações, pode prejudicar a capacidade de intervenção”* (Eduardo Martins), ou *“não há dúvida de que as redes sociais permitem, à partida, uma mobilização mais massiva e integrada num imaginário coletivo que pode muitas vezes impulsionar uma maior participação cívica. No entanto, as chamadas 'fórmulas' tradicionais da participação (alguns exemplos: presença física numa manifestação, numa ação de plantação, num flashmob, ou até na realização de tarefas esporádicas) continuam vivas e são muito importantes”* (Sara Campos).

No que se refere à avaliação da presença das Organizações da sociedade civil na rede e se a Organização que integra já criou ou pretende criar canais de interação eletrónica com os seus associados, retira-se que *“a participação eletrónica é o natural prolongamento/extensão das formas tradicionais de participação”*, e *“uma forma de chegar a mais pessoas, em locais onde não existem estruturas, fazendo aumentar a comunidade de ativistas e polos a trabalhar sobre as causas”* (Eduardo Martins). Outras opiniões vão no sentido de que *“a democratização da internet e a sua evolução até aos modelos atuais, com todas as plataformas que disponibiliza, obrigou as organizações a desenvolver estratégias de comunicação que funcionassem nesses meios, com linguagem mais simples, direta e apelativa”* (Sara Campos).

Resumidamente e para a generalidade dos entrevistados estar na rede é claramente uma vantagem e a primeira coisa que se faz quando se fala de uma organização que não é conhecida é procura-la na Internet, sendo para isso fundamental ter uma presença *online* que funcione como ‘montra’ do que a

organização faz, para além de que *“estar na rede mais do que uma vantagem é uma necessidade”*.

Resumo do capítulo 4

Este capítulo foi consignado aos contributos emprestados a este estudo por pessoas e entidades com elevadas responsabilidades sociais, que traduzem o pulsar da sociedade no que respeita à capacidade de intervenção da tecnologia aliada aos princípios políticos e organizacionais norteadores das sociedades democráticas.

Na linha do que já foi explanado anteriormente, a estruturação e organização das entrevistas visou essencialmente recolher o máximo de informação junto dos entrevistados, o que se veio a revelar, como já foi referido, de forma muito satisfatória, nomeadamente no que se refere à disponibilidade e abertura dos entrevistados para responder às questões formuladas.

Conclusões do estudo

Como foi enunciado no ponto 2 da Introdução, constituía questão central de investigação deste estudo: ***"qual a relevância da participação em ambiente Web 2.0, enquanto instrumento de intervenção cívica?"***

No sentido de permitir vir a retirar algumas conclusões consolidadas, relevantes e abrangentes, foram tecidas ao longo deste estudo considerações sobre cidadania, democracia e participação pretendendo-se alargar o tema ao limiar da 'democracia eletrónica', analisando e refletindo sobre a sua definição nomeadamente ao nível das políticas públicas. Nota para o facto do trabalho desenvolvido dedicar uma objetiva relevância ao caso português, enfatizando-se as referências mais pertinentes que pudessem conduzir a uma definição clara do conceito que apontava para o facto de que a democracia é o objetivo que as sociedades pretendem alcançar, independentemente da questão tecnológica.

Partindo da premissa que as relações de cidadania e democracia entre as instituições políticas e os cidadãos são uma constante, em diferenciadas situações e contextos históricos e alvo de grandes discórdias desde a Grécia Antiga, retira-se que o exercício ativo da cidadania esteve sempre ligado a uma dimensão bilateral no relacionamento entre os poderes e os governados, mormente no período do movimento das Luzes, em que a democracia se tornou um projeto político privilegiado, como é referido por uma diversidade de autores *que realçam a importância da responsabilidade individual do cidadão e de como o próprio espírito iluminista se encontrava intimamente ligado ao ideal do cidadão racional e politicamente ativo, o que é bem evidente na filosofia de Kant*¹⁷⁶.

Este estudo dirigiu também a sua atenção para questões como a legitimidade dos Estados, a confiança e o interesse dos cidadãos e dos *media* e a esfera de intervenção do universo político em todo este processo interativo, simultaneamente de ordem cívica e política mesmo se tecnologicamente mediado, não sendo alheios a este contexto os estudos, fóruns de discussão e debates, promovidos por organizações nacionais e internacionais sobre a eficiência e a eficácia das Administrações Públicas e dos movimentos pela cidadania.

Dirigindo um olhar mais particular para a realidade portuguesa é transmitida a sensação da ausência de influência dos cidadãos nas decisões decorrentes das políticas nacionais, o que poderá ser apelidado como uma perda do carácter democrático da ação das entidades governativas, o que levará a partilhar a perspetiva de que *"apesar de o espaço público não ter cumprido as esperanças*

¹⁷⁶ Globalização, Política e Cidadania - A participação eletrónica como uma nova relação entre Estado e cidadãos (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa) Congresso Mundos Sociais – Saberes e Práticas. Junho de 2008. Disponível em <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/134.pdf>. Consultado em 2014-01-31.

*que nele haviam sido depositadas, não desempenhando na plenitude o papel que dele se aguardava, a sua importância continua a ser enfatizada por se considerar que é uma condição para o funcionamento, e mesmo existência, do Estado democrático*¹⁷⁷.

Foi a partir das últimas décadas do século XX que se verificou uma apropriação mais significativa, por parte dos intérpretes políticos do tema das TIC, e das suas implicações sociais, com o surgimento das discussões acerca da Sociedade da Informação, em particular as de carácter político, decorrentes de relatórios governamentais e de organizações supranacionais sobre o tema, de onde passaria a ocorrer uma relação mais ativa do cidadão com o Estado pretensamente assente numa nova realidade de base tecnológica. Estavam lançadas as bases para um conceito de democracia mais participativa, assente em ferramentas que poderiam permitir o envolvimento dos cidadãos no debate político, quiçá na tomada de decisões.

Segundo Castells (1999), *as inovações tecnológicas são as grandes responsáveis pelo aumento da importância do discurso mediático. A Internet e o computador são os principais responsáveis por essa mudança, pois, a partir deles, tornou-se possível a junção das diversas formas de comunicação (escrita, oral e audiovisual) em apenas um instrumento. Essa dinamização mediática foi muito importante para se configurar um novo tipo de relação entre os cidadãos e os governos em vários países* (CASTELLS, 1999). Será então legítimo concluir que o recurso às TIC nos diversos segmentos da sociedade passou a assumir-se como uma realidade com alguma solidez, estando a sua evolução a contribuir decisivamente para o avanço social, consolidando o processo democrático e estimulando novas formas de relacionamento entre os atores sociais.

Um dos aspetos a que este estudo dedicou parte da sua atenção e interesse centrava-se na utilização da Internet para um processo participativo à escala local (de que os orçamentos participativos serão exemplo), o que possibilitaria que um número maior de cidadãos pudesse abordar as questões de maior proximidade junto dos decisores políticos, processo de participação popular que já ocorre em muitas partes do mundo e também em Portugal. Acredita-se que, de uma forma gradual, o uso das tecnologias em prol da interação entre o cidadão e os seus representantes configura uma nova forma de governo no âmbito da sociedade da informação, que segundo GARCIA & HOESCHL (2003) *traz consigo uma nova forma de pensar a participação popular na gestão da coisa pública, um regime democrático emergente, genuíno, divergente de todas as previsões anteriormente feitas sobre o futuro da democracia* (GARCIA & HOESCHL, 2003). A primeira conclusão que se retirará das leituras e do teor das entrevistas realizadas permite concluir que as tecnologias da informação e da comunicação vieram assumir um papel determinante não apenas na melhoria da

¹⁷⁷ *Idem*

qualidade de vida dos cidadãos, mas igualmente no reforço da democracia. Deixa, contudo, alguns desafios como o percurso a fazer no sentido do acesso universal à rede e com isso possibilitar o incremento da literacia, garantindo a confiança dos utilizadores não apenas na capacidade tecnológica instalada para um benefício global, como atingir um estágio de confiança no âmbito dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e da sociedade democrática no seu todo.

Diferentes noções de democracia projetam diferentes reflexões sobre a democracia eletrónica e o que lhe poderá estar subjacente. Se a democracia é entendida numa perspetiva relativamente lata e correspondendo a um sistema político no âmbito do qual os cidadãos têm o direito e forma de tomar as decisões que lhe dizem respeito, e bem assim à comunidade que integram, elegendo os seus representantes políticos, a quem consigam a responsabilidade de os representar, daí decorre a importância da participação como um valor essencial para essa forma de organização social. Aliás, não é inusitado que as constituições nacionais reconheçam a centralidade e a importância da participação dos cidadãos no modelo organizativo democrático, propósito que não se deverá rever apenas nos atos eleitorais.

Retira-se das leituras feitas e citadas neste estudo, que no âmbito da discussão sobre a democracia eletrónica, é relevado o facto da participação em sentido lato se encontrar em declínio nas democracias contemporâneas, verificando-se, nomeadamente nas últimas décadas, um afastamento generalizado dos cidadãos das fórmulas participativas clássicas, como sejam a participação eleitoral (aspeto a que é feita especial referência no Capítulo 1), a militância partidária ou a participação em organizações de classe ou nos movimentos associativos. Apesar dessa constatação, parece pode retirar-se que as TIC não terão de assumir como objetivo procurar implantar uma democracia direta, em detrimento do contexto representativo, antes vir o seu potencial tecnológico a assumir um papel relevante no âmbito da complementaridade de interesses entre os poderes e os cidadãos.

É por diversas vezes afirmado neste estudo, nomeadamente a partir de citações bibliográficas ou na primeira pessoa pelos entrevistados, que a participação dos cidadãos, nomeadamente por meios eletrónicos, revela o carácter que se pretende democrático e transparente dos sistemas políticos contemporâneos. Daí concluir-se que se mostra extremamente relevante a constatação e o reconhecimento da existência de um esforço no sentido não apenas da eficácia dos processos internos da Administração Pública, como dos mecanismos de relacionamento desta com os cidadãos, de modo a que estes tenham a possibilidade de acompanhar com rigor e transparência, quiçá vir a poder influenciar, as áreas da ação governativa em que serão parte diretamente interessada.

Os pressupostos enunciados remetem para a posição assumida pela OCDE já no ano 2000, quando esta Organização referia contextualmente que a

combinação entre os mecanismos reconhecidos no relacionamento entre governos e cidadãos *pode criar oportunidades que vão para além da disponibilização de informação e recolha de opinião, permitindo aprofundar um relacionamento de parceria estabelecido entre governantes ou representantes e os cidadãos, em que estes são ativamente envolvidos na definição quer do processo, quer do conteúdo da elaboração de políticas públicas ou da tomada de decisão.*¹⁷⁸Reconhece-se, porém, que o atual sistema tecnológico que afinal assume características de um sistema emergente, ao proporcionar novas formas de participação criadas pelos próprios cidadãos implica que estas não sejam nem oficiais nem vinculativas, o que impõe a não obrigatoriedade dos governos as respeitarem e assumirem como suas em qualquer processo de decisão, o que vem mantendo uma lógica hierárquica de sentido *top-down*, enquadrado ainda por um ordenamento jurídico condizente.

Decorre deste estudo a convicção de que as TIC vieram ocupar um papel de extraordinária relevância na reconfiguração das relações sociais contemporâneas, com a Internet e nomeadamente a Web 2.0 a assumir uma importância e influência extraordinárias nos processos sociais, económicos, políticos e culturais. Uma influência decisiva que incrementou o interesse dos governos, dos cidadãos e das empresas para além de numerosos movimentos políticos e sociais, que não dispensam esta tecnologia em ambiente digital para a propaganda e a difusão dos seus ideais. A comunicação em ambientes digitais veio revelar um novo espaço de intervenção pública onde se destacam duas características essenciais, traduzidas na 'interatividade' e na 'agilização' dos processos comunicativos, possibilitando a constituição de novas comunidades, frequentemente dirigidas a interesses comuns.

Face à oferta da Web 2.0 os cidadãos passaram a uma fase de maior independência face aos *media* tradicionais para a formação de opinião, seja ela política ou circunstancialmente meramente informativa e enquanto utilizadores da Internet alcançaram a disponibilidade de fontes alternativas, com origem multifacetada, plural, embora potencialmente manipuladora. No ciberespaço passaram a conviver manifestações de diversa natureza e expressão, sejam elas de raiz académica, artística, religiosa, política ou de intervenção cívica. Movimentos e organizações sociais passaram a fazer da Internet um local privilegiado para a expressão das suas propostas, enquanto ONG's e mesmo governos, assumiram a rede como veículo indispensável à prossecução das suas políticas.

A rede mundial de computadores, além de dar visibilidade, por exemplo aos movimentos sociais, aproximou entidades, estimulou o debate e constituiu-se como um elemento agregador de sensibilidades, o que não significa que não existam constrangimentos a um eficaz desenvolvimento do processo

¹⁷⁸ Schooling for tomorrow: Learning to bridge the digital divide. Paris: OCDE – (2000).

infocomunicacional, nomeadamente no que se refere ao *digital divide*, isto é, também existe exclusão digital, seja por escassez de recursos financeiros, seja por falta de conhecimento técnico inerente a um bom aproveitamento da capacidade tecnológica disponibilizada.

Decorreu deste trabalho a evidência que está a ocorrer uma mudança profunda nas formas de organização, identidade, conversação e mobilização social com base nas tecnologias da informação e comunicação, retirando-se exemplos da forma como tal está a ocorrer e nomeadamente quanto à capacidade de influência desta fórmula comunicacional. Cumulativamente, foi dada uma justificada referência às redes sociais na Internet e à sua aptidão para difundir informações através das conexões existentes entre os atores, tendo essa capacidade alterado de forma significativa os fluxos de informação dentro da própria rede, com as pessoas a poderem difundir as informações de forma mais rápida, fluida e interativa, assistindo-se à criação de novos canais, baseados na pluralidade de novas informações e no aparecimento de ferramentas de publicação pessoal, que vieram potenciar essa capacidade interventiva.

A II Parte deste estudo procurou ir ao encontro da opinião formulada na primeira pessoa, por um conjunto de personalidades, quer a título individual, quer enquanto representantes de organizações da sociedade civil, através de um conjunto de entrevistas publicadas na íntegra no Anexo 1, nas quais se procurou encontrar resposta para várias questões que se poderão colocar num contexto global suportado pelas redes.

Assumindo-se a idoneidade dos entrevistados, em grande medida pela sua qualificação académica e profissional e pela experiência acumulada nas suas experiências nas Organizações e na rede, acredita-se que são claramente maioritárias as referências positivas em relação ao potencial tecnológico ao dispor dos cidadãos, em seu proveito e benefício, enquanto os aspetos mais negativos não sendo de todo negligenciados, não extravasaram uma parcela de menor expressão nas afirmações produzidas.

No ponto número 3 da Introdução foram fixados quatro objetivos, que agora se recuperam e em relação aos quais este estudo procurou dar satisfação e simultaneamente encontrar respostas.

Objetivo 1: Averiguar se existe, ou não um efetivo interesse dos cidadãos no recurso aos meios eletrónicos com vista à intervenção cívica e quiçá política;

Objetivo 2: Contribuir para a caracterização do uso das TIC em contexto da organização social dos Estados e concretamente em Portugal;

Objetivo 3: Percecionar as dificuldades que os cidadãos e as organizações experimentam em contexto participativo mediado tecnologicamente, bem como as oportunidades e desafios que esse uso proporciona, fazendo um ponto de situação em relação ao '*digital-divide*';

Objetivo 4: Identificar a percepção que os utilizadores e os responsáveis institucionais têm dos impactos que decorrem do uso das TIC.

Quanto ao ponto 1, quando analisamos a influência das TIC ao nível da intervenção cívica e quiçá política coloca-se a questão de saber se essas tecnologias disponíveis permitem o alargamento e o aprofundamento da democracia, ou se, pelo contrário, provocam um incremento de constrangimentos e obstáculos àqueles que têm menor capacidade e meios para participar ativamente na vida democrática da sociedade em que se integram.

Das leituras feitas e das entrevistas realizadas encontramos duas perspetivas. Uma que claramente defende que as TIC estão em linha com um potencial de renovação, alargamento e fortalecimento da democracia e uma outra que coloca algumas reservas a esse *status*, argumentado que as tecnologias da informação e comunicação apenas contribuem para aumentar as desigualdades já existentes, no processo de participação democrática.

Deste confronto retira-se que mesmo acreditando que se verifica uma perda de confiança dos cidadãos nos governos aliada à eventual falta de transparência dos processos políticos e governativos, o aumento da informação disponível nas redes, pode ajudar a contornar e mesmo a superar esses constrangimentos, estimulando a intervenção individual e a de índole organizativo ou de classe, sendo expetável um aumento da responsabilidade dos detentores dos cargos políticos e administrativos, uma vez que serão alvo de um maior escrutínio e pressão política tal como sujeitos a um processo de avaliação mais rigoroso.

Quanto ao objetivo 2, este estudo procurou fazer alguma luz sobre o estado da arte em Portugal, remontando aos idos de 1996 e à Resolução do Conselho de Ministros nº 16/96 que criou a Missão para a Sociedade da Informação que estabelecia o percurso para o objetivo de dotar o país das bases políticas e tecnológicas tendo em vista a elaboração do Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal.

Ao longo das últimas décadas, à alternância governativa, têm correspondido diferentes políticas públicas para a área das TIC com maiores e menos significativos investimentos na esfera tecnológica. Ainda assim, afigura-se como razoável crer ter sido implementada uma política de aproximação e abertura do Estado aos cidadãos, através de um conjunto de medidas que têm tido como primeira preocupação a eficiência e a eficácia na prestação de serviços públicos, ao invés da promoção de espaços de debate em ambiente virtual entre governo e governados, que com a ressalva de algumas administrações locais que o têm implementado, poderia permitir aos responsáveis políticos conhecer os problemas e propostas dos seus representados, como é amplamente referido ao longo do capítulo 2.

Quanto ao objetivo 3 e à sua satisfação deverá conferir-se importância à questão do acesso às TIC, pois o processo democrático poderá sair comprometido se de forma sistemática as pessoas se virem remetidas para uma situação de inacessibilidade às tecnologias, motivada por diferentes fatores mas onde o económico se revela particularmente cruel e discriminatório. Como é referido neste estudo, citando Coelho *“sem informação não temos conhecimento dos nossos direitos e não temos como assegurá-los. Ao falarmos de inclusão digital estamos-nos a referir a uma nova cultura de direito, não apenas o direito genérico à Internet, mas ao acesso à informação enquanto um bem público. Em segundo lugar, porque aumenta a relação entre exclusão social e territorial”* (COELHO, 2010).

Face aos dados transpostos para este estudo e às opiniões formuladas, afigura-se como muito razoável reconhecer que cabe aos responsáveis políticos através da definição de políticas públicas, promover as ações que venham a permitir aos cidadãos com competências mais comprometidas poderem vir a obter as aptidões necessárias para fazer uso das TIC, de forma a reduzir o risco da constatação de uma sociedade bipolarizada em dois grupos: os infoincluídos e os infoexcluídos.

Decorre com particular evidência das entrevistas realizadas, junto dos representantes de entidades coletivas, que a presença na rede se assume como determinante para a prossecução das suas atividades, enquanto movimentos sociais. Claramente fica definido que a Internet é um veículo privilegiado para chegar junto do público e, independentemente do setor a que as referidas personalidades se encontram vinculadas, decorre a convicção de que a defesa dos seus princípios e objetivos sai reforçada com uma participação efetiva na Internet, seja para a divulgação dos seus projetos e objetivos, seja para a recolha de opinião com vista à definição da sua atuação.

Quanto ao objetivo 4 decorre deste estudo a ilação de que a Internet tem assumido o perfil de uma ferramenta marcante na transformação das sociedades. A rede mundial de computadores revolucionou o processo comunicacional aproximando, no sentido lato, as pessoas independentemente da sua localização geográfica. Constata-se que o fator tempo propiciou que a Internet tenha sofrido e beneficiado de mudanças substanciais, tornando-a mais rápida e eficaz na comunicação e promovendo um claro incremento na área das aplicações e ferramentas colocadas à disposição da inteligência coletiva.

Os blogues e *wikis* pela sua extrema facilidade de utilização terão provocado a primeira onda de socialização na Web e mesmo em ambiente corporativo os blogues continuam a afirmar-se como ferramentas eficientes na comunicação interna e externa, sendo os *wikis* sítios Web de raiz colaborativa que permitem que os utilizadores acrescentem e editem o conteúdo. Mas, postar e comentar constituem duas realidades complementares, que muito têm contribuído para desenvolver na rede o espírito crítico e para aumentar o nível de interação social

online. É neste contexto que maioritariamente se desenvolve o processo interativo entre os cidadãos e as diferenciadas formas de poder, seja através da participação e da colaboração nas redes sociais ou nos espaços consignados pontualmente para tal, em sítios dos organismos administrativos, o que conduz a que o processo participativo se efetive, embora se constate, de forma muito clara, estar-se ainda longe de uma participação efetiva nos processos de decisão.

As sociedades dispõem de várias ferramentas colaborativas visando diferentes utilizações, mas, no sentido da eficiência e da eficácia na sua utilização, é necessário o conhecimento e o domínio de alguns conceitos como planeamento e estratégia na utilização, além da adoção de boas práticas no seu uso, no sentido de poder vir a beneficiar positivamente dos recursos oferecidos por essas ferramentas. O potencial da Web 2.0 está focado na criatividade, na informação partilhada e na colaboração, permitindo um efetivo efeito de rede que significa facultar e facilitar a formação de grupos o que leva a que um sítio cresça no número de acessos pois os utilizadores interagem entre si, como é o caso das redes sociais que disponibilizam novos tipos de aplicações, novos modelos de interação e novos princípios de organização.

Estando algumas sociedades do espaço europeu, de uma forma mais acentuada ou de modo mais diluído, a experimentar sérias dificuldades de raiz social alicerçadas em razões de ordem económica, fácil é constatar que o ruído do protesto popular tem aumentado de tom e é ao nível das redes sociais que esse impacto mais se tem feito sentir. Não cabendo neste estudo quaisquer análises de ordem política ou ideológica de sentido interventivo, ninguém fica indiferente aos movimentos que procuram novos veículos de comunicação e de intervenção, ao analisarem-se as várias vertentes do fenómeno sendo as pessoas que continuam a justificar e, ao mesmo tempo supostamente, a beneficiar dos proveitos decorrentes do avanço tecnológico. Com a Web 3.0 ainda em contexto insipiente é à Web 2.0 que cabe o papel de grande mediador entre os atores sociais e as fórmulas organizativas dos Estados e um papel determinante no sentido da busca de uma melhor democracia participada.

Limitações da investigação

Uma investigação com esta natureza experimenta, inevitavelmente, algumas limitações o que sugere, pela sua pertinência, a predisposição para assumir algumas preocupações e alguns cuidados na compilação e definição dos suportes bibliográficos, na recolha, análise e tratamento dos dados e no estabelecimento das conclusões.

Um dos cuidados observados e sem existir a certeza se cabalmente cumprido diz respeito às questões relacionadas com a objetividade do estudo, sabendo-

se que a percepção do investigador sobre uma determinada circunstância poderá ser fortemente influenciada, condicionada ou distorcida, em função das suas convicções ideológicas, filosóficas ou de outra índole e quiçá, dos seus interesses particulares. Acredita-se que daí possa decorrer um problema de objetividade.

O envolvimento e o relacionamento pessoal do investigador com os entrevistados foi mantido com o distanciamento possível, no sentido de evitar a utilização de estratégias comportamentais ‘amigáveis’, que, a acontecerem, poderiam viciar seriamente os resultados da investigação.

Existia e mantém-se o interesse que trabalhos futuros possam vir a contemplar a participação de um painel mais alargado de entrevistados, inclusivamente com uma dimensão multinacional, embora as áreas de intervenção e o perfil dos especialistas portugueses, que deram o seu contributo ao presente estudo, sugiram garantia de seriedade e fiabilidade inquestionáveis.

A universalidade do tema aliada ao interesse posto na sua execução correu o risco de poder vir a incorrer em alguma redundância.

Perspetivas futuras de investigação

Este estudo deixa em aberto várias linhas para investigação futura e que os vários contextos abordados lançaram como desafios em diferentes escalas.

Se somos confrontados de forma incisiva, em função da prática política do(s) governo(s), que os objetivos do *e-Government* em Portugal passam quase exclusivamente pelo aumento da qualidade e eficiência na prestação dos serviços públicos, deixando cair a bandeira da renovação da participação cívica dos cidadãos, fica por demonstrar uma maior vontade política em promover o seu desenvolvimento com propósitos mais democráticos. *Faltará, assim, a definição de metas significativas em termos de participação política.* ¹⁷⁹Esta observação deixa em aberto que será imperiosa uma atenção futura a questões como as relacionadas com a aproximação dos cidadãos ao poder político e ao aumento da participação cívica, a manter-se a continuada aposta em processos de ‘tecnificação’ em prejuízo da intervenção dos cidadãos. Uma questão que não

¹⁷⁹ E-Government e Outras Políticas Públicas para o Fomento de Participação Pública – Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/8266> - Autores Simone Santos, Sílvia Mendes e Luís Amaral. 2006 – Consultado em 2014-01-31

é exclusivamente portuguesa, antes vai ocorrendo um pouco por todo o espaço da União Europeia, embora o contexto português justifique especial atenção.

Uma outra linha de investigação, que justificará atenção e empenho, diz respeito à forma como os *media* tradicionais têm acompanhado e sido inseridos em contexto globalmente mais participativo, embora pareça justificar-se uma clara definição de fronteiras entre o jornalismo exercido de forma profissional e o discutível conceito do ‘cidadão-repórter’ que acaba por não o ser em plenitude. Os *media* assumiram a conceção de novos princípios editoriais multiplataforma, que não excluindo de todo a componente colaborativa, estão a facultar aos seus profissionais novos recursos tecnológicos dirigidos à inovação e ao conhecimento, como sejam os dispositivos móveis que terão atingido um elevado grau que levou o professor da Universidade da Beira Interior, João Canavilhas a afirmar *não ter quaisquer dúvidas de que o futuro do jornalismo em Portugal é móvel*.¹⁸⁰

Finalmente e porque mais localizadas colocam-se duas áreas às quais se pretenderá conferir valorização e atenção futuras. Por um lado o interesse que as autarquias locais têm votado ao potencial das TIC e à sua capacidade de interação com as populações, seja na área da discussão de temas do interesse das comunidades que representam, dos orçamentos participativos ou da divulgação das decisões tomadas pelos representantes eleitos e por outro, a análise que importa dirigir ao percurso e às alternativas que se colocam à imprensa regional enquanto veículo de proximidade e talvez enquanto referência que foi e ainda será no fenómeno participativo. A Web 2.0 enquanto associada ao aprofundamento dos processos de análise, discussão e deliberação democrática, no interior dos quais se procede à apresentação e análise de temas respeitantes ao quotidiano das comunidades e dos cidadãos que as integram, poderá, eventualmente, vir a ser um meio privilegiado para que a imprensa regional tenha capacidade para reagir às adversidades conjunturais no sentido da sua sobrevivência ou para, pelo menos, prolongar o seu tempo de vida útil.¹⁸¹

¹⁸⁰ In <http://www.publico.pt/tecnologia/noticia/acesso-a-sites-noticiosos-em-dispositivos-moveis-representa-ate-13-das-visitas-1612135>. Consultado em 12-02-2014

¹⁸¹ Comunicação ao VI Congresso Português de Sociologia – Globalização, Localização e Imprensa Regional (A. Manuel) - Disponível em <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/581.pdf> - Consultado em 2014-01-31

BIBLIOGRAFIA

Alves, L. (2013). *Modelo de Análise e Metodologias de Recolha de Dados*, disponível em <http://luisalves.blogs.ua.sapo.pt/2845.html>. (Consultado em 2013-12-15)

Alves, A & Moreira, J. (2004) *Cidadania Digital e Democratização Eletrónica*. SPI. Porto.

Amadeu, S. (2008). *Convergência digital, diversidade cultural e esfera pública*. In: Pretto, N. e Amadeu, S. (org.) *Além das redes de colaboração: Internet, diversidade cultural e tecnologias do poder*. Salvador: EDUFBA.

Amaral, L. (2007). *Avaliações da Presença na Internet da Administração Pública Portuguesa* in José Dias Coelho (coord.), *Sociedade da Informação – O Percurso Português*. Lisboa: Edições Sílabo.

Bandulet, M. & Morasch, K. *Would you like to be a prosumer? Information, revelation, personalization and price discrimination in electronic markets*. *International Journal of the Economics of Business*, v. 12, July 2005.

Bardin, L. (2008). *Análise de conteúdo*. 5ª edição. Lisboa: Edições 70.

Barreto, A. (2004). *A participação e a evolução da sociedade portuguesa*, in *Tempo de incerteza*. Lisboa: Relógio d'Água.

Benevides, M. (1994) *Cidadania e Democracia - Lua Nova*: Revista de cultura política, nº 32. ISSN 0102-6445.

Birou, A. (1982). *Dicionário das Ciências Sociais*. Lisboa: Publicações D. Quixote.

Buchstein, H. (1997). *Bytes that bite: the Internet and deliberative democracy*. Constellations. Blackwell Publishers Ltd

Bustamante, J. (2010). *Cidadania e redes digitais - Citizenship and digital networks*. São Paulo: Comité Gestor da Internet no Brasil; Maracá – Educação e Tecnologias.

Cabral, M. (2000). *O exercício da cidadania política em Portugal*, *Análise Social*. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218810176U5vQA8hx3Lp27WI3.pdf> (consultado em 13-11-1012)

Cabral, M. (2004). *Autoritarismo de Estado e sociedade civil real em Portugal*. Texto policopiado.

Castells, M. (1999). *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra

Castells, M. (2002). *A sociedade em rede. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Castells, M. (2004). *A Galáxia Internet: Reflexões sobre Internet, negócios e sociedade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Castells, M (2009). *Communication Power*. Oxford University Press. ISBN 9780199567041

Coelho, J. (2007). *De Bangmann ao Plano Tecnológico* in José Dias Coelho (coord.), *Sociedade da Informação – O Percurso Português*. Lisboa: Edições Sílabo

Coelho, C. (2012) – *Dicionário dos Termos Europeus* – Disponível em http://www.carloscoelho.eu/saber_mais/ver_dicionario.asp?submenu=35&gloss=459 (Consultado em 01-08-2012)

Coelho, F. (2010) - *A cidade digital e a apropriação social da inovação tecnológica* – Disponível em http://www.cidadaniaeredesdigitais.com.br/_pages/artigos_09.htm. Consultado em 2014-03-15

Cohen, J. & Arato, A. (1992). *Civil Society and Political Theory*. Cambridge: MIT Press

Coleman, S. & Blumler, J. (2009). *The Internet and democratic citizenship: theory, practice and policy*. Cambridge: Cambridge University Press.

Colonomos, A. (1995). *Sociologie des réseaux transnationaux; communautés, entreprises et individus : lien social et système international*. Paris: l'Harmattan.

Cruz, G. (2012). *Gestão Pública Participativa: O Papel da Reforma do Estado e dos Movimentos Sociais*. Disponível online em http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CC8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.achegas.net%2Fnumero%2F38%2Fgisele_38.pdf&ei=_ad7U5zEBsii0QX0zoCwCw&usg=AFQjCNEdb8qksspyvKFBSMi0osc67B2T7g&sig2=wwOgikY-_COmo0rBpphfPg&bvm=bv.67229260,d.ZGU

Cruz, M. (1995) *Instituições Políticas e Processos Sociais*, Lisboa: Bertrand.

Dahalberg, L. (2001). *Democracy via cyberspace: mapping the rhetorics and practices of three prominent camps*. *New media & society*. Massey University: New Zealand

Farinha, L. & Antunes, M. (2009). *Tendências Web 2.0 na presença online das organizações*. Comunicação ao 6º Congresso SOPCOM.

Figueiredo, A. (2007). *A dimensão crítica da sociedade da informação em Portugal* in José Dias Coelho (coord.), *Sociedade da Informação – O Percurso Português*. Lisboa: Edições Sílabo

Finger, M. (1994). *Environmental NGOs in World Politics. Participation, citizenship and local governance, Background. Workshop on 'Strengthening Participation in Local Governance'*, IDS, London

Fountain, E. (2001) *Building the Virtual State. Information Technology and Institutional Change*, Washington, D. C., Brookings Institution Press.

Foucault, M. (1982). *Subject and Power*. In: Dreyfuss, H. & Rabonow P. *Structuralism and hermeneutics*. Brighton: The Harvester Press.

Freixo, M. (2010). *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas*. 2ª Edição. Lisboa: Instituto Piaget.

Gandy, O. (2002). *The real digital divide: citizens versus consumers*. In: Lievrouw, L. A Livingstone, S. (org.). *Handbook of new media: social shaping and consequences of ICTs*. London: Sage.

Garcia, B. & Hoeschl, H. (2003) A democracia na era do governo eletrônico. In: II Simpósio Internacional de Propriedade Intelectual, Informação e Ética - Ciberética, 2003, Florianópolis.

Gaventa, J. (2004). *Participação e Deliberação: Teoria Democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo* (Orgs.) Vera Schattan P. Coelho e Marcos Nobre, S. Paulo: Editora 34.

Giddens, A. (1991). *As Consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP.

Goldstone, J. (2004). *More Social Movements or Fewer? Beyond Political Opportunity Structures to Relational Fields*, Theory and Society. George Mason University, USA.

Gomes, W. (2005). *A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política*. Revista Fronteiras – estudos midiáticos.

González-Bailo, S, Borge-Holthoefer, J, Rivero, A & Moreno, Y - *The Dynamics of Protest Recruitment through an Online Network – Scientific Reports*. Disponível em <http://www.nature.com/srep/2011/111215/srep00197/full/srep00197.html>.

Gouveia, L. (2003). *Cidades e Regiões Digitais: impacte nas cidades e nas pessoas*. Edição Univ. Fernando Pessoa.

Granovetter, M. (1973). *The strength of weak ties*. The American Journal of Sociology.

Habermas, J. (1984). *The Theory of Communicative Action, Reason and the Rationalization of Society*. Beacon Press.

Ianni, O. (2000). *A Globalização e o retorno da questão nacional*. IFCH/Unicamp: Col. Primeira Versão

Ibarra, P. (2003). *Introduction. The Social Movements. From promoters to protagonists of democracy*”, in Pedro Ibarra (org.), *Social Movements and Democracy*. New York: Palgrave Macmillan.

Isin, F. & Turner, S. (2009). *Citizenship, cosmopolitanism and human rights*. In: Elliott, Anthony ed. *The Routledge Companion to Social Theory*. London: Routledge

Jambeiro, O. (2012) *Inclusão, Participação Social e Competências Infocomunicacionais. Comunicação ao Seminário de Competências Infocomunicacionais e Participação Social-2012; Salvador, BA*. ISBN: 978-85-60667-96-3

Jenkins, H. (2008). *Cultura da Convergência*. Tradução de Susana Alexandria. Editora Aleph

Kalakota, R. & Robinson M. (2001). *E-Business 2.0 roadmap for success* – Revista Addison Wesley Professional. ISBN 0201721651 9780201721652

Lévy, P. (1999). *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34

Lévy, P. (2000). *A inteligência Coletiva – Por uma antropologia do ciberespaço*, São Paulo: Loyola, 3ª edição.

Lima, M. *O papel das redes sociais no fomento da cidadania e da participação social*. Disponível em <http://barometro.com.pt/archives/605> (consultado em 2012-09-15)

Macintosh, A., Coleman, S. & Schneeberger, A. (2009). *Electronic Participation - Lecture Notes*. Centre for Digital Citizenship, Institute of Communications Studies, University of Leeds, UK.

Macintosh, A. (2004). *Characterizing E-Participation in Policy-Making*. Hawaii International Conference on System Sciences.

Malina, A. (1999). *Perspetives on citizen democratization and alienation in the virtual publicsphere*. In: Hague, B.; Loader, B. (org.). *Digital democracy: discourse and decision making in the information age*. London: Routledge.

Macintosh, A. & Smith, E. (2002). 'Citizen Participation in Public Affairs'; Proceedings of DEXA 2002, the 1st International Conference on Electronic Government - EGOV 2002; France.

Marcondes, V. (2007). *Novas tecnologias de conexão e o futuro da esfera pública*. Disponível em <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/versoereverso/article/viewArticle/5778/5236> – Consultado em 2012-12-21.

Marcondes, V. (2011). *Internet, democracia e participação popular: Discutindo experiências participativas*. Universidade Católica. Rio Grande do Sul

Marques, T, (Universidade do Porto – FLUP/GEDES), Oliveira, P, (INESC-Porto) & Castro, E. (2005). (Universidade de Aveiro), *As TIC para um país competente - From the Information Society to the Creative Society. Contribuições para a Formulação de Políticas Públicas no Horizonte 2013*. Disponível em <http://www.qren.pt/download.php?id=65>.(Consultado em 2011-03-23)

Martelete, R. (2001). *Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação*. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ci/v30n1/a09v30n1>. Consultado em 13-11-2012

Martins, M. (2004). *Participação política e democracia (O Caso português 1976-2000)*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.

Mendes, J & Seixas, A, (2005) - *Ação coletiva e protesto em Portugal: Os movimentos sociais ao espelho dos média (1992-2002)*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 72.

Mitchell, W. (1995). *City of bits*. Disponível em http://mitpress2.mit.edu/ebooks/City_of_Bits. (Consultado em 28-08-2012).

Moita, M, (2010). *O Futuro do Egovernment – Da Informação à Cooperação. Igov – Egovernment – O Estado da arte em Portugal*. Disponível em <http://www.masterlink.pt/?lnk=e76aba4e-4af5-45d9-9f1d-193987f7499c>. (Consultado em 16-12-2012)

Montargil, F. (2000). *Democracia Eletrónica e Participação Pública em Portugal: uma análise exploratória*. Lisboa: ISCTE.

Montargil, F. (2008). *O desenvolvimento da democracia eletrónica em Portugal*. Disponível em <http://www.inst-informatica.pt/servicos/informacao-documentacao/biblioteca-digital/sociedade-da-informacao1/2008/o-desenvolvimento-da-democracia-electronica-em> (Consultado em 10-06-2012)

Moreira, J. (2007). *Ética e sociedade da informação e conhecimento* - in José Dias Coelho (coord.), *Sociedade da Informação – O Percurso Português*. Lisboa: Edições Sílabo

Nam, T, (2009). *Citizens' attitudes toward Open Government and Government 2.0*. Center for Technology in Government, University at Albany, State University of New York. Disponível em <http://ras.sagepub.com/content/78/2/346.abstract?etoc> (Consultado em 10-06-2012)

Norris, P. (2001). *Digital Divide: Civic Engagement, Information Poverty and the Internet Worldwide*, New York: Cambridge University Press.

O'Reilly, T. *Web 2.0: compact definition?* [10/2005]. Disponível em: http://radar.oreilly.com/archives/2005/10/Web_20_compact_definition.html. Consultado em 2014-03-15.

Passarelli, B (2007) *Ponline 2007*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Núcleo de Pesquisa das Novas Tecnologias de Comunicação Aplicadas à Educação – A Escola do Futuro, Laboratório de Inclusão Digital e Educação Comunitária.

Pinheiro, M. (2008). *Implicações da inteligência ambiental para o design de interação*. In: Silva, J. (org.). *Design, Arte e Tecnologia 4*. São Paulo: Rosari, Universidade Anhembi Morumbi, PUC-Rio e Unesp-Bauru, 2008.

Pinto, C. (2012). *As Limitações da Democracia Representativa*. Disponível em <http://politeiablogspotcom.blogspot.pt/2012/02/as-limitacoes-da-democracia.html> (consultado em 01-08-2012)

Qualman, E (2010), *Socialnomics - Como os Média Sociais estão a transformar o modo como vivemos e como fazemos negócios*. Lisboa; Editorial Presença.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. Van – (2005) *Manual de investigação em ciências sociais: Trajectos*. 4ª edição traduzida. Lisboa: Gradiva.

Rheingold, H. (1993). *A comunidade virtual*. Lisboa: Gradiva

Rheingold, H. (2002). *Smart mobs: the next social revolution*. Cambridge, MA: Basic Books

Rodriguez, B & Francés, P. (2010). *Filosofia Política II (La Democracia)*. Disponível em <http://www.ugr.es/~pfg/001Tema1.pdf>. (Consultado em 04-12-2012)

Santos, B. (1994). *O Estado e os modos de produção de poder social. O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.

Schmidtke, O. (1998). *Berlin in the net: prospects for cyberdemocracy from above and from below*. In: Tsagarousianou, R.; Tambini, D.; Bryan, C. (org.) *Cyberdemocracy: technology, cities and civic networks*. London: Routledge.

Scherer-Warren, I. (1993). *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo, Loyola

Scherer-Warren, I. (2006). *Das mobilizações às redes de movimentos sociais*. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21.

Schewerin, E. (1995). *Mediation, Citizen Empowerment and Transformation Politics*. Westport. Praeger Publishers.

Sebastião, S. (2012). *Cultura Contemporânea. Contributos para os estudos culturais, mediáticos e digitais*, Lisboa, ISCSP.

Shilling, V. (2002). *Aristóteles – Política*. Universidade de Brasília

Silva, A. (2006). *A Informação. Da compreensão do fenómeno e construção do objeto científico*. Porto. Edições Afrontamento.

Sivaldo, S. (2005). *Graus de participação democrática no uso da Internet pelos governos das capitais brasileiras*. Opin. Publica vol.11 no.2 Campinas. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762005000200007&script=sci_arttext (Consultado em 2012-08-10)

Tapscott, D. & Anthony W. (2008). *Wikinomics: A nova economia das multidões Inteligentes*, Quidnovi, Matosinhos.

Valla, V. (1998). *Sobre a participação popular: uma questão de perspectiva*. Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro.

Vasconcelos, J. (2012). *Os caminhos do Open Government*, Disponível no sítio <http://www.rcc.gov.pt/Mediateca/artigos/Paginas/Os-caminhos-do-Open-Government.aspx?master=RCC.Print.master> – (Consultado em 09-06-2012)

Vidigal, L. (2003). *A cidadania ativa e as novas comunidades virtuais*, in *A Face Oculta da Governança: Cidadania, Administração Pública e Sociedade*. Maria Teresa Salis Gomes (org) – Edições INA

Vidigal, L. (2007). *A Democracia Eletrónica e o E-Government* - Disponível em <http://mudaroEstado.blogspot.pt/2007/08/democracia-electrnica-e-o-E-Government.html>

Vidigal, L. (2010). *Por uma Revolução Digital na Administração Pública Portuguesa, in E-Government (O Estado da Arte em Portugal)* – Edição iGOV, ISSN 1647-3302

Warschauer, M. (2006). *Tecnologia e Inclusão Social. A exclusão digital em debate*. São Paulo: Senac,

Warren, M. (2009). *Citizen Participation and Democratic Deficits: Considerations from the Perspective of Democratic Theory* - Paper disponível no sítio http://www.politics.ubc.ca/fileadmin/user_upload/poli_sci/Faculty/warren/Citizen_Participation_and_Democratic_Deficits_Draft_5.pdf

Wolton, D. (2001). *E depois da Internet? Para uma teoria crítica dos novos mídias*. Algés: Difel.

Zorrinho, C. (2009).- *Economia do conhecimento e a realidade portuguesa*. (Disponível em http://www.spi.pt/colecao_economiadoconhecimento/documentos/manuais_PDF/Manual_IX.pdf, (consultado em 2011-06-03)

ANEXOS

Anexo 1

Transcrição das entrevistas realizadas a personalidades singulares e representantes de entidades coletivas, no período compreendido entre 16-09-2013 e 17-12-2013, integradas e analisadas no Capítulo 4 deste estudo.



Adelino Maltez – Doutor em Ciências Sociais, na especialidade de Ciência Política, pela Universidade Técnica de Lisboa; Professor Catedrático no ISCSP da UL- grupo de Ciências jurídico-políticas; Comentarista político na estação televisiva SIC-N

A Web 2.0 Tornou-se num património comum da humanidade, daquela parcela da sociedade civil internacional, onde, mesmo sem bem-estar, como no terceiro e quarto mundo, os indivíduos passaram a ter igualdade de oportunidades.

Ainda não há um mercado de trabalho adequado, mas antes uma exploração de uma menor oferta e de uma maior procura, com o consequente exagero do dumping social.

A vontade dos governos em abrir o processo governativo à sociedade civil só acontecerá se as sociedades ditas civis os ameaçarem... O que seria um novo totalitarismo com os novos processos tecnológicos de controlo.

O chamado quarto poder tentou adaptar-se às redes sociais, mas também se tornou um dos recursos das redes sociais. Os futuros meios de comunicação de massa perderam valor unitário e passaram a ser objeto de menus individuais. Isto é, ganharam concorrenciaisidade e melhoraram.

As redes sociais são complementares aos *media* tradicionais e permitem alguma individualização do coletivo, aproximando-se de anteriores ideais libertários, do comunitário em rede.

A Internet foi obra de uma das superpotências como arma da guerra fria. E nesse espaço continuam a realizar se operações de guerra. Que, por enquanto, matam menos.¹.



Padre Américo Aguiar - Vigário-Geral da Diocese do Porto e responsável para a área da Comunicação Social

Eu acho que Portugal pode ser considerado um bom exemplo da utilização das TIC no âmbito das pessoas e das comunidades, não vendo por parte do Estado qualquer tentação de aumentar o seu controlo sobre os cidadãos e até no decorrer do meu trabalho na diocese do Porto verifico que a utilização das TIC por parte das pessoas tem facilitado muito a sua vida, até ao exercício dos seus direitos. Agora há uma fatia da população que temos de salvaguardar que os Papas João Paulo II, Bento XVI e até agora o Papa Francisco sempre lembraram e que são os infoexcluídos. Ficámos todos convencidos que isto agora é só net, é só banda larga, que tudo se faz através de computador, mas há uma fatia substancial da população idosa ou isolada, que se vê afastada no acesso às TIC, por razões culturais, materiais ou funcionais. Alguém tem que defender que as autoestradas da informação são para todos e não para alguns como é costume. Os Papas todos os anos produzem uma mensagem para o dia mundial das comunicações apelando aos jovens, enquanto grandes utilizadores da rede, os nativos digitais, que eles sejam capazes de serem os arautos, os grandes anunciadores e os interlocutores junto das camadas da população mais afastadas das TIC, às vezes dentro da própria família. Acho muito interessante que muitas pessoas e instituições de proximidade se tenham disponibilizado ao longo dos últimos anos no sentido de ajudar as pessoas que mostram maiores dificuldades no acesso aos meios informáticos, nomeadamente no cumprimento de obrigações cívicas, como é o caso do preenchimento eletrónico das declarações de rendimentos.

Nós estamos a assistir, nos últimos tempos, a denúncias à escala internacional de atos de espionagem e de isso pôr em causa questões ligadas à privacidade em muitos assuntos e interesses nacionais, por outro lado temos de ter consciência que a nossa vida é sistematicamente controlada, seja através da via verde, ou dos levantamentos no multibanco, factos que determinam onde e quando estivermos presentes. Agora isso também pode jogar em nossa defesa, ou seja, caso eu desapareça a probabilidade de me encontrarem será muito maior. Em conclusão, poderá faltar aqui alguma provedoria, pois se o Estado pode ter a tentação de controlar cada vez mais os cidadãos e a sua vida, também por parte do cidadão pode haver alguma inconsciência na utilização das TIC.

Agora de uma coisa tenho a certeza – elas por si só não são bem, nem são mal, são é uma forma de uma nova cultura; uma nova forma de nos relacionarmos uns com os outros, de construirmos a sociedade em que vivemos.

Ouçó dizer com frequência aos casais mais novos que os filhos em vez de brincarem na rua, como antigamente, passam o tempo fechados no quarto frente ao computador, ou seja o lúdico de muitos jovens é isso mesmo, vivem o seu mundo, sempre *online* e mesmo a dormir não gostam de estar offline e isso é uma cultura nova que é um desafio para nós, mais velhos. Agora é minha convicção também, que os pais não resolvem o problema do medo que têm da utilização da net pelos filhos, desligando o acesso. Os pais vencem esse medo se forem capazes de educar os filhos para a sua utilização.

Nós temos tido exemplos magníficos das potencialidades que as TIC possibilitam em termos sociais. As revoluções mediterrânicas recentes tiveram todas génese na capacidade multiplicativa das TIC e quando vemos que a primeira tentação dos Estados nessas circunstâncias é cortar o sinal, é porque têm noção do potencial que as TIC possuem. Mas tivemos muitos outros exemplos de outro tipo como cataclismos que ocorreram despertando a minha, a tua, a nossa ajuda e partilha com pessoas e situações que nós não conhecemos, nem temos consciência dos quilómetros que nos separam mas que nos ajudam a compreender o fenómeno da globalização.

A aldeia global nunca foi uma coisa tão efetiva como é, e nós, provavelmente, partilhamos todas as manhãs o que se passou pelo mundo e desconhecemos o que aconteceu na nossa rua nessa noite. As TIC serão como uma extensão de cada um de nós, para a partilha pois a rede potencializa coisas muitíssimo boas que a humanidade vê, constata e testemunha, como também poderemos juntarmo-nos para fazer asneiras o que também infelizmente acontece. Nós temos sentido que a rede potencia a democracia direta e exemplo disso é as pessoas irem ao Facebook dos políticos e pintar-lhes a manta e isso revela que as TIC estão a potenciar a relação entre o eleitor e o eleito, embora o nosso país por falta de uma reforma eleitoral, não permita saber em quem é que eu voto, o que não se passa nas eleições autárquicas, mas nas eleições nacionais não é assim e acho piada em alguns países ver o primeiro-ministro ou os deputados a bater à porta de quem os elege e isso facilita em muito o exercício da democracia. E temos visto que a rede tem assumido um papel importante nestas eleições autárquicas (2013) nomeadamente através dos movimentos independentes que recorrem aos canais vídeo em desfavor dos cartazes e *outdoors* para chegar junto dos eleitores.

Nós temos a tendência para dizer que o que aparece vai anular o anterior e não é assim e a rádio é um bom exemplo. Cada meio se vai adaptando à realidade e agora dispomos de uma coisa que é nova, um conjunto de plataformas que é um verdadeiro *self-service* para os utilizadores, um verdadeiro menu diferenciado. As redes sociais, ou as TIC são um qualquer 5º poder, temido pelos *status quo* da política, sabendo-se a facilidade com que se faz circular na rede

todo um volume de informação potencialmente prejudicial à cultura tradicional, sendo verdade, ou mentira.

A rede pode ter necessidade de ter princípios e valores, sendo um lugar onde podem estar todos, mas é como na vida real - não pode valer tudo. Quase todos os novos media quando aparecem têm a tentação de ser utilizados, ou mediatizados, utilizando a figura do Papa. Foi assim com os Irmãos Lumière, Marconi, mesmo a questão da net onde o Papa é um campeão no Twitter e à luz da igreja universal verifica-se que os Papas têm tido uma grande preocupação em estar à frente.

Nós às vezes somos traídos pela grandeza da rede e pela ridicularidade dos seus promotores, existindo tentativas de apropriação dos movimentos sociais por meia dúzia de espertalhões, partidariamente definidos ou encapuçados que os tentam controlar. Agora, os movimentos que expressam os sentimentos de raiz do cidadão, as suas dificuldades, problemas e expetativas, serão sempre de apoiar. Uma minoria pode-se potencializar na rede assumindo-se como contraditório de uma comunidade, mas quem sou eu para definir quais os limites dos níveis de intervenção? Então estabeleçam-se os limites naquilo que partilhamos com a humanidade em nome do respeito pelos outros, princípios esses consagrados universalmente.



José Carlos Mota – Assistente do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da UA. Investigador do GOVCOPP; Domínios de investigação: Metodologias em Planeamento do Território; Planeamento Colaborativo e Movimentos Cívicos; Fundador do Grupo *online* “Pensar o Futuro de Aveiro” (entre outros)

Enquadrando o conceito de participação eletrónica, trata-se do uso de ferramentas tecnológicas que permitam facilitar a participação dos cidadãos em processos de decisão política. A participação eletrónica e o uso das ferramentas possui uma componente instrumental para nós podermos olhar e refletir sobre o que é a participação.

A participação dos cidadãos deve ser concetualizada como um envolvimento dos cidadãos em decisões que têm a ver com o seu futuro coletivo. A ferramenta eletrónica não substitui o essencial que é a participação e a forma como os cidadãos podem participar ou serem chamados a participar nessas decisões. Isto implica olharmos sobre quais são os condicionalismos que envolvem a participação – um promotor da participação que normalmente é o Estado e depois envolve várias organizações que normalmente têm maior ou menor capacidade de intervir e participar nestes momentos ou nestas plataformas ou ainda nestas oportunidades de participação. Vale a pena discutir também as maiores ou menores dificuldades de acesso e também discutir de que forma é que estes processos de participação são desenvolvidos; qual a sua natureza, qual a sua maior ou menor abertura, em que momentos é que eles surgem, para que é que eles surgem, havendo uma discussão teórica muito importante a fazer antes de falarmos das ferramentas eletrónicas.

A plataforma eletrónica é muito importante e muito útil como complemento às plataformas não-eletrónicas. Isto significa que a plataforma eletrónica deve procurar equilibrar e complementar as outras plataformas não-eletrónicas: as presenciais, as face-a-face e não devemos correr o risco de pensar que as plataformas eletrónicas vão de repente substituir o contacto direto personalizado, o diálogo, etc.

A plataforma eletrónica tem um potencial imenso, permitindo pela sua facilidade de uso e custo fazer a ligação entre dois elementos fundamentais: o promotor e os potenciais utilizadores. Temos que perceber que cada grupo alvo tem

capacidades de uso da tecnologia e também aí temos que ter o cuidado de perceber como é que as diferentes ferramentas são utilizadas pelos diferentes grupos. As ferramentas eletrónicas têm uma grande capacidade de amplificação da participação e aqui coloca-se a questão de saber como é que elas se ligam com as outras. Como é que alimentam as plataformas reais e como é que as reais alimentam as virtuais. Uma espécie de um circuito de autoalimentação das duas plataformas. As plataformas virtuais possuem um potencial de massificação que provavelmente as reais não terão.

Importa saber em que contexto é que isto se desenrola e em que domínios?

É muito diferente a participação eletrónica á escala do bairro, de uma cidade, ou de um país. E depois também é muito diferente à escala temática mais específica, ligada ao ambiente ou à discussão técnica de uma matéria, ou à discussão genérica da vida coletiva ou questões muito complexas como a produtividade ou a crise, questões que são muito mais complexas para se desenvolverem em qualquer dos formatos.

O que está em causa mais do que as novas ferramentas é a forma como elas são conduzidas o que não significa que o virtual, por ser novo, é melhor. É a forma como estas metodologias são conduzidas, o momento em que são criadas, os objetivos para que são criadas, a forma como é preparada a participação, é o resultado final da participação – o seu impacto na decisão e é de alguma forma os participantes sentirem que o seu contributo foi útil e mudou de alguma forma aquilo que estava em causa. Se no processo tradicional estes vários passos forem tidos em conta não é a dimensão virtual que o vai resolver, a falência dos processos de participação deve-se ao facto de não terem sido feitos no tempo certo, como método certo e com a comunicação certa entre os atores e com os impactos adequados. O virtual pode ajudar a resolver alguns problemas, mas o que está em causa é a postura do promotor da participação, que se quer fingir que quer a participação às vezes a participação virtual pode enganar ao nível da manipulação e da mistificação da participação.

O que a Web 2.0 trouxe realmente de novo foi facilitar as organizações que acreditam na participação, disponibilizando informação a um número elevado de pessoas e permitindo a interação entre elas. Entre os promotores e os cidadãos, entre os cidadãos e entre grupos específicos naquilo que são considerados novos palcos participativos e isso permite ter impacto em várias escalas, que as ferramentas tradicionais não têm. Foi a novidade da escala, do tempo, do custo e da facilidade na comunicação como ação, tendo como inconveniente a criação de plataformas unidirecionais que se limitam à recolha de informação. Cria-se um problema de relação de confiança entre o promotor e o utilizador onde o digital não muda nada. O cerne da questão é: até que ponto é que o poder da decisão passa do Estado e é partilhado com os atores ou com os cidadãos. Qual é a dimensão ou qual é a percentagem da decisão que é verdadeiramente partilhada? Isto implica um grau de confiança e um grau de disponibilidade para partilhar o poder que muitas organizações não estão dispostas a fazer e é preciso ter cuidado com a avaliação real desses impactos.

Existe em Aveiro aquilo que referenciamos como espaços digitais onde as comunidades se juntam e partilham temas de interesse parava comunidade. É um trabalho duro e difícil mas onde se verifica que as pessoas estão dispostas a dialogar e muitas vezes estão dispostas a organizar-se para debater problemas de modo não-virtual. Em Aveiro temos uma experiência de 4 anos em como através das redes sociais se encontraram formas de mobilização dos cidadãos com predisposição para a discussão de questões com opiniões distintas de uma forma civilizada. Têm surgido vários grupos cívicos nos últimos anos e foram pelo menos 4 a intervir a partir das redes sociais, o que não significa que tenha sido por causa das redes sociais. Aveiro tem sido mesmo internacionalmente inovador nesta postura, pois há 5 anos que um grupo de 350 cidadãos discute através de uma *mailing-list* os problemas da sua cidade e temos há 1 ano cerca de mil cidadãos que numa outra plataforma (Facebook) faz o mesmo, o que significa que as redes sociais contribuíram de forma exemplar para a criação daquilo que eu chamo de dinâmicas vivas de participação e consequentes o que significa que são pessoas que se encontraram nas redes sociais, evoluíram para o espaço físico, produziram reflexão e que depois o divulgaram pelas redes sociais. Todo este processo decorreu de um espaço de aprendizagem de movimentos que se criaram e evoluíram com uma postura séria e que contaminou outros, tendo ocorrido fora do âmbito do poder político, diria que surgiram em contraponto ao poder político, apesar do poder político ter sido sempre convidado a participar e a envolver-se nestas dinâmicas. Mas houve sempre uma postura de rejeição de envolvimento no processo de participação existindo uma curiosidade neste processo no qual são os cidadãos a desenvolver a iniciativa, o poder a ser convidado a participar e a rejeitar essa possibilidade.

Estar na rede não é uma inevitabilidade mas não existissem as redes sociais e a capacidade de intervenção destes movimentos tornava-se impraticável. Esta logística cívica torna possível e amplia o seu impacto.

Existe uma capacidade de manipulação das redes que tem que ser acautelada e um dos exemplos tem a ver com alguma passividade, pois eu numa perspetiva da democracia do sofá dou uma opinião e não preciso de fazer mais nada, o que pode provocar uma manipulação indireta, pois eu ao dar a minha opinião desvinculo-me de uma participação cívica mais profunda e esta ideia é muito perigosa. Por outro lado, a experiência de Aveiro mostra-nos que a rede pode trazer vantagens muito significativas e seria interessante a realização de um estudo, produzido com algum distanciamento, para aferir até que ponto a intervenção cívica mudou a forma como os cidadãos se relacionam com o poder político em algumas situações. Quando surgem 100 pessoas para discutir assuntos de interesse público isso quer dizer alguma coisa em termos de participação e espanta-me como isso não é aproveitado pelo poder político a bem do interesse coletivo. Existe uma racionalidade própria de quem decide que não quer ser posta em causa e assim não há palco para qualquer discussão. Veja-se que a Câmara de Aveiro criou um conjunto de ferramentas digitais que ninguém usa, pelo facto de que ninguém confia no ator principal deste processo.



Luís Marques Mendes – Licenciado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; ex-Presidente do PSD; ex-deputado do PSD na Assembleia da República; ex-membro do Governo de Portugal; Comentador de política na estação SIC-N.

A democratização das ferramentas da Web 2.0 produziu, inegavelmente, efeitos muito positivos no acesso à informação e ao conhecimento e na interligação entre pessoas e culturas. Permitiu também a fácil exposição de opinião pelas pessoas. Já os efeitos em termos de bem-estar são mais relativos. A informação e o conhecimento são ferramentas indispensáveis para o indivíduo poder ter ambições e sucessos, para se sentir realizado em sociedade - para o seu bem-estar. Deste ponto de vista, existe, globalmente, um efeito positivo sobre o bem-estar. Mas tem de haver uma preocupação por amenizar os efeitos mais perniciosos que sempre existem em fenómenos globalmente positivos, como sejam, neste caso, o isolamento e a perda de habilidade no contacto humano que são gerados pela utilização descontrolada da Internet.

À exceção dos países menos democráticos, que convivem mal com a globalização do acesso à Internet por poder colocar em risco os seus sistemas, não temos conhecido tentativas relevantes de restringir a utilização das ferramentas Web fora do âmbito da legalidade. Em qualquer caso, são preocupantes as notícias que têm vindo a público da vigilância e controlo das comunicações eletrónicas por alguns Governos. Existe, claramente, essa tentação, porque existem meios para tal e porque o poder regulatório pertence ao próprio Estado e não atua eficazmente nesta área, por desconhecimento e falta de meios.

As ferramentas participativas oferecidas pela Web 2.0 não serão determinantes para resolver as dificuldades vividas em tempos de crise pelas pessoas e pelas famílias

pois a crise deriva de fatores políticos e económicos que só se resolverão com reformas e vontade política, mas podem ser importantes para abrirem perspetivas e facilitarem o acesso a hipóteses de negócio e de emprego. A Internet oferece ferramentas importantes para lidar com um mundo mais mutável e imprevisível como aquele, com grande probabilidade, existirá no futuro. Num mundo em que desaparece a definição de emprego para a vida, a Internet

permite a um indivíduo estabelecer uma rede de contactos, procurar e candidatar-se mais facilmente a hipóteses de emprego, entre outros aspetos.

Se existirá vontade dos governos em abrir o processo governativo à sociedade civil através de formas de participação direta, a questão ainda não se colocou. A história recente demonstra que o referendo é parcamente utilizado pelos governos, e provavelmente assim continuará a ser. A imprevisibilidade que lhe é inerente, bem como a suscetibilidade de, em questões de índole política, servir de janela para um voto de protesto (o que é o oposto daquilo que com ele se pretende), desaconselham-no muitas vezes. Porém, e penso que a pergunta é feita nesse sentido, julgo que a dinamização da sociedade civil que decorre da democratização do uso da Internet podem influenciar ou pressionar os governos no sentido de estes consultarem com maior frequência a sociedade diretamente.

O quarto poder não perdeu influência face ao surgimento das redes sociais pelo menos até agora. Julgo que se complementam, Os media fazem já muitas vezes eco daquilo que se passa na Internet, designadamente a nível de blogs, e, no sentido inverso o fenómeno ainda é mais visível, com a Internet a servir muitas vezes para difundir episódios ocorridos nos *media* de uma forma que há poucos anos era impensável.

As redes sociais não serão, necessariamente uma espécie de maioria-anónima, na qual reside um poder tão ou mais poderoso que o do voto e dos media. As redes sociais, sendo um espaço onde as pessoas expõem livremente as suas crenças e opiniões, geram também contraditório. Aliás, as pessoas têm maior facilidade em discordar estando à distância e não frente a frente. Podem, com maior facilidade, formar-se mais minorias, eventualmente anónimas, pois se torna mais fácil tomarmos contacto e agruparmo-nos com pessoas que partilham das nossas opiniões, por menos comuns que sejam.

Quem domina as redes tem o poder para dominar - poder de facto, entenda-se - de aceder à informação e de a utilizar para os mais diversos fins. Ora, informação é poder. São necessárias regras claras e transparentes para disciplinar estas matérias, regras que definam em que casos e com que condições o acesso e controlo da informação é permitido. Provavelmente, serão necessárias regras internacionais sobre esta matéria, porque a Internet é um fenómeno global e só regulável eficazmente a nível global, concertadamente. E, principalmente, será decisivo implementar-se uma regulação forte e eficaz, conhecedora do fenómeno da Internet, com meios para prevenir e aplicar sanções dissuasivas de atuações ilegais.



Maria Potes Barbas - Investigadora do CIDTFF da UA no âmbito da Tecnologia Educativa; Professora Coordenadora Principal na Escola Superior de Educação de Santarém; Doutora na especialidade de Comunicação Educacional Multimédia pela Universidade Aberta; Pós-doutorada em Tecnologia Educativa na UA.

As TIC não têm a mesma visibilidade em toda a sociedade portuguesa e um estudo recente da Marktest sustenta esta minha afirmação inicial ao referir que 37,5% da população ainda não utiliza a Internet. Portanto creio que há ainda um grande trabalho por fazer no sentido da inclusão das literacias digitais, mas para integrar toda a população e acho que isso que se deseja, creio que há muita coisa que tem que ser feita não só em formato digital mas também e ainda em formato presencial e fico feliz pela criação e implementação de projetos com vista à criação de redes de coordenadores TIC à escala nacional, que têm por objetivo desenvolver outros projetos mais descentralizados para levar junto de toda a gente, dos mais jovens aos mais idosos, a inclusão do digital no seu quotidiano. Temos inclusivamente na primeira linha do nosso interesse e preocupação a criação e desenvolvimento de um aplicativo agregado ao telemóvel, que permita um estabelecimento mais fácil de comunicações entre a população idosa e os seus familiares, mas outras ideias estão na linha deste projeto de aproximação das TIC aos até agora mais excluídos, através do lançamento de tutoriais simples, que vão do simples “como é que eu posso fazer compras pela Internet?” ou “como comprar um bilhete de comboio sem ir à estação?” O grande desafio é conseguir que a rede “TIC e Sociedade” possa estar desmultiplicada e próxima da sociedade e uma ideia de princípio poderia passar pela realização de *workshops* descentralizados em cada distrito.

Diria que uma das condições para que a tecnologia seja disponibilizada por todo o cidadão, nasce quando o instrumento é construído de forma inclusiva o que significa que os construtores do digital deverão, ou deveriam, ter uma visão aprofundada no sentido da acessibilidade. Sabendo nós que nem toda a população possui o mesmo índice de aprendizagem, alguns até com necessidades educativas especiais, cria-se aí logo um primeiro problema ao nível da acessibilidade, para logo surgir outro pois entendo que deveria ser equacionada uma diversidade de formatos para chegar a todo o cidadão pois

como já referi ainda há espaço e de relevância para a componente presencial, respeitando, de alguma forma, alguns perfis dos aprendentes.

A Internet é um espaço por excelência para promover a aproximação dos cidadãos ao poder político, mas dependerá muito do processo comunicativo. O vocabulário utilizado nas redes pode ser convidativo mas também poderá ser expulsivo. Daí que toda a área política deve ponderar muito bem a forma como transmite ou quer transmitir a mensagem de forma a que todo o cidadão o possa entender, pois nem todos temos os mesmo nível de literacia.

Eu como cibernauta de alma e coração, tenho de confessar que cada vez leio menos o jornal no formato tradicional, recorrendo muito ao que está *online* em detrimento do que está em formato de papel, mas as redes sociais tendem ao mesmo tempo a ser um substituto dessa forma clássica, embora nunca na totalidade. Aliás, uma das coisas que nos preocupa na área da educação é que nem todos gostamos da mesma coisa e ainda bem. Na minha opinião o formato digital será o futuro na comunicação e as redes sociais serão um bom exemplo, mas continuará a haver espaço para os media tradicionais e não fosse assim a rádio já teria sido extinta o que não aconteceu nem se prevê que venha a acontecer.

Estou cem por cento de acordo com a afirmação de que a presença dos movimentos sociais na Internet constitui uma mais-valia par a democracia e verificamos que num passado recente os apelos dirigidos aos cidadãos por parte desses movimentos cívicos constituíram um eficaz meio de mobilização da sociedade em formato real, O que me parece menos adequado nomeadamente na área política é o abandalhamento do discurso desses mesmos políticos, revelando uma presença permanente de conflito, que decerto não gostariam de experimentar caso tivesse origem na sociedade civil. Acredito mesmo que políticos até agora com credibilidade, a possam vir a perder pela forma inadequada ao nível comunicativo, quer por desgaste do discurso, quer pela inadequação verbal do mesmo.

Desde que os valores democráticos de um povo ou de um país não sejam colocados em causa não me escandaliza que os Estados retirem proveito dos recursos instalados, que ainda assim, deveriam servir o povo em primeira instância.

Temos sido confrontados nos últimos tempos com situações de afronta à nossa privacidade por parte de poderes ocultos em Estados ditos democráticos, o que muito me preocupa, sabendo que a espionagem não se limita à oralidade, estendendo-se à própria escrita. Acredito que a globalização tem duas faces, uma apetecível e outra claramente perigosa.



Sérgio Ribeiro - Ex-Deputado do PCP na Assembleia da República; Ex-Eurodeputado do Grupo EUE/Esquerda Nórdica Verde, no Parlamento Europeu; Economista.

Não diria que existe uma democratização das ferramentas da Web 2.0 mas sim um acesso massificado. São conceitos diferentes. Assim, acrescentava que o acesso massificado (mas não universal...) a quaisquer ferramentas – domínio do ser humano sobre a natureza que o rodeia e de que é parte – reflete-se ou não no bem-estar individual e coletivo dependentemente do tipo de relações sociais prevalentes

Os Estados, como nação politicamente organizada, e os governos, como executivos inscritos na organização do Estado, aproveitarão esse potencial ao serviço dos estratos (melhor diria, classes sociais) dominantes, condicionados, no entanto, pela correlação de forças sociais, isto é, pela parte do poder conquistado ou preservado pelos estratos/classes não-dominantes (escravizados, explorados, controlados ou dominados).

As ferramentas participativas oferecidas pela Web 2.0 podem ser parte da solução para as dificuldades vividas pelas pessoas e pelas famílias como podem ser parte do seu contrário, ou seja, podem ver agravadas as dificuldades vividas pelas pessoas e pelas famílias.

A predisposição do poder político para abrir o processo governativo à sociedade civil só ocorrerá se os governos, como executivos dos Estados, no poder central como nos poderes descentralizados, se forem obrigados pela correlação de forças a tê-la privilegiando a democracia participativa e não a transformando em mero ornamento de uma democracia representativa. (A propósito, Marx tem textos muito claros sobre o propositadamente confuso conceito de sociedade civil)

Se se entende por “quarto poder” a também chamada “comunicação social”, e desta se excluírem as redes sociais, parece-me evidente que ela perdeu muita influência. No entanto, sou mais abrangente pelo que considero que as “redes

sociais”, em muito aspetos se devem integrar no conceito de “comunicação social”.

As “redes sociais” não são, na minha opinião, uma maioria-anónima; serão uma minoria muito ativa e mobilizadora, fazedora de opinião e/ou veiculadora de “opinião feita” ou a formatar; ainda sublinharia a ideia de que as “redes sociais” poderão ser, em si mesmas, muito diversificadas, entre os extremos da utilização como instrumentos pedagógicos, veículos de (in)formação e de tomada de consciência e da utilização como “espuma dos dias”, veículos de (de)formação e de analfabetismo político (no sentido nobre deste conceito). Nesta perspetiva, colocá-las-ia no mesmo plano do voto como exclusivo e genuíno instrumento da política e dos “*media*” como aparelho ideológico.

Somos o que conhecemos e o que conhecemos é o que nos é dado a conhecer mais o que descobrimos ao informarmo-nos. Além disso, acrescento a reserva de que o “domínio do mundo” não é, e nunca será, absoluto e eterno.

**AMNISTIA
INTERNACIONAL**



PORTUGAL

Eduardo Martins – Dirigente da Secção Portuguesa da AI (Amnistia Internacional)

A participação eletrónica é o natural prolongamento/extensão das formas tradicionais de participação. No caso da Amnistia e do seu tipo de trabalho e do tipo de organização (não governamental sem fins lucrativos) é também uma forma de chegar a mais pessoas, em locais onde não existem estruturas fazendo aumentar a comunidade de ativistas e polos a trabalhar sobre os direitos humanos.

A Web 2.0 trouxe a capacidade de disponibilizar mais informação sobre a situação de direitos humanos no mundo, de forma mais rápida e respondendo às situações e crises de direitos humanos que eclodem. Também permite de forma mais ampla difundir as preocupações e envolver os internautas na essência do nosso trabalho que é a assinatura de petições/apelos por pessoas em perigo.

Como em tudo é preciso encontrar um meio-termo. Embora o uso de computador/Internet esteja em crescendo acelerado, ainda não é democrático. Por isso é fundamental manter as formas “presenciais” de participação. Por outro lado, os estímulos a que os internautas estão sujeitos diariamente, que por parte de empresas, que por parte de organizações, pode prejudicar a capacidade de intervenção.

O facto de se conseguir chegar a regiões do país onde não existem estrutura da organização faz como que um universo maior de pessoas tome contacto connosco, do que aconteceria se tivéssemos que agendar uma ação de sensibilização para determinada região. Podemos continuar a fazer ações de sensibilização presencialmente, mas convocamos por Facebook, por exemplo.

A primeira coisa que se faz quando nos falam de uma organização que não conhecemos é procurá-la na Internet. Por isso, diria que é fundamental ter uma página para funcionar como “montra” do que a organização faz. O passo a seguir é ir procurar as pessoas onde elas andam e polas a interagir connosco e assim nascem as páginas de Facebook, Twitter, *Youtube* e os blogues. Umas

ferramentas não se sobrepõem às outras, antes complementam-se. Porém, como já foi referido, nenhuma das ferramentas (ou todas) podem fazer substituir a forma tradicional de participação.

Estar na rede mais do que uma vantagem é uma necessidade. Não esquecer que o simples facto de estar na rede não quer dizer que se exista, daí não poder haver fórmulas radicais de encarar a Internet.

João Nazário – Diretor do semanário “Jornal de Leiria”

Naturalmente que a participação eletrónica pode ser hoje vista como um veículo prioritário no sentido da difusão e discussão de temas que interessam objetivamente aos cidadãos de uma comunidade, cidade ou grupos de interesses comuns não apenas por chegar a um público alargado e diversificado, como pela facilidade de acesso e participação. A Internet é assim um ótimo veículo para atingir esses objetivos.

Esta era digital democratizou e alargou exponencialmente o espaço disponível para comunicar, que anteriormente estava condicionado pelo que os órgãos de comunicação social tradicionais disponibilizavam. Por outro lado, tem um potencial de difusão enorme, bem evidente pelo número de pessoas presente nas redes sociais. Ou seja, a Internet veio criar espaço para que todos possam tornar públicas as suas opiniões, o que antes estava reservado a uma elite.

A participação dos cidadãos nas redes sociais poder-se-á entender, como uma capacitação dos sujeitos para a intervenção e a mobilização cívicas, face às fórmulas participativas tradicionais pois as redes sociais aumentaram o poder de intervenção individual. No entanto, boa parte das pessoas que utilizam as redes sociais fazem-no por voyeurismo e partilham apenas assuntos sem grande relevância e interesse. As redes sociais, bem como muitos blogues, são, aliás, terreno fértil em calúnias, mentiras, ofensas e informação pouco rigorosa. Ou seja, não tem ainda a credibilidade dos órgãos de comunicação social que são obrigados a guiar a sua atividade por princípios escrutinados por uma entidade reguladora e por um código deontológico, pelo que entendo que a comunicação social tradicional continua a ter um papel determinante em qualquer país democrático.

Não posso falar do que não conheço com rigor, como é o caso dos resultados alcançados por organizações com presença cívica ativa na Internet, no entanto, parece-me que isso corresponde à verdade. Ou seja, a Internet, pelas suas características, poderá ter possibilitado a concretização de objetivos que seriam difíceis de atingir de outro modo, nomeadamente por parte de organizações com menos meios.

O Jornal de Leiria tem um sítio *online* e presença no facebook, estando num processo de modernização do primeiro e as razões dessas presença prendem-se com o alcance de público que esse meio permite, com a interação com os leitores, com a possibilidade de, sendo um jornal semanário, ter algo para oferecer diariamente e pela visibilidade que essas plataformas possuem. Por

outro lado, estando os nossos concorrentes presentes, não poderíamos deixar de estar.



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Sara Campos - Gabinete de comunicação externa da Quercus

Sem dúvida que a participação e interação eletrónica é atualmente um veículo prioritário, incontornável até, para motivar e envolver os cidadãos nos mais diversos temas. Isso é visível no trabalho da Quercus, que frequentemente recorre a ferramentas como petições *online*, campanhas de angariação de fundos, difusão de newsletters periódicas, apelo à participação cívica através de mailing de voluntariado, inscrição em atividades através de formulários eletrónicos, etc. As próprias redes sociais, e a dinamização de conteúdos nas mesmas, são fundamentais para que se consiga chegar ao público-alvo e levá-lo a consultar o nosso perfil, o nosso *site*, etc.

Julgamos que a democratização da Internet e a sua evolução até aos modelos atuais, com todas as plataformas que disponibiliza, obrigou as organizações a desenvolver estratégias de comunicação que funcionassem nesses meios, com linguagem mais simples, direta, apelativa. Obrigou a uma modernização também dessa comunicação. Ao mesmo tempo, funcionou como um trampolim para atingir diferentes públicos-alvo e, no nosso caso, expandir as mensagens de sensibilização ambiental, tornando-as mais próximas das pessoas. Desde as camadas mais jovens, ao cidadão não especializado ou ligado a qualquer área ambiental, a Web 2.0 e todas as ferramentas que disponibiliza tornou possível elevar a comunicação ambiental a um outro nível mais abrangente. A própria angariação de voluntários para participação nas nossas causas ambientais denota essa diversificação de públicos - jovens, adultos, com formação académica diversa - inscrevem-se diretamente na nossa página. Ou seja, por outro lado, o cidadão envolve-se de forma mais intuitiva através da Internet, seja assinando uma petição, dando um donativo ou partilhando um *post* no Facebook. Poderá também estar relacionado, para além do modo imediato, com a privacidade que esse tipo de participação mais virtual possibilita, mas julgo que o envolvimento é estimulado a vários níveis, podendo até resultar em colaborações mais permanentes.

Não há dúvida de que as redes sociais permitem, à partida, uma mobilização mais massiva e integrada num imaginário coletivo que pode muitas vezes impulsionar uma maior participação cívica. No entanto, as chamadas 'fórmulas' tradicionais de participação (alguns exemplos: presença física numa manifestação, numa ação de plantação, num *flashmob*, ou até realização de

tarefas esporádicas) continuam vivas e são muito importantes. Na Quercus, o trabalho voluntário tem aliás um papel basilar e aqui falamos não do voluntariado esporádico, mas de colaboradores permanentes, dirigentes, etc, que dão o seu tempo e conhecimento em prol da Associação, conciliando com demais atividades profissionais ou académicas. A própria comunicação local entre as estruturas regionais e a sua base de contactos tem revelado uma capacidade de reunir voluntários para as mais diversas ocasiões. Diria que o cenário ideal é saber conciliar as duas coisas - o tradicional e o virtual - tirando o máximo partido das suas vantagens específicas.

A presença na Internet é hoje um complemento inevitável à concretização de um projeto e para que se consiga o efeito multiplicador associado à divulgação do mesmo. Em qualquer relatório de final de projeto, existe uma rubrica cada vez mais pormenorizada na qual devem ser detalhados e provados os esforços de divulgação daquele projeto, estimada a audiência, descritos os meios de comunicação, etc. Um fenómeno crescente é a presença nas redes sociais, a par da existência de um sítio específico onde é documentada a evolução do projeto. Como tal, será difícil de imaginar - quase impensável - uma organização focada no envolvimento cívico que esteja fora da Internet. Há uns meses, numa palestra para uma turma universitária sobre a Quercus em geral, com vista à realização de trabalhos académicos sobre um projeto nosso à escolha, a pergunta não foi 'qual o vosso telefone', nem 'qual o vosso site', mas sim 'qual a vossa página no Facebook e Twitter'. Penso que isto exemplifica o quão imperativo é hoje ter presença na Internet e, dentro dela, nas várias plataformas. É também um bom exemplo de conjugação das fórmulas participativas tradicionais com uma potencial participação mais 'vanguardista'.

A Quercus dispõe de um sítio oficial (www.quercus.pt, que foi renovado há 1 ano); dispõe de uma página para conteúdos multimédia 'Quercus TV', a ser finalizada

(www.quercustv.pt), de uma página no Facebook (<https://www.facebook.com/QuercusANCN>) e no Twitter (<https://www.facebook.com/QuercusANCN>).

A Quercus tem sítio oficial pelo menos desde 1999 (teria de confirmar melhor a data para ter a certeza se não foi antes). Desde então já foram feitas 2 remodelações, a primeira em 2004 e a segunda foi esta mais recente. Tanto o último como o atual têm uma loja *online*, que foi agora também renovada. O Facebook e o Twitter foram criados no início de 2010.

A cada vez maior necessidade de envolver os cidadãos, o aumento do número de projetos e parcerias com entidades externas, e também a crescente presença mediática, quer através de rubricas próprias, quer na atualidade noticiosa, justificaram a crescente aposta na Internet como meio de divulgação.



Sérgio Faria - Sociólogo e investigador no ISCTE, Editor do Blogue O Castelo

A «participação eletrónica» assume importância diferente consoante as «organizações cívicas», os cidadãos e o que se considere «participação eletrónica».

Considerando, por exemplo, as «organizações cívicas» como as instituições particulares de solidariedade social com ancoragem e raio de ação ou intervenção mais local, assentes sobretudo em relacionamentos de proximidade e com frequência diária ou quase diária, e dirigidas a crianças e idosos, a «participação eletrónica» tenderá a assumir uma importância reduzida, senão nula. O mesmo sucede, por exemplo, com os cidadãos pertencentes a segmentos sociais com índice de escolaridade menor, nível de rendimento mais baixo, idade mais avançada, por tenderem a estarem menos envolvidos e menos dispostos a acompanhar ou a participar nos assuntos comuns ou públicos, inclusive através das vias convencionais. Isto não significa que todas as «organizações cívicas» e todos os cidadãos dos tipos apontados desconsiderem a «participação eletrónica».

Não custa admitir casos com um dos perfis mencionados que se afastam das tendências apontadas. Assim como não custa admitir uma realidade mais híbrida, em que, por exemplo, numa família «pobre», filhos colaborem com pais ou netos colaborem com avós no sentido daqueles, os mais novos, sensibilizarem estes, os mais velhos, para o *brave new world* das tecnologias de informação e comunicação e o uso que pode ser feito delas, por efeito do contacto com a realidade 2.0 e da aprendizagem em contexto escolar dos indivíduos das gerações mais novas. Se é facto que as desigualdades sociais tendem a ter expressão na disposição a participar e no modo como se participa, também é facto que, por efeito do acesso facilitado e alargado crescentemente às tecnologias referidas, o efeito daquelas desigualdades pode - convém frisar bastante a condição estrita de potência desta hipótese - ser esbatido. Pelo que importa não negligenciar o impacto das desigualdades sociais sobre a disposição a participar civicamente seja sob que forma for, que é em grande medida o impacto sobre a distribuição das capacidades e das oportunidades que condicionam e afetam tal participação.

Para realidades distintas das referidas antes, como, por exemplo, as «organizações cívicas» cuja base e raio de ação ou intervenção é de dimensão nacional ou supra-nacional tenderá a ser mais importante ou mesmo vital. É que

seja por adaptação, seja desde a origem, a matriz de muitas destas «organizações cívicas» assenta justamente tanto na capacidade quanto nas oportunidades proporcionadas pela «participação eletrónica», que aumenta a velocidade e a facilidade de comunicação, a acessibilidade à informação, permitindo uma gestão pessoal mas integrada, no sentido de partilhada, do que está disponível através das TIC. Posto isto, poderá afirmar-se que, partindo do princípio de que o envolvimento e a implicação no âmbito da coisa pública são fatores fundamentais da democracia, portanto do exercício da cidadania, a participação eletrónica assume a importância de uma forma nova de participação cívica. Que tenderá a ser tão mais valorizada e usada quão os cidadãos disponham de orientações, atitudes e recursos que estimulem e proporcionem o seu uso.

Provavelmente a Web 2.0 não trouxe grande novidade às organizações e ao exercício da cidadania. Os valores e os princípios de orientação da generalidade das «organizações» são os mesmos. No contexto da ordem democrática, a lógica do exercício cívico mantém-se, assentando na complementaridade e na tensão entre representação e participação. Neste sentido, o que a Web 2.0 proporcionou foi uma modalidade inédita de envolvimento na coisa pública e de participação cívica. Criou oportunidades de expressão e participação que não existiam, permitiu a densificação do debate público, possibilitou contornar parte do efeito de seleção do temas a abordar no espaço público ou dos porta-vozes com intervenção regular ou frequente nesse mesmo espaço público. Como é óbvio, tudo isto teve impacto nos modos de funcionamento e comunicação das «organizações». O que não significa que tais modos se tenham alterado súbita e totalmente. Houve, sim, uma adaptação às novas condições, processo que ainda está a decorrer e que, pela própria característica da Web, é um processo *on going*, não encerrado. Em algumas «organizações» a adaptação referida terá sido mais assumida e rápida do que em outras. O objeto das «organizações» explicará em grande medida as diferenças neste plano

Se, em termos genéricos, impulsionou a abertura e a transparência de muitas «organizações» e alargou o mapa de hipóteses de vigilância e ação cívica, a Web 2.0 também criou ou aumentou riscos. Dos mais significativos é o acesso e controlo crescentes de informação sobre as pessoas. Dados que antes eram difusos ou de conhecimento estritamente local ou pessoal, atualmente tendem a estar acessíveis de modo concentrado e concertado, portanto facilitado, para diversas entidades. O que, através da compressão potencial dos espaços de intimidade e de liberdade, permite uma aproximação a distopias como a romanceada, por exemplo, por George Orwell, em 1984. Outro fator que merece menção é a ilusão de, como que por um efeito mágico, as tic terem aumentado inexoravelmente a influência dos cidadãos sobre os decisores políticos. Neste caso o problema não é apenas a ilusão dos cidadãos, e a consequente desilusão que lhe tende a suceder, é também a hipótese de, em razão da inflação artificial da capacidade cívica, as instituições se desresponsabilizarem ou passarem a sobre-responsabilizar os cidadãos por problemas ou resultados negativos

decorrentes da ação de tais instituições, apesar da impotência daqueles cidadãos.

O que sucedeu foi que a «participação eletrónica» passou a permitir outra forma de realização de algumas modalidades de participação cívica - como, por exemplo, a proposição ou a subscrição de petições -, assim como passou a complementar as restantes modalidades convencionais de participação e de comunicação. É que, apesar do que as TIC permitem, há formas convencionais que continuam a ser centrais e cruciais para o processo democrático, como, por exemplo, o exercício de voto.

Sobre o caso estrito do *castelo*. Há os dados de tráfego, que aferem a audiência do blogue, que, atendendo à dimensão de Ourém, pode considerar-se significativa. Como é óbvio essa audiência tem variações, oscilando em função da animação do blogue, dos assuntos abordados e dos períodos ou momentos. Quando o ritmo de publicações no blogue é mais intenso - e menos intermitente -, a audiência aumenta. Quando os assuntos são mais «quentes» ou a abordagem aos assuntos é distinta das abordagens menos incisivas, apresentando uma perspetiva diferente ou informação que não estava a ser considerada publicamente, a audiência aumenta. Em períodos ou momentos de atenção e debate maiores sobre matérias de interesse ou relevância local, a audiência do blogue aumenta. Quanto a este último caso, a possibilidade de os leitores do *castelo* poderem comentar *posts* tende a contribuir para um aumento da audiência diária repetida, em razão de os leitores quererem acompanhar o debate travado por essa via. Neste caso, aumenta a audiência sobretudo de visitas diárias repetidas.

Outro dado objetivo, não mensurável em escala, mas observável em qualidade, são as consequências visíveis no espaço público. A atenção, a sensibilidade ou a reação ao que é publicado nos blogues por parte das «entidades» e «individualidades» locais tornou-se evidente. A própria imprensa local passou a reproduzir conteúdos publicados em blogues ou a focar a atenção em assuntos ou casos considerados originalmente naqueles conteúdos. No fundamental, verifica-se que, com a proliferação de blogues, primeiro, e da utilização crescente do facebook, mais recentemente, é evidente a repercussão do que aí é publicado na definição da agenda, assim como do conteúdo e da forma de comunicação das «entidades» e «individualidades» que marcam presença mais assídua no espaço público local.

Parto do princípio estrito de que «estar na rede» significa usar com frequência as TIC. Neste sentido, antes de mais, tal opção é condicionada pela possibilidade de «estar na rede», ou seja, pela existência da «rede» onde se possa estar. Num outro plano analítico, essa opção é condicionada pelas capacidades e oportunidade de «estar na rede». Ambas dependem em grande medida da acessibilidade às TIC e da competência, assim como da sensação de competência, para as usar, o que, mais uma vez, implica considerar o efeito das desigualdades sociais e o modo como tal efeito se manifesta em relação ao «estar na rede», fazendo com que uns estejam mais, outros menos e outros

ainda não estejam, fazendo com que uns estejam em posição mais destacada (central ou superior) e outros em posição menos destacada (periférica ou inferior), fazendo com que uns estejam com frequência maior e outros com frequência menor.

Como tudo, «estar na rede» é vantagem consoante os interesses subjacentes a «estar na rede», o que significa que depende do modo de «estar na rede» e dos objetivos prosseguidos com o «estar na rede». Um exemplo. Para quem busque informação e pretenda esclarecer-se, «estar na rede» é uma vantagem se se conseguir encontrar fontes credíveis e apurar as explicações que se procuram, não é vantagem se se não conseguir isso. O mesmo é válido para a situação simétrica. Para quem quiser perturbar, intrigar, inventar dados ou narrativas, distorcer informação, caluniar, enfim, produzir ruído ou comportar-se como um *troll-e*, é uma vantagem se conseguir atingir os fins pretendidos, não é uma vantagem se não conseguir isso.

Neste sentido, numa apreciação global, e perspetivando a matéria sob a perspetiva estrita das estrutura e cultura da democracia e das lógicas e dinâmicas da participação cívica - que suspeito ser um dos fitos fundamentais subjacente às perguntas colocadas neste questionário -, pode considerar-se que «estar na rede» é uma vantagem. Não é uma vantagem para todos, mas é uma vantagem para muitos. Note-se ainda que, sendo vantagem em muitas circunstâncias, «estar na rede» não é necessariamente e sempre uma vantagem. Mas, como qualquer forma de envolvimento cívico e de participação política, mesmo quando não é vantagem de facto, «estar na rede» não deixa de ser uma vantagem em potência, nomeadamente pelos custos baixos de oportunidade que tem para muitos e pelo retorno virtuoso que pode propiciar, seja a quem decidiu «estar na rede», seja às instituições, à arquitetura e ao funcionamento delas, no quadro da ordem democrática.

No caso do *castelo*, a opção por «estar na rede» foi sobretudo uma opção de cidadania, de vontade de participar na discussão pública de assuntos de interesse local ou comum. Teve a vantagem de permitir expor publicamente os desabafos, as reflexões, as análises, as posições e tomadas de posição de pessoas sem necessidade de sujeição ao filtro editorial ou outro da imprensa local, usando uma plataforma que permitia a autoedição e a publicação de conteúdos sem depender da frequência demorada - semanal ou quinzenal - de publicação dos títulos da tal imprensa local.

Em termos acumulados, «estar na rede» através do *castelo* teve ainda a vantagem de alterar a ecologia política local, com dois contributos complementares que se justifica destacar, para a dessacralização dos «poderes» e das «instituições» locais, por um lado, e para o aumento da responsabilização e da consciência dos munícipes sobre as questões de interesse comum.



Valter Ferreira - membro da equipa gestora do Portal “Lisboa Participa”

A nossa preocupação, há cinco ou seis anos atrás, foi criar uma comunidade, coisa que não se consegue por *sms*, tendo conseguido atingir 50.000 registados, o que representa cerca de 10% da população de Lisboa.

Partindo de uma experiência participativa através de RSF, ou seja, por via postal, que não foi de todo dececionante, partimos para um desafio por via eletrónica ao nível do orçamento participativo e tenho a convicção, com um grau de certeza muito grande, que Lisboa já não vive sem um orçamento participativo. Há dois ou três anos atrás verificámos que existia uma grande variedade de propostas em áreas muito diversificadas e nomeadamente na área do PDM o que levou à criação do Portal da Participação, possibilitando um determinado número e tipo de propostas e verificou-se existir por parte da população um grande interesse em utilizar aquele portal e os 50.000 mil registados desde 2009 reflete bem o interesse que a iniciativa tem tido.

Estando na rede, as pessoas dispõem de um escrutínio direto, de uma transparência diferente, tendo um acesso muito mais imediato aos programas e aos processos, embora tendo presente que dispomos de cobertura de apenas cerca de 60% dos lares, facto que não podemos esquecer. Refiro a propósito um exemplo de participação que surpreendeu: quando ocorreu o processo de reorganização das freguesias no município de Lisboa em princípios de 2011: nós tínhamos um sítio e ainda não existia o “Lisboa Participa”, tendo enviado cerca de 350.000 RSF para os domicílios das pessoas e registámos um retorno de cerca de 10.000 o que é pouco, mesmo muito pouco, e o curioso é que muitas respostas recebidas se referiam ao facto de não existir um sítio eletrónico onde as pessoas pudessem responder online, sítio esse que existia mas que servia basicamente para apenas cumprir os serviços mínimos, digamos assim e a exemplo do que acontecia por toda a Europa não era muito estimulante para conduzir à participação, o que comparado com a prática dos Estados Unidos, da China ou da África do Sul revela que estes países estão muito mais abertos à participação do que nós.

A interação em tempo real foi o grande benefício que a Web 2.0 trouxe às sociedades e aos cidadãos individualmente. Partimos da disponibilização da informação para a interação, onde todo o processo tem que ser muito rápido sob pena do utilizador já não voltar pois já não está em causa disponibilizar um repositório, mas sim apresentar coisas novas, interativas e apelativas à participação.

Não acredito que as fórmulas de comunicação clássicas tenham caído absolutamente em desuso e inclusivamente se fosse desenvolvido um novo processo de consulta por RSF (dependendo da temática) provavelmente o resultado poderia não ser muito diferente do anterior, mas o que também é verdade é que as pessoas já se habituaram ao portal “Lisboa Participa” e neste momento interessa-nos estudar o efeito prático desta marca, extrapolando os dados de que dispomos que a experiência nos diz serem fiáveis, mas não dispomos de elementos seguros que o confirmem em absoluto.

Quanto aos *media* tradicionais eles ainda têm uma grande palavra a dizer em contexto comunicacional, pois ainda existe uma franja muito significativa da população que não acredita na virtualização e a Web 2.0 por só não tem a capacidade para alterar essa leitura. Aliás nesse contexto a Câmara de Lisboa dispõe de um autocarro, que quando dispomos de verba para o efeito é decorado com publicidade ao “Lisboa Participa” colocando-o em locais estratégicos onde sabemos que a participação eletrónica não será muito efetiva, convidando a população a participar a partir do mesmo, contando com a ajuda de técnicos especializados para essa sensibilização e utilizando os recursos disponíveis, apoiamos as pessoas nesses processos participativos.

Estar na rede é claramente uma vantagem, mas nunca deveremos esquecer o potencial dos *media* tradicionais e veja-se o caso de quem vai no carro e tem por companhia uma estação de rádio, ou a pessoa que vai comprar o jornal em versão de papel sabendo-se que também os jornais dispõem de recursos tecnológicos que os colocam online numa real competição entre si, mesmo a nível internacional. Tão simples como eu ter o *Wall Street Journal* no meu telemóvel. Uma das questões que se colocam à participação está no facto de no meio de tanta informação como é que eu levo as pessoas a participar em determinado portal criado no seu interesse. O que é diferente da existência de sítios institucionais criados para facultar informação mais genérica para o público de uma comunidade. As pessoas precisam claramente de fatores de interação, ao contrário do que é oferecido por meios como os *outdoors*, aos quais não é dada atenção independentemente do seu mérito apelativo.

Mesmo os municípios mais pequenos se apostarem numa perspetiva da participação, mesmo ao nível do orçamento participativo, verificarão que existe uma vontade de mudar os hábitos e os próprios movimentos cívicos e os cidadãos individuais têm consciência disso mesmo. Agora não poderemos garantir é que os números que venham a apurar se possam considerar suficientes ao nível da expressão da vontade de participar das populações. Mas de uma coisa não temos dúvidas, estar fora da rede é claramente uma desvantagem. É estar fora de qualquer radar, é ser ultrapassado pela rede.

ANEXO 2

Cronologia de alguns processos inovadores no setor das TIC à escala global e de ações governamentais desenvolvidas em Portugal no contexto da Sociedade da Informação, no período compreendido entre 1991 e 2012 (compilação realizada pela UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP)

1991

- ✓ Apresentação do 1º Web browser, o World Wide Web (mais tarde chamado Nexus), pelo seu autor Tim Berners-Lee, no CERN – Organização Europeia para a Investigação Nuclear.
- ✓ A FCCN – Fundação de Cálculo Científico Nacional, criada em 1987, inicia o registo de domínios (.pt).
- ✓ O PUUG – Portuguese Unix Users Group lança um serviço de “gateway” de correio eletrónico (via UUCP ou TCP/IP sobre X.25).
- ✓ A Brisa introduz o sistema eletrónico para pagamento automático de portagens Via Verde na área de Lisboa.
- ✓ O MULTIBANCO ultrapassa 3 milhões de cartões de acesso a ATMs e 200 milhões de operações.
- ✓ Lançamento formal, pelo secretariado para a Modernização Administrativa, do projeto INFOCID – Sistema Interdepartamental de Informação ao Cidadão, com o objetivo de ser um balcão virtual único para contacto de cidadãos com a Administração Pública. O serviço começou por ser disponibilizado em 1993 em videotex, passou depois para quiosques multimedia em locais públicos, para em 1995 passar a estar acessível pela Internet.

1992

- ✓ Início do desenvolvimento do sistema de informação CETbase sobre teatro em Portugal, que no final de 2007 contava com mais de 12.800 espetáculos, 9.000 textos e 34.300 pessoas, no Centro de Estudos de Teatro, uma unidade de investigação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa financiada pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- ✓ Instalação de uma rede experimental de Banda Larga, em fibra ótica, em Mangualde com três centros telecomunitários de serviços, envolvendo a distribuição de TV, telefonia, vídeo-conferência e serviços telemáticos de saúde, administração pública, cursos e jogos educativos.
- ✓ O primeiro servidor WWW em Portugal é posto em funcionamento no LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

1993

- ✓ Lançamento do Mosaic 1.0, o 1º Web *browser* que integrou figuras e texto, desenvolvido por Marc Andreessen e Eric Bina no National Center for Supercomputing Applications (NCSA) da University of Illinois at Urbana-Champaign. Em Janeiro de 1994 o Mosaic 1.0 viria a deter 97% do mercado de *browsers*.
- ✓ O WorldWideWeb/Nexus foi posto em domínio público pelo CERN, tornando-se *software* livre.

1994

- ✓ Desenvolvimento e operação experimental do BBSRia (Bulletin Board System Ria), um conjunto de Fóruns baseado em tecnologia WWW com uma versão Beta do protocolo http, cedida pelo CERN, envolvendo cerca de 40 entidades: as Universidades de Aveiro e do Minho, o CET – Centro de Estudos de Telecomunicações, escolas, empresas, hotéis, administração pública, outras instituições públicas e privadas, utilizadores residenciais, Este sistema funcionou até 1997.
- ✓ Criação da Yahoo! que veio a ter mais de 1,5 milhares de milhões de visitantes estimados para 2008, com 3,4 milhares de milhões de vistas de páginas por dia. No início de Agosto de 2008 era o 1º sítio do ranking de tráfego (vistas de páginas).
- ✓ Início do processo de privatização do *backbone* da Internet NSFNET constituído pela NSF – National Science Foundation, agência governamental financiadora de ciência nos EUA que criou e manteve este *backbone* desde 1986 ligando mais de 200 instituições do ensino superior, com a criação do vBNS– Very High Speed Backbone Service de alta velocidade (Internet2) para serviço de investigação e educação, a atribuição a entidades privadas da operação dos NAPs – Network Access Points para ligações entre a vBNS, redes federais e redes comerciais os quais tinham sido criados desde meados de 1993, a determinação de que as redes regionais de investigação e educação teriam de se passar a ligar através dos NAPs a partir de Outubro de 1994, transição que demorou mais seis meses, e decisão de que o VBNS seria o único serviço de *backbone* a manter pela NSF, o que se verificou a partir de Agosto de 1996.
- ✓ Realização no LNEC do colóquio "Portugal na Internet".
- ✓ Relatório Bangemann – Europe and the Global Information Society, sobre medidas específicas para serem consideradas pela Comunidade Europeia e pelos Estados Membros para as infraestruturas na esfera da

informação, preparado a pedido do Conselho Europeu na sua reunião em Bruxelas de Dezembro de 1993, para consideração na sua reunião de 24-25 de Junho em Corfu.

- ✓ Lançamento do Plano de Ação da União Europeia *Europe's Way to the Information Society*.
- ✓ Lançamento do serviço comercial de acesso pago à Internet pela Telepac (velocidade máxima: 9.600 bps).
- ✓ Lançamento do Web *browser* Mosaic Netscape 0.9 (depois chamado Netscape Navigator) pela companhia Mosaic Communications Corporation, fundada em 4 de Abril de 1994 por Marc Andreessen e Jim Clark e que em 14 de Novembro se passou a chamar Netscape, Em Abril de 1996 o Netscape Navigator, que se pretendia afirmar como um browser com desempenho independente do sistema operativo usado, viria a deter 89% do mercado de *browsers*.
- ✓ Criação do SAPO – Serviço de Apontadores Portugueses por uma equipa do Centro de Informática na Universidade de Aveiro. Em 1997 viria a ser a base da empresa Navegante fundada pelos criadores do SAPO, vendida em 1998 à empresa Saber&Lazer e em 1999 à PT Multimedia.
- ✓ Lançamento da 1ª versão na Web de uma publicação portuguesa - o "Blitz".
- ✓ Lançamento da 1ª emissão de rádio em direto pela Internet em Portugal, pela Rádio Comercial.
- ✓ Lançamento da 1ª edição do Público Online, da responsabilidade técnica da Faculdade de Ciências, Lisboa.

1995

- ✓ Início do funcionamento dos dois primeiros POP (pontos de acesso à Internet) da Telepac, em Lisboa e Porto (velocidade máxima de acesso 14 400 bps).
- ✓ Todas as portagens em Portugal passam a dispor da "Via Verde".
- ✓ Publicação do primeiro Wiki na Internet, o WikiWikiWeb criado por Ward Cunningham que também inventou a designação Wiki. Esta tecnologia de produção colaborativa de textos na Web teve um restrito número de utilizadores até ao aparecimento da Wikipedia em 2001 e à significativa adoção a partir desta data de Wikis em empresas como suporte de *software* colaborativo.
- ✓ A Telepac atinge 2.000 clientes do serviço de acesso à Internet.
- ✓ A Amazon.com, empresa de comércio eletrónico predominantemente de livros criada por Jeffrey Bezos, publica o seu sítio na Web. No final de 1999 viria a ter 17 milhões de clientes.
- ✓ O Jornal de Notícias torna-se no 1º diário nacional com versão Web.

- ✓ A Esotérica (com aproximadamente 400 clientes) começa a fornecer acesso à Internet.
- ✓ Entra em atividade o fornecedor de acesso à Internet IP Global, criado no seio do INESC – AITEC (posteriormente comprada pela Novis).
- ✓ Lançamento do Web *browser* Internet Explorer da Microsoft, na sequência de desenvolvimento com base em licenças do Mosaic adquiridas à Spyglass Mosaic, uma *spinoff* da University of Illinois at Urbana-Champaign criada para comercializar tecnologias do NCSA. Em Agosto de 2006, o Internet Explorer, já a comercializar a versão 3, viria a deter 96% do mercado de *browsers*.
- ✓ Disponibilização pela Internet do INFOCID – Sistema Interdepartamental de Informação ao Cidadão, que foi o 1º sistema em todo o mundo a integrar informações e serviços provenientes de mais de 50 organismos públicos, e que veio a ser continuado em 2004 pelo Portal do Cidadão.
- ✓ A Rádio Comercial torna-se a 1ª estação de rádio em Portugal com emissão em direto na Web.
- ✓ Criação na FCCN do Pix – Portuguese Internet Exchange, o 1º Exchange Point em Portugal, contando na altura com 4 parceiros: RCCN – Rede da Comunidade Científica Nacional, Telepac, EUnetPT e IP Global, estas duas últimas mais tarde inseridas na Novis Telecom.

1996

- ✓ Abertura dos primeiros portais de comércio eletrónico em Portugal: a CidadeVirtual da Telepac, o Shopping Center Virtual da Esotérica e o HiperVirtual da Consiste.
- ✓ Abertura do 1º CiberCafé em Portugal: o Cyber.Bica, no Chiado em Lisboa.
- ✓ Início do desenvolvimento de aplicações de telemedicina pelo INESC Aveiro, INESC Porto e CET baseadas em sistemas de diagnóstico remoto e trabalho cooperativo e na transmissão de exames ecográficos e ecocardiográficos em tempo real entre os serviços de pediatria dos hospitais Infante D. Pedro em Aveiro, Pediátrico de Coimbra, Santo André de Leiria e Maria Pia do Porto, e ainda da maternidade Júlio Dinis do Porto.
- ✓ Incumbência do Ministro da Ciência e da Tecnologia para promover um debate nacional para a preparação de um Livro Verde sobre a Sociedade da Informação e criação da Equipa de Missão para a Sociedade da Informação (Resolução do Conselho de Ministros nº 16/96, de 21 de Março).
- ✓ A FCCN passa a designar-se Fundação para a Computação Científica Nacional.
- ✓ 1º Fórum da Missão para a Sociedade da Informação na Penha Longa.

- ✓ Nomeação da equipa de Missão para a Sociedade da Informação (Resolução do Conselho de Ministros nº 37/96, de 4 de Julho).
- ✓ Lançamento do Programa Internet na Escola.
- ✓ 2º Fórum da Missão para a Sociedade da Informação na Penha Longa em 14 e 15 de Junho.

1997

- ✓ Criação da RCTS – Rede Ciência Tecnologia e Sociedade na FCCN – Fundação para a Computação Científica Nacional, como extensão da antiga Rede da Comunidade Científica Nacional (RCCN) e passando a assegurar além da ligação das instituições científicas e do ensino superior, a ligação das escolas do ensino básico e secundário, de bibliotecas públicas, museus e entidades de natureza associativa, cultural, científica e educativa, incluindo associações de e para apoiar a cidadãos com necessidades especiais. Esta expansão levou a que em 1999 estivessem incluídas na RCTS as cerca de 1.700 escolas do 5º ao 12º ano, 220 escolas do 1º ciclo da primeira fase de ligação de todas estas escolas que seria concluída no final de 2001, 250 bibliotecas públicas, 15 museus, e 80 ONG's de natureza associativa, cultural, científica e educativa.
- ✓ Criação da UARTE – Unidade de Apoio à Rede Telemática Educativa, com a missão de assegurar atividades mobilizadoras do uso da Internet nas escolas.
- ✓ Lançamento das primeiras iniciativas de *homebanking* portuguesas pelo Banco Português do Atlântico, o BCI, o Banco Nacional Ultramarino e o Barclays Bank.
- ✓ Publicação do Livro Verde para a Sociedade da Informação.
- ✓ Aumento da conectividade internacional da RCTS de 1 Mbps para 3 Mbps.
- ✓ Concretização da 1ª fase do Programa Internet na Escola, com 1.600 escolas ligadas à Internet em RDIS através de computadores multimédia (todas as escolas do 5º ao 12º anos).
- ✓ Realização da 1ª experiência-piloto de voto eletrónico em Portugal nas eleições autárquicas, na freguesia de S. Sebastião da Pedreira (Lisboa). Portugal foi, assim o 5º país europeu realizar uma experiência de voto eletrónico, depois de Holanda, Bélgica, França e Espanha, e o 9º mundial depois destes e de Estados Unidos da América, Canadá, Brasil e Filipinas.
- ✓ O termo “*Weblog*” é escrito pela primeira vez, por Jorn Barger, nos EUA.
- ✓ Aprovação de deduções fiscais no IRS na aquisição de computadores de uso pessoal, modems e placas RDIS (Lei do Orçamento do Estado para 1998).
- ✓ Disponibilização do 1º Instant Messenger, o ICQ (I Seek You) lançado pela empresa israelita Mirabilis, que veio a ser adquirida pela AOL em 1999. Mais tarde a Microsoft veio a disponibilizar o MSN Messenger,

Windows Messenger e Windows Live Messenger que veio a ser o sistema deste tipo mais utilizado, com mais de 230 milhões de utilizadores.

1998

- ✓ Abertura da 1ª livraria *online* portuguesa, a Mediabooks, da Texto Editora.
- ✓ Aumento da conectividade internacional da RCTS para 14 Mbps, quando era de 1 Mbps até Maio de 1997.
- ✓ Definição de medidas relativas ao não reconhecimento do ano 2000 por alguns sistemas informáticos e à concretização na Administração Pública dos objetivos enunciados no Livro Verde para a Sociedade da Informação (Resolução do Conselho de Ministros nº 16/98, de 2 de Fevereiro).
- ✓ Lançamento do Programa Cidades Digitais (1998-2000), gerido e financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com fundos da Intervenção Operacional e Telecomunicações, com localização no Alentejo, Aveiro, Bragança, Castelo Branco, Guarda, Marinha Grande e Vila Real e que ainda envolveu um projeto especial com minorias étnicas na periferia de Lisboa e em Setúbal.
- ✓ Entrega por correio eletrónico da Petição pela Acessibilidade da Internet Portuguesa à Assembleia da República, com cerca de 9.000 subscrições recolhidas através da Internet. Esta petição, promovida pelo Grupo Português pelas Iniciativas em Acessibilidade, foi a primeira a ser apresentada eletronicamente em Portugal e também a primeira que recolheu as subscrições pela Internet.
- ✓ Simplificação dos procedimentos de aquisição de bens e serviços de informática, necessários à transição para o ano 2000 (Decreto-Lei nº 58/98, de 17 de Março).
- ✓ Disponibilização pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia na Internet de bases de dados sobre as atividades que apoia (bolseiros, projetos de I&D, unidades de I&D, reuniões, publicações e sociedades científicas), organizadas de forma a constituírem uma plataforma de interligação da comunidade científica em rede, tornando-se a instituição financiadora de C&T mais avançada em todo o mundo na disponibilização deste tipo de plataformas.
- ✓ Determinação para as direções-gerais, serviços equiparados e institutos públicos disponibilizarem um endereço de correio eletrónico para contactos por parte dos cidadãos e de entidades públicas e privadas e o divulgarem, e para e a correspondência transmitida por via eletrónica ter o mesmo valor da suportada em papel (Resolução do Conselho de Ministros nº 60/98, de 6 de Maio).
- ✓ Início do Programa de Processamento Computacional da Língua Portuguesa, com o objetivo de incentivar a recuperação do atraso verificado na disponibilidade de ferramentas computacionais para o processamento do Português.

- ✓ Início do projeto Processamento Computacional do Português que, entre outras tarefas, envolveu a obtenção, organização e disponibilização pública na Internet de informação sobre os bolseiros, investigadores, projetos e unidades de investigação da área, assim como o acesso a instrumentos de processamento, e a preparação da criação de um centro distribuído de recursos para a língua portuguesa, a Linguateca, com início em Maio de 2000.
- ✓ Início de um projeto-piloto na FCCN para a transição para IPv6.
- ✓ Lançamento do processo de preparação do Livro Branco do Desenvolvimento Científico e Tecnológico Português (1999-2006) e abertura na Internet de um Fórum Permanente de Política de C&T. A FCT e o OCT promoveram em vários pontos do país, entre Fevereiro e Maio de 1999, cerca de 30 sessões de debate público que envolveram mais de 3.500 participantes, investigadores, dirigentes de unidades, representantes de empresas e de organismos públicos e privados. As contribuições obtidas foram utilizadas para preparar o Programa Operacional Ciência Tecnologia Inovação (POCTI) e o Programa Operacional Sociedade da Informação (POSI) que, depois de um processo de negociação por uma equipa portuguesa coordenada por Luís Magalhães, Presidente da FCT, vieram a ser aprovados em Julho de 2000 no âmbito do QCA III (2000-2006), com um financiamento total de 1,8 milhares de milhões de Euros.
- ✓ Criação da Iniciativa Nacional para o Comércio Eletrónico (Resolução do Conselho de Ministros nº 115/98, de 1 de Setembro).
- ✓ Lançamento do domínio Google.com pela Google Inc. criada uma semana antes. Em 2000 tornou-se leader do mercado de motores de procura e em Agosto de 2007 detinha mais de 50% desse mercado, seguida pela Yahoo com apenas 20%..
- ✓ Aprovação da lei de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 67/98, de 26 de Outubro).
- ✓ Criação da ICANN – Internet Corporation for Assigned Names and Numbers, como organização internacional de utilidade pública, sem fins lucrativos, com sede na Califórnia, EUA, dedicada a coordenar o sistema de atribuição de nomes na Internet, a manter a Internet segura, estável e interoperável, e a promover a concorrência no registo de nomes na Internet, gerindo o servidor raiz do DNS – Domain Identification System, anteriormente gerido pela IANA – Internet Assigned Numbers Authority, no âmbito do Departamento do Comércio do governo dos EUA.
- ✓ Previsão na Lei do Orçamento de Estado para 1999 de benefícios fiscais no IRS na aquisição de computadores e outro equipamento informático, benefícios que seriam também previstos nas leis do orçamento de Estado para 2000 e 2001.

- ✓ Lançamento do 1º jornal português exclusivamente publicado *online*, o Diário Digital
- ✓ 1ª reunião do GAC – Governmental Advisory Committee, em Singapura, constituído por representantes de Governos de Estados, autoridades públicas de economias de regiões do mundo e várias organizações intergovernamentais, como órgão de aconselhamento do ICANN com o objetivo de considerar perspetivas de políticas públicas nas atribuições do ICANN.
- ✓ Prorrogação do mandato da Equipa de Missão para a Sociedade da Informação e do respetivo Presidente (Resolução do Conselho de Ministros nº 41/99, de 6 de Abril).
- ✓ O termo “*blog*” é escrito pela primeira vez como verbo, por Peter Merholz.
- ✓ Aprovação das WCAG 1.0 – Web Content Accessibility Guidelines, version 1.0 pelo W3C – World Wide Web Consortium.
- ✓ Disponibilização do GEOCID, portal da Internet a partir do qual qualquer cidadão pode aceder à rede do Sistema Nacional de Informação Geográfica.
- ✓ Definição das regras gerais relativas à coordenação da aquisição e utilização de tecnologias de informação na Administração Pública e estabelece regras específicas para a locação ou aquisição de bens ou serviços de informática (Decreto-Lei nº 196/99, de 8 de Junho).
- ✓ O nome de domínio blogger.com é registado pela Pyra Labs, marcando a primeira utilização pública de “*blogger*” como substantivo, inventado pelo então CEO da Pyra Labs e mais tarde cofundador e depois CEO da Twitter. Evan Williams, que também utilizou “*Blogger*” para designar uma das primeiras aplicações, comercializada pela Pyra Labs para criar e gerir “*Weblogs*”.
- ✓ Aumento da conectividade internacional da RCTS para 34 Mbps, quando era 1 Mbps até Maio de 1997.
- ✓ Aprovação do regime jurídico dos documentos eletrónicos e da assinatura digital (Decreto-Lei nº 290-D/99, de 2 de Agosto).
- ✓ Portugal integra o GAC – Governmental Advisory Committee do ICANN, com a participação na 3ª reunião deste comité, em Santiago, Chile.
- ✓ Aprovação do Documento Orientador da Iniciativa Nacional para o Comércio Eletrónico (Resolução do Conselho de Ministros nº 94/99, de 25 de Agosto).
- ✓ Obrigação de disponibilização na Internet de informação detida pela Administração Pública (Resolução do Conselho de Ministros nº 95/99, de 25 de Agosto).
- ✓ Iniciativa Nacional para os Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação – documento orientador (Resolução do Conselho de Ministros nº 96/99, de 26 de Agosto).

- ✓ Obrigatoriedade dos sítios de organismos da Administração Pública na Internet satisfazerem requisitos de acessibilidade a cidadãos com necessidades especiais (Resolução do Conselho de Ministros nº 97/99, de 26 de Agosto).
- ✓ Disponibilização, no âmbito do projeto Processamento Computacional do Português da primeira versão de um servidor, apresentado no IV PROPOR, em Évora.
- ✓ Equiparação entre a fatura emitida em suporte papel e a fatura eletrónica (Decreto-Lei n.º 375/1999, de 18 de Setembro).
- ✓ Apresentação do POCTI – Programa Operacional Ciência, Tecnologia e Inovação à Comissão Europeia, no qual é previsto o "lançamento da Biblioteca Nacional de C&T em Rede, em articulação com os sistemas internacionais de documentação científica" e o "Processamento Computacional da Língua Portuguesa" é identificado como um dos "temas de interesse público".
- ✓ Apresentação do POSI – Programa Operacional Sociedade da Informação à Comissão Europeia.
- ✓ Introdução pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia de um sistema de candidatura e avaliação eletrónica de projetos de I&D, o SAPIENS – Submissão e Avaliação de Propostas pela Internet em Segurança.
- ✓ A FCT introduziu um sistema de avaliação eletrónica de propostas de projetos de I&D pela Internet, numa altura em que apenas a NSF se preparava para iniciar um sistema experimental no ano 2000.
- ✓ A FCT também introduziu neste âmbito assinaturas eletrónicas avançadas, tornando-se a primeira entidade a utilizar assinaturas eletrónicas em Portugal, menos de quatro meses após ter sido aprovada a legislação correspondente.
- ✓ Assinatura de protocolo entre o Ministério da Ciência e da Tecnologia, a Telecel e a SUN Microsystems relativo à criação de um serviço de *e-mail* gratuito com capacidade de 1 milhão de caixas de utilizadores (caixas de correio), que veio a ser designado por Megamail.

2000

- ✓ 15 anos após o seu lançamento, o Multibanco conta com mais de 7.800 ATM's (caixas automáticas) e mais de 78.700 terminais para pagamento em lojas.
- ✓ Lançamento do projeto MegaMail pela FCCN, Telecel e SUN Microsystems, com o objetivo de disponibilizar um milhão de endereços de e-mail gratuitos.
- ✓ Abertura da 1ª agência de viagens exclusivamente na Internet em Portugal, a NetViagens.

- ✓ Lançamento do portal multimédia da estação televisiva SIC, o SIC Online.
- ✓ Disponibilização, no âmbito do projeto Processamento Computacional do Português, dos primeiros corpora anotados de Português disponíveis livremente na Internet.
- ✓ Assinatura de um protocolo entre o Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT) e a Associação Nacional de Municípios Portugueses visando a extensão às Escolas Básicas do 1º Ciclo (EB1) da RCTS – Rede Ciência Tecnologia e Sociedade, prevendo que o MCT forneça e concretize a ligação em RDIS de todas as escolas EB1, disponibilizando-lhes o acesso aos vários serviços IP da RCTS, espaço para alojamento de páginas próprias na Internet, caixas de correio eletrónico, apoio técnico e apoio educativo através da uARTE – unidade de Apoio à Rede Telemática Educativa.
- ✓ Apresentação pública do projeto de I&D “Acesso Seletivo em Português à Base de Pareceres do Conselho Consultivo da procuradoria-geral da República”, realizado em consórcio entre a Procuradoria-Geral da República, o Departamento de Informática da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e a empresa Heurística, com financiamento do Programa Praxis XXI.
- ✓ Conferência sobre a Sociedade da Informação e do Conhecimento na Europa – Para uma Europa da Informação e do Conhecimento, “e-Europe: a *Web of Knowledge*”, realizada no âmbito da Presidência Portuguesa da UE, no Centro de Congressos de Lisboa, nos dias 10 e 11 de Abril de 2000.
- ✓ Definição dos procedimentos administrativos para a troca de informação sobre normas, regulamentações técnicas e serviços da sociedade da informação (Decreto-Lei nº 58/2000, de 18 de Abril).
- ✓ Assinatura de um protocolo entre a FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia e o jornal “Público” de cedência de textos de 180 milhões de palavras para constituição de um corpus (CETEMPúblico) para base de trabalho em projetos de I&D em processamento computacional da língua portuguesa.
- ✓ Início do Centro de Recursos para o Processamento Computacional do Português Linguatca, para manter na Internet informação exaustiva sobre os recursos da área: instituições científicas, investigadores, bolsiros, publicações científicas, teses, corpora e outros instrumentos para o processamento computacional do Português, disponibilizando o acesso a alguns destes instrumentos.
- ✓ Assinatura de um protocolo entre a FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, o ISCTE, o Arquivo Histórico Ultramarino, a Biblioteca Nacional, a Biblioteca Municipal do Porto, a Câmara Municipal de Lisboa (Museu da Cidade), o Arquivo Histórico Militar, a Biblioteca Central da Marinha/Arquivo Central, a Sociedade de Geografia de Lisboa, o Arquivo Nacional do Brasil, a Diretoria do Património Histórico e Cultural da

Marinha do Brasil, o Arquivo Histórico do Exército do Brasil, a Fundação Biblioteca Nacional do Brasil, e a Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores do Brasil para colaboração no âmbito do projeto “As Morfologias Urbanas da Cidade Portuguesa” que, entre outros objetivos, visava a constituição do Arquivo Virtual de Cartografia Urbana e a investigação das morfologias urbanas das cidades de origem portuguesa.

- ✓ Aprovação do plano de ação eEurope 2002 – *An Information Society for All* pelo Conselho Europeu da Feira, o qual foi preparado pela Presidência Portuguesa da UE e pela Comissão Europeia.
- ✓ Atribuição ao Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça das funções de autoridade credenciadora de entidades certificadoras de assinaturas eletrónicas (Decreto-Lei nº 146/2000, de 18 de Junho).
- ✓ Aprovação da iniciativa eEurope: Sociedade da informação para todos, pelo Conselho da UE presidido por Portugal.
- ✓ Legislação sobre a proteção jurídica das bases de dados (Decreto-Lei nº 122/2000, de 4 de Julho).
- ✓ Aprovação do POCTI – Programa Operacional Ciência, Tecnologia e Inovação pela Comissão Europeia, no qual foi previsto um investimento público total de 988 milhões de Euros participado em partes iguais por fundos comunitários (FEDER e FSE) e por fundos nacionais.
- ✓ Definição de medidas de generalização da aquisição de bens e serviços por via eletrónica pela Administração Pública (Resolução do Conselho de Ministros nº 143/2000, de 27 de Setembro)
- ✓ Aprovação do POSI – Programa Operacional Sociedade da Informação (2000-2006), no qual foi previsto um investimento público total de 625 milhões de Euros participado em partes iguais por fundos comunitários (FEDER e FSE) e por fundos nacionais.
- ✓ Alteração do regime que previa a prática de atos processuais através de telecópia ou correio eletrónico, mesmo fora do horário de funcionamento dos tribunais (Decreto-Lei nº 183/2000, de 10 de Agosto).
- ✓ Criação da CISI - Comissão Interministerial para a Sociedade da Informação (Resolução de Conselho de Ministros nº 114/2000, de 18 de Agosto)
- ✓ Aprovação da Iniciativa Internet, a qual incluía objetivos relativos ao uso da Internet pela Administração Pública e pelos cidadãos nas suas relações com esta, incluindo a generalização do comércio eletrónico em toda a Administração, a reforma da Central de Compras do Estado para a dinamização da aquisição de bens e serviços por via eletrónica e a flexibilização do regime de aquisição de bens e serviços pelo Estado (Resolução de Conselho de Ministros nº 110/2000, de 22 de Agosto).
- ✓ Definição das características do contrato de seguro obrigatório de responsabilidade civil relativo a documentos eletrónicos e assinatura digital (Portaria nº 1370/2000, de 19 de Setembro).

- ✓ Criação do Conselho Técnico de Credenciação de entidades certificadoras de assinaturas digitais (Decreto-Lei nº 234/2000, de 25 de Setembro).
- ✓ Incumbência dos Ministros do Equipamento Social, das Finanças, da Ciência e da Tecnologia e da Reforma do Estado e da Administração Pública para proporem formas e meios de atuação tendentes à generalização do comércio eletrónico na Administração Pública (Resolução de Conselho de Ministros Nº 143/2000, de 27 de Setembro).
- ✓ Aumento da conectividade internacional da RCTS para 44 Mbps, quando era 1 Mbps até Maio de 1997.
- ✓ Disponibilização livre na Internet do corpus de português europeu CETEMPúblico pelo Centro de Recursos para o Processamento Computacional do Português Linguateca.
- ✓ Definição das condições e requisitos de utilização da fatura ou documento equivalente transmitidos por via eletrónica (Decreto Regulamentar nº 16/2000, de 2 de Outubro).
- ✓ Determinação de assegurar através do Instituto para a Gestão das Lojas do Cidadão, o desenvolvimento progressivo de uma rede de postos de atendimento personalizado ao cidadão mediante o recurso às TIC (Resolução do Conselho de Ministros nº 155/2000, de 15 de Novembro).
- ✓ Criação do Serviço Público Direto, no âmbito do Infocid – Sistema Interdepartamental de Informação ao Cidadão (Resolução do Conselho de Ministros nº 156/2000, de 16 de Novembro).
- ✓ Assinatura de protocolo entre a FCCN e a Lotus prevendo o licenciamento de *software* Lotus a preços bonificados para a FCCN, as instituições do ensino superior, os Laboratórios do Estado e as escolas e instituições sem fins lucrativos ligadas à RCTS.
- ✓ Alteração do Estatuto do Mecenato de forma a incluir o Mecenato para a Sociedade da Informação.
- ✓ Fundação da Creative Commons, associação privada sem fins lucrativos criada com o objetivo de desenvolver licenças para permitirem a partilha aberta de conhecimento e obras pelos seus autores de uma forma simples, eficaz e muito flexível, disponibilizando um conjunto de licenças padrão garantindo proteção e liberdade – com alguns direitos reservados.
- ✓ Instalação de portas de 1Gbps no PIX, instalado na FCCN, que passou a ser chamado GigaPIX.
- ✓ Lançamento do Minho Campus Party, uma “*LAN party*” motivada por grandes velocidades de acesso à Net.
- ✓ Lançamento do cartão de crédito recarregável MBNet para pagamentos *online*, pela SIBS e a UNICRE.
- ✓ Disponibilização livre na Internet do corpus bidirecional Inglês-Português COMPARA pelo Centro de Recursos para o Processamento Computacional do Português Linguateca..

- ✓ Criação de um grupo de trabalho para assegurar a ligação entre os operadores UMTS, o ICP e a Comissão Interministerial para a Sociedade da Informação, com vista à monitorização das obrigações assumidas pelos operadores UMTS (Resolução do Conselho de Ministros nº 3/2001, de 8 de Janeiro).
- ✓ Lançamento do sítio da *Wikipidea* na Internet por Jimmy Wales e Larry Sanger, concebida como uma enciclopédia universal em todas as línguas principais resultante de trabalho colaborativo voluntário através da Internet (Web 2.0). Em Abril de 2008, a *Wikipidea* viria a ter mais de 10 milhões de artigos, em mais de 250 línguas, mais de 75.000 colaboradores, mais de 684 milhões de visitantes por ano.
- ✓ Autorização do pedido de certificados de admissibilidade de firma ou denominação e de certidões de atos de registos por via eletrónica (Decreto-Lei nº 12/2001, de 25 de Janeiro)
- ✓ Aumento da conectividade internacional da RCTS para 81 Mbps..
- ✓ Disponibilização do Serviço Público Direto (INFOCID) na Internet.
- ✓ Abertura do concurso para criação de Espaços Internet em todo o país, no âmbito do POSI – Programa Operacional Sociedade da Informação.
- ✓ Abertura pela FCCN da possibilidade de registo para dos subdomínios .pt: .nome.pt, .org.pt, int.pt, edu.pt, net.pt, gov.pt e com.pt.
- ✓ Determinação da avaliação periódica das páginas na Internet dos organismos integrados na administração direta e indireta do Estado (Resolução de Conselho de Ministros nº 22/2001, de 27 de Fevereiro).
- ✓ Determinação da constituição de um sítio na Internet onde fossem publicitados os concursos de pessoal dos organismos públicos e de um sítio para a publicitação de oferta de emprego científico e tecnológico (Resolução do Conselho de Ministros nº 24/2001, de 1 de Março).
- ✓ Incumbência de ministros para apresentação de propostas de medidas para apoio à aquisição de computadores e outro material informático por funcionários públicos e trabalhadores e à disponibilização aos mesmos desses equipamentos pelas suas entidades patronais (Resolução do Conselho de Ministros nº 25/2001, de 1 de Março).
- ✓ Determinação da publicitação e discussão pública do relatório de peritos sobre aquisição de bens por via eletrónica pela Administração Pública (Resolução de Conselho de Ministros nº 32/2001, de 2 de Março).
- ✓ Abertura de concurso para projetos de Estado Aberto – Modernizar a Administração Pública Central, no âmbito do POSI – Programa Operacional Sociedade da Informação.
- ✓ Criação, no âmbito da RCTS, da Rede Solidária constituída por Organizações Não Governamentais de e para pessoas com deficiência, idosas ou em risco de exclusão. Em Fevereiro de 2002 esta rede viria a incluir 84 organizações e no final de 2002 contava com 127 organizações.
- ✓ Obrigatoriedade das entidades empregadoras com 10 ou mais trabalhadores procederem à declaração das remunerações em suporte

digital ou através de Internet, nos serviços do sistema de solidariedade e segurança social (Decreto-Lei nº 106/2001, de 6 de Abril).

- ✓ Definição de regras para a alienação a título gratuito de equipamento informático pelos organismos da administração central (Decreto-Lei nº 153/2001, de 7 de Maio).
- ✓ Disponibilização livre na Internet das primeiras árvores da Floresta Sintática pelo Centro de Recursos para o Processamento Computacional do Português Linguatca.
- ✓ Abertura de concurso para projetos de produção ou disponibilização de conteúdos portugueses, de interesse público, em formato digital, no âmbito do POSI – Programa Operacional Sociedade da Informação.
- ✓ Criação de um grupo de trabalho para a concretização do cartão comum do cidadão (Resolução de Conselho de Ministros nº 77/2001, de 5 de Julho).
- ✓ Publicação do Guia de Boas Práticas na Construção de *WebSites* da Administração Direta e Indireta do Estado, pelo OCT – Observatório das Ciência e das Tecnologias.
- ✓ Abertura de concurso para projetos do Fundo de Apoio à Dinamização da Sociedade da Informação, no âmbito do POSI – Programa Operacional Sociedade da Informação.
- ✓ Abertura de concurso para projetos de Qualificar para Modernizar a Administração Pública, no âmbito do POSI – Programa Operacional Sociedade da Informação.
- ✓ Definição do regime de celebração de protocolos entre o Estado e a administração local autárquica para a modernização administrativa, sendo, entre outros, elegíveis para o efeito projetos que visem a promoção da sociedade da informação, privilegiando, designadamente, a criação de uma Intranet ao nível das autarquias locais e a ligação das entidades autárquicas à Internet (Resolução do Conselho de Ministros nº 108/2001, de 10 de Agosto).
- ✓ Definição dos critérios de credenciação das entidades que conferem o diploma de competências básicas em tecnologias de informação, o modelo e o sistema de emissão do mesmo e demais requisitos para sua obtenção (Portaria nº 1013/2001, de 21 de Agosto).
- ✓ Definição de normas relativas ao envio por correio eletrónico da declaração de remunerações para os serviços do sistema de solidariedade e segurança social (Portaria nº 1039/2001, de 27 de Agosto).
- ✓ Criação do Portal do Governo e definição dos respetivos objetivos e regras de manutenção e atualização (Resolução do Conselho de Ministros nº 138/2001, de 30 de Agosto).
- ✓ Atribuição ao OCT – Observatório das Ciências e das Tecnologias de competências relativas ao diploma de competências básicas em tecnologias de informação.

- ✓ Abertura do concurso para os projetos de Cidades e Regiões Digitais, no âmbito do POSI – Programa Operacional Sociedade da Informação.
- ✓ Fundação da APDSI – Associação para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação.
- ✓ Realização da segunda experiência-piloto de voto eletrónico em Portugal nas Eleições Autárquicas, nas freguesias Sobral de Monte Agraço e Campelo (Baião).
- ✓ Conclusão da ligação à Internet em RDIS de todas as escolas do ensino básico e secundário.
- ✓ Disponibilização pelo OCT – Observatório das Ciências e Tecnologias da *Web of Knowledge* do ISI/Thomson (títulos e resumos de artigos de 8.450 revistas e de atas de aproximadamente 10.000 conferências/ano, informação de citações e impactos, registos desde 1945), como primeiro passo para a “Biblioteca Nacional de C&T em Rede” prevista no POCTI – Programa Operacional Ciência, Tecnologia e Inovação à Comissão Europeia submetido à Comissão Europeia em Novembro de 1999.

2002

- ✓ A Via Verde, iniciada em 1991, conta perto de 1,3 milhões de aderentes – mais de 50% dos utilizadores das portagens em Portugal.
- ✓ Aprovação do Programa – Internet@EB1 – coordenado pela FCCN – Fundação para a Computação Científica Nacional, para acompanhamento das escolas do 1º ciclo do ensino básico por Escolas Superiores de Educação dos institutos politécnicos com o objetivo de promover e facilitar a utilização da Internet para fins educativos nessas escolas e promover a formação de professores em situações educativas concretas.
- ✓ Aprovação do modelo de impresso para pedido de autorização para utilização ou alteração de um sistema de faturação eletrónica (Portaria nº 52/2002, de 12 de Janeiro).
- ✓ Determinação aos organismos públicos para adotarem planos de aquisição, uso e atualização de programas de computador, incluindo as possibilidades de agregação de compras e os processos de aprovisionamento eletrónico, e para a utilização de *software* aberto ou livre (Resolução de Conselho de Ministros nº 21/2002, de 31 de Janeiro).
- ✓ Determinação da referenciação dos sítios do Estado na Internet e da publicação de publicidade do Estado em sítios da Internet operados por terceiros (Resolução do Conselho de Ministros nº 22/2002, de 31 de Janeiro).
- ✓ Início do projeto tele-aula para possibilitar a aprendizagem de crianças acamadas com o apoio de TIC, com base num protocolo assinado pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia, o Hospital Dona Estefânia e o Ministério da Educação.

- ✓ Abertura pela FCT de concurso para projetos de I&D em Equipas de Robots Móveis Autónomos em Cooperação/Competição.
- ✓ Abertura pela FCT de concurso para projetos de I&D em Tecnologias Avançadas de Redes – Novos Protocolos, Segurança e Alta velocidade, incluindo sistemas em IPv6.
- ✓ Aumento da conectividade internacional da RCTS para 622 Mbps. Em menos de 5 anos a conectividade internacional da RCTS passou a ser 622 vezes maior.
- ✓ Atribuição de relevância jurídica à disponibilização e submissão por via eletrónica dos modelos dos formulários dos organismos e serviços públicos integrados na Administração Pública (Decreto-Lei nº 51/2002, de 2 de Março).
- ✓ Criação de um registo nacional de teses de doutoramento, disponibilizado pela Internet (Decreto-Lei nº 52/2002, de 2 de Março).
- ✓ Abertura de concurso para o Programa para a Criação de Postos Públicos de Acesso à Internet nas Juntas de Freguesia, no âmbito do POSI – Programa Operacional Sociedade da Informação.
- ✓ Atribuição de competência para a constituição de um sítio na Internet de publicitação de oferta de emprego na área científica e tecnológica, determinando o tipo de informação que nele deve constar (Decreto-Lei nº 67/2002, de 20 de Março).
- ✓ Lançamento do Programa para a Criação de Postos Públicos de Acesso à Internet nas Juntas de Freguesia.
- ✓ Regulação da divulgação das vendas através da Internet, no processo judicial de execução fiscal (Portaria nº 352/2002, de 3 de Abril).
- ✓ Aprovação do regime de aquisição de bens por via eletrónica por parte dos organismos públicos (Decreto-Lei nº 104/2002, de 12 de Abril).
- ✓ Incumbência do OCT – Observatório das Ciências e das Tecnologias para emissão das instruções relativas ao exame prático para obtenção do diploma de competências básicas em tecnologias de informação (Despacho nº 8888/2002, de 30 de Abril).
- ✓ Credenciação das entidades da educação e da formação habilitadas a emitir o diploma de competências básicas em tecnologias de informação (Despacho nº 9279/2002, de 7 de Maio).
- ✓ Aprovação do Plano de Ação eEurope 2005: Uma sociedade da informação para todos pelo Conselho de Sevilha da União Europeia.
- ✓ Criado o CERT.PT no âmbito da RCTS gerida pela FCCN, no sentido de dar resposta a incidentes de segurança informática em Portugal.
- ✓ Disponibilização livre na Internet do corpus CETENFolha pelo Centro de Recursos para o Processamento Computacional do Português Linguatca. O CETENFolha (Corpus de Extratos de Textos Eletrónicos NILC/Folha de S. Paulo) é um corpus de cerca de 24 milhões de palavras em português brasileiro, criado pelo projeto Processamento Computacional do Português que deu origem à Linguatca, com base nos

textos do jornal Folha de S. Paulo que fazem parte do corpus NILC/São Carlos, compilado pelo Núcleo Interinstitucional de Linguística Computacional (NILC).

- ✓ Início do Pólo do Porto no CLUP/FLUP do Centro de Recursos para o Processamento Computacional do Português Linguateca.
- ✓ Início do Pólo de Lisboa do COMPARA na FCCN do Centro de Recursos para o Processamento Computacional do Português Linguateca.
- ✓ Definição do novo enquadramento institucional da atividade do Governo em sociedade da informação, inovação e governo eletrónico, incluindo a criação da UMIC – Unidade de Missão Inovação e Conhecimento e da CIIC – Comissão Interministerial Inovação e Conhecimento (Resolução do Conselho de Ministros nº 135/2002, de 20 de Novembro).

2003

- ✓ Início da possibilidade de entrega de declarações de IRS pela Internet.
- ✓ Obrigatoriedade dos serviços e entidades com pessoal inscrito na Caixa Geral de Aposentações procederem ao envio das relações de descontos de quotas em suporte digital ou através de correio eletrónico (Decreto-Lei nº 8/2003, de 18 de Janeiro).
- ✓ Abertura de concurso para projetos da iniciativa e-U: Campus Virtual produção ou disponibilização de conteúdos e respetivas aplicações em português na Internet, preferencialmente para Banda Larga, no âmbito do POSI – Programa Operacional Sociedade da Informação.
- ✓ Determinação de medidas relativas á generalização da aquisição de bens e serviços por via eletrónica na Administração Pública e no tecido empresarial (Resolução de Conselho de Ministros n.º 36/2003, de 12 de Março).
- ✓ Abertura de concurso para projetos de Estado Aberto – Modernização da Administração Pública, no âmbito do POSI – Programa Operacional Sociedade da Informação.
- ✓ Abertura de concurso para projetos de produção ou disponibilização de conteúdos e respetivas aplicações em português na Internet, preferencialmente para Banda Larga, no âmbito do POSI – Programa Operacional Sociedade da Informação.
- ✓ Abertura de concurso para a criação de Pontos Banda Larga de Acesso à Internet em Espaços Públicos, no âmbito do POSI – Programa Operacional Sociedade da Informação.
- ✓ Definição do regime de publicação exclusivamente eletrónica do Diário da Assembleia da República e das novas regras para o uso de tecnologias de informação e comunicação no trabalho parlamentar (Resolução da Assembleia da República nº 68/2003, de 7 de Agosto).
- ✓ Aprovação do Plano de Ação para a Sociedade da Informação (Resolução de Conselho de Ministros nº 107/2003, de 12 de Agosto).

- ✓ Aprovação do Plano de Ação para o Governo Eletrónico (Resolução de Conselho de Ministros nº 108/2003, de 12 de Agosto).
- ✓ Aprovação da Iniciativa Nacional para a Banda Larga (Resolução de Conselho de Ministros nº 109/2003, de 12 de Agosto).
- ✓ Aprovação do Programa Nacional para a Participação dos Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação (Resolução do Conselho de Ministros nº 110/2003, de 12 de Agosto).
- ✓ Aprovação do Programa Nacional de Compras Eletrónicas (Resolução de Conselho de Ministros nº 111/2003, de 12 de Agosto).
- ✓ Lançamento do sítio Web de rede social MySpace, que veio então partilhar com o Facebook a liderança no mercado de sítios de rede social.
- ✓ Publicação do Guia de Operacionalização Cidades e Regiões Digitais.
- ✓ Primeiro Encontro Nacional de *Weblogs* em 18 e 19 de Setembro, na Universidade do Minho, apenas 4 meses após o 1º encontro europeu sobre *Weblogs* que se realizou em Viena, Áustria.
- ✓ Seminário "Mais Acessibilidade, Melhor Acessibilidade".
- ✓ Lançamento do repositório de informação científica e académica de acesso aberto da Universidade do Minho, o RepositoriUM, a primeira instalação a nível mundial de um repositório de língua portuguesa com a utilização da plataforma DSpace do MIT.
- ✓ Guia de Boas Práticas na Construção de Web Sites da Administração Direta e Indireta do Estado.
- ✓ 1ª fase da Cimeira Mundial para a Sociedade da Informação organizada pelas Nações Unidas, em Genebra, 10-12 Dezembro de 2003.
- ✓ Redução especial da taxa de justiça pela prática de atos processuais utilizando transmissão eletrónica de dados (Decreto-Lei nº 324/2003, de 27 de Dezembro).

2004

- ✓ Início do Pólo de Lisboa no XLDB/LasiGE/FCUL do Centro de Recursos para o Processamento Computacional do Português Linguatca.
- ✓ Transposição da Diretiva nº 2000/31/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de Junho de 2000, relativa a serviços da sociedade de informação, em especial do comércio eletrónico e do artigo 13º da Diretiva nº 2002/58/CE, de 12 de Julho de 2002, relativa ao tratamento de dados pessoais e a proteção da privacidade no sector das comunicações eletrónicas (Decreto-Lei nº 7/2004, de 7 de Janeiro).
- ✓ Lançamento do Portal das Compras Públicas.
- ✓ Semana da Internet - Banda Larga.
- ✓ Aumento da largura de banda das ligações internacionais da RCTS para 1,2 Gbps.

- ✓ 550 novos pontos de acesso Internet na sequência de protocolos com Fastaccess, Refer e CTT.
- ✓ Lançamento do sítio Web de rede social Facebook, que veio a receber 124 milhões de visitantes únicos durante Maio de 2008.
- ✓ Lançamento do Portal do Cidadão.
- ✓ Instalação na FCCN de um replicador de um dos servidores mundiais de raiz do DNS – Domain Name System (em 2007 havia 13 destes servidores, dos quais 4 fora dos EUA), com a ligação do ISC – Internet Systems Consortium ao GigaPix.
- ✓ Lançamento da B-on: Biblioteca do Conhecimento Online, a qual tinha sido prevista em 1999 no POCTI, sob a designação “Biblioteca Nacional de C&T em Rede”, e preparada por um conjunto de ações concretizadas pelo OCT – Observatório das Ciências e Tecnologias
- ✓ Transição para a UMIC – Unidade de Missão Inovação e Conhecimento das atribuições e competências associadas ao Sistema Integrado de Informação Administrativa ao Cidadão (INFOCID) e Serviço Público Direto (Decreto-Lei nº 98/2004, de 3 de Maio).
- ✓ Disponibilização livre na Internet da coleção da Web portuguesa de 2003 WPT03 (aproximadamente 12 GB) pelo Pólo no XLDB do Centro de Recursos para o Processamento Computacional do Português Linguateca.
- ✓ Realização da terceira experiência-piloto de voto eletrónico em Portugal nas Eleições para o Parlamento Europeu, nas freguesias de Mirandela (Mirandela), Paranhos (Porto), Mangualde (Viseu), São Bernardo (Aveiro), Sé (Portalegre), Belém (Lisboa), São Sebastião (Setúbal), Salvador (Beja), Salir (Loulé), em que participaram 9% dos votantes.
- ✓ A UMIC assinou protocolos com instituições de ensino superior, no âmbito das acessibilidades para cidadãos com necessidades especiais.
- ✓ Definição da forma de apresentação a juízo dos atos processuais enviados através de correio eletrónico, assim como as notificações efetuadas pela secretaria aos mandatários das partes (Portaria nº 642/2004, de 16 de Junho)
- ✓ Proposta de reprogramação do POSI – Programa Operacional Sociedade da Informação que passou a designar-se POSC – Plano Operacional Sociedade do Conhecimento.
- ✓ Alteração do regime jurídico dos documentos eletrónicos e da assinatura digital (Decreto-Lei nº 165/2004, de 6 de Julho) e (Decreto Regulamentar nº 25/2004, de 15 de Julho).
- ✓ Publicação da lista das referências das especificações técnicas para algoritmos criptográficos para assinaturas eletrónicas (Despacho nº 16445/2004, de 29 de Julho).
- ✓ Abertura de concurso para criação de espaços públicos de acesso à Internet em Bibliotecas Públicas Municipais, Ludotecas, Museus

Municipais e Arquivos Municipais, no âmbito do POSI – Programa Operacional Sociedade da Informação.

- ✓ Abertura de concurso para projetos que visem dotar estabelecimentos de ensino pré-escolar, pertencentes à rede pública com equipamento informático, no âmbito do POSI – Programa Operacional Sociedade da Informação.
- ✓ Transposição da Diretiva nº 2002/58/CE, de 12 de Julho, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa ao tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade no sector das comunicações eletrónicas (Lei nº 41/2004, de 18 de Setembro).
- ✓ Abertura de concurso para projetos de compras públicas eletrónicas nos ministérios, no âmbito do POSI – Programa Operacional Sociedade da Informação.
- ✓ Definição dos termos de registo das entidades certificadoras de assinaturas eletrónicas (Portaria nº 1350/2004, de 23 de Outubro).
- ✓ Publicação da lista de referências a normas e especificações técnicas aprovadas pela autoridade credenciadora, desenvolvidas no âmbito da Iniciativa Europeia de Normalização da Assinatura Eletrónica (Despacho nº 27008/2004, de 14 de Dezembro).
- ✓ Aprovação do Guia para as Comunicações na Administração Pública (Resolução do Conselho de Ministros nº 181/2004, de 22 de Dezembro).
- ✓ Aprovação da revisão intercalar do POSI – Programa Operacional Sociedade da Informação que passa a ser designado POSC – Programa Operacional Sociedade do Conhecimento.

2005

- ✓ Guia para as Comunicações na Administração Pública.
- ✓ Definição do regime da contratação pública relativa à locação e aquisição de bens, serviços, redes de comunicações eletrónicas, e equipamentos e serviços conexos (Decreto-Lei nº 1/2005, de 4 de Janeiro)
- ✓ Lançamento do YouTube para disponibilizar conteúdos vídeo gerados pelo utilizador que em Julho de 2006 viria a ter mais de 100 milhões de vídeos a serem vistos por dia, e mais de 65 mil a serem acrescentados por dia.
- ✓ Regulação da transmissão e receção por telecópia e por via eletrónica de documentos com valor de certidão respeitantes aos arquivos dos serviços dos registos e do notariado (Decreto-Lei nº 66/2005, de 15 de Março).
- ✓ Definição do regime jurídico de construção, gestão e acesso a infraestruturas no domínio público do Estado para alojamento de redes de comunicações eletrónicas (Decreto-Lei nº 68/2005, de 15 de Março).

- ✓ Obtenção de prefixo IPv6 para o GigaPIX, instalado na FCCN, o qual passa a oferecer este serviço aos seus membros, tendo sido pioneiros na sua utilização: FCCN, Vodafone Portugal, Telepac e NFSi Telecom.
- ✓ Lançamento da iniciativa da União Europeia i2010 – Uma sociedade da informação europeia para o crescimento e o emprego.
- ✓ Rede do Conhecimento coloca em rede 150 bibliotecas até 2006.
- ✓ Início do Pólo de Coimbra na UC do Centro de Recursos para o Processamento Computacional do Português Linguateca.
- ✓ Determinação dos atos relativos às sociedades comerciais e outras pessoas coletivas sujeitos a publicação obrigatória passarem a ser publicados em sítio da Internet de acesso público (Portaria nº 590-A/2005, de 14 de Julho).
- ✓ Lançamento do Programa Nacional para a Sociedade de Informação – Ligar Portugal.
- ✓ Disponibilização livre na Internet (licença GNU) do Corpógrafo pelo Pólo do Porto do Centro de Recursos para o Processamento Computacional do Português Linguateca.
- ✓ Conselho de Ministros determina adoção da faturação eletrónica.
- ✓ Abertura de concurso para projetos de criação de Espaços Internet, no âmbito do POSI – Programa Operacional Sociedade da Informação.
- ✓ Disponibilização pública de Novo portal B-on: Biblioteca do Conhecimento Online.
- ✓ Publicação de orientações para a rápida preparação dos instrumentos legais e organizativos necessários à concretização do projeto de emissão do novo Passaporte Eletrónico Português, assegurando a sua articulação com o projeto do Cartão de Cidadão (Resolução de Conselho de Ministros nº 154/2005, de 30 de Setembro).
- ✓ Mais do que duplicação da largura de banda das ligações internacionais da RCTS, para 2,5 Gbps. Aumento da largura de banda entre Lisboa e Braga de 1 Gbps para 10 Gbps, em consequência da instalação e aquisição pela FCCN de uma ligação em cabo de fibra ótica entre as duas cidades, o que permitiu assegurar ligações a 10 Gbps às 7 maiores universidades – de Lisboa, Técnica de Lisboa, Nova de Lisboa, de Coimbra, de Aveiro, do Porto, do Minho – e, portanto, a 60% do sistema do ensino superior.
- ✓ 2º Encontro Nacional de *Weblogs* a 14 e 15 de Outubro, na Universidade da Beira Interior.
- ✓ Aprovação da criação da Entidade de Certificação Eletrónica do Estado (Resolução do Conselho de Ministros nº 171/2005, de 3 de Novembro).
- ✓ 2ª fase da Cimeira Mundial para a Sociedade da Informação organizada pelas Nações Unidas, em Tunes, 16-18 Dezembro de 2003.
- ✓ Decisão na Cimeira Portugal-Espanha dos dois países completarem as suas redes de investigação e educação em fibra ótica até às respetivas

fronteiras Alentejo-Extremadura e Minho-Galiza, de forma a assegurar um anel redundante de ligação em fibra a 10 Gbps.

- ✓ Início da aplicação de dedução fiscal no IRS para famílias com estudantes em qualquer nível de ensino, que não estejam no escalão mais elevado de imposto, até 250 euros e metade do valor de aquisição de computador e equipamento terminal de 1 de Dezembro de 2005 a 31 de Dezembro de 2008 (Artigo 64º da Lei do Orçamento para 2006).
- ✓ Aprovação do Plano Tecnológico (Resolução do Conselho de Ministros nº 190/2005, de 16 de Dezembro).
- ✓ Lançamento do Projeto TIC pediátrica da FDTI – Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação para disponibilizar a crianças internadas em unidades de pediatria dos hospitais meios tecnológicos para momentos de lazer e contactos com a família, a escola e os amigos através de *Webcams*, computadores pessoais e pequenos blogues familiares.

2006

- ✓ Todas as escolas públicas de Portugal passaram a aceder à Internet em banda larga.
- ✓ Lançamento, no âmbito do POSC – Programa Operacional Sociedade do Conhecimento, de concursos para:
 - Projetos de Redes Comunitárias;
 - Projetos de dinamização da criação, produção e digitalização de conteúdos e aplicações de natureza educativa, científica e cultural a disponibilizar na Internet;
 - Projetos de criação e desenvolvimento de aplicações dirigidas a cidadão com necessidades especiais;
 - Projetos de massificação e dinamização da utilização da Internet de Banda Larga;
 - Projetos de ações de formação em TIC necessárias a projetos integrados como os de Cidades e Regiões Digitais e do e-U: Campus Virtual.
- ✓ Fórum para a Sociedade da Informação.
- ✓ Acordo de disponibilização de *software* de código aberto assinado entre a UMIC e a SUN Microsystems.
- ✓ Apresentação do Simplex 2006 – Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa.
- ✓ Lançamento da iniciativa Compromisso com a Ciência para o Futuro de Portugal.
- ✓ IV Fórum Ministerial União Europeia - América Latina e Caraíbas sobre a Sociedade da Informação organizado pela UMIC em Lisboa.
- ✓ Determinação da criação de um serviço público que permita a realização voluntária de comunicações entre a Administração Pública, os serviços e organismos da administração autónoma, as entidades administrativas

independentes e os tribunais, os cidadãos e as empresas, através do envio por correio eletrónico e para uma caixa postal eletrónica nominal (Resolução do Conselho de Ministros nº 50/2006, de 5 de Maio).

- ✓ Aprovação do Programa Legislar Melhor, que prevê a desmaterialização do procedimento legislativo com recurso às tecnologias de informação (Resolução do Conselho de Ministros nº 63/2006, de 18 de Maio).
- ✓ Alteração ao Regimento do Conselho de Ministros, que, entre outras alterações, considera a desmaterialização do procedimento legislativo com recurso às tecnologias de informação e comunicação (Resolução do Conselho de Ministros nº 64/2006, de 18 de Maio).
- ✓ Definição do regime jurídico aplicável aos contratos à distância de serviços financeiros (Decreto-Lei nº 95/2006, de 29 de Maio).
- ✓ Criação do serviço público de caixa postal eletrónica (Decreto-Lei nº 112/2006, de 9 de Junho).
- ✓ Criação do Sistema de Certificação Eletrónica do Estado – Infraestrutura de Chaves Públicas (SCEE) (Decreto-Lei nº 116-A/2006, de 16 de Junho).
- ✓ Disponibilização do Diário da República em edição eletrónica na Internet com acesso universal e gratuito, possibilidade de impressão, arquivo e pesquisa, e determinação do fim da publicação em papel, da obrigatoriedade do envio em suporte eletrónico de todos os atos sujeitos a publicação no Diário da República (Decreto-Lei nº 116-C/2006, de 16 de Junho).
- ✓ Regulamentação da entrega do procedimento de injunção através da Internet (Portaria nº 728-A/2006, de 24 de Junho).
- ✓ Aprovação da Empresa Online envolvendo a criação de empresas totalmente através da Internet (Decreto-Lei nº 125/2006, de 29 de Junho).
- ✓ Regulamentação do registo informático dos atos das câmaras de comércio e indústria, advogados e solicitadores (Portaria nº 657-B/2006, de 29 de Junho).
- ✓ Regulação da designação, funcionamento e funções do sítio na Internet que permite a constituição online de sociedades comerciais e civis sob forma comercial do tipo por quotas e anónima (Portaria nº 657-C/2006, de 29 de Junho).
- ✓ Lançamento do serviço de criação completa de uma empresa pela Internet (Empresa Online), desenvolvido pela UMIC: Empresa Online - Portal da Empresa.
- ✓ Disponibilização do Portal da Empresa, com o serviço inovador de Dossier Online da Empresa, desenvolvidos pela UMIC: Empresa Online - Portal da Empresa.
- ✓ Disponibilização pública do Twitter pela empresa Odeo que viria a ser comprada pela Obvious Co. em Outubro de 2006 e dar origem à Twitter Inc. em Abril de 2007.
- ✓ Lançamento do Passaporte Eletrónico Português.

- ✓ Aprovação do I Plano de Ação para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade para os anos de 2006 a 2009, I PAIPDI 2006-2009 (Resolução do Conselho de Ministros nº 120/2006, de 21 de Setembro).
- ✓ Lançamento do Programa MIT – Portugal.
- ✓ Autorização da celebração dos contratos relativos aos programas de investigação e educação avançada a celebrar entre a FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP, e o MIT– Massachusetts Institute of Technology, a CMU – Carnegie Mellon University e a UT Austin – University of Texas at Austin, e a correspondente despesa em 2006-2011 (Resolução do Conselho de Ministros nº 132/2006, de 13 de Outubro).
- ✓ 2ª Edição do Guia da Fatura Eletrónica.
- ✓ Lançamento do Programa CMU – Portugal, com ênfase em Tecnologias de Informação e Comunicação, que prevê um instituto internacional de natureza virtual, designado por Information and Communication Technologies Institute (ICTI)..
- ✓ Abertura de concurso para Projetos de I&D na área da Computação GRID.
- ✓ Realização do Encontro Rede de Espaços Internet na FIL que marcou o início da organização numa rede integrada dos mais de 1.000 Espaços Internet criados principalmente com o apoio de várias ações e medidas do POSI/POSC.
- ✓ Seminário sobre Adoção da Fatura Eletrónica na Administração Pública.
- ✓ Creative Commons chega a Portugal através de uma parceria pela UMIC, FCEE-UCP e INTELI.
- ✓ Encontro Software Livre na Administração Pública.
- ✓ Seminário Creative Commons na Sociedade do Conhecimento sobre “O Impacto dos Primeiros 4 Anos”.
- ✓ Regulação da promoção de atos de registo comercial *online*, criação da certidão permanente disponibilizada pela Internet, simplificação e aumento da transparência do processo de subscrição da certidão de registo comercial que passa a poder ser solicitada e estar atualizada e disponível na Internet (Portaria nº 1416-A/2006, de 19 de Dezembro).
- ✓ Viabilização do pré-preenchimento das declarações fiscais enviadas pela Internet, atribuição de valor jurídico a documentos emitidos por via eletrónica no âmbito do procedimento tributário, desmaterialização de atos e procedimentos com recurso às novas tecnologias de informação e comunicação (Decreto-Lei nº 238/2006, de 20 de Dezembro).
- ✓ Lançamento da Disponibilização do Registo Comercial Online e da Certidão Permanente pela Internet.
- ✓ Lançamento do serviço de Obtenção de Registo de Marca pela Internet.
- ✓ Alteração do modelo de financiamento e disponibilização da RCTS em 2007, por proposta da UMIC de forma a simplificá-lo administrativamente e contabilisticamente.

2007

- ✓ Assinatura de protocolo entre a UMIC e a Autodesk para disponibilização de licenças de Software Autodesk Gratuito para Alunos, Professores e Investigadores do Ensino Superior.
- ✓ Aprovação do Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade (Resolução de Conselho de Ministros nº 9/2007, de 17 de Janeiro).
- ✓ Criação da Informação Empresarial Simplificada (IES) que agrega num único ato a obrigação das empresas prestarem informações contabilísticas e fiscais anuais a diferentes organismos da Administração Pública (Decreto-Lei nº 8/2007, de 17 de Janeiro).
- ✓ Apresentação do Simplex 2007 – Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa.
- ✓ Criação do Cartão de Cidadão (Lei nº 7/2007, de 5 de Fevereiro).
- ✓ Definição dos requisitos de requerimentos de certificados do registo criminal e da respetiva transmissão, por via eletrónica, aos serviços de identificação criminal da Direcção-Geral da Administração da Justiça (Portaria nº 170/2007, de 6 de Fevereiro).
- ✓ Definição do modelo oficial e exclusivo do Cartão de Cidadão, dos elementos de segurança física, dos requisitos técnicos e de segurança a observar na captação da imagem facial e impressões digitais do titular e ainda das correspondentes medidas de inclusão de cidadãos com necessidades especiais na sociedade de informação (Portaria nº 202/2007, de 13 de Fevereiro).
- ✓ Criação do modelo de declaração eletrónica a prestar no âmbito da IES – Informação Empresarial Simplificada (Portaria nº 208/2007, de 16 de Fevereiro).
- ✓ Definição do Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e criação e aprovação dos estatutos da ANCP – Agência Nacional de Compras Públicas, EPE (Decreto-Lei nº 37/2007, de 19 de Fevereiro).
- ✓ Lançamento do Programa UT Austin – Portugal, que envolve um Co-Laboratório Internacional para Tecnologias Emergentes (International Collaboratory for Emerging Technologies, CoLab), inclui uma rede para estimular atividades de comercialização de ciência e tecnologia (University Technology Enterprise Network, UTEN) e contempla três programas de Doutoramento (em Conteúdos Digitais, Computação Avançada, Matemática) e um programa anual de mestrado profissional em conteúdos digitais.
- ✓ Fórum Aveiro Digital 2003-2006.
- ✓ Lançamento do repositório de informação científica e académica de acesso aberto da Universidade de Évora.
- ✓ Conferência "Inclusão Digital: Apresentação de Resultados de Projetos".

- ✓ Lançamento do Programa Harvard – Portugal que, entre outras ações, prevê a criação conjunta de conteúdos digitais sobre cuidados e ciências da saúde e a sua disponibilização pública.
- ✓ Lançamento do Programa Fraunhofer - Portugal, com a assinatura de memorando de entendimento entre a FCT, a UMIC e a Sociedade Fraunhofer para um programa conjunto que envolve a criação do 1º Instituto Fraunhofer fora da Alemanha, que terá atividades de investigação aplicada em “Tecnologia, Aplicações e Serviços para Vida em Ambientes Assistidos”.
- ✓ Aprovação da dispensa, no relacionamento com os serviços públicos, de apresentação de certidão comprovativa de situação tributária ou contributiva regularizada, quando essa informação é disponibilizada através da Internet da forma regulamentada (Decreto-Lei nº 114/2007, de 19 de Abril).
- ✓ Criação da AMA – Agência para a Modernização Administrativa, IP.
- ✓ Definição dos termos da transmissão eletrónica da informação a prestar no âmbito da IES – Informação Empresarial Simplificada (Portaria nº 499/2007, de 30 de Abril).
- ✓ Regulação do registo automático da prestação de contas no quadro regulamentar para a atos de registo comercial *online* (Portaria nº 562/2007, de 30 de Abril).
- ✓ Definição dos meios de assinatura eletrónica e dos sistemas informáticos a utilizar na prática de atos processuais em suporte informático pelos magistrados e pelas secretarias judiciais (Portaria nº 593/2007, de 14 de Maio).
- ✓ Regulação das condições técnicas para a emissão, conservação e arquivamento das faturas ou documentos equivalentes emitidos por via eletrónica (Decreto-Lei nº 196/2007, de 15 de Maio).
- ✓ Lançamento do programa e-escola, com base nas contrapartidas dos operadores de telecomunicações móveis associadas à atribuição de licenças UMTS, para facilitação da aquisição de computadores portáteis e ligação em banda larga móvel a alunos do 10º ano, a professores do ensino básico e secundário e a formandos do Programa Novas Oportunidades.
- ✓ Assinatura de Memorando de Entendimento sobre Segurança Informática entre a UMIC, a FCCN e a Microsoft.
- ✓ Criação do CSIRT.FEUP da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, a segunda equipa de resposta a incidentes de segurança informática em Portugal acreditada internacionalmente.
- ✓ Apresentação pública do Projeto Internet Segura e do correspondente portal de informação pública e da linha alerta (projeto coordenado pela UMIC, com a participação de FCCN, CRIE e Microsoft Portugal).

- ✓ *Workshop* Serviços Avançados sobre Banda Larga – Da Instalação de Infraestruturas ao Uso Efetivo de Serviços Avançados, organizada por iniciativa da UMIC.
- ✓ Lançamento do Registo de Compra e Venda de Automóvel *Online*.
- ✓ Aprovação do Plano Tecnológico da Educação (Resolução do Conselho de Ministros nº 137/2007, de 18 de Setembro).
- ✓ Lançamento do Registo de Patentes Online.
- ✓ Aprovação da aquisição *online* de marca registada (Decreto-Lei nº 318/2007, de 26 de Setembro).
- ✓ *Workshop* sobre Tecnologias, Conteúdos e Serviços para a Inclusão, em Lisboa.
- ✓ Lançamento do repositório de informação científica e académica de acesso aberto da Universidade do Porto.
- ✓ Orientações relativas à acessibilidade dos sítios do Governo e dos serviços e organismos públicos da Administração Central na Internet a cidadãos com necessidades especiais (Resolução do Conselho de Ministros nº 155/2007, de 2 de Outubro).
- ✓ 2º Encontro de Software Livre na Administração Pública.
- ✓ Jornadas Ibero-americanas de Tecnologias de Apoio a Pessoas com Deficiência, em Lisboa.
- ✓ 2ª Reunião do Fórum EUROMED sobre a Sociedade da Informação realiza-se em Bruxelas, com intervenção de abertura da Presidência Portuguesa da UE.
- ✓ 16ª Conferência Europeia de Saúde Pública em Lisboa, subordinada ao tema Saúde e Inovação no Espaço Europeu, onde foi apresentado publicamente pela 1ª vez o projeto de desenvolvimento de uma plataforma inovadora de conteúdos sobre saúde e investigação biomédica a realizar no âmbito do Programa Harvard Medical School – Portugal.
- ✓ 3ªs Jornadas de Inovação, organizadas pela Agência de Inovação, na FIL.
- ✓ Conferência Fatura Eletrónica: Eficiência e Competitividade das Organizações num Mundo Digital e Global.
- ✓ Atribuição, pela 1ª vez, do Prémio de Estímulo à Investigação em Aplicações e Conteúdos Digitais, cofinanciado pela ZON, pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP e pelo CoLab – International Collaboratory for Emerging Technologies constituído no âmbito do Programa UT Austin – Portugal.
- ✓ 3ª Conferência sobre o Acesso Livre ao Conhecimento, em Braga, organizada pelos Serviços de Documentação da Universidade do Minho com o apoio da FCCN, no âmbito do projeto de criação do RCAAP.
- ✓ Criação do RCAAP – Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal, da iniciativa da UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento e desenvolvido pela Universidade do Minho e pela FCCN.

- ✓ Reunião do Fórum de Diretores Nacionais de Investigação em TIC da UE, em Braga.
- ✓ Assinatura de Protocolo sobre Academias TIC entre a UMIC e a Microsoft Portugal.
- ✓ Reunião Ministerial sobre Política Europeia de Inclusão Digital, em Lisboa, organizada pela UMIC e pela Comissão Europeia.
- ✓ Criação de um balcão único virtual para apresentação de denúncias de natureza criminal destinadas à GNR, PSP e SEF (Portaria nº 1593/2007, de 17 de Dezembro).

2008

- ✓ Aprovação do Código dos Contratos Públicos (CCP) que, entre outros aspetos, adequa o regime da contratação pública ao *e-procurement* (Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro).
- ✓ Apresentação do Simplex'08 – Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa.
- ✓ Criação e 1º seminário da Série de Seminários sobre Investigação em Políticas Públicas de TIC.
- ✓ A UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP passa a integrar o Conselho Geral da FCCN – Fundação para a Computação Científica Nacional sendo os restantes membros do Conselho Geral da FCCN a FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP, CRUP – Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e LNEC – Laboratório nacional de Engenharia Civil.
- ✓ Continuidade do Programa e-escola e extensão aos alunos do 11º e 12º anos e a beneficiários jovens com necessidades educativas especiais (Resolução do Conselho de Ministros nº 137/2007, de 19 de Março)
- ✓ Lançamento do Prémio de Estímulo à Investigação em Aplicações e Conteúdos Digitais
- ✓ A Cisco adere às Academias TIC Promovidas pela UMIC no Ensino Superior.
- ✓ Definição dos princípios e regras gerais a que devem obedecer as comunicações, trocas e arquivo de dados e informações, previstos no Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei nº 143-A/2008, de 25 de Julho).
- ✓ Lançamento do Computador Português de Baixo Custo Desenvolvido para Alunos do 1º Ciclo, com o nome “Magalhães”, pelo consórcio português JP Sá Couto – Prológica, em parceria com a multinacional Intel, destinado a meio milhão de alunos do 1º ciclo do ensino básico de Portugal no âmbito do novo programa e-escolinha e ao mercado internacional.
- ✓ Novo sítio B-on: Biblioteca do Conhecimento Online – Melhor usabilidade e acessibilidade.

- ✓ Atribuição de prioridade estratégica para o país do investimento em Redes de Nova Geração e orientações para o desenvolvimento e investimento neste tipo de redes (Resolução do Conselho de Ministros nº 120/2008, de 30 de Julho).
- ✓ Ligação da RCTS à rede de investigação e educação europeia GEANT2 a 10 Gbps, quadruplicando a conectividade internacional da RCTS e atingindo mais do óctuplo do valor da conectividade internacional (1,2 Gbps) que foi disponibilizada entre Janeiro de 2004 e Outubro de 2005.
- ✓ Assinatura de um Memorando de Entendimento entre a Microsoft e o Estado Português que, entre outras medidas, inclui um acordo relativo a Cátedra de Investigação Microsoft e Software Microsoft para Estudantes do Ensino Superior.
- ✓ Assinatura de um Memorando de Entendimento entre a FCT, a UMIC, a Ciência Viva e a Toshiba-Portugal relativo à criação em Portugal da Rede de Investigação e Aprendizagem Toshiba.
- ✓ Digital Business Conference Lisbon'08, organizada pela ACEP e pela UMIC.

2009

- ✓ 1ªs Redes de Nova Geração do País disponíveis no Sistema Científico e do Ensino Superior e em 4 Zonas Rurais, promovidas por entidades públicas com o apoio da UMIC e cofinanciadas por fundos comunitários do POSC: Rede Ciência Tecnologia e Sociedade (RCTS) da FCCN, em e-Ciência, e 4 Redes Comunitárias de Nova Geração, em e-Inclusão.
- ✓ Conferência de Abertura do Ano Europeu da Criatividade e Inovação em Portugal tendo como orador convidado, Don Tapscoot, sobre "Governança 2.0: Como a Geração Internet está a mudar a governação, a inovação e a democracia".
- ✓ Concurso para Pré-Propostas de Criação e Operacionalização de Consórcios de I&D aberto conjuntamente por FCT e UMIC, em temas que envolvem contribuições significativas de TICs.
- ✓ Rede de Investigação Sun Microsystems Portugal e Iniciativa Académica Sun, a primeira criada através de protocolo entre a FCT, a UMIC e a Sun Microsystems e a segunda através de um Memorando de Entendimento assinado pelos ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social, da Educação, da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, pelo Coordenador do Plano Tecnológico, e pela Sun Microsystems.
- ✓ Dia Europeu da Internet Segura comemorado em Portugal por ações coordenadas pela UMIC através do projeto Internet Segura e da Rede de Espaços Internet.
- ✓ 3ª *Workshop* de Redes Comunitárias de Banda Larga, organizada pela UMIC, reuniu os promotores das 4 Redes Comunitárias de Banda Larga

criadas pelo programa preparado pela UMIC e apoiado pelo POSC – Programa Operacional Sociedade do Conhecimento: Vale do Minho, Vale do Lima, Terra Quente Transmontana, Distrito de Évora.

- ✓ Acesso a Parte da B-on Disponibilizado à Universidade de Cabo Verde através de protocolo de cooperação assinado entre a UMIC, a FCCN, a ANACOM – ICP e a Universidade de Cabo Verde.
- ✓ Seminário Economia Digital nas PME – 1ª Semana Europeia das PME 09, realizado no Porto e organizado pela DGAE – Direcção-Geral das Atividades Económicas em colaboração com o IAPMEI – Instituto de Apoio às pequenas e Médias Empresas e à Inovação, IP
- ✓ Beneficiar da Internet em Segurança: ações promovidas pela UMIC no país, a propósito da comemoração do Dia Mundial das Telecomunicações e da Sociedade da Informação com o tema da navegação segura da Internet pelos mais jovens.
- ✓ Sun Microsystems Adere às Academias TIC Promovidas pela UMIC no Ensino Superior.
- ✓ UMIC facilita a utilização de Espaços Internet pelas Universidades da Terceira Idade, através de protocolo assinado com a RUTIS – Associação Rede de Universidades da Terceira Idade nas instalações da Universidade Sénior do Fundão.
- ✓ Conferência de Peritos “Utilização de Redes Baseadas em Sensores Dirigida a Problemas Globais: Oportunidades e Desafios nas Políticas”, organizada em Lisboa pela OCDE com o apoio de Portugal, com sessões que contaram com intervenções de investigadores portugueses em sessões dedicadas aos temas: Cuidados de Saúde e de Idosos, Proteção do Ambiente, Sistemas Inteligentes de Transportes, Discussão de Políticas: Políticas públicas de inovação e investigação, privacidade, segurança e interoperabilidade.
- ✓ 1ª Conferência Anual CMU-Portugal: “*Boot and Re-Connect*”, centrada em processamento e redes de informação, engenharia de *software*, redes de informação, segurança de informação, tratamento computacional da língua, redes e tecnologias de sensores, políticas públicas de telecomunicações e de inovação tecnológica.
- ✓ Novo Portal da B-on: 100% Acessível Conforme Diretrizes do W3C é disponibilizado publicamente.
- ✓ FCCN apresentou publicamente os recentes desenvolvimentos da RCTS, realizados com financiamento e orientação da UMIC com o apoio de fundos comunitários do POSC.
- ✓ Ciência 2009 – Encontro com a Ciência em Portugal: Tópicos do Âmbito da Internet do Futuro em Destaque, organizado em Lisboa conjuntamente pelo CLA – Conselho dos Laboratórios associados, e pelo Ministério da Ciência, tecnologia e Ensino Superior, com o envolvimento da FCT e da UMIC.

- ✓ Com a unidade de pediatria do Hospital de Santo André em Leiria, verificavam-se 22 Unidades Hospitalares de Pediatria já abrangidas pelo projeto “TIC Pediátrica”, promovido pela FDTI e lançado em 27 de Dezembro de 2005.
- ✓ Assinatura de Protocolos de Cooperação Científica, Tecnológica e na Sociedade da Informação entre Portugal e Brasil que incluíram um Memorando de Entendimento em matéria de reforço da língua portuguesa na Sociedade da Informação através de repositórios científicos de acesso aberto/livre, disponibilização de recursos para o processamento computacional da língua portuguesa.
- ✓ TIC, Inovação e Conhecimento – IV Encontro sobre os Objetivos do Milénio da ONU e as TIC, realiza-se no Centro de Congressos da FIL organizado pela UMIC e pela AHCIET – Associação Iberoamericana de Centros de Investigação e Empresas de Telecomunicações.
- ✓ Programa MIT – Portugal Lança Rede de Investigação sobre Cidades Sustentáveis, na Câmara Municipal de Lisboa.
- ✓ Programa MIT – Portugal Lança Rede de Investigação em Sistemas de Energia e Mobilidade Elétrica.
- ✓ 4ª Conferência sobre o Acesso Livre ao Conhecimento, em Braga, organizada pelos Serviços de Documentação da Universidade do Minho com o apoio da FCCN, no âmbito do projeto de criação do RCAAP.

2010

- ✓ Portugal lança Rede Temática de Segurança e Proteção de Infraestruturas Críticas no Fórum de Inovação em Segurança e Proteção de Infraestruturas Críticas, na Universidade de Coimbra.
- ✓ 1ª Semana Europeia de Competências em TIC (e-Skills): Ações Promovidas pela UMIC que envolveram 17 sessões dedicadas às Academias TIC no Ensino Superior em 6 instituições do Ensino Superior, localizadas em Faro, Leiria, Lisboa, Portalegre, Santarém e Évora, e mais de 120 ações sobre competências em TIC em variados pontos do país através da Rede de Espaços Internet.
- ✓ “Os Dias do Desenvolvimento: Conhecimento, Capacitação e Transferência de Tecnologia”, sessão organizada pela UMIC no âmbito da 3ª edição de “Os Dias do Desenvolvimento”, iniciativa da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação promovida pelo IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, IP.
- ✓ Fórum para a Sociedade da Informação – Internet do Futuro, organizado pela UMIC, no Centro Científico e Cultural de Macau.
- ✓ Comunicação da Comissão Europeia “Uma Agenda Digital para a Europa”.

- ✓ Internet do Futuro – Desafios e Oportunidades, workshop organizada pelo tice.pt – Pólo de Competitividade e Tecnologia das Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica.
- ✓ 1º Encontro Regional da Rede de Espaços Internet – Distrito de Setúbal, organizado pela UMIC.
- ✓ 1ª *Brainstorm* sobre Energia Inteligente (“Smart Energy”), no Centro Científico e Cultural de Macau, em Lisboa, organizada conjuntamente pelo Programa Carnegie Mellon – Portugal, Programa MIT – Portugal, e projetos INOVGRID e MOBI.e.
- ✓ Conselho Europeu adota a Estratégia Europa 2020 para o Emprego e o Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo, a qual inclui a iniciativa emblemática “Agenda Digital para a Europa”.
- ✓ Ciência 2010 – Encontro com a Ciência em Portugal, realizado em Lisboa, no qual estiveram em evidência, entre outros, Tópicos do Âmbito da Internet do Futuro e de Tópicos do Âmbito da Nanociência e Nanotecnologia.
- ✓ 2ª *Brainstorm* sobre Energia Inteligente (“Smart Energy”), no Centro de Congressos de Lisboa.
- ✓ Fórum para a Sociedade da Informação – Governação da Internet, organizado pela UMIC, no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.
- ✓ Governo Apresenta Agenda Digital 2015 para as áreas de Redes de Nova Geração, Melhor Governação, Educação de Excelência, Saúde de Proximidade, Mobilidade Inteligente.
- ✓ Conferência ANACOM 2010 - Net Neutrality: regulação de redes e regulação de conteúdos, na Culturgest, organizada pela ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações.
- ✓ Portugal Internet Week’10, organizada pela ACEPI – Associação do Comércio Eletrónico e Publicidade Interativa em parceria com a UMIC.
- ✓ 3ª *Brainstorm* sobre Energia Inteligente (“Smart Energy”), no IST – Instituto Superior Técnico, em Lisboa, organizada pelo Programa Carnegie Mellon – Portugal.
- ✓ Fórum para a Sociedade da Informação – Economia Digital, organizado pela ACEPI – Associação do Comércio Eletrónico e Publicidade Interativa em parceria com a UMIC.
- ✓ Semana do Acesso Aberto 2010, comemoração global em que Portugal participou através de 16 instituições do ensino superior e da FCCN – Fundação para Computação Científica Nacional, no âmbito do RCAAP – Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal.
- ✓ Publicação do Estudo “A Utilização de Internet em Portugal 2010” no Quadro do “World Internet Project”, elaborado pelo LINI – Lisbon Internet and Networks Institute com o apoio da UMIC.
- ✓ Instituto Pedro Nunes ganha o Prémio "Best Science-Based Incubator 2010", atribuído na 9ª Conferência Anual sobre Boas Práticas em Incubadoras de Base Tecnológica, em Liverpool, Reino Unido.

- ✓ Ligação num único sistema de procura do RCAAP – Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal e do repositório OASIS.BR do IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.
- ✓ 1ª Conferência Luso-Brasileira de Acesso Aberto, organizada conjuntamente pelos Serviços de Documentação da Universidade do Minho, pela FCCN – Fundação para Computação Científica Nacional e pelo IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, na sequência do Memorando de Entendimento assinado entre os Ministros da Ciência e Tecnologia de Portugal e do Brasil em Outubro de 2009.

2011

- ✓ Portugal Integra um grupo de países preparados para as aplicações avançadas da Internet, de acordo com o Estudo da Qualidade da Banda Larga 2010 (Broadband Quality Study 2010), realizado conjuntamente pela Saïd Business School da Universidade de Oxford, no Reino Unido, e pela Universidade de Oviedo, em Espanha, com apoio da Cisco Systems Inc.
- ✓ Workshop SciCom Portugal, no Pavilhão do Conhecimento, em Lisboa, organizada pelo projeto ComLab: Comunicação em Redes de Conhecimento que visando desenvolver metodologias e práticas de Comunicação em Redes de Conhecimento.
- ✓ Fórum para a Sociedade da Informação – Acessibilidade Web, em Lisboa, organizado pela UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP e pela APDSI – Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação.
- ✓ 2ª Conferência Luso-Brasileira de Acesso Aberto, no CBPF – Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, Rio de Janeiro, Brasil, organizada conjuntamente pelos Serviços de Documentação da Universidade do Minho, pela FCCN – Fundação para Computação Científica Nacional e pelo IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, na sequência do Memorando de Entendimento assinado entre os Ministros da Ciência e Tecnologia de Portugal e do Brasil em Outubro de 2009.

2012

- ✓ Lançamento do Projeto EuroAfrica-P8 no âmbito do 7º Programa Quadro de IDT da UE, em Nice, França, dedicado a apoiar diálogos políticos e cooperação com África para aumentar as ligações de investigação cooperativa em TIC entre Europa e África.

Fonte UMIC – Disponível em

http://www.unic.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=3123&Itemid=477 - Consultado em 2014-01-31